



Espacialidades

Revista Eletrônica dos Discentes do
Mestrado em História da UFRN

Volume

7

Dezembro - 2014
ISSN: 1984-817X

Dossiê
História Ambiental, relações
socioculturais e suas
espacialidades

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitora: Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Herculano Ricardo Campos

Vice-Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Francisco das Chagas Fernandes Santiago Junior

Vice-coordenador: Helder do Nascimento Viana

ESPACIALIDADES – REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO MESTRADO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Editora-responsável: Márcia Severina Vasques

– Espacialidades –

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Sala 222
Campus Universitário - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970
Natal/RN

Site/Revista: cchla.ufrn.br/espacialidades

E-mail: espacialidades@gmail.com

NATAL (RN) – BRASIL/2014



Editora-responsável: Márcia Severina Vasques

Equipe Editorial

Flávia Emanuely Lima Ribeiro Marinho
Francisca Kalidiany de Abrantes Lima
Keidy Narelly Costa Matias
Priscilla Freitas de Farias
Renan Vinícius Alves Ramalho
Tyego Franklim da Silva

Conselho Consultivo

Alarcon Agra do Ó – UAHG
Alessandro Dozena – UFRN
Claudia Cristina Azeredo Atallah – UFMG/USS
Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN
Edrisi de Araújo Fernandes - UnB
Élio Cantalício Serpa – UFG
Fátima Martins Lopes – UFRN
Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior - UFRN
Frederico de Castro Neves – UFC
Gilmar Arruda – UEL
Haroldo Loguercio Carvalho – UFRN
Juliana Teixeira Souza – UFRN
José Otavio Aguiar– UFCG
Luzia Margareth Rago – UNICAMP
Márcia Maria Menendes Motta – UFF
Marcia Severina Vasques – UFRN
Márcio Roberto Voigt (UFSC)
Margarida de Souza Neves – PUC/ RJ
Maria Helena Rolim Capelato – USP
Raimundo Pereira Alencar Arrais – UFRN
Regina Horta Duarte – UFMG
Sônia Maria de Meneses Silva– URCA

Colaboradores

João Fernando Barreto de Brito
Patrícia de Oliveira Dias



Sumário

Apresentação _____	6
Equipe Editorial	

Dossiê Temático

"História Ambiental, relações socioculturais e suas espacialidades"

1 - Memórias Alagadas: a Amazônia Oriental e os projetos hidrelétricos, o caso da UHE de Estreito (MA/TO)_____	10
---	----

- Cícero Pereira da Silva Júnior (UFPA); Pere Petit (UFPA)

2 - As Secas e as Migrações entre o Ceará e o território Amazônico (1845-1877)_____	34
--	----

- Antonio Alexandre Isidio Cardoso (USP)

3 - Modernizar a agricultura, salvar o “Nordeste”: considerações acerca da polifonia discursiva sobre a agricultura no Nordeste no início do século XX_____	47
--	----

- Silvano Fidelis de Lira (UFPB); João Batista Gonçalves Bueno (UFPB)

4 - Sertão, sociedade e meio ambiente no rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750 _____	79
--	----

- Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes (UFC/IFPB)

5 - O Abastecimento de água em Fortaleza - CE (1813–1867) _____	96
--	----

- Emy Falcão Maia Neto (UFC)

6 - O Passado Verdejante: A defesa das árvores nos artigos jornalísticos de Gilberto Freyre (1921-1926)_____	114
---	-----

- Diego José Fernandes Freire (UNP)

7 - Conexão Brasil-Namíbia: duas nações em busca de petróleo e progresso_____	130
--	-----

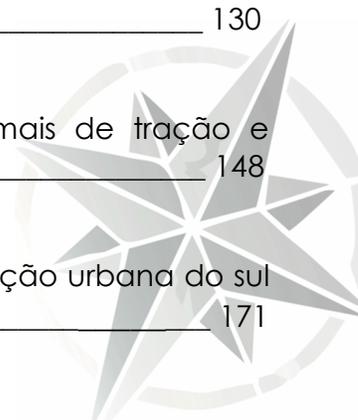
- Natascha De Vasconcellos Otoyá (UFRJ)

8 - Sensibilidade (In)civilizada: poder público, animais de tração e touradas em Belém (1897-1911)_____	148
--	-----

- David Durval Jesus Vieira (UFPA)

9 - O “Rio Civilizador” e o “Vale Do Cariri”: a eletrificação urbana do sul do Ceará (1949-1961)_____	171
--	-----

- Assis Daniel Gomes (UFC)



10 - História e Natureza: mudanças ambientais no norte de Goiás em relatos de cronistas e viajantes naturalistas no século XIX _____ 196
- Raimundo Nonato Ribeiro Santana (UFT)

Seção Livre

1 - Reflexões sobre a questão indígena no Seridó: entre a história e o patrimônio cultural _____ 217
- Helder Alexandre Medeiros de Macedo (UFRN-CERES)

2 - Theatrum Mundi: Antônio Vieira e a comédia de Deus _____ 239
- Gil Eduardo de Albuquerque Macedo (UFC)

3 - À procura das infâncias perdidas: espaço, poesia e sensibilidades saudosistas em “Evocação do Recife”, de Manuel Bandeira (1925-1936) _____ 268
- Felipe Alves Paulo Cavalcanti (UFRN)

4 - Relatos de viagens, mapas e noticiário de Guerra: representações do Nordeste brasileiro no The New York Times antes das instalações militares norte-americanas (1940-1941) _____ 289
- João Gilberto Neves Saraiva (UFF)

Entrevista

História Marítima e suas especialidades

Entrevista com Raimundo Pereira Alencar Arrais _____ 312

Apresentação

História Ambiental, Relações Socioculturais e suas espacialidades

A Revista Espacialidades, idealizada pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, apresenta com satisfação os resultados de seu sétimo volume, intitulado “História Ambiental, Relações Socioculturais e suas espacialidades”.

Neste dossiê temático, a Espacialidades tem como objetivo propiciar a discussão de trabalhos que abordem as mais diversas categorias espaciais presentes nos estudos da História Ambiental. Aqui publicamos artigos que discutem o processo de caracterização de ambientes naturais e suas transformações, análises históricas das ideias, percepções e valores aplicados ao mundo natural e estudos sobre os processos de exploração econômica e seu impacto sociocultural no ambiente natural; considerando as diversas relações que caracterizam o espaço como uma produção histórica.

Sendo assim, iniciamos nossa revista com o artigo de Cícero Pereira da Silva Júnior e Pere Petit, intitulado “*Memórias Alagadas: a Amazônia Oriental e os projetos hidrelétricos, o caso da UHE de Estreito (MA/TO)*”. Nele o autor analisa os depoimentos dos moradores do reassentamento “Mirindiba”, da cidade de Araguaína, em Tocantins, para investigar as memórias dessas pessoas que tiveram de deixar suas moradias, na Ilha de São José, por ocasião da inundação da barragem.

Em seguida, tendo por tema a questão da seca, trazemos o artigo de Antonio Alexandre Isidio Cardoso, intitulado “*As secas e as migrações entre o Ceará e o território amazônico (1845-1877)*”. Inserindo o papel do próprio migrante, o autor busca problematizar a perspectiva que enxerga o fenômeno de 1977-79 através do estudo das políticas públicas/migração percebidas como desdobramentos da estiagem.

Silvano Fidelis de Lira e João Batista Gonçalves Bueno, no texto “*Modernizar a agricultura, salvar o 'Nordeste': considerações acerca da polifonia discursiva sobre a agricultura no Nordeste no início do século XX*”, discutem o papel da cultura do agave como elemento para o

discurso de modernização do setor agrícola nordestino. Os autores oferecem uma análise da atuação tanto do governo quanto dos agrônomos envolvidos diretamente nesse processo.

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes, no texto "*Sertão, sociedade e meio ambiente no Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750*", discute sobre o envolvimento dos agentes sociais com o meio ambiente no contexto da colonização dos sertões da América, sobretudo, do sertão do Rio Piranhas, no interior da Capitania da Paraíba do Norte.

Emy Falcão Maia Neto, no artigo "*O abastecimento de água em Fortaleza - CE (1813 –1867)*", reflete sobre o papel dos trabalhadores domésticos e carregadores de água no contexto do abastecimento de água em Fortaleza, entre os anos de 1813 e 1867. Recorrendo a textos de memorialistas e literatos, o autor demarca a importância fundamental dos chamados "carregadores humanos", tentando extrair daí os sentidos da água para a população naquele momento histórico.

Diego José Fernandes Freire, no artigo "*O Passado Verdejante: a defesa das árvores nos artigos jornalísticos de Gilberto Freyre (1921-1926)*", utiliza-se do "Diário de Pernambuco" como fonte para destacar a dimensão saudosa de Gilberto Freyre frente ao arvoredo recifense, na medida em que os textos do Jornal alertam para a preservação ambiental.

Natascha de Vasconcellos Otoyá, em texto intitulado "*Conexão Brasil-Namíbia: duas nações em busca de petróleo e progresso*", reflete sobre a ligação entre esses dois países por meio da questão petrolífera. A autora discute sobre a exploração do petróleo vinculado a uma ideia de progresso, demarcando, nesse contexto, a questão da importância da preservação do meio ambiente.

David Durval Jesus Vieira, no artigo "*Sensibilidade (In)civilizada: poder público, animais de tração e touradas em Belém (1897-1911)*", reflete sobre o "Código de Polícia Municipal" dessa cidade, preocupando-se com as políticas relativas ao uso de animais durante os anos de 1897 e 1911, período do apogeu da economia gomífera.

Assis Daniel Gomes, no texto "*O 'Rio Civilizador' e o 'Vale Do Cariri': a eletrificação urbana do sul do Ceará (1949-1961)*", analisa as construções imagético-discursivas do Rio São Francisco no âmbito da

criação da Companhia de Eletricidade do Cariri, defendendo ser uma correlação de forças entre passado, presente e futuro que atuou no sentido de reinventar a imagem do Rio.

Encerramos o dossiê temático com o texto de Raimundo Nonato Ribeiro Santana que, no artigo "*História e Natureza: mudanças ambientais no norte de Goiás em relatos de cronistas e viajantes naturalistas no século XIX*", qualifica o Brasil desse período como recebedor de inúmeros viajantes naturalistas. Detendo-se ao estudo da então Província de Goiás, o autor analisa as transformações regionais perceptíveis a partir da documentação produzida por tais viajantes. Dessa forma, oferece um estudo sobre a transformação paisagística e a navegação do Rio Araguaia.

Dando prosseguimento, com o intuito de ser um mecanismo de ampla divulgação de produção científica, a Revista *Espacialidades* conta ainda com a Seção Livre. Nela contamos com publicações de temáticas variadas, não contempladas pelo dossiê temático, dentro da área História e Espaço.

Nesse sentido, apresentamos a contribuição de Helder Alexandre Medeiros de Macedo, em artigo intitulado "*Reflexões sobre a questão indígena no Seridó: entre a História e o patrimônio cultural*". Em seu texto, o autor destaca a importância da presença pretérita de comunidades indígenas para a cultura do Seridó norte-rio-grandense, fazendo parte do patrimônio cultural da região.

Em seguida, contamos com a contribuição de Gil Eduardo de Albuquerque Macedo, que em seu artigo intitulado "*Theatrum Mundi: Antônio Vieira e a comédia de Deus*", discorre sobre a "História do Futuro", polêmica obra do jesuíta Antônio Vieira. O "Quinto Império", cuja emergência está descrita na obra do jesuíta, tinha como intuito situar Portugal como responsável pela expansão do cristianismo pelo mundo. Através da análise da metáfora "Teatro do Mundo", o artigo investiga a postura do homem diante do mundo através da obra do padre jesuíta.

Recebemos ainda a contribuição de Felipe Alves Paulo Cavalcanti, através do artigo intitulado "*À procura das infâncias perdidas: espaço, poesia e sensibilidades saudosistas em 'Evocação do Recife', de Manuel Bandeira (1925-1936)*". Fazendo uso da categoria espacial em sua dimensão poética, o autor discute sobre as formas de

pensar e de sentir a saudade presentes no poema “Evocação do Recife”, do escritor Manuel Bandeira. Interessante destacar que esse poema foi escrito a pedido do intelectual pernambucano Gilberto Freyre, por ocasião da publicação do “Livro do Nordeste”.

A revista encerra seu sétimo volume com o artigo escrito por João Gilberto Neves Saraiva, intitulado “Relatos de viagens, mapas e noticiário de Guerra: representações do Nordeste brasileiro no The New York Times antes das instalações militares norte-americanas (1940-1941)”. O autor faz uso dos conceitos de “representação” e de “espaço” para refletir sobre as representações do Nordeste brasileiro, a partir do que fora produzido pelo jornal The New York Times, no recorte temporal imediatamente anterior ao ingresso oficial dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, nos últimos dias de 1941.

Nós da “Espacialidades” agradecemos aos articulistas por considerarem a nossa revista como o meio de divulgação para as suas produções científicas, bem como aos professores pareceristas do Conselho Consultivo, e aos colaboradores convidados por terem se dedicado e contribuído imensamente no âmbito da revisão dos artigos deste volume. Por fim, convidamos os leitores a apreciarem os textos de nossa revista.

Boa leitura e até o próximo volume!

Cordialmente,

Equipe Editorial da Revista Espacialidades.

Dra. Marcia Severina Vasques (editora responsável), Flávia Emanuely Lima Ribeiro Marinho, Francisca Kalidiany de Abrantes Lima, Keidy Narely Costa Matias, Priscilla Freitas de Farias, Renan Vinícius Alves Ramalho, e Tyego Franklim da Silva.

*Memórias alagadas:
a Amazônia Oriental e os
projetos hidrelétricos,
o caso da UHE de Estreito (MA/TO)¹*

Cícero Pereira da Silva Júnior²

Pere Petit³

RESUMO

Este trabalho tem por intuito examinar as tensões presentes nas memórias dos ribeirinhos atingidos pela usina hidrelétrica de Estreito ó MA/TO. Os atores sociais ouvidos são ex-moradores de uma localidade totalmente inundada pela barragem, conhecida como Ilha de São José. Atualmente, as famílias que moravam nesta ilha encontram-se distribuídas em reassentamentos localizados no estado do Tocantins. Todos os depoimentos são de moradores do reassentamento ãMirindibaõ, situado a 20 km da cidade de Araguaína-TO. Como arcabouço metodológico lançamos mão da História Oral, tomando como pressuposto que a memória é uma ação individual ancorada em categorias socialmente construídas, posto que por mais que a experiência dos fatos seja individual e subjetiva, sempre se dá numa quadratura socialmente localizada.

Palavras-chave: Hidrelétrica de Estreito; Memória; Impactos Sociais; História Regional.

ABSTRACT

This study is meant to examine the present tensions in the memories of riparian affected by hydroelectric plant Strait - MA / TO. Ears social actors are former residents of a fully flooded by the dam location, known as Island of St. Joseph. Today, families living on this island are distributed in settlements located in the state of Tocantins. All testimonials are resettlement of residents "Mirindiba", situated 20 km from the city of Araguaína-TO. As a methodological framework we used the Oral History, taking for granted that the memory is individual action anchored in socially constructed categories, since as much as the experience of facts is individual and subjective, always takes place in a socially located quadrature.

Keywords: Hydroelectric of Estreito; Memory; Social Impacts; Regional History.

¹ Artigo recebido em 10 de setembro de 2014 e aprovado em 19 de novembro de 2014.

² Formado em Filosofia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA), em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA).

³ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor Universidad de Salamanca (Espanha), vice-coordenador Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

ADENTRANDO NO PROBLEMA

A hidroeletricidade, fundamentalmente o modelo da Grande Hidrelétrica, articulada a outros mega projetos executados pelo regime autoritário, implantado pelo golpe militar-civil de 1964 (PETIT&CUÉLLAR, 2012), desde meados da década de 1970 do século XX, tem despontado, no Brasil, como modelo hegemônico para a geração e distribuição de energia. Esta preocupação redobrada do governo brasileiro com a geração de energia elétrica foi precipitada pela articulação de diversos fatores relativos tanto à conjuntura mundial quanto ao cenário que se formava no país, dentre os quais podemos destacar a crise energética mundial ocasionada pela alta do petróleo entre 1973 e 1979 (HOBSBAWM, 1995; VISENTINI, 2010). Esta crise acabou por acelerar os debates em torno da mudança nos rumos da política econômica mundial, apontando o esgotamento do modelo de "Estado de Bem-estar social", posto em operação entre os anos 1950 e 1960 e o tipo de "capitalismo assistencialista" executado por seus defensores como estopim da crise; o crescimento, mesmo desordenado, do parque industrial brasileiro que em 1977 consumia 57 kW de cada 100kWh produzido⁴ (BRASIL, 1977), assim como, o aumento do consumo de energia elétrica por parte da população brasileira⁵, especialmente pelo acelerado crescimento demográfico dos núcleos urbanos. Atualmente, 90% da geração de energia do Brasil é proveniente do potencial hidrelétrico de seus rios (ANEEL, 2002), ficando atrás somente da Noruega, cujo setor hidroelétrico é responsável por quase 100% do fornecimento de energia elétrica para aquele país (ROSA, 2011).

Pela sua posição geográfica, riquezas florestais e minerais e potencialidades econômicas, a incorporação da região amazônica aos projetos de desenvolvimento nacional foi e continua sendo considerada estratégica pelos diferentes governos federais desde a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) sua⁶. A Amazônia Oriental⁷, ponto de contato da Amazônia Legal⁸

⁴ Os outros 43kwh estavam distribuídos entre a iluminação pública (12), as residências (19) e o comércio e outros serviços (12) (BRASIL, 1977, p. 17).

⁵ A distribuição do consumo era bastante desequilibrada, mormente no que concerne à região amazônica que em 1977 consumia apenas 1,6% da energia produzida, índice irrelevante se comparado ao do sudeste que no mesmo ano fora responsável por 71,7%.

⁶ Os Grandes Projetos configuraram-se, desde o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek até a instauração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) no governo Geisel, em 1974, como um conjunto de intervenções de grande porte realizadas ou induzidas pelo governo federal com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico das regiões contempladas e de sua área de influência.

⁷ A Amazônia Oriental corresponde ao sudeste e leste do Estado do Pará, o Estado do Tocantins e o Oeste do Estado do Maranhão. Seus 895.265 km² de extensão representam o 10,6% do território nacional.

com as regiões Nordeste e Centro-Oeste, existe um enorme potencial florestal, mineral, agropecuário, pesqueiro e energético (BECKER, 1990; KOWARICK, 1995). Os denominados grandes projetos transformaram a paisagem o modo de vida das populações que residem nas áreas de influência desses empreendimentos e o que foram afetados pela construção e funcionamento das usinas hidrelétricas. Mudanças sociais, culturais, econômicas e territoriais, pois, além de submergirem parte não desprezível do território nacional habitado, acabam por deslocar compulsoriamente populações inteiras de seu espaço socialmente construído. Os moradores não foram obrigados apenas a abandonar suas moradias, mas também a abdicar de toda uma rede de relações que fora organizada durante anos.

Essas grandes construções, como todo empreendimento de grande porte, geram impactos imediatos a médio e longo prazo no meio ambiente e nas sociedades tradicionais, ultrapassando os limites de sua abrangência. No que se refere aos discursos para justificar esses efeitos, no caso das construções das hidrelétricas, predomina o de levar o desenvolvimento às regiões antes atrasadas (PARENTE, 2007, p. 102).



Fonte: www.gentequeeduca.org. Acesso: 25/11/2014.

⁸ A Amazônia Legal é constituída pela Amazônia Oriental, Amazônia Meridional (que compreende os estados do Mato Grosso e Rondônia) e a Amazônia Ocidental (estados do Amazonas, Acre, Roraima e os territórios do sul e oeste do Pará) (BECKER, 1982, p. 76; 1990 pp. 56; 98-107).

No relatório da Comissão Mundial de Barragens do ano 2000, ao questionar a equação custo-benefício que envolve a construção de hidrelétricas, se afirmava que os prejuízos, principalmente relacionados ao meio ambiente e as populações que habitam o entorno dos rios, são muito maiores do que os benefícios. Tanto é assim que um debate mundial passou a ser fomentado para discutir não somente a viabilidade econômica de se construir uma hidrelétrica, mas essencialmente seus custos ambientais e humanos (sociais, culturais, etc.). Destarte, também faz menção a estes impactos afirmando que as barragens fragmentaram e transformaram os rios do mundo, enquanto que estimativas globais sugerem que entre 40 e 80 milhões foram deslocadas pelas barragens (CMB, 2000, p. 07).

As famílias que residiam na Ilha de São José, situada no braço esquerdo do rio Tocantins entre Babaçulândia, no Estado do Tocantins, e Estreito, no Maranhão, sofreram o impacto da construção na sua área da Usina Hidrelétrica de Estreito. A reordenação territorial pela qual passaram estas famílias incorreu de forma bastante problemática, porque a maioria dos habitantes da Ilha tinha no Rio a fonte principal da produção de sua existência e na terra circundada por ele o complemento de sua sobrevivência por meio da agricultura de subsistência, ambiente que os reassentamentos e as políticas de realocação induzidas pela empresa responsável pela construção da hidrelétrica de Estreito não reproduziram. Ademais, o debate suscitado acerca dos reflexos danosos da obra, mormente para as populações que moravam à beira do rio Tocantins ou dele tiravam seu sustento, foi subsumido ou minimizado por uma retórica desenvolvimentista que prioriza o progresso econômico e o coloca como condição necessária para o desenvolvimento social.

A UHE DE ESTREITO EM QUESTÃO

A Usina Hidrelétrica de Estreito situa-se entre o município de Estreito no Maranhão (margem direita) e as cidades tocantinas de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (margem esquerda). Localizado ao norte do Tocantins e no Sudoeste do Maranhão, o barramento, situado às margens da BR010, no sentido Estreito-Carolina, dista 752 km da capital maranhense, São Luís, 130 km de Imperatriz/MA e 513 Km de Palmas, capital do Tocantins. As localidades diretamente impactadas são Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no estado do Tocantins e, do lado do maranhense os municípios de Estreito e Carolin.

Excluindo a calha do rio, o reservatório possui uma área de 400 km² com extensão de 290 km ao longo do rio e 400 km² de terrenos efetivamente inundados. A obra dividiu-se em três etapas que corresponderam à instalação do canteiro de obras, o processo de concretagem da casa de força e do vertedouro e, a edificação da barragem destinada a conter o rio e a ligar as duas estruturas mencionadas anteriormente, cuja dimensão abrange de 60 metros de altura por 480 metros de extensão. Possuindo oito unidades geradoras com capacidade para 135, 87 MW cada, destinadas a proporcionar potência de 1.087 MW é previsto que a usina gere aproximadamente 584,9 MW médios.

Conforme estimativas fornecidas pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE)⁹, empresa responsável pelas obras, após o processo que envolveu o estudo de viabilidade da região e escolha do local sobre o qual se ergueria a usina, realizado em 2001 e o arremate do leilão realizado pela ANEEL, em julho de 2002, que dava concessão para a implantação do projeto, as obras foram iniciadas em fevereiro de 2007 e o funcionamento da primeira turbina, previsto para setembro de 2010, só aconteceu em abril de 2011, sendo inaugurada oficialmente em outubro de 2012.

Nas próximas páginas concentramo-nos em examinar os impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais da hidrelétrica de Estreito sobre e a partir das narrativas dos moradores de uma localidade que se situava entre os municípios de Estreito (Maranhão) e Babaçulândia (Tocantins), chamada de Ilha de São José, e que atualmente jaz sob as águas do rio Tocantins por conta do barramento da hidrelétrica já citada. Na Ilha de São José residiam 74 famílias que foram transferidas para quadro reassentamentos localizados no Estado do Tocantins¹⁰. As famílias cujas memórias nos foram confiadas residem num reassentamento chamado Mirindibaõ que dista 20 km da cidade de Araguaína (Tocantins).

⁹ O consórcio é composto pela GDF Suez-Tractebel Energia (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e Intercement (4,44%).

¹⁰ No reassentamento Mirindibaõ se instalaram 19 famílias. Vinte e seis famílias ficaram no reassentamento do Baichão a 18km de Babaçulândia. Doze famílias estabeleceram moradia a 15 km de Babaçulândia, no reassentamento Bela Vista, antiga fazenda Itapuã. Onze famílias estabeleceram-se no Santo Estevamö, situado a quase 10 quilômetros de Babaçulândia.



Fonte: www.uheestreiro.com.br. Acesso 19/09/2013.
 A Ilha de São José é representada pelo ponto verde no centro do rio, entre Babaculândia - TO e Estreito ó MA.

MEMÓRIAS, DISCURSOS, CONFRONTOS...

A memória oral ajuda-nos a entender como as ressonâncias dos impactos ocasionados pela barragem de estreito atravessam a vida dos moradores da comunidade antes ribeirinha, atualmente rural que foi alvo desta pesquisa, porque os depoimentos dos agricultores, pescadores, vaqueiros e donas de casa puseram diante da clareira da história a maneira como vivenciaram e abstraíram os desdobramentos dessas construções de uma perspectiva oblíqua à lógica ancorada no discurso do desenvolvimento econômico como meta hegemônica. Dessa forma, com o intuito de costurar os fatos à experiência dos fatos e dar ao emaranhado de subjetividades que se

nos apresentaram durante as entrevistas, achamos pertinente eleger a História Oral como principal ferramenta teórico-metodológico. Metodológico porque o caminho decidido para conduzir as conversas foi o da Entrevista Temática, entendida como um recorte na história de vida do indivíduo a partir de um acontecimento específico. É claro que a opção pelo caminho da entrevista temática não dispensou a trajetória de vida do entrevistado: esta ficou em um plano secundário, complementar, pois, no mais das vezes, para entendermos a percepção que o entrevistado possui do fenômeno é fundamental que entendamos de que maneira a sua história estabelece ressonâncias com ele. Ora Thompson corrobora esta assertiva ao lembrar-nos que, “[...] a evidência, em cada história de vida, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo” (THOMPSON, 1996, p. 302). Em outras palavras, a experiência social não se dissocia da vida individual, por isso, haverá sempre fragmentos da experiência individual do narrador, quando ele nos relata um fato. Teórico pelo fato de abstrairmos a memória como um ato individual calcado em categorias socialmente apreendidas. Ora, se em última instância é o indivíduo que escolhe não somente o que deseja recordar, mas também a forma como repassará esta recordação, ele o faz no interior de uma sociedade e, portanto imbuído das relações sociais e de poder que acabam incidindo sensivelmente em sua forma de ver o mundo e também de repensar o passado. Assim, “a representação sobre o que seja uma memória é, portanto, inextricável de seu uso social e a *mnemotecnia* ou as artes de memória constituem uma preciosa via de acesso à interpretação das culturas” (DUARTE, 1983, p. 28).

Dessa forma, tomando como premissa que “uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão” (THOMPSON, 1992, p. 25) e que os discursos emitidos nas narrativas articulam-se como “formas de ação dos indivíduos na sociedade” (PETIT, 2003, p. 251) e que só podem ser entendidos se examinados a partir da conjuntura na qual foram enunciados, defendemos que a relação entre memória e discurso é fundamental para quem escolhe atores sociais diretamente envolvidos no fenômeno estudado como fonte histórica principal. Posto que seus discursos, por vezes conflitantes, formam-se no interior do fenômeno e não de fora e, nesse sentido, são elaborados para sustentar suas visões de mundo e imbuir suas ações de positividade lógica. Partindo deste pressuposto, podemos confrontar dois depoimentos bastante distintos e que demonstram o terreno discursivo conflituoso criado em torno da construção da hidrelétrica de Estreito. O primeiro traduz o esforço do Gerente de Meio do CESTE em apresentar a UHE de

Estreito como um projeto não apenas viável economicamente, mas realizável do ponto de vista ambiental e social. Em seguida, confrontaremos este enunciado, com outra linha argumentativa, a de Dona Francelina, ex-moradora da Ilha de São José e que teve que deixar sua casa por ocasião do enchimento do reservatório e, conseqüentemente, da total submersão da Ilha. Atentemo-nos, então para o discurso do representante do Consórcio Estreito Energia:

Não é sonho de ninguém construir hidrelétrica [...] a gente tem que achar uma forma de crescimento [...] tentar fazer o desenvolvimento de forma mais limpa [...] então se a gente tá pensando no país, que a economia cresça, que o PIB cresça, que tenha uma melhor distribuição de renda, que aumente a renda do país, precisa de energia. E uma fonte de energia que o Brasil tem como mais barata é a hidrelétrica, hidrelétrica, que é uma energia renovável né? [sic]¹¹.

O discurso do gerente de Meio Ambiente do CESTE utiliza uma tática muito comum em empresas que precisam justificar suas intervenções nas regiões impactadas e os resultados pouco favoráveis às populações dessas regiões, qual seja: a de que os interesses da nação, do país estão acima dos interesses ou direitos das pessoas que compõem este território: òse a gente tá pensando no país...ö. Ademais, ele utiliza no início de sua enunciação um artifício retórico para eximir a empresa da responsabilidade e mascarar os interesses econômicos do grupo, pondo-se no papel de simples *canal* ou instrumento para a realização dos anseios do país: òNão é sonho de ninguém construir hidrelétrica [...], então se a gente tá pensando no país...ö.

As palavras òpaísö e òBrasilö possuem na conjuntura do discurso um peso agregador, pois interpelam o interlocutor através de uma proposta de identificação. Dessa maneira, o escalonamento entre um discurso técnico vertido a uma suposta vivência concreta, pretende criar uma linguagem que se insinua como solidária aos dois mundos (o do CESTE e o dos ribeirinhos). Por isso o uso de òeconomia cresçaö, o òPIB cresçaö, seguido imediatamente para a locução que vai inserir a suposta solidariedade para como o atingido: òdistribuição de rendaö.

Outrossim, além de produzir um efeito de aproximação entre os objetivos do país e a vida dos atingidos, a utilização da superposição dessas categorias gerais dá ao discurso do gerente do CESTE um molde de irrefutabilidade, posto que ele não está ali para expor os òinteresses da empresaö, mas os òinteresses do paísö. É como se nas

¹¹ Gerente de Meio Ambiente do CESTE, 2007.

entrelinhas de seu discurso ele nos interpelasse com a seguinte inquirição: "que tipo de brasileiro seria capaz de insurgir-se contra o progresso do próprio país?". Dessa maneira o discurso é "blindado" contra qualquer possível tentativa de refutação. Em outras palavras, "esse mecanismo de antecipação incorpora as objeções do outro, antes que ele as formule para, desse modo, desqualificá-las e fazer com que o outro se cale." (LAGAZZI, 1988, p.65).

Outro fator interessante é que no momento em que o interlocutor nos diz que "Não é sonho de ninguém construir hidrelétrica" ele procura isentar-se de toda e qualquer responsabilidade diante dos transtornos sofridos pelas populações na área de impacto da hidrelétrica ou intencionalidade em relação aos retornos financeiros do empreendimento para o consórcio; o efeito de poder de sua construção discursiva nos induz a imaginar que o CESTE é praticamente obrigado por circunstâncias muito maiores e nobres a realizar a obra. Ora, isso "não é sonho de ninguém...".

A continuação da frase reforça o caráter urgente, quase inexorável da construção da hidrelétrica, que não seria um projeto de vida, mas uma necessidade *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Então, ele arremata a argumentação fazendo menção a duas categorias que se encontram na ordem do dia: desenvolvimento e meio ambiente. O discurso do gerente de Meio Ambiente do CESTE utiliza palavras como "crescimento", "desenvolvimento de forma mais limpa" e "energia renovável" para minimizar os prejuízos ambientais e sociais ocasionados por construções desta monta e utiliza novamente a "língua de madeira" ao lançar mão de um estilo retórico vazio em termos explicativos, mas bastante eficaz quando não se tem informações sólidas sobre o assunto, ou quando se quer fugir de uma "sinuca intelectual", qual seja: utiliza categorizações gerais para explicar uma situação local enfatizando que os impactos ocasionados pela construção da hidrelétrica (como a saída compulsória das famílias de localidades nas quais alguns viveram por cinquenta anos, a mortalidade de peixes no lago, o alagamento de áreas enormes, o inchaço populacional das cidades atingidas, a dificuldade dos atingidos de reconstruírem suas vidas em locais com condições diferentes e mais difíceis do que as antigas moradias, o represamento do rio, e assim por diante) são irrelevantes se comparados os lucros e benefícios em termos nacionais como "o crescimento da economia de do PIB" que "tenha uma melhor distribuição de renda, que aumente a renda do país".

O caráter autoritário do discurso se manifesta no artifício utilizado pelo entrevistado de esconder-se atrás do que ele deu a entender que seriam as necessidades

do país, vejamos as locuções utilizadas: **õa gente tem** que achar uma forma de crescimento, **õse a gente tá** pensando no país. Na última frase a utilização da partícula condicional **õseõ** não é aleatória porque força a uma conclusão: a construção da hidrelétrica. Ademais, esse **õa genteõ** cria um efeito duplo: inclui todos no empreendimento e inquire aquele que ouve o discurso a aderir forçosamente a ele, porque o **õa genteõ** pode ser entendido como **õvocêsõ**: **õse** vocês estão pensando no país (porque nós já estamos fazendo isso).

Para terminar, o discurso do representante do Consórcio Estreito Energia reproduz a linha diretiva do discurso que entende que o progresso e o desenvolvimento só podem ser alcançados a partir do crescimento econômico e do constante aquecimento do mercado, as outras esferas como o desenvolvimento humano e social seriam apenas o resultado da equação. Por isso o constante uso da condicional e do imperativo. Ao término deste trecho da entrevista ele utiliza a partícula **õnéõ** para fechar seu argumento. Este **õnéõ** possui o efeito de convite e interpelação: convida o ouvinte a aderir ao ideário exposto na argumentação da anuência ao tom interrogativo com que ela termina. Todavia, age também com uma intimidação porque induz o ouvinte a sentir-se obrigado a tomar como irrefutáveis as informações expostas acima e que por isso, deve concordar com o exposto.

Diametralmente oposta à posição acima analisada é a perspectiva que podemos vislumbrar no depoimento de Dona França, moradora antiga da Ilha de São José, acerca das perspectivas de desenvolvimento e as mudanças de melhoria de vida que os representantes da barragem fizeram circular na localidade, antes mesmo do início das obras de construção da hidrelétrica. Ela nos diz o seguinte: **õQue diabo de progresso, né? [...] Progresso o quê? Vai vender energia não é? É o progresso deles e eu não estou precisando disso¹².**

O que emerge no depoimento de dona Francelina que ao ser indagada sobre o que achava do suposto desenvolvimento que a barragem traria para a região é a sensação de progresso excludente que atinge as populações ribeirinhas impactadas pelas barragens. Essas populações só experimentam a face perversa do progresso, suas ressonâncias mais nefastas. É preciso, assim, **õacordar os mortos e juntar os fragmentosõ** (BENJAMIN, 1994, p. 226). O discurso que agora analisamos utiliza expressões carregadas de estranhamento e exclusão. A maneira como ela entende o progresso, que

¹² Francelina Coelho de Sousa (Dona França), entrevista realizada no dia 21 de abril de 2008.

não diz respeito a ela: ãé o progresso delesö. O discurso do gerente de meio ambiente do CESTE é eivado de locuções que procuram agregar, instigar um sentimento de partilha e participação nos caminhos do país ó por isso o uso constante de ãa genteö; as palavras de dona França, pelo contrário, demarcam muito bem a separação entre õelesö, o CESTE, e ela, a ribeirinha. No discurso de dona França o Progresso é algo tão exógeno que ela declara não precisar dele o que nos mostra que este progresso não é uma categoria universal ou um processo pelo qual todos forçosamente precisam passar, mas é tão somente uma imposição que alcança hegemonia por conta das necessidades das classes dominantes que, por intermédio de vários mecanismos tornam o seu discurso verdadeiro, relegando à marginalidade as outras vozes. Dona França também desconstrói a ideia de que a construção da barragem seria um bom negócio para todos, ao mencionar que o progresso õdelesö está ligado a uma variante financeira que não lhe interessa porque não se sente participante e nem convidada a tomar parte neste processo como beneficiária, mas somente sair do caminho do progresso, ão progresso delesö. A palavra õdelesö indica distanciamento, estranheza, a não partilha dos ideais do outro. O consórcio é entendido como uma alteridade incontornável, que não se importa em entender a perspectiva daqueles que estão do ãlado alagadoö do processo.

Consideramos que o ãconfrontoö entre os dois depoimentos-discursos nos ajudam a interpretar que os sujeitos ao falarem, acabam mostrando seus lugares sociais de enunciação (DE CERTEAU, 2011), posto que, apesar de manterem sua relação com o mundo por intermédio da linguagem, os sujeitos falantes não possuem o controle total dos sentidos que manuseiam. Em outros termos: ão sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem neleö (ORLANDI, 1999, p. 32). Dito de outra forma, nosso lugar social perpassa nosso discurso à nossa revelia.

O ONTEM, O HOJE E O AGORA: DES-TERRITORIALIZAÇÃO E RE-TERRITORIALIZAÇÃO.

A Hidrelétrica de Estreito acarretou impactos antes mesmo do início de sua construção. Com o aumento da presença de representantes do Consórcio Estreito Energia no território da Ilha de São José e as negociações e conflitos com a empresa, além das dissensões entre os próprios moradores da Ilha, pois nem todos se opunham à construção da barragem, pelo contrário; muitos receberam a notícia com certa euforia porque vislumbravam uma compensação econômica favorável. As opiniões tomaram o

rumo contrário no momento em que os moradores se sentiram lesados pelos representantes do empreendimento. Isto pode ser vislumbrado no depoimento concedido em 2009 por Maria da Ilha, moradora estreitamente envolvida no processo de negociação e resistência à barragem de Estreito:

Foram poucas pessoas que no início não eram a favor da barragem. A maioria era a favor da barragem devido à dominação, como é que se diz, da ilusão. O grupo que sempre debatia com a barragem era menos. Agente não tinha muita força. Além de ter a empresa [...] tinha os políticos¹³.

A narrativa acima nos permite vislumbrar que a simples inserção de notícias acerca do empreendimento ocasionou uma série de mudanças no cotidiano daquela comunidade. Maria da Ilha tendo por base o embate real de interesses que se aglutinaram em torno da possibilidade de construção da barragem, tanto por parte das famílias que seriam impactadas, quanto das elites econômicas e políticas da região, deixa clara sua ciência da força advinda da relação entre *dominação* e *ilusão*, o jogo de sombras utilizado pela propaganda e pelas propostas de indenização. Nesta fala podemos vislumbrar a força alienatória da possibilidade de melhoria de vida rápida e fácil. O depoimento também pontua fatores importantes na dinâmica dos grupos que se mobilizaram em torno do empreendimento. Mostra-nos que havia forte pressão política relacionada ao projeto da barragem, posto que as elites locais procuraram apropriar-se de sua implementação e propaganda desenvolvimentista. Das empresas da cidade que tinham o desejo de oferecer seus serviços ao consórcio responsável pela construção e dos moradores da ilha que receberam com otimismo as propostas dos representantes do CESTE porquanto envolviam promessas de emprego e outras compensações e ajudas econômicas.

Essas transformações foram mais violentas para os mais velhos, pois a eminente possibilidade de um êxodo compulsório que implicava em rearticular laços de convívio e reconstruir relações é uma atividade mais árdua para o idoso. Os laços afetivos que se desenvolvem na cidade são voláteis, não se firmam ou concretizam-se tão rápido quanto se desmancham, porque é a utilidade que os possibilita. Quando acaba a utilidade, a amizade também termina, porque esta é puro consumo. Como escrevera Zygmunt Bauman:

¹³ Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha). Entrevista feita em 17 de maio de 2009.

Nada deveria ser abraçado com força por um consumidor, nada deveria exigir um compromisso até que a morte nos separe [...]. O que realmente conta é a volatilidade, a temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais que o próprio compromisso, que de qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto de desejo (BAUMAN, 1999, p. 87).

O ritmo da cidade prescindia da senescência relegando-a à inutilidade. Assim, quando a ilha submergir, é provável que os projetos dos velhos afoguem-se junto com ela. Ora, durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos (BOSI, 2004, p. 80). Outrossim, é fundamental ressaltarmos que todas essas variáveis não podem ser entendidas separadamente, porque implicam-se de forma dialética. Portanto, essa transição do sertão para a cidade implica numa mudança de vida num aprender a viver de novo. Outro ex-morador da Ilha de São José, Raimundo Vicente, expressa de forma metafórica as dificuldades que emanam da inexorabilidade da mudança:

O povo tem um dizer que é uma certeza: que o animal que é da cela, com os ferros todos macios, no dia que bota a cangalha nele, ele acha ruim, ele não quer aceitar, pois é como a gente que mora no interior. A gente acostumado na vida do sertão, a gente é dificilmente se acostumar na cidade, com a vida da cidade. A vida na cidade é outra bem diferente [...] mas no caso de não dar certo o que a gente pensa, o quê que há de fazer? Tem que ir pra lá mesmo.¹⁴

Raimundo Vicente, por intermédio da metáfora do animal sem cangalha ilustra, para além do que significa a vida na cidade para o habitante do campo, a tensão e incerteza decorrentes do inevitável deslocamento. Ora, reaprender a viver significa reconstruir a vida num outro lugar, num mundo diverso, com valores e relações igualmente distintas das vividas até então. Ademais, as duas metáforas utilizadas por Raimundo Vicente, tanto a do animal que muda da cela para a cangalha quanto a do reaprender a viver, portanto, re-nascer, traduzem processos traumáticos, mudanças violentas, em que os mais implicados são forçados a adaptarem-se às novas circunstâncias, sejam elas favoráveis ou não.

Os impactos com os quais os ex-moradores da Ilha de São José estão lidando atualmente referem-se às dificuldades de adaptação às novas moradias, ao terreno dos reassentamentos e à ausência de água corrente. Os reassentamentos não reproduzem o modo de vida que se levava antes na ilha. Nos dois primeiros anos no reassentamento

¹⁴ Raimundo Vicente, 68 anos. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

õMirindibaõ os realocados encontraram diversas dificuldades para o plantio, posto que a terra era pouco apta para a agricultura, sendo que o Consórcio Estreito Energia (CESTE) teve que providenciar assistência técnica para preparar o solo para o plantio. É o que nos relata a memória oral de seu Leonardo, esposo de Maria da Ilha:

Aqui eu cheguei [...] tinha só o raio do capim, isso aqui era capim de sumir com a gente dentro [...] tocamos um foguinho aqui, depois outro foguinho por ali assim e fomos queimando devagarzinho [...], mas aqui na enxada, você vai fazer uma lavoura grande.... não dá conta não: é preciso ter dinheiro. É preciso aprender a mexer com veneno, eu não gosto de trabalhar com veneno não, mas esse outro pessoal aí só trabalha com veneno¹⁵.

Este depoimento nos mostra que os moradores precisaram re-colonizar o lugar e reaprender a plantar, porquanto as técnicas empregadas na ilha, cuja adubação da terra dependia somente do rio, não puderam ser utilizadas de todo no solo do reassentamento, que necessitava de intervenção química. O reaprender a viver já começa no manejo da lavoura. Outros depoimentos confirmam isso, por exemplo, Raquel, filha de Maria da Ilha e Seu Leonardo: õquando a gente chegou a terra não produzia (agora tá até começando, né?). A gente plantava as coisas e não prestava. Aí o pessoal foi falando: õEh nós vamos embora daqui!õ, porque aqui não prestaõ¹⁶. Seu Raimundo Vicente também relata isso:

Quando chegamos aqui, no dia 4 de agosto, [...] no primeiro ano de serviço essa terra não deu nada, só abóbora, não prestou pra nada. Ai acontece que, aqui o modo de trabalhar não é o nosso lá não, aqui é diferente: [...] tem que mecanizar a terra, tem que adubar e isto aconteceu.¹⁷

Ambas as narrativas possuem como ponto de convergência a ênfase nas complicações apresentadas pela estrutura do terreno e que, além de tornarem mais custoso o cultivo e o manejo das lavouras forçaram os moradores a lançarem mão de outras formas de cultivo, porquanto o elemento mais importante na sua dinâmica produtiva anterior, o rio, não está presente. Outrossim, a relação dos ribeirinhos com esses dois elementos ó o rio e a terra ó articulava-se para além da perspectiva de um simples meio de sobrevivência. É a partir desta ótica que Sonia Barbosa Magalhães tece o seguinte argumento:

¹⁵ Seu Leonardo. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013.

¹⁶ Raquel Alves Nunes da Silva, 28 anos. Entrevista realizada em 06 de novembro de 2013.

¹⁷ Raimundo Vicente. Entrevista concedida em 16 de agosto de 2013.

[...] se pode pensar que a um nível geral, esta inundação de grandes parcelas do território nacional traz, por consequência, um reordenamento espacial que incide sobre o uso e apropriação do solo, sobre as potencialidades de desenvolvimento da economia extrativa ó mineral e vegetal -, a nível específico têm-se como consequência, para os camponeses a redefinição de todo o modo de vida associado ao padrão mesmo de uso e de apropriação do território (MAGALHÃES, 1994, p. 448).

Em lugar das águas caudalosas e copiosas do Tocantins, existe um riacho sazonal que passa por trás de algumas casas e que só enche entre os meses de dezembro e abril. Alguns moradores de outros reassentamentos reclamam da qualidade da água. Dessa forma, para resolver este problema, foram instalados em todas as propriedades poços artesianos e carros-pipas circulam diariamente os reassentamentos a fim de fornecer água para o gado e para a lavoura.

Outro problema é que o CESTE não entregou os reassentamentos completamente finalizados. Os moradores relatam que falta um centro comunitário e um posto de saúde para atender às famílias. As casas novas são de alvenaria. Consistem em três quartos pequenos, uma sala, cozinha, banheiro e uma pequena área de serviço. Todas, ao contrário das moradas da ilha, possuem energia e água encanada. O que agradou aos mais jovens, mas não convenceu os mais velhos das vantagens do reassentamento em relação à ilha. Esta conjuntura nos indica que as negociações e conflitos não terminaram com a realocação das famílias, posto que estas continuam cobrando a assistência do Consórcio Estreito Energia para resolver problemas relativos às condições dos reassentamentos.

Passados cinco anos da realização da entrevista acima, oito anos das primeiras incursões dos representantes do CESTE à ilha de São José e três anos e meio do remanejamento dos moradores, já no reassentamento negociado com o CESTE, podemos vislumbrar dois depoimentos interessantes. O primeiro é de Maria da Ilha e o segundo de seu cunhado, Seu Júlio. Ambos nos contam como foi desenhado o ambiente anterior ao empreendimento e as dissensões que ocorreram entre os próprios moradores em torno da construção da hidrelétrica e da possibilidade de alagamento da Ilha de São José. Vejamos o que relata Maria da Ilha:

Teve gente que pensou que nunca mais ia ficar pobre na vida. Foi uma festa. Todo mundo já tinha suas coisas para vender, porque ia ter uma melhora de vida, ia arranjar um emprego, então: ãeu vou vender minhas terras, porque eu vou indenizar, vou receber uma indenização,

vou comprar um carro, vou comprar uma bicicleta, comprar uma fazenda.¹⁸

Isto é o que nos diz seu Júlio:

No início, quando começaram a falar da barragem isso lá, pra todos lá era um sonho. Quando esse pessoal mesmo do projeto começou a circular de casa em casa - que eles têm um processo de botar as pessoas para visitarem de casa em casa, né. Falando sobre tudo, sobre a barragem e tal, o projeto que ia acontecer [...] muitos começaram a xingar o pessoal, dia de reunião queriam mesmo, como se diz, tipo partir na bruta, zangado, muito zangado. Bom imagina, quando se falava em projeto de igualdade tinha gente que ficava por aqui, queria se fosse possível, pegar o do outro, não podia dar aquilo pro outro, porque... aquele que não tinha, no caso, o desejo dele era que nunca tivesse [...], mas não! Uns como se diz, sem conhecimento, sem muito entendimento: ãah, mas como é que eu tenho e o fulano não tem, como é que ele vai ter o mesmo que eu tenho? Não!õ aí era onde tinha as divergências e eles ficavam às vezes, com raiva do pessoal da empresa¹⁹.

As narrativas acima nos apresentam uma característica importante subjacente tanto aos depoimentos referentes à Ilha, quanto às narrativas acerca do processo que culminou no êxodo dos moradores para os reassentamentos, qual seja, aquilo que podemos chamar de ãmemória divididaö (PORTELLI, 2006)²⁰, isto é, memórias que se constroem de forma antagônica, justamente por que aqueles que recordam fizeram experiências diferentes e também perceberam distintamente o mesmo cotidiano. E também nos ajudam a vislumbrar alguns rastros que destoam o individual do coletivo, mesmo que esta distinção seja abstrativa.

As duas narrativas nos informam que a forma de abordagem dos empregados do CESTE causou um clima de confusão e euforia entre os moradores: õfoi uma festaö. Se por um lado, alguns vislumbraram nos discursos dos representantes da empresa uma promessa de mudança de vida a partir das indenizações, outros, por outro lado, não receberam a notícia com tanta efusão. De qualquer forma, não obstante suas diferenças, ambos os depoimentos mostram que os impactos dos empreendimentos hidrelétricos, isto é, as intervenções drásticas no sentido de mudar o modo de vida das

¹⁸ Maria da Ilha. Depoimento gravado em 16 de agosto de 2013.

¹⁹ Julho Alves da Silva. Entrevista realizada aos 10 de fevereiro de 2014, no reassentamento Mirindiba.

²⁰ O termo emergiu das pesquisas de Giovanni Contini sobre um massacre executado por soldados alemães em 1944, numa cidade montanhosa da Toscana, chamada Civitella Val Di Chiana, em represália a ações da resistência italiana à ocupação nazista. Alessandro Portelli retoma este termo explicando que este massacre acabou gerando duas memórias contraditórias, uma nacionalista que louvava os atos de coragem dos membros da resistência e outra pautada no luto das famílias dos homens fuzilados e que culpava os membros da resistência pelo massacre. Cf. PORTELLI, 2006.

comunidades atingidas começam bem antes do início da construção, mas iniciam-se com o anúncio da obra (SIGAUD, 1988).

O discurso de Maria da Ilha possui estrutura mais dicotômica, tanto que procura enfatizar os efeitos ideológicos da propaganda do CESTE, no sentido mesmo de escamotear os efeitos danosos do empreendimento por meio de uma retórica de moldes messiânicos que prometia indenizações, possibilidades de compra de casas na cidade, empregos na construção da hidrelétrica para os mais novos e coisas do gênero. Os moradores passariam a tomar consciência das reais proporções e implicações da construção da barragem em suas vidas após outras incursões dos representantes do CESTE na comunidade.

O depoimento de seu Júlio nos apresenta elementos que esmaecem um pouco a imagem dicotômica que nos foi apresentada por Maria da Ilha. Nosso interlocutor aponta que os conflitos iniciaram tão logo começaram as visitas do CESTE. Ademais, o que chama a atenção é que as dissensões desdobraram-se tanto entre os moradores e a empresa, quanto entre os moradores entre si, justamente por conta das indenizações. Em seu depoimento, seu Júlio deixa transparecer que o problema não era a barragem e o realocamento, mas as condições em que o último seria feito, assim como os valores que os proprietários receberiam por suas casas e lavouras. Isto desloca a discussão para outro terreno. Qual seja o de que ambos falam de solos discursivos distintos, seus lugares de enunciação não coincidem: Maria da Ilha mais que ser contra a barragem, era militante do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e fazia campanha aberta contra o empreendimento na ilha e articulava manifestações em Estreito. Isto já nos aponta o engajamento político e ideológico desta moradora, denotando assim, que sua argumentação insere-se numa linha diretiva muito bem demarcada, qual seja, a de um movimento social específico cuja pauta de discussão é organizar os atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos. Seu Júlio, por seu turno nutria uma forte vontade de deixar a ilha, pois para ele era um entrave à sua prosperidade por conta dos prejuízos causados pelas cheias periódicas do rio Tocantins.

Este confronto de memórias ajuda-nos a compreender as relações de poder que tendem a produzir efeitos de verdade quando os indivíduos escolhem o enredo de suas histórias e deixam rastros de intencionalidades. Nesta perspectiva a oralidade dos narradores torna-se significativa, porquanto através das particulares concatenações de suas narrativas “[...] cada narrador dá sua interpretação da realidade e situa-se nela

juntamente com os outros (PARENTE, 2005, p. 300). Essa interpretação vem sempre marcada pelos interesses, valores e engajamento político dos narradores.

Existem outros rastros que se alojam por entre as vielas da narrativa de Seu Júlio. O primeiro deles é que, diferentemente do depoimento de Maria da Ilha, Seu Júlio faz questão de mencionar o esforço do CESTE em entrar em contato de forma sistemática com os moradores e promover reuniões para discutir a situação e que a truculência partiu dos ribeirinhos que queriam partir na bruta e não dos funcionários da empresa. O outro ponto repousa na seguinte sutileza: Se Maria da Ilha defende que os funcionários da empresa enganaram os moradores com promessas; Seu Júlio argumenta que a desinteligência partiu dos moradores que não compreenderam ou não queriam compreender as propostas dos representantes do consórcio. A riqueza deste depoimento reside no fato de que ele deixa uma brecha que nos permite enxergar pegadas que traem nosso interlocutor, por exemplo, ao falar que a empresa têm um processo de botar as pessoas para visitarem de casa em casa, né. Falando sobre tudo, sobre a barragem e tal, o projeto que ia acontecer, deixa escapar que não havia propostas por parte da empresa, mas apresentação de ações mitigatórias, pois as reuniões não visavam discutir a barragem, pois esta já era um fato que não dependia dos ribeirinhos, mas de ações na justiça. As reuniões com os moradores tinham apenas o intuito de corroborar o caráter inexpugnável da construção, sobretudo conscientizar os moradores de que a barragem ia acontecer e que eles precisavam organizar-se e prepararem-se para deixar o lugar em breve.

Se o depoimento de Maria da Ilha possui tessitura mais linear, a narrativa de Seu Júlio é mais esquiza, pois, ao mesmo tempo em que afirma o caráter positivo das ações da empresa, deixa à mostra as atitudes discricionárias de seus representantes. Esta característica não compromete em nada seu depoimento, pelo contrário; torna-o mais verossímil, visto que, não interessam aqui os fatos puros ou a possibilidade epistemologicamente impossível ou mas a sua virtualidade, ou seja, a forma como ele é construído e reconstruído pelos narradores apoiados por suas memórias. Em outras palavras, o depoimento interessa-se muito mais pela representação do que pela realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cruzamento dos depoimentos permite-nos perceber de maneira mais diáfana a complexidade e heterogeneidade do processo de des-territorialização e re-territorialização implicados no re-alocamento dos atingidos pela hidrelétrica de Estreito. Mesmo dentre aqueles diretamente impactados as narrativas emanaram de lugares de poder diferentes, pois entre os moradores da Ilha de São José, havia militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como Maria da Ilha, pequenos agricultores, agregados que não possuíam um título formal de propriedade e criadores de gado um pouco mais abastados. Portanto, não constitui nenhuma surpresa que elas produzam discursos que apresentem singularidades entre si, que podem, inclusive, beirar o conflito. Dessa forma, em seus discursos identificamos uma espécie de memória dividida. Entretanto uns foram favoráveis ao remanejamento entendendo-o como algo bom, outros guardavam certo ressentimento em relação à forma como o processo se desdobrou. Ambas as acepções são válidas, posto que o escopo das análises não era o de provar a veracidade ou não das reminiscências, mas a condição de possibilidade delas, isto é, a tecnologia de sua formação.

Nesse sentido, o ato de narrar articula-se como uma apreensão hermenêutica do tempo, posto que o indivíduo, seja relatando um testemunho ou contando sua história, não apenas interpreta seu passado, mas constrói um enredo, encadeia os eventos, reconfigura sua sequência. Ademais, é nessa fratura do real que se desencadeia um jogo entre a duração enquanto já acontecido e o sucedendo-se, pois quando o indivíduo pronuncia *õno meu tempoõ* ou *õnaquele tempoõ* ele distancia-se do presente e toma posse da existência vivida. Ademais, aponta para o fato de que recordar não é um exercício de saudosismo mas uma maneira de dar sentido ao presente, ajudar a construir a própria existência na história. A ilha tornou-se um lugar de memória no sentido de que os moradores acabaram construindo memoriais da ilha nos reassentamentos, como malocas nos quintais, plantando as mesmas coisas que se planava na ilha, etc. Dessa maneira, por mais dispersas que possam parecer as reminiscências de meus interlocutores, elas apontam para diversos sintomas que se articulam como *õlugares comunsõ* no tocante ao debate sobre as construções hidrelétricas e os prejuízos de ordem econômica, cultural, ambiental e social que estes empreendimentos causam para as populações que moram próximas às obras, mas que nunca foram seriamente repensados ou discutidos.

O primeiro deles, de âmbito local, é que a relação entre o Consórcio Estreito Energia (CESTE) e os moradores impactados deu-se de forma autoritária, de cima para baixo. E esta é uma conjuntura estende-se a todos os empreendimentos hidrelétricos instalados em solo brasileiro. Assim, faz-se mister ouvir a versão dos impactados que muitas vezes é subsumida pela posição favorável dos jornais, pelas pressões políticas e pelo próprio discurso desenvolvimentista das empresas responsáveis pela construção. Ademais, percebe-se que a preocupação do CESTE não foi a de assegurar um lugar em que as condições de vida anteriores dos ribeirinhos fossem minimamente asseguradas, mas apenas retirá-los da Ilha de São José com vistas a cumprir o prazo para o enchimento do lago. Assim, os moradores impactados são tratados, não como indivíduos que precisaram deixar compulsoriamente suas localidades, moradias, laços vicinais e modo de produzir a existência, mas como estatística, como problema a ser resolvido e, posteriormente, abandonado. Por esta forma, o progresso, que se articula no discurso das empresas como essencialmente dependente da geração de energia, possui umas faces perversas: a) para gerar energia para o desenvolvimento é necessário que muitas vidas sejam desequilibradas; b) as populações atingidas não se sentem participantes desse desenvolvimento, pelo contrário, sentem-se excluídas; c) a região amazônica se constitui em uma espécie de òcolônia energética destinada a atender as demandas de energia de todo o país sem qualquer preocupação séria em torno de questões ambientais.

As inúmeras possibilidades éticas e pedagógicas suscitadas que nos fornecem os depoimentos orais por conta do face a face e da oportunidade de ouvir uma versão individual da história, não significa esquecer que a relação entrevistador-entrevistado envolve relações de força e de estratégia nas quais o entrevistado expõe sua visão da história e o entrevistador procura cotejar no discurso de seu interlocutor õbrechasõ ou õfissurasõ e também ideias e práticas coletivas. Esta mesma relação envolve também o encontro, a disponibilidade e a confiança, pois os narradores não foram encontrados em arquivos ou salas empoeiradas, mas nas cozinhas de suas casas, nos quintais, sentados à sombra de mangueiras rodeadas de galinhas e patos, na roça, em meio à plantação de milho, arroz ou mandioca; ou simplesmente conversamos à beira do rio ou durante um jogo de dominó. Conversas realizadas, muitas vezes, ao som dos gritos, choros e risadas que emanavam das brincadeiras dos netos ou filhos dos entrevistados.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Aproveitamento do Potencial Hidráulico para a Geração de Energia*. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.ana.gov.br>. Acesso em 07/07/2013

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. *Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental*. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília: 2007.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *“In-visibilizar” populações e legitimar iniquidades: a apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do setor elétrico*. In: ZHOURI, Andréa. *As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 219-238

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BENJAMIN, Walter. *“Magia e técnica, arte e política”*. In: *Obras Escolhidas*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a, pp. 22-253.

_____. *“Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo”*. In: *Obras Escolhidas*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b, pp. 09-268.

BERMANN, Célio. *“Contextos e cenários do setor elétrico brasileiro”*. In: MILLIKAN, Brent et al (orgs.). *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século XXI: Desafios e oportunidades*. Brasília: Rios Internacionais, 2012, pp. 15-22.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. *Energia Elétrica no Brasil: Da primeira lâmpada à ELETROBRÁS*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. *Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões*. Disponível em: http://www.fbms.org.br/old/doc/resumo_barragens.pdf. Acesso em 08/09/2013.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. 7. Ed. Campinas: Papirus, 2011.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. "Grandes Projetos e o crescimento da indústria na Amazônia". In: SILVEIRA, Isolda Maciel da & D'ÁNCIO, Maria Ângela (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 413-426.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. "A construção social da memória moderna". *Boletim do Museu Nacional*, nº 41, agosto de 1983, pp. 28-54.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOWARICK, Marcos. *Amazônia/Carajás: Na trilha do saque*. São Paulo: Editora Anita, 1995.

LAGAZZI, Suzi. *O Desafio de dizer Não*. Campinas: Pontes, 1988.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. "As grandes hidrelétricas e as populações camponesas". In: SILVEIRA, Isolda Maciel da & D'ÁNCIO, Maria Ângela (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 447-456.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999

PARENTE, Temis Gomes. "Sentimento e ressentimentos de Eva, uma mulher de vida livre". In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes (orgs.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 295-310.

_____. "Gênero e memória de mulheres desterritorializadas". *ArtCultura*, v. 9, nº 14, jan/jun. 2007. Uberlândia, pp. 99-111.

PETIT, Pere; CUELLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, jan-jun, pp. 169-189, 2012.

PETIT, Pere. História regional, política, economia e território no estado do Pará. *Páginas de História*, vol. III, nº 1, 1999.

_____. *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

_____. Os governos brasileiros e a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia: 1960-2005. In: ALONSO, José Luís Ruiz-Peinado & CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açaí, 2010, pp. 271-283.

PINTO, Lúcio Flávio & KZAM, Áthila Lima. *A Amazônia decifrada*. Belém: Edição dos autores, 2012.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA & Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 103-130.

ROSA, Luiz Pinguelli. Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro. Boitempo/FLACSO Brasil, 2013, pp 173-170. .

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: SIGAUD, Lygia & ROSA Luíz Pingelli & MIELLINK, Otávio (coords.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: COPPE; Marco Zero; CNPq, 1988, pp. 83-166.

THOMPSON, E. Paul. *A voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *História mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética*. Brasília: FUNAG, 2010, 352 p.

*As secas e as migrações entre o Ceará e o Território Amazônico (1845-1877)*¹

Antonio Alexandre Isidio Cardoso²

RESUMO

A história da seca de 1877-79 tem sido analisada sobremaneira através do estudo das políticas públicas/migrações percebidas como desdobramentos da estiagem. No presente artigo buscar-se-á problematizar tal perspectiva inserindo na discussão o papel dos migrantes como agentes na constituição das mesmas políticas e na eleição dos seus destinos. Para tanto, iremos analisar alguns editoriais dos jornais *Cearense* e *Retirante*, ambos de Fortaleza, que abriam largo espaço sobre a candente questão das secas e suas supostas consequenciais no período em tela. Por fim, colocar-se-á em debate algumas questões teóricas concernentes a agencia dos migrantes à época, dialogando com algumas categorias trabalhadas por E. P. Thompson e Raymond Williams.

Palavras-chave: Seca, Migração, Migrantes, Agencia

ABSTRACT

The history of 1877-79 drought has been greatly analyzed through the study of public policies / migration perceived as consequences of the same drought. In this article will be questioned this perspective based on a discussion of the role of migrants as agents in the constitution of the policies and also on election of their destinations. Therefore, we will discuss *Cearense* and *Retirante* newspapers, both published in Fortaleza, which opened wide space on the burning issue of drought and its alleged consequential in the period seen here. Finally, will be placed in debate some theoretical problems concerning the agency of migrants, dialoguing with some categories worked by E.P.Thompson and Raymond Williams.

Keywords: Drought, Migration, Migrants, Agency

¹ Artigo recebido em 01 de dezembro de 2014 e aprovado em 15 de dezembro de 2014.

O presente artigo foi retirado de algumas ideias trabalhadas na dissertação de minha autoria defendida em 2011.

² Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

A seca de 1877-1879 é tida como um marco na historiografia que trata da problemática das estiagens no Brasil. Em geral, é observada pelos historiadores como um momento de mudança de perspectiva, tendo em conta sua presença nos debates das rodas da Corte Imperial, como um assunto de interesse nacional.

A visibilidade desse processo pôde ser analisada através dos jornais dos centros decisórios, como o Rio de Janeiro. Emissários desses periódicos eram enviados ao Ceará para coletar informações sobre o espinhoso período, como no caso do jornalista José do Patrocínio. Nesse cenário fora estabelecido um significativo envio de verbas em socorro aos milhares de retirantes que lotavam algumas das cidades, principalmente Fortaleza, pesando politicamente para as elites decadentes, que passaram manobrar ante o cenário caótico. Foram organizadas comissões de socorros públicos, que distribuíam alimentos e encaminhavam os retirantes para a labuta, meio de combater supostamente o ócio, visto como danoso e vicioso.

No que se refere a questão das migrações, milhares de pessoas tiveram passagens subsidiadas³ para deixarem a província, a grande maioria dirigida ao Pará e Amazonas⁴, onde a época estava em curso o estabelecimento do primeiro surto da borracha. Essa ação foi responsável pelo deslocamento de migrantes em direção aos portos da floresta, onde os aguardava as tramas do sistema de aviamento, cuja força de trabalho era grandemente concentrada nos seringais. Levando em consideração esses aspectos, comparando-os com outras ocasiões de estiagem, parte desse quadro não pode ser lido como uma novidade no pavoroso ano de 1877.

Sem querer pontuar necessariamente outra data, mas sim apontar um problema, é possível localizar em outro período de seca, 1845-1846, componentes similares. Essa possibilidade aparece não só em relação a problemática das migrações. Na leitura de jornais da época, como o *Cearense*, podem ser encontradas várias outras referências sobre estratégias políticas direcionadas ao trato com os desvalidos. É notório que as migrações para Fortaleza (e para outras províncias), seja ou não em época de estiagem, são mais antigas do que o *marco* da

³ Os vapores singravam a costa do Ceará rumo a bacia amazônica abarrotados de migrantes, a maioria auxiliados pelo Estado na travessia, que firmou parceria com as Companhias de Vapores na condução dos migrantes para outras províncias do Império. Segundo o Presidente da Província Caetano Estelita as Companhias de Vapores se “ofereceram” para o transporte dos trabalhadores em troca somente das “comedorias” que seriam disponibilizados pelo Estado. Esse quadro pode ser analisado através da *Falla* de 1877: “Cumpro um dever registrando com o mais vivo reconhecimento os oferecimentos feitos pelas companhias de paquetes – brasileira, maranhense e inglesa – para conduzirem os retirantes, que desejassem emigrar para fora da província, pagando sómente o governo as comedorias.” Relatório do Presidente de Província Estelita Cavalcanti Pessoa referente ao ano de 1877. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u218/000030.html>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

⁴ As interpretações dessa estratégia política pelos historiadores têm classificado o período da seca como o responsável pela conformação do fluxo migratório entre o Ceará e as terras amazônicas, perspectiva criticada em CARDOSO, 2011.

seca de 1877-1879, tratada as vezes como momento inaugural das políticas de Estado no combate a seca.

Com esta argumentação, não intenta-se trocar *seis por meia-dúzia*, e afirmar que os eventos de 1845-1846 detém os *germens* das referidas políticas públicas, sendo necessário salientar que esse posicionamento teve sua genealogia construída desde longa data, dialogando com o processo no qual os sujeitos históricos envolvidos tiveram que enfrentar o desafio de migrar, e necessariamente invadir e interferir no espaço do *outro*. Contudo, é salutar lembrar que em 1845-1846 houve também organização pública de socorros, contratação de turmas de trabalhadores para executarem obras diversas, assim como o planejamento da construção de açudes no interior da província.

IMPÉRIO – Aviso de 18 de setembro de 1846

Mando formar turmas de trabalhadores para se empregar em abertura de estradas, de quaesquer outras obras públicas geraes de que a província tenha mais necessidade, e mui principalmente na construcção de assudes.

Illmo. e Exmo. Sr. – Sendo presente sua Magestade o Imperador, que em consequência da terrível secca, por q' tem passado essa provincia, se achão agglomerados na capital, e em outras povoações d'ella muitos habitantes do campo, sem meio algum de subsistencia, por falta de trabalho, em que possão proveitosamente empregar-se, e convindo prevenir os perniciosos effeitos de contrahirem taes individuos o habito de viver em perfeita occiosidade, à custa dos soccorros publicos , que até aqui lhes tem sido ministrados. (...) Para dirigir essas obras se sollicita n'esta data do Ministério da Guerra a nomeação d'um official d'Engenheiros (...) o encarregue V.Exc de organizar, e remetter com toda urgencia a esta Secretaria d'Estado dos Negocios do Império a planta e orçamento (das obras – grifo meu) que correrem pela Repartição a meu cargo.⁵

É perceptível que havia políticas pensadas no sentido de enfrentar o período de seca, importando lembrar que essas ações não eram idealizadas somente em nível provincial, tendo em vista que as orientações vinham diretamente da Corte. O Império conhecia as demandas da estiagem, como a aglomeração de pessoas em Fortaleza, não sendo possível, portanto, que seus desdobramentos tenham alcançado somente amplitude local. Vislumbra-se, inclusive, a preocupação com medidas consideradas preventivas, como a construção de açudes, índice dos debates que vinham sendo empreendidos no âmbito decisório sobre a periodicidade das secas,

⁵ Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Fortaleza), *Cearense*, 08 de novembro de 1846, setor de microfilmagem, números 01-209, rolo 94A.

entendidas como eventos que iriam, hora ou outra, se repetir. Ainda é possível visualizar uma preocupação com a presença e movimentação de migrantes, objetivando segurá-los no campo, ou, na impossibilidade desse efeito, ocupá-los nas frentes de trabalho almejando evitar os *perniciosos efeitos do ócio*, grandemente ameaçador aos projetos políticos locais.

Tendo em conta a análise da fonte, muitas das ações empreendidas no âmbito de 1877-1879 já tinham sido realizadas anteriormente, e certamente essas experiências deram base para as diversas estratégias aplicadas no período. No entanto, especificamente no que se refere às migrações interprovinciais, não é possível visualizar em 1845-1846 uma política dirigida abertamente pelo Estado no fito de enviar pessoas para outros locais do Império, nem mesmo os formatos de um *boom* gumífero, que demandasse imensa quantidade de trabalhadores. Apesar disso, é importante não deixar de perceber que essas movimentações existiam, inclusive, com algum auxílio oficial. Essa referência pode ser alentada através da leitura do jornal *Cearense*, que debateu amplamente sobre a referida estiagem, não deixando de fazer alusão ao tema das migrações. Foi nesse sentido que o periódico organizou entre suas colunas uma menção honrosa dirigida a Antônio Carlos de Asevêdo Coitinho, que auxiliou na travessia de migrantes para fora da Província.

Os serviços que o mui digno primeiro tenente da nossa armada o sr. Antônio Carlos de Asevêdo Coitinho tem prestado a nossa infeliz província, durante o terrível flagelo da secca, que a tem assolado, não podem deixar de ser comemorados em testemunho de nossa gratidão. (...) Quando gemíamos com o peso da mais terrível das seccas por que temos passado; quando o *povo fora de si só pensava achar salvação fora da província*, por duas vezes o sr. Coitinho offereceu as suas embarcações gratuitamente ao governo provincial, e nellas emigrarão para o Maranhão centenas de nossos comprovincianos.⁶

A estiagem foi a primeira registrada nas páginas do *Cearense*, que em meio ao clima de caos instalado na cidade, elogiava a atitude considerada humanitária de Antônio Carlos Asevêdo Coitinho, homenageado na folha pelos serviços prestados em prol dos desvalidos. O tenente da armada era proprietário de algumas embarcações que foram disponibilizadas ao Estado, que articulou como medida de socorro o encaminhamento dos migrantes ao Maranhão. Ao referir-se ao povo como “fora de si”, o jornal classificava-o como desnorteado, como se essas pessoas não estivessem minimamente ajuizadas de seus intentos, desvairadas, sem rumo. A possibilidade de migrar era classificada como um artifício do desespero, o último recurso que as forças públicas recorriam, expatriando os sertanejos.

Entretanto, em meio a essas deduções, analisando com mais vagar a fonte, é possível perceber que a ação de Antônio Carlos Asevêdo Coitinho aliada aos poderes provinciais, não

⁶ BPMP, *Cearense*, 06 de dezembro de 1846, setor de microfilmagem, números 01-209, rolo 94A.

foram as únicas responsáveis no episódio da migração. Quando atenta-se com mais acuidade ao conteúdo do documento é interessante notar que o “povo fora de si só pensava achar salvação fora da província”. Em outras palavras, certamente essas pessoas não foram simplesmente *tangidas* pelo Estado ou pela seca, pois afirmaram um posicionamento diante do problema, buscando alternativas de sobrevivência fora da província.

Nesses termos pode-se analisar através do jornal uma brecha que possibilita enxergar as intenções dessas pessoas classificados como *fora de si*. A migração estava posicionada no campo de possibilidades desses homens e mulheres, que muito provavelmente detinham informações sobre o local de destino. Mesmo sem ter a materialidade de seus reclamos, nem suas próprias palavras impressas nas páginas do periódico, não é possível desconsiderar a participação dos próprios migrantes na eleição de seus caminhos, que podem ser lidos nas fontes esgueirados nos testemunhos de terceiros.

Seguindo essa mesma orientação metodológica, mas fazendo referência ao período da seca 1877-1879, é visível que esse tipo de posicionamento dos migrantes persistia. Um número muito maior de pessoas recorreu ao pedido de passagens para fora da província, um indicativo de que continuava havendo a idéia da alternativa de sobrevivência em outras terras, dessa vez grandemente relacionada ao território amazônico. Tanto que, ao contrário de 1845-1846, a política de subsídio de passagens era uma das principais ações do governo provincial já nos primeiros indícios da estiagem em 1877, tendo em vista a grande demanda por parte dos próprios retirantes, que ansiavam migrar.

A emigração está ahi a provar à toda luz que o governo abandonou este infeliz povo, justamente quando devia ampará-lo.

É pungente a scena que testemunhamos a bordo de todos os vapores que seguem para o Norte. Centenas d'essas vítimas vão procurar nas margens pantanosas do Amazonas os recursos que o torrão natal ingrato os nega!⁷

O jornal *Retirante*, de onde foi extraído o trecho acima, colocava-se diante da sociedade como defensor dos interesses dos desvalidos, não deixando de registrar o trânsito dos vapores que seguiam para o Norte, cheio de migrantes. Como o título do periódico por si só denota, o jornal discutia sobre os problemas enfrentados na seca iniciada em 1877 num tom de fiscalização das políticas públicas presentes na Província do Ceará naqueles tempos de enfrentamento da estiagem. Críticas ácidas eram feitas ao governo do Presidente Caetano Estelita, e também a corrupção em meio as ações do Estado, principalmente no que tange a

⁷ BPMP, *Retirante*, Domingo, 29 de Julho de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contém numeração.

figura dos *Comissários*, que eram responsáveis por organizar a distribuição dos *socorros*. Muitas notícias foram publicadas sobre a situação calamitosa do interior, principalmente das cidades, dando especial atenção a vinda dos retirantes rumo a capital.

A subsidiação das passagens era classificada como uma *política de abandono* por parte da província, que no entender da folha preferia expatriar os retirantes em vez de tentar segurá-los na terra, elaborando medidas de socorro para ajudá-los na luta pela sobrevivência. Uma das intenções do periódico, portanto, era alertar para os possíveis perigos da travessia, sempre referindo-se ao território amazônico como local de grandes perigos, destino inglório para os já tão debilitados sertanejos. A decisão de migrar era tida como ingênua, sintonizada com o desespero que deixava as pessoas *fora de si*, referência semelhante à já mencionada opinião do jornal Cearense em momentos anteriores. Mas, mesmo diante do alerta da imprensa, o movimento migratório rumo à floresta só crescia, dia após dia saiam de Fortaleza vapores abarrotados.

Emigração: No dia 25 do corrente seguiram para o norte, a bordo do vapor inglês *Bernard*, 169 emigrantes, que vão em busca de trabalho para manter sua subsistência.⁸

[...]

Emigração: No vapor *Pará* seguiram no dia 19 para o norte 203 emigrados e ontem no vapor inglês *Cearense* 126, ao todo 329, entre homens, mulheres e creanças!!! Infelizes escravos! Lamentamos vossa sorte!⁹

[...]

Emigração: A bordo do vapor *Pernambuco* seguiram em busca de trabalho 121 migrantes! Já se eleva à 1,139 o número desses infelizes!¹⁰

Ao analisar esses dados pode-se perceber que houve no decorrer da seca de 1877-1879 um significativo acréscimo das migrações para fora da Província do Ceará. Esse aumento se deve a sedimentação de um *fluxo*, que já vinha ocorrendo, e que na ocasião da referida estiagem tinha no território amazônico o principal destino, local largamente publicizado na segunda metade do século XIX como atrativo e opulento. As migrações interprovinciais de 1877 não eram uma novidade para os poderes públicos no Ceará, e menos ainda para os próprios

⁸ BPMP, *Retirante*, Domingo, 29 de julho de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contem numeração.

⁹ BPMP, *Retirante*, Domingo, 26 de agosto de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contem numeração.

¹⁰ BPMP, *Retirante*, Domingo, 16 de setembro de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contem numeração.

migrantes, que guardavam conhecimento das possibilidades de sua empreitada para longe da terra natal, engrossando as filas dos que almejavam passagens para o Norte¹¹.

Assim, é importante apontar o caráter limitado de interpretações que enxergam como razão das migrações de cearenses para o território amazônico somente as causas e consequências relacionadas às secas, ligadas ao fatalismo da fome e do orquestramento estatal da travessia, ou ainda dos formatos aventureiros em nome do apetite de seringa. Isto, não no sentido de desconsiderar totalmente esses fatores, mas com o objetivo de enxergar outros vieses. Contemplando esta argumentação, aponta-se a escrita de Franciane Gama Lacerda como referência, onde a historiadora afirma que:

A história desses grupos passa a ser compreendida dentro de um processo mais complexo, que implica investigar os conflitos, as redes de solidariedade, os elementos constitutivos da identidade do grupo, os sentidos atribuídos a família, as relações de trabalho, ao cotidiano. (LACERDA, 2006:03).

Critica-se, portanto, as deduções que comumente associam seca-migração via Estado, ou ainda, que superdimensionam os fatores de ordem econômica (como os presentes no surto da borracha), pois estes tendem a menosprezar as ações dos diretamente envolvidos nas travessias, os próprios migrantes, que são pensados como *vítimas*, anestesiados pelos problemas, guiados supostamente por *forças superiores*. As secas e o Estado tomariam as rédeas do processo histórico, transformados nos únicos agentes, que com poderes incalculáveis anulariam completamente a capacidade de ação dos sujeitos.

É importante salientar que praticamente inexistente do ponto de vista historiográfico uma discussão que trate das migrações de trabalhadores pobres livres no que hoje chamamos de Nordeste em âmbito não caracterizado por estiagens, como se nos períodos de chuvas regulares não houvesse problemáticas que pudessem desencadear a possibilidade do deslocamento, sendo ainda marcante a presença do ideário ligado uma espécie de *programação* das travessias. Em outras palavras, ao criticar a dedução que caracteriza os migrantes como *vítimas*, existe o indicativo de posicioná-los como sujeitos da História, dando atenção às suas ações no bojo do processo. Entende-se que os migrantes não tiveram que cumprir uma *sina* predestinada por fatores externos a sua vontade, e nem seus caminhos foram feitos ao *acaso*, sem nenhuma reflexão sobre as possibilidades da travessia. Refuta-se o posicionamento que articula seus argumentos através da anulação das ações humanas nos processos históricos, que consideram os

¹¹ A trajetória do migrante cearense João Gabriel de Carvalho e Mello pode servir de exemplo nesse sentido. Após se sedimentar no Amazonas como dono de feitoria extrativista passou a arregimentar patrícios para trabalhar em território amazônico. A maioria de suas incursões ocorreram antes do período da seca de 1877-1879 e sem apoio ou subsídio da Província do Ceará. Ver. (CARDOSO, 2011)

sujeitos impotentes diante de imperativos estruturais, lidos através de cânones teóricos que superdimensionam os poderes de ordem econômica e política.

Em apreciação afiada a tais tipos de análise, Edward Thompson empreende crítica ao que o autor nomeia de miséria da teoria, tendo como base uma leitura do trabalho de Louis Althusser, um dos representantes do pensamento marxista ancorados em exames teórico/estruturais da realidade. Thompson alerta para a importância da leitura do *processo* histórico não como algo necessariamente planejado, mesmo sabendo que a “mente tem dificuldades em resistir a conclusão de que a história deve (...) ser programada de alguma maneira” (THOMPSON, 1981:102). A convergência de cenários e ocasiões impeliria à idéia de uma programação (alheia a idéia de processo), com causas e conseqüências justificadoras e, portanto, atraente pela sua linearidade e coesão. Como se fosse atribuído a cada sujeito uma grande missão, um dever, uma sina, em seu lugar e tempo específicos.

Entender a história como processo, portanto, não implica em defini-la a partir de um cânone teórico, apontando para um programa, um fim, como um procedimento alheio a vontade humana, mas sim como processo que inclui suas ações, visualizando suas sincronias e diacronias, formulando questões ao campo teórico, como um *problema*. “O conceito de história como processo suscita imediatamente as questões de inteligibilidade e intenção. Cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos, amplamente separados no tempo e espaço (...) revelam regularidades de processo.” (THOMPSON, 1981:97). As simetrias entre os eventos históricos que permitem interligá-los, promovendo o entendimento dos seus movimentos e seus desdobramentos, não apontam necessariamente para um *vir a ser*, para um formula de *futuro* que corresponderia as tendências do processo lidas na análise da história. Isto justamente porque o que está em jogo são as ações humanas interferindo no processo, e tais obras não são susceptíveis a juízos que as reduzam a programas, ou atando-as a camisas de força teóricas.

Entra em jogo, nesse sentido, o que Thompson destaca enquanto o “termo ausente”, a *experiência*, que não é contemplada nas *programações*, pois a análise de tais aspectos orbita o nível do rotineiro, do vulgar. As manifestações da experiência têm estreita relação com o entendimento da história como processo, pois ressalta-se a agência humana em perspectiva, ou seja, em suas interligações entre as gerações, guardadas, em grande medida, nas seleções da memória, que permitem uma interlocução com o passado lido no presente, dividido entre rupturas e permanências.

O trato com a vida e seus problemas proporciona a articulação dos costumes, consagrados na esfera das experiências comuns, que tangenciam as diversas formas de conviver e enfrentar as dificuldades. Portanto, a experiência não é uma atitude em si, mas o processo de constituição das atitudes, num constante compartilhamento, comunicação. Sua elaboração é delineada pelo processo, que serve como fio condutor que interliga muito do que foi *vivido* e o que está sendo vivenciado.

E quanto a experiência fomos levados a reexaminar todos os sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que em sua totalidade, compreende a genética de todo o processo histórico, sistemas que reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria sua pressão sobre o conjunto.(THOMPSON, 1981:189)

As experiências por si mesmas têm um significado confuso, pois fora de um universo maior de atribuição de sentidos é difícil interpretá-las. Nem como sina, nem como acaso, as ações embebidas nas experiências, devem ser situadas em seus respectivos contextos. Foge-se, assim, dos determinismos, contudo sem se distanciar da perspectiva das determinações existente dentro das dinâmicas históricas. É importante diferenciar essas duas perspectivas, que comungam da mesma raiz de palavra, mas que apresentam significados bem distintos.

Raymond Williams auxilia no discernimento dessas idéias, quando alerta para a confusão existente na utilização e entendimento das derivações dessas palavras. O autor orienta que o significado das determinações deve ser analisado através da ação dos sujeitos inserida em *campos de possibilidades*, onde existem limites e pressões, ou seja, *determinações*, estabelecidas pelas dimensões sociais, que tanto influenciam como são influenciadas pelas experiências e vivências das pessoas. Essa dedução é bem diferente da noção que comunga com o significado dos *determinismos*, pensados como espécies de leis da sociedade (ditadas pela economia, intempéries climáticas, etc) nas quais não haveria espaço para burla, esgotando as práticas sociais, que seguiriam receitas sumariamente pensadas e impostas.

Esse tipo de determinação – um processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões – está na própria totalidade do processo social, e em nenhum outro lugar: não num “modo de produção” abstrato, nem numa “psicologia” abstrata. Qualquer abstração do determinismo, baseado no isolamento das categorias autônomas, que são consideradas como *controladoras*, ou que podem ser usadas para a previsão, é então mistificadora de determinismos específicos e sempre correlatos que constituem o processo social real – uma experiência histórica ativa e consciente, bem como, por omissão, passiva e objetificada. (WILLIAMS, 1977:91-92)

Trocando em miúdos, Williams critica a noção de determinação como *imposição*, não pregando a extinção de sua utilização, mas destacando outro significado, este carregado da idéia do *limite*, que não minaria as ações dos sujeitos, e sim impeliria pressões em sua trajetória,

posto que, afinal, as próprias pessoas também seriam componentes na elaboração das ditas determinações.

É nesse sentido que devem ser considerados os fatores referentes ao contexto no qual os migrantes estavam inseridos, onde havia limites, que conformavam seus campos de possibilidade, no qual estavam situados os deslocamentos rumo ao território amazônico. Nunca é demais salientar que ao optar pelos “migrantes” como chave de análise não pode-se perder de vista o contexto no qual tais sujeitos estavam inseridos, caso contrário, incorre-se no risco de delegá-los uma espécie de gerência das travessias (um erro com sinal trocado), em prejuízo dos vários fatores que estavam também envolvidos.

Dessa maneira, não é possível perder de vista a argumentação de Victor Leonardi relacionada aos cuidados com a abordagem de processos históricos que contemplem “os vencidos”, pois aí mora o perigo justamente no fato de privilegiar, de jogar a rédeas do processo somente nas mãos dos “de baixo”. Leonardi ainda destaca que a História é recheada de ambiguidades, posto que, ao contrário seria “como se a história dos vencidos não tivesse contradições”, que devem ser devidamente analisadas, dialogando com os outros fatores em sua pluralidade. (LEONARDI, 1999:85)

É preciso ponderar que para além das ações dos poderes públicos, problemática das secas e das demandas do látex (que não devem ser obliterados, e sim conjugados aos demais fatores, pensados simultaneamente) existiam outras dimensões do processo, gestadas principalmente no âmbito das relações de parentesco, vínculos de solidariedade, informações compartilhadas entre vizinhos e conhecidos, que devem ser igualmente levadas em consideração.

Nessa perspectiva é que podem ser inseridas as ações dos Paroaras, como João Gabriel de Carvalho e Mello que tinham no vínculo com suas comunidades de origem a chave do sucesso de sua empreitada de arregimentação de migrantes, engajados através do seu *exemplo*¹². Esse é um dos caminhos que explicam por uma via alternativa a densidade do fluxo de pessoas entre o Ceará e o território amazônico, sem incorrer no erro de imaginar que essa tenha sido a via mais importante, ou mesmo a única possível. Seria ingênuo afirmar um *mote principal*, levando em conta que certamente houve múltiplos caminhos, vários vetores diferentes que alentaram a possibilidade da migração, até porque não foram somente as turmas que acompanharam os Paroaras que conformaram as travessias. Portanto, é imperioso abrir caminho para estudos dessas novas dimensões das migrações, que não se anulam, complementando-se mutuamente, entendidas em sua pluralidade, evitando empobrecedoras explicações monocausais.

Outro ponto importante a destacar trata do *constituir-se* do fluxo migratório enquanto um trabalho compartilhado também pelos próprios sujeitos, deixando entrever a ação das pessoas

¹² “Paroara” era uma expressão de época utilizada para denominar migrantes retornados que buscavam arregimentar trabalhadores em suas terras natais para a labuta na Amazônia, em especial para os seringais dos altos rios. Rodolpho Theóphilo tratou da questão na literatura em sua obra “O Paroara” de 1899.

diante dos campos de possibilidades das movimentações, em suas leituras e expectativas sobre a alternativa da migração e seu destino. Nesse sentido, entram em evidencia as representações do mundo amazônico, que devem ser lidas historicamente, no intuito de ter uma idéia das composições de imagens que ajudaram a atrair pessoas (ou mesmo repelir), e que fizeram parte do arsenal de perspectivas dos migrantes, que ao interpretarem o apelo atrativo também intervinham na conformação de seus formatos.

Deve ser levado em conta o papel das travessias não só na dimensão do deslocamento em si, mas também nas intervenções dos sujeitos sobre e nos locais de destino, ajudando a atribuir novos elementos a territorialidade. O estudo dessa relação entre as migrações e recodificações do território amazônico é cara a um entendimento mais profundo das ações dos que se deslocaram, extrapolando a dimensão do fluxo, com vista a analisar os impactos e recodificações construídos socialmente na nova terra.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Joaquim. *História das Secas (século XVII a XIX)*. Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará. V. 1, n° 23, 1953.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.
- CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. *Nem sina, Nem Acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação de mestrado em História Social. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.
- CASTRO, Ferreira de. *A selva*. Rio Branco: Fundação Cultural do estado do Acre, 1998.
- FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Avalanches de flagelados no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas*. Fortaleza, DNOCS/BNB-ETENE, 2010.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 editores, 1996.
- _____. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15 editores; Editora Universidade de Brasília, 1999.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- _____. *A lei de terras e a lei da vida: Transformações do mundo rural no Ceará do século XIX*. In: *Estudos de História*. Franca: v.8, n.2, 2001.
- NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides. (Pará, 1870-1889)*. Belém: dissertação de mestrado – UFPA, 2008
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia. 1800- 1920*. São Paulo: Queiroz, 1980.
- SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. Prefácio de Pierre Bourdieu; tradução Cristina Muracho – São Paulo: EDUSP, 1998.
- THEÓPHILO, Rodolpho. *O Paroara (1899)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção social, 1974.
- _____. *História da seca no Ceará: 1877-1880*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____.; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs). *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

_____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

_____. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

*Modernizar a agricultura,
salvar o Nordeste:
considerações acerca
da polifonia discursiva
sobre a agricultura
no início do Século XX¹*

Silvano Fidelis de Lira²
João Batista Gonçalves Bueno³

RESUMO:

Pretende-se com esse texto analisar a polifonia discursiva que se estabeleceu em torno da agricultura, especificamente na cultura do agave, que surge a partir do início do século XX no Nordeste brasileiro. Analisa-se assim, os discursos do governo e dos agrônomos que passaram a apresentar o agave como uma proporta de modernização e ampliação e salvação do setor agrícola.

Palavras-chave: Agricultura; Agave; Nordeste.

RESUME:

Le but de ce texte pour analyser la polyphonie discursive qui a créé autour de la agricultura, en particulier dans la culture de l'agave qui découle du début du XXe siècle dans le Nordeste brésilien. Analyse sorte, les discours et les agronomes gouvernementaux qui ont commencé à présenter l'agave comme une modernisation Proporta et l'expansion du secteur agricole et le salut.

Mots-clés: Agriculture; Agave; Nordeste.

¹ Artigo recebido em 18 de julho de 2014 e aprovado em 10 de setembro de 2014.

² Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição.

³ Doutor em Educação pela FE- UNICAMP. Professor adjunto Universidade Estadual da Paraíba.

A agricultura praticada pelo pequeno agricultor⁴ do interior da Região Norte do Brasil, até o início do século XX, se limitava ao trabalho no roçadinho, perto de casa e dava as famílias apenas o sustento necessário. Uma agricultura que, mesmo muitas vezes se mostrando frágil, era fonte de vida, fazia com que as famílias pudessem se reunir em torno do trabalho. Mas tudo isso estava em dias de acabar. O tempo e as modernidades começariam a mudar aquele cenário.

Essa agricultura, passaria a partir de um conjunto de discursos e práticas a ser considerada obsoleta, ultrapassada e pouco rentável aos interesses econômicos, sobretudo, aos interesses de uma classe agrícola dominante, composta por grandes fazendeiros, muitas vezes ligados ao meio político. E é em nome da modernidade que as práticas culturais desses trabalhadores deveriam ser substituídas por métodos eficazes de produção. Uma dessas tentativas de modernização agrícola seria a inserção do agave⁵ no meio rural, modificando a dinâmica social e cultural das famílias paraibanas. Envoltas por mitos e lendas, essa planta de origem mítica, será a causadora de tantas transformações, no campo, na cidade e mais ainda, na vida dos agricultores, transformando suas subjetividades, suas existências e suas memórias.

Esse discurso modernizante surge em momentos distintos, e sob novas roupagens. Se nos anos 1930 anunciava a necessidade de implantação de novas culturas agrícolas, como alternativa de salvação econômica, durante os anos de 1950 até finais de 1970, ele se projetará sob o signo das políticas desenvolvimentistas⁶. A Paraíba será, nesse momento, palco da emergência de uma nova maneira de ver, conceber e praticar a agricultura. Os objetivos dessas políticas, e de modo especial a SUDENE seria de

⁴Consideramos como pequeno agricultor aqueles trabalhadores que cultivam suas pequenas propriedades de terra, não tendo com suas colheitas grandes vantagens comerciais, mas tão somente o sustento de sua família.

⁵O agave, também conhecido como sisal, (Nome científico: *Agave sisalana* Pierre), pertence a família das *amarelidaceas*, que abrange mais de 300 espécies, é uma planta originária da Península de Yucatan, no México. Foi trazida para o Brasil no final do século XIX e princípio do século XX, aqui passou a ser conhecido como agave, por esse motivo, adotaremos para a redação do texto essa nomenclatura, tendo em vista que é a mais comum na área pesquisada, mesmo já introduzida no Brasil. É somente no fim da década de 1930 que o agave passou a ser visto como alternativa econômica viável, inicialmente, devido às condições climáticas propícias foi introduzida nos estados da Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte.

⁶A criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada através da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, se configurou como uma das principais maneiras de intervenção do Governo Federal no Nordeste. Seu principal objetivo era o de proporcionar e articular o desenvolvimento da região, desenvolvimento este que se daria, sobretudo, no campo da economia, através do incentivo à exportação de bens agrícolas e de criação de um parque industrial, que viesse a inserir dentro de um contexto produtivo. A criação da SUDENE é também uma estratégia política, sua instituição envolveu, antes de tudo, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais.

fomentar o desenvolvimento regional, instituindo discursos que se articulavam em torno de propostas modernizadoras, e deveriam se operacionalizar tanto no campo, com a modernização agrícola, como na cidade, através da criação e ampliação de indústrias.

Essas propostas ganharam corpo na década de cinquenta, porém não devem ser vistas como as primeiras ou as únicas tentativas de se criar uma agricultura sob o signo do moderno. Tal processo tem suas raízes na segunda metade dos anos trinta, momento em que a Paraíba passou a ser inserida dentro de uma teia discursiva, que tentará instaurar o moderno, em prol do desenvolvimento econômico, desprestigiando a pequena agricultura praticada pelo homem do campo, e montando um discurso em prol de uma economia com base agroexportadora.

Essa proposta de mudanças profundas no setor agrícola é elaborada de forma efetiva, durante a Interventoria de Argemiro de Figueiredo (1935-1940), que buscou através de variadas medidas, promover uma *revolução* na agricultura paraibana. Um discurso sustentado tanto na ideologia política como nas ideias defendidas pelos agrônomos.

Percebemos que a tentativa desse discurso que visava instaurar o moderno, é também, o desejo de destruição do tradicional e de *substituição dos processos rudimentares de cultura pelas normas racionais que a ciência sugere*.⁷ Assim, modernizar a agricultura implicaria em classificar os rudimentares meios de produção, como obsoletos e ineficazes, tornando-os, através de múltiplos discursos, símbolos do atraso que deveria ser combatido e, por fim, vencido em nome do progresso e do desenvolvimento econômico e social. Na enunciação desses discursos se congregaram homens ligados ao governo do Estado. Representantes do setor agrícola, e agrônomos, responsáveis por tornar essa modernização uma verdade, instituída por um grupo e vinculada como digna de adesão dos grupos agrícolas.

Na tentativa de modernização, foram implantadas novas técnicas, novos saberes e fazeres, no manejo da terra e dos produtos agrícolas. Esses saberes preconizaram uma *nova mentalidade agrícola* entre os grandes fazendeiros da Paraíba, pelo menos é isso que foi difundido pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba (DEPEP), órgão oficial de difusão das obras do governo do Estado, que em 1938 lançou o álbum de Realizações do Governo de Argemiro de Figueirêdo, exaltando as ações que

⁷Discurso de posse de Argemiro de Figueirêdo, em 1935 quando foi escolhido, pela Assembleia Legislativa, para Governador do Estado, sobre a biografia e algumas características iniciais de sua atuação, frente ao poder executivo estadual Cf. ARAÚJO, Naughton Rocha França de. *Argemiro de Figueiredo*. João Pessoa A União, 2000 (Coleção Paraíba: nomes do século. Série Histórica nº 13).

transformaram o setor agrícola paraibano. O objetivo do álbum não se limitava a mostrar os avanços da agricultura, mas exaltavam também, as ações do governo no campo da infraestrutura e ações sociais. O material sobre as realizações do governo de Argemiro de Figueiredo, constitui-se em um material de propaganda, criando a imagem de um governador dinâmico e atuante nos diversos setores da administração, criando, dessa forma, uma figura de Argemiro como o grande político e salvador da Paraíba.⁸

Entendemos que o documento de Argemiro se constitui como um meio de propaganda, pois vincula uma imagem criada, ou melhor, manipulada, em favor de um determinado interesse político, um material em que os textos e as imagens do álbum também contém um imenso número de fotografias das obras do governo de Argemiro e se punham em um diálogo em prol do convencimento de que aquela política desenvolvimentista, empreendida pelo governo se constituía como o caminho por onde a Paraíba deveria trilhar para alcançar uma transformação econômica e estrutural. É ainda um material onde a nova política agrícola, empreendida por Argemiro de Figueiredo, é a grande novidade, apresentada de forma triunfante, ignorando tudo aquilo que havia destruído, ou seja, a pequena agricultura familiar.

Assim, o material veicula e institui como verdade, a *grande revolução* realizada na agricultura. Apresenta as obras públicas e obras sociais implantadas durante o mandato de Argemiro Figueiredo, todas elas como inovações sem precedentes.

Constrói-se, então, a imagem de um grande administrador, um grande empreendedor, um futurista. Essa instituição da política desse governador da Paraíba, como inovadora e modernizante, é levada a condição de verdade, a partir de um lugar de produção de discursos. Enquanto órgão ligado ao governo e ao próprio Argemiro de Figueiredo, o DEPEP, tem a missão de propagar e tornar verdade a revolução e a criação de uma *mentalidade nova*, para a agricultura. Essa *mentalidade nova* não é apenas um termo isolado ou alheio à instituição que o institui e propaga, mas uma teia de produção e circulação de saberes e sentidos, que impõem e dão a esses discursos um lugar de verdade, não necessita ser questionada ou problematizada, precisa tão somente, ser praticada, vivenciada no campo da agricultura paraibana. O discurso de modernização agrícola passa ser utilizado como uma verdade instituída, regulada por um lugar de produção de saberes, ligado à esfera política.

⁸Sobre a construção de Argemiro Figueiredo como o grande administrador da Paraíba, é indispensável a análise proposta por Martha Maria Falcão de Carvalho, em seu livro *o Poder e Intervenção estatal: Paraíba ó 1930 ó 1940*, sobretudo os capítulos 4 e 5, nos quais a autora se dedica a estudar a administração desse governador.

Sobre a circulação e a produção dos discursos Michel Foucault (2012), nos interpela e nos indica que eles são controlados, selecionados, organizados e distribuídos conforme os interesses da instituição que os modelam. Essas instituições ao produzirem os discursos, os manipulam e os produzem conforme desejos de poder, implica em dizer que os discursos pressupõem desejos, disputas; o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo qual se luta o poder do qual nos queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2013, p. 10). A verdade, segundo Foucault é:

Um conjunto de procedimentos reguladores para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efetivos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 2013, p. 54).

O álbum das realizações de Argemiro nos mostra como foram valorizadas e disseminadas as ações relativas ao desenvolvimento agricultura paraibano, existem em suas páginas, notícias de obras do Sertão⁹ ao Brejo¹⁰. Através da descrição feita pelo material, o interior da Paraíba passa a ser um dos principais campos de atuação daquele governo, seja na distribuição de sementes, ou na inserção de novas culturas. As páginas do álbum material, seguem destacando os avanços da agricultura, sobretudo, no que diz respeito a implantação de novas técnicas, máquinas e plantações.

Cria-se, então, um discurso que se projeta a partir das novas técnicas agrícolas e objetivavam não apenas, a melhoria da lavoura, mas o enriquecimento de uma classe agrícola dominante, detentora de grandes propriedades e que mantinham alguma ligação com a política e o comércio. A leitura do álbum nos faz questionar alguns pontos da nova política agrícola. Quais daquelas medidas eram voltadas ao pequeno agricultor? Em algum momento se pensou em uma agricultura voltada para os interesses familiares e do pequeno produtor?

Um dos principais aspectos desse modelo que se instalava para a agricultura era a mecanização da lavoura. E quem tinha interesse em utilizar máquinas para plantio e colheita? Os grandes fazendeiros. Ao pequeno agricultor isso era impensável, pois em uma pequena propriedade a família era, ao mesmo tempo, produtora e consumidora. A força animal, somava-se a força humana, e, então, se tinha o suficiente para a produção.

⁹Mesorregião do Estado da Paraíba, formada por 83 municípios.

¹⁰Microrregião do Estado da Paraíba, formada por 8 municípios.

O processo de mecanização, pelo qual a lavoura deveria passar, tornava-se a ser vista, através da publicação do Álbum de Argemiro de Figueirêdo, pelo DEPEP, como um elemento essencial para o êxito da nova política econômica. De acordo com o material:

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA ó para que os serviços que visem a policultura tivessem plêno êxito, o Governopossúe, para emprestar aos agricultôres, 2. 200 máquinas agrícolas, tendo encontrado o sr. Argemiro de Figueirêdo ao assumir a Chefia do Executivo, em 1935, apenas 357 dessas máquinas. Concomitantemente, o Poder Público emprega todo esforço, através de uma *intênsa campanha de difusão da prática e do valor dos modernos métodos agrários, pela imprensa e pelo rádio, para que os homens do campo adquiram seus próprios instrumentos agrícolas*, ora facilitando a entrada das máquinas, ora as recebendo em consignação para cedê-las ao preço de custo. Com essas modalidades, o Governopossúe contribui para que os nossos agricultores adquirissem mais de dois milhares de máquinas agrícolas.¹¹ (Grifos nossos)

O trecho acima vem confirmar duas coisas: primeiro, o processo de mecanização da lavoura, através da compra ou concessão de máquinas agrícolas, esse é um projeto que se direciona para um determinado setor do campo, aos grandes fazendeiros, não há uma proposta que vise a melhoria das condições de trabalho para o pequeno agricultor. Segunda observação, Argemiro ao lançar essa campanha, monta um aparato para propaganda ó do qual o próprio álbum do DEPEP faz parte ó que divulgue o discurso de uma agricultura revolucionária, nesse sentido, utiliza de uma *intênsa campanha de difusão da prática e do valor dos modernos métodos agrários*, montando uma teia de discursos a seu favor, e que eram formados pelos principais meios de comunicação da época, notadamente o jornal oficial, A União, o jornal, A IMPRESA, este vinculado a Arquidiocese da Paraíba, a qual será utilizada como veículo de propaganda, mediante a concessão de favores e, doações, e por fim, o governo ainda utilizou a jovem Rádio Tabajara, criada em 1937. Percebe-se, então, um interesse em fazer, mas, sobretudo, um interesse em divulgar.

Existem rupturas e permanências, variadas tentativas de consolidar a agricultura paraibana. Uma das maneiras de salvar a agricultura era modernizá-la, através da

¹¹ Realizações do Governopossúe de Argemiro de Figueirêdo. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba, Brasil, 1938. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). Foi mantida a grafia conforme o original.

implantação de máquinas e técnicas modernas, muitas delas, sendo utilizadas em caráter experimental, quando:

o Poder Público emprega todo o esforço, através de uma intensa campanha de difusão da prática e do valor dos modernos métodos agrários, pela imprensa e pelo rádio, para que os homens do campo adquiram seus próprios instrumentos agrícolas, ora facilitando a entrada das máquinas, ora recebendo em consignação para cedê-las ao preço de custo. Com essas modalidades, o Governo contribui para que os nossos agricultores adquirissem mais de dois milhares de máquinas agrárias¹².

Esse discurso terá um êxito extraordinário. Os avanços e os progressos, propostos por ele, serão então parte do governo de Argemiro. Poderíamos dizer que, o sucesso da política agrícola que é comemorado e exaltado pelo DEPEP, é em certo sentido, o sucesso do empreendimento de um filho e representante direto das elites agrárias da Paraíba, no caso, o Dr. Argemiro, como gostava de ser chamado. Um chefe político que utilizou de todos os meios possíveis para criar um aparato discursivo para a implantação de modernas práticas agrícolas, projetando-se como um político inovador, capaz de conduzir o Estado à inserção no cenário econômico nacional.

É possível perceber que a instituição e a vitória de um projeto de substituição das práticas tradicionais, por *normas racionais*, orientadas pela ciência, é também, a vitória de uma elite agrária que se ressentia de ter ficado à margem da política, durante os processos que sucederam a revolução de 1930. Argemiro de Figueirêdo, ao assumir o lugar de José Américo de Almeida, que, por sua vez, era herdeiro político do Presidente João Pessoa, assumia o dever de conciliar e apagar mágoas deixadas por seus predecessores, em uma Paraíba marcada por intensas querelas políticas (AIRES, 2013), Argemiro, já em seu discurso de posse, se propõe a criar uma união em prol do Estado, o que deve ser questionado. Quais os interesses em conciliar setores opostos da política e da sociedade? Mas, que desejos estavam escondidas em suas palavras? Que interesses brotavam de seu discurso?

Vejamos quais as palavras que ecoaram pelos rudimentares microfones e transmitiam a voz daquele político.

¹² Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. *Realizações do Governo de Argemiro de Figueirêdo*. Brasil, 1938.

Quero o concurso sincero e desassombrado de todo o pessoal do governo, porque todos têm uma quota de responsabilidade na direção das coisas públicas. E eu serei o primeiro a despir-me dos melindres pessoais, afogando os ímpetos individualistas no próprio egoísmo da onda dos interesses coletivos. [...] Quero ver a Paraíba inteira transformada numa só e única família, liberta de ódios e preconceitos, merecedora das bênçãos de Deus pelo espírito de sua confraternização dos homens pelos surtos do seu progresso¹³.

Essa conciliação proposta por Argemiro é uma tentativa de criar uma convergência de interesses entre as elites paraibanas, interesse presente na ideologia do Estado Novo, sob a direção de Getúlio Vargas. Em seu discurso de posse como Interventor, quando se refere à agricultura, ele fala em criar e implantar uma *õmentalidade capaz de compreender o interesse e sua aplicabilidade*¹⁴. O Termo *mentalidade*, é várias vezes repetido, parece ser utilizado para identificar uma maneira de se praticar a agricultura marcada pelo tradicionalismo, que aos olhos do governo estadual e dos agrônomos, seria considerado o responsável pela fragilidade da agricultura paraibana, e por consequência, pelas dificuldades financeiras enfrentadas naquele momento. Contudo, é um termo usado, também, para mostrar contraposição, ou seja, era preciso superar uma mentalidade, caracterizada como *õtradicionalõ*, por uma moderna, adepta de mudanças e transformações.

Sendo assim, desde os primeiros momentos de seu governo, Argemiro se coloca como porta voz de um grupo social ligado a uma agricultura decadente, e que mostrava cada vez mais sinais de enfraquecimento, que classificava os métodos tradicionais de plantio e colheita, como responsável pelo pesadelo econômico do setor, buscando uma saída para o caos, o colapso que se avizinhava.

A historiadora Martha Falcão de Carvalho considera que a política empreendida por Argemiro de Figueirêdo, que ela nomeia de *õargemirismoõ*, se constitui em uma modernização conservadora, pois ao mesmo tempo em que instituía um discurso de modernização e desenvolvimento, fazia com que sua equipe de governo fosse retirada do setor mais tradicional: o meio rural. Seus auxiliares foram tirados do meio rural (COUTINHO *apud* SANTANA, 1999, p, 156). Há uma ambiguidade entre a elaboração de uma equipe de governo, o que reflete na própria maneira de governar, de um lado, esse governador buscava agradar o meio rural, entenda-se os grandes fazendeiros, do

¹³Discurso de posse do Governador Argemiro de Figueirêdo, ao assumir o cargo de Interventor Federal da Paraíba em 1935.

¹⁴*Idem*.

outro uma elite urbana, sobretudo, estudiosos, estudantes de direito e agrônomos, que em sua maioria eram os filhos dessa elite agrária.

Em sua análise, Martha Falcão de Carvalho, percebe que Argemiro de Figueirêdo, ãestabeleceu uma correlação de forças entre o urbano e o rural, entre os bacharéis e profissionais liberais da cidade e os coronéis do campo (CARVALHO, 1999, p, 157). Criado no Estado uma modernização conservadora, a agricultura certamente tinha papel especial nesse processo. Umadas ações de Argemiro frente ao governo, foi propor ao Estado novas alternativas agrícolas visando a modificação do quadro de uma agricultura frágil e marcada pela monocultura do algodão, praticada por médios e grandes agricultores. Contudo, não seriam quaisquer produtos, esses, deveriam contribuir para a criação de atividades agroexportadoras. Antes de tentar trazer essas novas culturas, tentou-se revitalizar aquela, que foi durante anos, a base da economia paraibana, o algodão, assim, precisava ser salvo da desvalorização sofrida.

Para que houvesse uma transformação efetiva daquela realidade, o governo passou a investir maciçamente na reabilitação do algodão, multiplicaram-se as ações no interior, incentivos comerciais, contratação de agrônomos, distribuição gratuita de sementes, compra de máquinas de descaroçamento, tudo com a clara finalidade de tirar seus produtores daquele perigo eminente de quebra. De fato, ainda podemos observar no quadro, que as ações empreendidas tiveram um efeito modesto, porém considerável.

Embora a variedade Texas tenha sido a qualidade que teve maior crescimento entre os anos 1935 e 1937, primeiros anos da interventoria de Argemiro, é o algodão mocó (MOREIRA; FREIRE; SANTOS; NETO, 1989) o que se mostra mais constante em termos de produtividade, ao final, percebe-se que a produção algodoeira da Paraíba, durante os três primeiros anos em que o *õargemirismo* comandou o Estado, teve uma produção quase dez vezes maior do que em 1935. Era a vitória do governo, mas antes de tudo a vitória dos setores dominantes da agricultura, e de maneira especial dos cotinocultores, personagens de destaque no setor agrícola da Paraíba.

A reabilitação do algodão é apenas uma das ações do "argemirismo" e da instituição da nova política agrícola. A implantação do agave e o incentivo a sua produção é outra página dessa história, quase sempre excluía os sujeitos comuns e estabelecia uma história de homens poderosos, donos de terras e ansiosos por mais crescimento econômico. O agave surge então, como mais uma alternativa de enriquecimento. Introduzido na Paraíba ainda na década de 1930, essa ãadmirável

planta, passou a fazer parte do conjunto de discursos que propunham uma revolução na agricultura.

Na Paraíba o agave será terreno fértil e incentivo dos principais políticos, será espalhado do litoral ao sertão, através da distribuição gratuita de mudas e de discursos de salvação. Esse produto, em um curto período de tempo, se tornaria uma das culturas agrícolas mais importantes da Paraíba, superando em alguns casos o algodão. Pelo menos para as elites agrárias, o agave seria a construção de um sonho de enriquecimento e bonança.

O leitor pode se perguntar quais os motivos que levaram esse texto a tratar, pelo menos até o momento, da elite política e agrícola na Paraíba. Onde estão os trabalhadores? Onde está a vida das pessoas simples que estiveram nos bastidores dessa história, que até o momento é tecida por sucessos de grandes personagens? Nossa intenção é mostrar como se deu a mudança na produção agrícola paraibana pós 1930. Percebemos que ocorreram propostas articuladas de mudanças de produto a ser cultivado, e, isto foi propagado e desejado por um determinado grupo, um grupo heterogêneo, composto por grandes agricultores e políticos, entrelaçando interesses que acabaram por tornarem-se um só grupo, uma elite político-agrária. São esses sujeitos que fazem parte daquele cortejo vitorioso e triunfal, do qual fala Walter Benjamin em suas teses sobre o conceito da História.

Contudo, continuando seguindo a proposta de Walter Benjamin, é preciso olhar o que está escondido por trás desses discursos, quais os interesses que lhe dão forma e materialidade? Eis o que nos sugere Benjamin, *õescovar a história a contrapeloö*, ou seja, buscar aquilo que está oculto, ou melhor, aquilo que está escondido, por baixo de uma uniformidade ou homogeneidade, que é criada intencionalmente, com a finalidade de atender determinados interesses.

A História, enquanto uma escrita, é um procedimento de seleção de imagens e personagens do passado. O historiador deve interpretar o passado a partir dos restos do tempo que lhes restam, seu olhar deve voltar-se para o passado com o objetivo de captar as diferenças, as discontinuidades históricas. O historiador, ao tentar dar forma ao passado, necessita ter em mente que ele só nos chega por meio de fragmentos, que muitas vezes são tão pequenos, que dificultam a manipulação. O passado em sua totalidade é algo irrecuperável, como nos sugere Benjamin, pois ele ameaça desaparecer bem diante de nosso inquieto olhar:

A verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento. [...] Porque é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela (BENJAMIN, 2012, p, 11).

Esse passado é também manipulado, desenhado conforme os interesses de um grupo. Destarte, a historiografia tem um papel preponderante na construção desse passado, pois ela contribui para a cristalização de determinados acontecimentos e personagens. No caso da inserção e do sucesso do agave na Paraíba, acreditamos que aconteceu um processamento, realizado através de variados discursos, jornalístico, político, religioso. Isto é, foi criado um discurso homogêneo de que o agave havia modificado beneficentemente o interior. Esses discursos, que nos chegam como *pedaços do passado*, embora não sejam de domínio exclusivo dos historiadores, fazem parte de uma *Cultura Histórica*¹⁵. Essa é produzida e ao mesmo tempo difundida por variados mecanismos. Pensemos, a partir da ideia de Elio C. Flores, que a cultura histórica é uma produção e uma circulação de saberes sobre o/do passado:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p, 95).

¹⁵Importante ressaltar que *Cultura Histórica*, constitui-se como área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba, onde essa pesquisa está sendo desenvolvida. Segundo o Programa, a área de concentração procura traduzir o circuito da qualificação profissional necessária à operação histórica: a formação teórica e metodológica, a análise das experiências históricas e a socialização dos conhecimentos produzidos. Entende-se que, nessa direção, é necessário elaborar e explorar um programa, um conjunto de pesquisas capaz de tornar claras as construções que a expressão cultura histórica recobre no que concerne ao contexto onde é produzida e aplicada, bem como os grupos sociais que a engendraram ou engendram. Tal empreendimento está inserido na difusão de uma tradição escrita e midiática à margem da ciência histórica propriamente dita, mas com notável disseminação na contemporaneidade. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/>. Acesso em 19/05/2014 às 10h 49 min.

Que os discursos de modernização na agricultura, sobretudo, aquelas ligados ao governo estadual surtiram efeito isso é um fato, a agricultura passou a ser vista como uma via de enriquecimento para os grandes proprietários. Contudo, nem só de grandes realizações foi tecida essa história, há um momento de sucesso, mas há também um período onde o fim daquele sonho se anunciava, quando os ricos fazendeiros começaram a amargar o fim do sonho dourado que havia se construído em torno do agave, e os pequenos agricultores tiveram que voltar para seus roçados, reinventando a agricultura que, em muitos casos, foi trocada pelo trabalho nos campos de agave.

A história que aqui se conta não obedece uma linearidade, não pretende ser uma narrativa etapista, mas, seguindo a inspiração benjaminiana, dando saltos temporais e mesmo espaciais. Como instrumento de comunicação, a palavra cria relações, estabelece saberes e enuncia verdades. Com a palavra, o Excelentíssimo Senador pelo Estado da Paraíba, o Drº. Argemiro de Figueirêdo, que havia sido eleito em 1954 pela UDN¹⁶:

Hoje, Sr. Presidente, venho tratar de um problema também econômico. Refiro-me ao sisal. Como se sabe, é fibra nordestina, que hoje constitui elemento dos mais importantes da espinha dorsal econômica do Nordeste brasileiro. Trato do assunto com alguma vaidade de quem governou a Paraíba e para ali com a preocupação natural de um homem que conhece a vida econômica do País, *conduzindo pela aspiração de criar riquezas novas para o Estado que dirigiu*. O sisal tem, na Paraíba, o seu Estado pioneiro. De 1935 a 1940 foi o Governo que teve a honra de presidir o poder propulsor, criador desta grande riqueza, que não é mais da Paraíba nem do Nordeste, porque interessa à economia nacional.¹⁷ (Grifos nossos).

Essa fala do oportuna voz das elites produtoras de agave no Senado Federal, é um nítido interesse em reabilitar uma cultura agrícola que, tinha começado a render lucros desde os anos trinta, e a partir de 1950 mostrava sinais de enfraquecimento. O ano do pronunciamento de Argemiro é 1964, mas, se percebemos bem, esse apelo começava a surgir no fim dos anos cinquenta, quando os grandes produtores e comerciantes de agave no Nordeste, e especificamente na Paraíba, solicitavam dos políticos uma intervenção direta naquela crise.

¹⁶A UDN (União Democrática Nacional), foi um partido criado em 1945 sendo caracterizado por sua oposição à Getúlio Vargas e por seu discurso conservador.

¹⁷ A importância econômica do agave, do sisal e do algodão nordestino nas exportações brasileiras. Discurso pronunciado no Plenário do Senado em 15 de agosto de 1964.

O ano de 1957 marca uma profunda crise no setor agrícola, crise acentuada, sobretudo, pelas secas e pelo enfraquecimento do mercado exportador, paralelamente é um momento em que novos projetos, a respeito da agricultura, começavam a ser traçados para que os desejos de fortuna passassem a alimentar a vida e os sonhos dos paraibanos, e de forma especial, de uma elite ligada aos setores dominantes da política e da agricultura.

Uma vez que era a elite que clamava por iniciativas do governo, é ela mesma que cria o nordeste como uma região problema, que deveria ser alvo de políticas públicas, em prol do sistema agrário decadente, isso se processa já no início do século XX. Essa elite usará a seca como pretexto para reclamarem para si a ação do governo, no caso da seca, ela será tomada:

como justificativa para a solicitação de recursos, de investimentos, de sucessivos pedidos de cancelamento de dívidas por parte dos produtores rurais, pela criação de órgãos e cargos públicos em que vão se alojar pessoas ligadas às elites regionais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p, 246).

Estes projetos¹⁸ incentivaram e restauraram alguns setores da agricultura como uma alternativa viável para a manutenção do setor econômico. A partir de 1950 começavam a circular ideias que, em nome da política e do desenvolvimento, a Paraíba, assim como outros Estados da região Nordeste, davam os primeiros passos em direção da retomada da tão almejada, pelas elites, revolução agrícola.

A segunda metade dos anos cinquenta se apresentava como tempos difíceis, sobretudo, para o setor agrícola, que, sofrendo com as intempéries climáticas, sofria com os problemas da estiagem. Nesse contexto era preciso salvar a agricultura. Mas dentro dessa mobilização a agricultura que se desejava salvar era aquela ligada à elite, aos setores exportadores, principalmente o agave e o algodão.

Estes principais produtos agrícolas da economia paraibana haviam perdido sua relevância. A partir do início da década de 1950, a cana de açúcar já vinha dando sinais de enfraquecimento, contudo, ainda continuava sendo responsável por parte do sucesso do setor agroexportador, sendo cultivada no Brejo e na Zona da Mata, atendendo aos interesses dos grandes usineiros, que ainda conseguiam obter lucros. Crise semelhante havia acontecido com o algodão, que, desde os meados dos anos 1930, se mostrava

¹⁸ Acreditamos que a criação da SUDENE em 1959, seja uma das principais maneiras de intervenção na realidade nordestina.

como produto enfraquecido e desvalorizado no mercado nacional, chegando a ser quase extinto dos campos paraibanos. Em contrapartida o algodão começava a se expandir em terras do Sudeste brasileiro. Nesse momento, o São Paulo preparava-se para produzir também fibra média e longa de quantidade suficiente para abastecer sua indústria, o que implicaria na perda do mercado paulista e redundaria no fatal comprometimento do comércio da Paraíba (GURJÃO, 1994, p, 134).

A expressiva crise no setor algodoeiro, que já havia começado nos anos trinta com a concorrência e com a desvalorização do produto, se tornaria ainda mais acentuada com a devastação causada pelo bicudo¹⁹, acentuada nos anos 1980, que segundo Sérgio Rodrigues Costa e Miguel Garcia Bueno:

Na década de 1980, a história da cultura do algodão no Brasil, já bastante conturbada, teve um instante especialmente dramático, com o aparecimento da praga do bicudo, que praticamente transformou as plantações do Nordeste em terra arrasada. Em decorrência, houve não apenas perdas econômicas, mas também desemprego em uma região historicamente pobre (COSTA; BUENO, 2004, p, 21).

Mas, esse não era o único entrave para a superação da crise no setor agrícola, havia ainda, outro terrível fantasma do passado: a seca. Era preciso vencer um problema histórico, que eram as barreiras regionais, que limitavam as trocas comerciais com o vizinho Estado de Pernambuco, ou seja, era preciso criar uma política comercial que expandisse os territórios e rompesse as barreiras impostas por uma política paternalista e protecionista, esse rompimento se materializaria no fim da limitação comercial com a interestadual. A partir de 1930 a Paraíba passa a ser inserida dentro de um processo de ampliação das relações e trocas comerciais com o Sudeste, o que proporcionava uma reorganização dos espaços produtivos, dessa forma, o que acabava por ser uma ruptura na estrutura política.

O que fazer? Como salvar uma agricultura caracterizada como tradicional e pouco produtiva? Antes de buscar qualquer resposta, é preciso entender quem a qualifica como tradicional e o que esse grupo entende por tradicional. Primeiro quem vai criar a imagem de uma agricultura tradicional é a elite ligada aos setores agroexportadores, ou seja, a uma agricultura praticada em grandes latifúndios, na maioria, produtores de

¹⁹O bicudo é uma praga que atinge o algodoeiro, acarretando em altos prejuízos para o setor, a partir da década de 1980, quando destruiu grande parte dos campos de algodão, foi reconhecida sua ação destrutiva, como ação lenta e de grande velocidade, é considerado como o câncer da cottonicultura.

algodão e agave, que faziam parte daquele grupo que havia participado e comungado das ideias implantadas no mandato de Argemiro, enquanto este era governador do Estado, e ainda tinha como objetivo a manutenção do poder econômico e social.

Mas o que era uma agricultura tradicional? Tratava-se de uma agricultura voltada para atender às necessidades familiares, quando havia a injeção do algodão não era no sentido de criar um comércio amplo do produto, mas a comercialização com base no sustento familiar. Sobre isso é possível estabelecer três características.

A primeira coisa a se dizer é que ela é tradicional para um determinado grupo, notadamente aquela que deseja uma ampliação da produção agrícola. Esse tipo de agricultura é geralmente praticada pelos membros da família, atendendo apenas às suas necessidades, sendo o excedente comercializado, as técnicas de plantio e colheita são simples, na maioria das vezes, utilizada a força animal para arar a terra e transportar a colheita. A agricultura tradicional, não participa de uma circulação comercial, mas se limita a pequenas trocas entre vizinhos, familiares e no máximo, venda de produtos no comércio local.

Somando-se as angústias dessa elite agrária, surgiam outras questões. O que plantar? O grande questionamento girava em torno de buscar alternativas que viessem aumentar os lucros do setor agrícola, inserindo a Paraíba dentro de um quadro de exportação agrícola decadente. Tais questionamentos compõem, e proporcionam a constituição de novos dizeres e novos saberes a cerca das atividades produtivas da Paraíba, saberes e dizeres de um grupo de políticos que traçavam novos caminhos para a Paraíba.

No bojo dessa crise é criado um conjunto de discursos, mas, se já existiram em um dado momento, talvez seja melhor falar em uma reelaboração de saberes e práticas discursivas. Saberes que se movimentam em torno de objetivos com claros interesses econômicos, como a inserção da economia paraibana dentro de uma nova realidade econômica, mais lucrativa e dinâmica para os setores interessados. Mas que acabaram por modificar a vida, as relações sociais e os sentimentos de pessoas comuns, alterando suas sensibilidades e suas maneiras de verem o mundo e a si mesmas.

O universo rural sofre drásticas modificações sociais e culturais com a implantação dessa nova mentalidade agrícola, que não é tão nova, pois já era proposta desde o fim dos anos trinta, durante o argemirismo.

Dentro de todo esse novo contexto é preciso não esquecer os trabalhadores, as pessoas comuns, agricultores, que de certa forma se encontravam alheios a esse

processo e são inseridos dentro de uma nova perspectiva agrícola. Essas são pessoas de nomes e trajetórias desconhecidas, pessoas que a partir de suas experiências cotidianas, reinventaram suas existências e suas relações sociais a partir de um contexto, tantas vezes adverso, marcado pela exclusão da agricultura tradicional.

Há uma novidade nesse momento, a preocupação não só na produção, mas também voltada para a comercialização de produtos. Começa a existir uma tentativa de formar uma nova organização comercial. Trata-se, então, da necessidade, dos setores produtivos, de se criar uma (re) organização dos espaços produtivos, ação que não se limitará ao Estado paraibano, mas acontecerá em todo o território nordestino, atendendo às particularidades das áreas de produção agrícola de cada Estado, essas tentativas deveriam levar em conta o solo, o clima e mesmo as vocações comerciais de cada realidade. Percebe-se, então, que se trata de um processo minimamente planejado, pensado de acordo com todo um conjunto de saberes e poderes, gestados e articulados em torno dos interesses da elite ligada ao meio rural.

Essa nova proposta de organização comercial, que se projeta no Nordeste, nos anos cinquenta inauguram uma nova maneira de veros espaços produtivos/comerciais e de propor alternativas agrícolas e comerciais, que vissem o aumento das exportações e a maior lucratividade. A década de 1950, é um momento importante no sentido em que inaugura uma nova maneira de pensar e agir, e no Nordeste, certamente a SUDENE faz parte desse momento.

Lembremos que a década de 1950 é também o momento da ação direta do Governo Federal sobre o Nordeste, através da criação da SUDENE. De acordo com os estudos de Rosa Godoy da Silveira (1984), a década de 1950 inaugura, assim, uma visão de um Nordeste, a partir das perspectivas dos *õdesníveis regionaisõ*, trata-se de um discurso político que interpretaria a realidade regional de acordo com os problemas sociais e políticos da região. Momento em que instituição da SUDENE tinha a finalidade de analisar as problemáticas da região e ao mesmo tempo apontar e planejar ações estruturais para o desenvolvimento do Nordeste, retirando-o das margens do desenvolvimento.

A emergência do discurso dos *õdesníveis regionaisõ* traz consigo a proposta de retomar algumas potencialidades comerciais, nesse sentido, busca-se salvar o algodão, tornando-o novamente o motor da economia paraibana. Não coincidentemente, é também o momento em que o cantor e poeta Luiz Gonzaga percorre o país cantando

*o algodão*²⁰, música que elogia o trabalho e incentiva a plantação do ouro branco, através de uma poética ritmada, Gonzaga, mostra a satisfação do homem do campo durante o plantio e a colheita. Alegria essa que seria maior ainda para as elites agrárias.

Uma batalha que se configuraria na superação do atraso e das dificuldades consequentes das constantes estiagens da região. A música está intimamente ligada a política desenvolvimentista, elaborada pelo governo, do então presidente, Juscelino Kubitschek de Oliveira, através da implantação da SUDENE, com o objetivo de retirar o país de uma condição de miséria, inserindo-o dentro de mudanças não apenas quantitativas e econômicas, mas qualitativas, culturais e sociais.

A música de Luiz Gonzaga destaca eventos de um período agrícola em que o algodão precisava ser salvo, vindo novamente a ser, o mais importante elemento da economia Nordeste. Adentra na vida rural e incentiva ao trabalho, faz parte dos discursos da época onde a estrada do desenvolvimento passaria pelo incentivo à agricultura. Em toda a letra há um incentivo a plantar, a trabalhar, a movimentar e dar consistência à região. O produto que enriquece o país, trata-se de reflexos da política do nacional desenvolvimentismo, procurava-se de certa forma, estimular a produção econômica de acordo com as especificidades regionais. Que produto? A ideia ficou vaga, retome o termo/palavra referente ao produto!

O leitor deve-se perguntar, quais motivos levaram essa agricultura a ser planejada e (re) planejada em momentos diversos? Acreditamos que trata-se de um processo que ocorre em vários momentos e sob variadas formas, atendendo à interesses políticos e econômicos, que se modificam constantemente.

Pode-se dizer que esse processo de mudanças na agricultura paraibana se projeta não em um momento, mas deve ser entendido como um processo histórico que se arrasta desde a década de trinta e só conseguirá se consolidar, de fato, nos anos setenta, através de uma política desenvolvimentista, que ganhava corpo em todo Brasil, com a efetiva integração comercial entre todas regiões:

O quadro que começa a se desenhar nos anos de 1930, representa, a nível da história da Paraíba, o momento de aceleração das relações e trocas comerciais regulares do Nordeste (e da Paraíba) com o pólo dinâmico nacional e o Sudeste. É uma fase que direciona tanto a área paraibana, quanto o resto do território nordestino a um aprofundamento de sua situação de dependência, e se caracteriza pela reorganização de seus espaços produtivos e a agrícola e a industrial e,

²⁰ *o Algodão*, Luiz Gonzaga e Zé Dantas, 1953.

constituindo-se em etapa essencial à consolidação do processo de integração no mercado nacional de produção e de circulação de bens, que ocorrerá nos anos de 1970 (AMORIM, 1999, p, 49).

Ao propor uma análise da economia paraibana, a partir de um recorte cronológico de quarenta anos (1930-1970), a autora identifica muitos aspectos importantes que podem contribuir em nossa análise. A começar, pela identificação da necessidade das políticas agrícolas do estado da Paraíba se alinharem a uma dinâmica de aceleração e trocas comerciais, em escala nacional, pois essa seria uma prerrogativa básica para que se pudesse adentrar nesse processo de articulação comercial. Uma segunda característica desse momento, é, a importância que ganha o projeto de integração nacional, em que a agricultura deveria se adequar ao projeto de produção e circulação de bens, instaurando uma nova dinâmica de comercialização agrícola, fortalecendo os setores produtivos e criando uma zona de conforto para as elites ligadas aos setores da agricultura e comercialização.

Como a região Nordeste se inseria, de maneira efetiva, dentro desse processo?

Foram realizadas um grande número de medidas políticas e econômicas para processarem essa inserção, porém nos delimitamos a destacar a alternativa que foi apresentada pelo governo e pelos agrônomos da Paraíba: a valorização da difusão e a implantação do agave, pela construção de uma imagem salvadora e redentora para o Nordeste, e de modo especial para este estado.

Se esse projeto ganhou certa urgência nos anos setenta, de certo modo já nos anos sessenta houve um claro e acentuado panorama de crise. Em quase todo o Nordeste, o agave, que outrora se tornou o produto de maior destaque no cenário econômico, começou a dar claros sinais de enfraquecimento. As exportações sofreram uma queda assustadora, se comparadas aos dourados anos quarenta e cinquenta. Neste período o agave havia se tornado alvo de investimento das elites agrárias, e os grandes fazendeiros haviam espalhado os campos de agave por todo o interior, sobretudo, nas regiões do Agreste²¹ e da Borborema²², nas quais, as condições de solo e de clima eram extremamente favoráveis para seu desenvolvimento.

²¹ Mesorregião da Paraíba, formada pelo agrupamento de 66 municípios.

²² Mesorregião da Paraíba, formada pelo agrupamento de 44 municípios.

Era o início de um pesadelo para os fazendeiros que haviam dedicado todos os esforços em criar uma cultura²³ do agave, era também o nascimento de um sonho, de perspectivas de dias melhores para os pequenos e médios agricultores. Com a crise dos anos cinquenta houve o dismantelamento das grandes usinas beneficiadoras de agave, surgindo em seu lugar, uma nova categoria que ficou conhecida como os òdonos de motorö. Eram homens que haviam adquirido pequenas unidades de beneficiamento, caracterizando um tipo de trabalho nomeado de motores, que se alastraram pelo interior da Paraíba, popularizando essa nova cultura agrícola. O interior da Paraíba se modificava, tinha os roçados de milho, feijão, mandioca, substituídos pelas longas e viçosas folhas do agave.

Uma coisa jamais vista era observada em cada canto do interior paraibano. Via-se de fato, uma verdadeira òinvasão do agaveö, a paisagem, assim como a vida dos agricultores, era drasticamente modificada, como identificaram os estudiosos do processo de desenvolvimento que surgia em terras nordestinas.

Como se processa essa òinvasão do agaveö? O que significa essa expansão e essa popularização do agave? Qual seriam suas implicações e seus impactos sobre a agricultura? Sobre a vida e sobre as sensibilidades individuais e coletivas? Essa expansão dos motores de agave por territórios menores, marca o momento que o agave deixava de ser um monopólio dos grandes fazendeiros e começava a ganhar espaço em fazendas de médio porte. Ainda sendo incentivado pelos discursos governamentais ele adentrava lentamente nas pequenas cidades do interior paraibano. Inaugurava-se um tempo em que sua produção passaria a ser o motor para o desenvolvimento de pequenas cidades, os trabalhadores seriam, então, agricultores que durante a seca, se ocupariam do trabalho nos campos de agave, que surgiam no lugar dos grandes roçados de milho e feijão.

Isso fazia, também, com que as plantações se espalhassem, passassem a fazer parte da paisagem regional, tomando o espaço que outrora era exclusivo da agricultura convencional de milho e feijão. Com a crise no setor agrário, que teve seu momento

²³Entendemos aqui que a cultura é um movimento de relações, assim, criar uma cultura do agave significava não apenas inserir o seu cultivo no campo das atividades agrícolas, mas criar toda uma rede de costumes que fizessem o agave tornarem-se um elemento cotidiano, sendo assim, o objetivo dessa tentativa era inseri-lo na vida do trabalhador. Segundo o antropólogo norte-americano Clifford Geertz, a cultura formada a partir de estruturas sociais que se articulam com indivíduos e grupos, ao propor uma òinterpretação das culturasö o autor diz que: ò[...] a cultura que é mais bem vista não como complexos de padrões concretos de comportamento-costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, com tem sido agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle-planos receitas, regras, instruçõesö (GEERTZ, 1989, p.56).

mais dramático, percebe-se no período subsequente aos anos cinquenta, com a crise das exportações, que o agave passa a se popularizar com maior facilidade, se antes estava restrito aos grandes fazendeiros, requerendo um enorme investimento financeiro, agora passa a ser uma possibilidade de lucros para produtores medianos, que, quando tinham milpés de agave, se consideravam como grandes produtores.

Escrevendo limiar dos anos oitenta, Ramilton Costa (1989), identifica a emergência dessa nova configuração de fazendeiros, agora, não mais ligados a uma grande fortuna em terras ou em trabalhadores, mas que continuavam atentos a manutenção de velhos sistemas de dominação:

Hoje o grande proprietário não é mais o senhor absoluto de dezenas ou centenas de moradores a sua disposição e ao seu cuidado. As casas das fazendas estão cada vez mais vazias, a palma e o gado têm substituindo a roça e tem crescido o trabalho periódico, o trabalho assalariado. Os proprietários também criaram e recriaram mecanismos para conseguir manter controle da mão-de-obra e também conseguir apoio político para segurar ou remendar seu poder na esfera local (COSTA, 1989, p, 98).

Surgem então pequenas fazendas de agave, pequenas unidades de produção e beneficiamento. Fenômeno que em Cubati²⁴ pode ser observado a partir da segunda metade da década de 1950, e de forma mais acentuada nos anos sessenta e setenta, quando vários fazendeiros passaram a plantar agave. Outros, mais ansiosos por retorno financeiro, compravam fazendas em que já haviam as benfeitorias de agave, ou seja, que consistiam em plantações, já em pleno desenvolvimento, e instalações para colheita e beneficiamento. Essas benfeitorias garantiam aos compradores uma lucratividade imediata, não sendo necessário a plantação e a espera do desenvolvimento do agave

Foi isso que fez o Sr. José de Medeiros Dantas, que em 19 de outubro de 1965 comprou nove hectares de terra, na estrada do sítio Golpe D'água, com benfeitorias de agave, pagando aos vendedores uma quantia de 300.000 cruzeiros. O mesmo, ainda comprara outra propriedade com plantações de agave²⁵. Não é à toa que este senhor se tornou um dos principais produtores e comerciantes de agave da região do Seridó

²⁴A cidade de Cubati está localizada na região do Seridó Oriental Paraibano com sua área territorial correspondente a 137,2 km². Anteriormente denominada como Vila de Canoas, foi emancipada em 1959, quando deixou a condição de distrito do município de Picuí. Em Cubati o agave desempenhou um papel preponderante como fonte de renda e de sobrevivência familiar, sobretudo nos períodos de estiagem, ele foi a cultura impulsionadora do desenvolvimento da cidade, sendo considerada como símbolo de seu crescimento econômico.

²⁵ Guia de recolhimento *inter vivos*. Arquivo da Prefeitura Municipal de Cubati.

paraibano, nos anos sessenta seus esforços se concentrarão em ampliar suas propriedades.

Mais que produtor e comprador de agave, esse fazendeiro, representante de uma elite local, participaria da criação de uma cultura do agave em Cubati, seu *lugar social* (CERTEAU, 2011), de prefeitada cidade, também era de incentivar outros agricultores a plantarem e difundirem o agave, a fazerem dele um meio de vida, mostrando e fazendo saber dos sucessos daquele novo empreendimento. Em relação à venda das terras, entende-se que as plantações de agave, como plantas já adultas, próximas da colheita, além de atraírem compradores, forneciam às propriedades rurais uma maior valorização, atribuindo-lhe um valor superior às demais propriedades rurais.

Seria ingênuo e até mesmo leviano afirmar que a implantação do agave no interior da Paraíba, e precisamente em Cubati, foi uma história construída apenas de sucessos e prodigiosos êxitos. Essa imagem é desenhada pelas pessoas que lograram com aquela cultura, que fizeram fortuna com o agave, para o pequeno agricultor, que se torna mão de obra, a história é bem diferente, é mais uma conformidade do que uma lembrança boa.

A saga do agave na Paraíba é uma história de altos e baixos, com sucessos e fracassos, mas voltemos ao pronunciamento do Senador Argemiro Figueirêdo, citado anteriormente.

É preciso compreender que Argemiro, enquanto representante político da Paraíba, fala em momentos distintos. Se antes, na década de trinta fala como Governador, agora em um momento diferente, 1965, sua fala é de um representante no Senado, dessa vez, mais próximo da esfera Federal do poder e representando um segmento social de seu Estado, a saber, os grandes fazendeiros e empresários do setor.

Com essas palavras ele anuncia ao mesmo tempo a crise e a expectativa, a decadência e os desejos de uma elite ligada a um setor decadente da economia, dessa forma notadamente fala pela Paraíba. Seu discurso é ainda marcado pela contradição, pela evidência de contrastes econômicos, que por sua vez, refletiam na sociedade, fala em denúncia da polarização entre os Estados do Sul e do Sudeste, portanto, demarca um lugar e institui uma relação de forças, de poderes.

O Senado proporcionava uma confluência de interesses em torno da temática, ali, interesses se encontravam com o intuito de fortalecer o agave, no Senado ele passa a ser entendido como uma cultura afetada pelos problemas econômicos nacionais, torna-

se, dessa maneira um tema de discussão coletiva. Somando-se ao Senador Argemiro, o representante do Estado da Bahia, Arthur Leite²⁶, intervinha em sua fala dizendo que:

A indústria do sisal é, realmente, de fundamental importância para a economia do Nordeste, sobretudo porque constitui o meio de vida de milhões de indivíduos, podemos dizer assim. Por isso mesmo precisa ela merecer o mais decidido apoio das nossas autoridades que devem ampará-la, em todos os sentidos, não só aperfeiçoando a cultura do sisal, como também financiando diretamente o produto²⁷.

São interesses não mais solitários, mas, que a partir de uma discussão nacional, tornam-se coletivos. Observa-se que, passados quase trinta anos, o agave volta a ser o centro dos debates. Se antes os discursos confluíam para que os fazendeiros aderissem àquela cultura, plantando, incentivando outros a plantarem, agora o discurso ganha outra conotação, agora circulam em torno do seu reestabelecimento comercial, que passaria antes de tudo, pelos incentivos à plantação de novos campos. A crise agroexportadora e a seca, haviam criado um clima de insegurança entre os produtores, e, nesse sentido, as palavras de Arthur Leite, soariam como uma esperança que se avizinhava

Por isso mesmo precisa ela merecer o mais decidido apoio das nossas autoridades que *devem ampará-la*, em todos os sentidos, não só aperfeiçoando a cultura do sisal, como também financiando diretamente o produto (LEITE, 1964).

Esses discursos devem ser entendidos, uma vez que são produzidos, manipuláveis e ao mesmo tempo manipuladores. É preciso compreender que discursos criam sentidos e estabelecem saberes e práticas. Discursos são práticas, como acontecimentos que demarcam saberes e poderes em uma determinada sociedade (FOUCAULT, 2012, p, 10). Discursos compõem redes de saberes, instituem poderes e modificam vidas, alteram percursos de existências. O discurso é uma rede de enunciados ou de relações que tornam possíveis significantes. Michel Foucault nos chama a atenção para pensarmos os discursos como lugares de produção de verdades, onde se operam exclusões e interdições, ainda é possível compreender que os discursos

²⁶ Arthur Leite da Silveira (1906 ó 1989), Senador pelo Estado da Bahia em 1964, defendia os interesses da classe produtiva e comercial de seu Estado, especificamente a dos fazendeiros ligados a lavoura do cacau, de quem era representante direto.

²⁷ Aparte concedida ao Senador Arthur Leite do Estado da Bahia. A importância econômica do agave, do sisal e do algodão nordestino nas exportações brasileiras. Discurso pronunciado no Plenário do Senado em 15 de agosto de 1964.

são, também, objetos de desejo e de poder, instituem lugares e operam exclusões, interdições.

A análise do discurso, na perspectiva foucaultiana, nos leva a compreender que, a fala desse representante da Paraíba, só é possível porque se tratam de palavras possibilitadas por um lugar de poder, um discurso, no qual, confluem jogos de interesses, políticos, econômicos e sociais. Ao analisar discursos é de grande importância problematizar de que lugar eles partem, a partir de que contextos se articulam, discursos são como setas, são lançadas tendo em vista um ponto de chegada, um alvo.

Ao analisarmos os discursos que falam sobre o reestabelecimento do agave e de sua comercialização, devemos perceber que quem fala é um dos políticos mais influentes da Paraíba, Argemiro de Figueirêdo, representante legítimo das elites agrárias, um político que usou a cultura do agave, como bandeira de sua atuação política. Desde os tempos em que foi governador, a agricultura, foi vista como a principal via de acesso ao desenvolvimento para a região enquadrada como Semiárido²⁸ brasileiro, e de forma especial para a Paraíba. Contudo, a agricultura desejada por esse grupo é uma agricultura voltada para a exportação, na qual, o homem do campo torna-se apenas mão de obra, dentro de todo um processo econômico que beneficiava apenas um grupo.

Através dos incentivos para a preservação da cultura do agave, acreditava Argemiro, que a Paraíba e o Nordeste, sairiam do sub-desenvolvimento e se tornariam importantes economicamente para o cenário nacional. É necessário entender que essa opção de falar pela e para a agricultura, não se constitui em uma opção isolada ou alheia a realidade, em que *odefensor do povo paraibano*²⁹, procura legitimar o abandono de uma região, considerada como problema, e até mesmo como um empecilho para o progresso nacional.

É um discurso de alguém diretamente ligado ao interior do Estado, portando, que tinha relações estreitas com produtores e comerciantes. Nesse momento, Campina Grande, sua terra natal e seu berço político, que, até os anos 1980 é um pólo de compra e

²⁸ A área do semiárido foi instituída em 2005 pelo Ministério da Integração Nacional com base em três critérios: precipitação pluviométrica; aridez e risco de seca. FRANCISCO (2013); O semiárido brasileiro estende-se por aproximadamente 1 milhão de km², cobrindo 11% do território nacional e contendo 1.132 municípios, abrangendo integralmente o Estado do Ceará (100%), mais da metade da Bahia (54%), da Paraíba (92%), de Pernambuco (83%), do Piauí (63%) e do Rio Grande do Norte (95%), quase metade de Alagoas (48%) e Sergipe (49%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%) e parte do Espírito Santo (p. 163).

²⁹ Aqui faço uma referência ao Jingle de Argemiro de Figueirêdo, na campanha para o governo da Paraíba em 1950, na qual, foi eleito, José Américo de Almeida.

exportação da fibra de agave, é um dos mais importantes centros comerciais do Nordeste. Por isso, quando o senador fala de uma classe produtora de agave, ele faz referência aos grandes produtores e compradores de agave, que na grande maioria dos casos, começavam a entrar em um terrível e gradual colapso financeiro.

Direcionando sua atenção para o cenário decadente da agricultura paraibana, os governos, Estadual e Federal, passaram a tomar algumas medidas que pudessem modificar o quadro, medidas que consistiam em oferecer alternativas de cultivo, que fossem possíveis mesmo nos longos períodos de estiagem. Lembremos que essa é uma característica da política de Argemiro que, desde sua passagem pelo ao governo do Estado, entre 1935 e 1940, consistiu em implementar e diversificar a agricultura, introduzindo nela, novas culturas agrícolas, como é o caso do agave.

Em 1964, há uma nova configuração dos discursos sobre a agricultura paraibana, trata-se de um deslocamento em torno dos objetivos e interesses. Agora o problema não é mais criar técnicas, inserir novas práticas agrícolas, ou criar uma mentalidade agrícola, como pretendia-se na segunda metade dos anos trinta, a questão agora era de ordem puramente econômica, as elites agrárias e os comerciantes imploravam por uma ação direta e eficaz do Governo Federal.

Os discursos do Senador Argemiro, transmitem um desejo que é dele, mas, é mais ainda um desejo das elites agrárias, esse desejo de vida e de sorte está claro nas falas do Senador, o agave era, por ele apresentado, como uma possibilidade de criar riquezas, de alavancar uma economia frágil, e sem perspectivas de crescimento. Ao falar da implantação da cultura na Paraíba, transparece o orgulho, e ao mesmo tempo uma preocupação, ao falar sobre os problemas enfrentados, articula um discurso engajado, de um homem que se diz conhecedor da realidade econômica, do Estado pioneiro no cultivo do agave. Argemiro fala de uma realidade da qual se orgulha, vangloria-se em ter sido o incentivador de seu cultivo, institui um lugar para seu discurso, articulando-o com a difícil realidade enfrentada.

Ele transmite uma mensagem das elites produtoras de agave da Paraíba, e faz do uso da palavra, uma estratégia para mostrar aquilo que a seu ver, seria o responsável pelo atraso econômico da região Nordeste. A atenção na maior parte das vezes exagerada, aos Estados do Sul e Sudeste, em detrimento aos Estados nordestinos, essa atenção, isso claramente se materializava no incentivo à industrialização, porém mais do que dizer a existência do problema, ele deseja dar uma explicação para o mesmo. Sua palavra, além de denunciar, pretende também fornecer uma explicação plausível para o

problema, as palavras se operam em torno de uma denúncia, de uma acusação, advoga em torno de uma causa e de um problema. Logo, esse posicionamento é uma estratégia política, uma maneira de atrair recursos financeiros e perdão de dívidas para os grandes fazendeiros.

Ele acaba por afirmar que esse problema não é puramente político, embora seja esse o principal fator, as causas para o atraso econômico seriam multilaterais, a crise econômica e diretamente, a crise do agave na Paraíba, seria, pois, um problema que abarcaria pelo menos quatro faces *õinfluência política, social, intelectual e eleitoral*.

O problema econômico, no Nordeste seria exclusivamente a seca, mas estaria associado a questões de influência política, social, intelectual e eleitoral. Contribuiriam assim, para que a maioria dos recursos federais passassem a ser destinados a outras regiões brasileiras, notadamente Sul e Sudeste, aumentando consideravelmente aquilo que durante os anos trinta, passou a se chamar de desníveis ou disparidades regionais. Esses desníveis se evidenciavam na medida em que ao Sul era a industrialização que lhe era destinada, enquanto o Nordeste, continuava sendo o celeiro da nação, depositário da matéria prima e da mão de obra, assim, teciam-se os jogos de poder entre uma elite e um Nordeste passado para trás.

Para além da questão econômica, Argemiro aponta que questões sociais, intelectuais e eleitorais, contribuiriam com esse quadro: *õE o que se observa, a todo instante, decorrente da influência política, social, intelectual e eleitoral em representação dos Estados sulinos com a atuação mais pronta e decisiva do Governo em favor da economia dessas regiões*. Tratava-se de identificar os problemas e suas conjecturas, não uma causa, mas causas que estavam articuladas.

É interessante notar que, o senador destaca em seu discurso, porque até mesmo a elite intelectual sulista teria influência sobre o Governo Federal, dessa forma contribuiria para uma maior atenção para os estados sulistas. Somavam-se as inconstâncias pluviométricas e a baixa qualidade dos solos, quase sempre impróprios para a prática da agricultura, o que aumentava ainda mais as disparidades entre as regiões: *õQuanto ao Nordeste, onde a produção se desenvolve com sacrifícios imensos, onde o homem enfrenta a hostilidade do solo ingrato e também do clima os apelos dali provenientes não são recebidos com a mesma prontidão*.

Se a agricultura era a única via para o Nordeste, era preciso que ela fosse modernizada, na medida do possível, embora não se veja uma modernização em termos de maquinário, técnicas ou projetos, ela passa por um processo de diversificação.

Objetiva-se deixar a monocultura de algodão, desenvolvida nas grandes fazendas, e buscar outras culturas agrícolas que se adaptassem ao solo e ao clima da região. Também, não era mais viável que nossa produção se pautasse pela agricultura do milho e do feijão, muito menos que continuasse sendo uma produção familiar. Era preciso exportar, expandir os horizontes de uma agricultura deficiente, frágil.

Desde meados de 1930 e 1940, em meio a um conjunto de discursos, cria-se a falácia de uma necessária diversificação da agricultura. Diversificar a agricultura era a palavra de ordem, segundo o conjunto de saberes instituídos como verdade, a monocultura contribuía ainda mais para o atraso econômico e social, desse modo, deveria ser superada. Esse mesmo discurso propagaria a ideia de que, a agricultura para contribuir com amudançaço quadro econômico e social, era preciso que fosse diversificada, tivesse sua finalidade voltada não só para a subsistência, mas que pudesse ser também uma via para a exportação. Por meio de uma intensa campanha agrária, a Paraíba ia, moderadamente, superando a monocultura e implantando novas lavouras, a policultura. Parecia ser um sonho acompanhado de muitas e produtivas realidades, seria ela a liberdade do povo paraibano.

Ora, essa diversificação não se constitui em nada mais que, a quase eliminação da pequena propriedade, para a criação de grandes plantações de culturas mais rentáveis à receita do Estado. Pode-se destacar nesse sentido, as tentativas desenfreadas do Governo Estadual em ampliar as áreas cultivadas de algodão e criar campos de agave, ambos, voltados a exportação. Entendemos que a diversificação agrícola, proposta pelo governo e pelos agrônomos, não é uma diversificação e sim, é a institucionalização de um tipo de agricultura, ão agaveõ, com interesses agroexportadores, e, como dito anteriormente, onde o homem do campo seria apenas mão de obra.

Contudo, essa crise no setor agroexportador que ãressucitaõ um discurso em prol da agricultura, é fruto de um momento histórico, a saber, a década de 1970. Aqui creio ser necessário, mostrar como se desenha o Nordeste, mostrando, assim, quais as linhas discursivas que traçam a região. É importante perceber que esse não era um problema novo, desde o final do século XIX, a região Nordeste apresentava um quadro agrícola decadente. Ao fim do período da grande produção açucareira, a crise de mão de obra escrava somava-se a outro problema que, de certa forma, seria considerado como responsável pelo pesadelo que se instaurara: a seca.

A seca tornava-se, então,afetava drasticamente o campo e a cidade. Contudo, mais que um problema, a seca teria sido apropriada por uma conjuntura discursiva e

colocaria a região como um problema nacional, como um pedaço do Brasil que carecia de um tratamento diferenciado.

Durval Muniz de Albuquerque Jr., (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p, 141) identifica que o recorte e o próprio termo "Nordeste", seria fruto de um conjunto de imagens e discursos que remontam o início do século XX, essas imagens desenhariam uma região carente, necessitada de atenção especial, por parte das instituições públicas. Institucionalmente, o termo passou a ser utilizado pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), demarcando um território sujeito à longas estiagens, carecedora de especial atenção do poder federal. Essa construção, ou como prefere Durval Muniz (*op. cit.*), essa invenção do Nordeste só conseguirá se efetivar a partir dos anos vinte.

Juntamente com esses discursos políticos, produtos de um grupo interessado em políticas assistencialistas que atenderiam as suas necessidades, sobretudo, econômicas, somam-se discursos que apresentam visões sobre a região, criando imagens e desenhando paisagens que contribuirão para a consolidação do Nordeste. Além de criar imagens da sociedade, essa literatura, tida como regionalista, cria também imagens da natureza, no caso do Nordeste, a literatura de trinta é, co-responsável pela construção das imagens da seca, da miséria e da dor.

Nesse sentido, a literatura é capaz de criar imagens sobre lugar, e, assim, moldar as percepções humanas sobre o espaço, a natureza e a sociedade. A literatura regional e as artes plásticas nacionais serão utilizadas, em grande medida, para criar a imagem de um Nordeste seco, quase desprovido de vida, impossível de (sobre) viver, cheio de migrantes, flagelados da seca. De acordo com Catarina Buriti e José Octávio Aguiar:

Como espaço de criação e autoinstituição imaginária das sociedades humanas, a literatura pode ser uma janela privilegiada para a detecção de como um grupo social, ou, alguns indivíduos específicos, representam escolhas societárias peculiares, descrevendo estratégias de representação e humanização dos espaços (AGUIAR, BURITI, 2011, p, 326).

Rachel de Queiroz, por exemplo, em *O quinze*, seu primeiro romance, escrito em 1930, nos faz mergulhar no angustiante trajeto de uma família de retirantes em sua fuga da seca e da morte e o caminho trilhado por esses retirantes é o próprio caminho da

seca. Na trajetória de Chico Bento e Cordulina, tudo é dor, solidão, fome e saudade da velha fazenda onde construíram sua vida, mas o caminho é feito tão somente de fome e de morte, a angústia da morte eminente rodeia aquela família, como se quisesse levar todos de uma só vez.

O Quinze é uma história em que ficção e realidade se entrelaçam na construção da narrativa, a autora, imprime em seu romance, as suas próprias vivências no interior do Ceará, do início do século XX. Os personagens e os cenários que a autora apresenta são (re) criações de suas vivências e experiências durante a grande seca de 1915, assim, o romance é fruto de uma simbiose³⁰ entre o eu (real; vivido) e a ficção (criação; invenção).

A autora não cria apenas paisagens naturais, mas, faz o leitor projetar diante de si, imagens humanas, que mais parecem projeções da natureza. O corpo magro de Cordulina é semelhante aos galhos secos castigados pelo sol impetuoso. O olhar de Chico Bento para a mulher é um espaço de saudade, que olha o presente, e, através das arte (manhas) da memória, recuperaperdidas entre suas sensações do presente, imagens do passado. Em poucas palavras, aqueles dois nos revelam a paisagem humana da seca no Nordeste, paisagem que embora passe pelo crivo da imaginação (literária), dialoga intensamente com o vivido.

Concordamos com Geralda Medeiros Nóbrega (NOBREGA, 2011, p, 79) inspirada na leitura de Gaston Bachelard, mostra que o romance de Rachel de Queiroz é uma obra em que o imaginário é marcado pela verossimilhança com o realidade, em que o drama natural se assimila com o drama humano. A fuga da vida em busca de nova vida, em que essa família se aventura, termina como a vida de tantos sertanejos, a ida em busca de oportunidades em terras sulistas, na ausência de oportunidades, naturais ou políticas. São Paulo passa a ser um espaço utópico, onde sonhos e esperanças são possíveis, espaço imaginado, idealizado pela necessidade de (sobre) viver.

Essas são imagens de um Nordeste seco, inóspito, quase averso à vida humana. A seca desenha um cenário desesperador, de *ōnefastas consequências para a nação* brasileira, a miséria assolava grande parte dos sertanejos, nesse sentido, retoma-se os discursos em que se (re) elaboram as concepções sobre a agricultura, em que, novamente a diversificação seria a que ganharia maior destaque entre os políticos e

³⁰Tomamos emprestado o termo da Ecologia para mostrar que trata-se de um processo em que, a associação de dois ou mais seres de diferentes espécies, mas que vivem conjuntamente, com vantagens recíprocas, são caracterizados como um só organismo.

agrônomos. A monocultura é novamente revestida de uma conotação negativa para o homem e para a sua sobrevivência.

Novamente, os incentivos ao cultivo do agave são apontados como maneira dese superar as consecutivas crises da agricultura, agravadas ainda mais pelas intempéries climáticas e os abalos no setor agroexportador:

Identificavam-se, dessa forma, as crises cíclicas da produção agrícola como causadoras de nefastas consequências para a nação. Não que a agricultura fosse crítica, mas a agricultura monocultora, dependendo de planos de valorização responsáveis pelos desequilíbrios monetários, deveria ser superada (LINHARES; TEIXEIRA apud NUNES, 2006, p. 97)

Eis que o discurso da diversificação agrícola (re)surge com toda força, na verdade, acreditamos que ele nunca desapareceu, mas se metamorfoseou durante as décadas, agora, nos anos cinquenta e sessenta, ele retoma com mais força, revestido em outros interesses. A respeito dessa diversificação da agricultura paraibana, a historiadora Mariângela Nunes (2006), defende que o processo de diversificação da agricultura deve ser entendido como uma questão ampla, que há um cruzamento de objetivos e interesses, em que o processo de industrialização seria apenas o pano de fundo.

A diversificação da produção agrícola deve ser entendida dentro de uma conjuntura mais ampla, pautada pela industrialização do país. Este quadro, marcado pelo desenvolvimento urbano, induziu a uma reorientação da agricultura brasileira (NUNES, 2006, p. 102).

Em certo sentido, concordamos com a autora. De fato, houve uma reorientação da agricultura. Quanto à diversificação agrícola, é necessário entendê-la, pois não é um projeto elaborado no sentido de beneficiar o pequeno agricultor. É, antes de mais nada, outra monobra de um grupo que pretendia, a qualquer custo, manter o poder econômico. Para o pequeno produtor rural, que cultivava feijão e milho, o discurso da superação da monocultura se caracterizou num engodo, pois não houve diversificação agrícola, houve a criação da monocultura do agave e a destruição do modo de vida, baseado na agricultura de subsistência.

O que aconteceu foi a inserção de lavouras, sobretudo, o agave, como uma cultura que deveria reinar absoluta, atendendo aos interesses de um grupo de agricultores e proprietários de grandes áreas territoriais, muitas vezes, acabando com a

possibilidade de se plantar outras lavouras. Tudo era agave. Afinal, todos apontavam para ele como a salvação presente, palpável. Quase todas as terras só tinham espaço para o agave. Em certo sentido, a agricultura familiar e as práticas culturais do campo, foram exterminadas seguindo do discurso do progresso.

O agave veio para instaurar uma nova forma de vida. Com ele se implantou uma nova concepção de agricultura e de tempo no interior da Paraíba. Vivia-se não mais o tempo humano e da natureza e sim o tempo do capital, onde o controle e a força de trabalho direcionavam e moldavam a vida dos sujeitos (THOMPSON, 1998).

A implantação do agave no Estado, e sua aceitação por meio dos fazendeiros das pequenas cidades e vilas do interior, por volta dos anos cinquentapassaria a alimentar ainda mais os sonhos e os desejos de uma agricultura fecunda e diversificada. Esses desejos alimentavam os sonhos de riqueza de uma elite que buscava, ainda, vias de manutenção do poder. É o princípio do capitalismo que adentra no mundo do pequeno agricultor, do trabalhador rural e modifica sua vida, seus afetos e sua própria relação com o trabalho, agora, não mais movido pelos ciclos naturais, mas um trabalho orientado pelo tempo do capital.

O discurso da modernização agrícola, e a implantação do agave em terras nordestinas parece ter tido um grande sucesso. O verde dos imensos pés de agave, iriam a partir da segunda metade do século XX, modificar não só as paisagens, mas alimentar esperanças e gerar novas sensibilidades, novas relações sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana: São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Durval Muniz de. A aridez das Idéias a questão ambiental do Nordeste em busca de práticas e discursos inovadores. In; _____. *Nos destinos da fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008, p. 246-262.

_____. Operando o Nordeste: da região que tem um flagelo a ser extirpado no diagnóstico do discurso da seca à região como uma estrutura estagnada no diagnóstico do discurso do planejamento. In; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. [et. al.]. *Estudos de Historiografia brasileira*. ó Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 221-234.

AIRES, José Luciano de Queiroz. *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930 ó 1945)*. Campina Grande, EDUFCG, 2013.

AMORIM, Laura Helena Baracuhy. A economia paraibana na etapa da articulação comercial (1930 ó 1970). In: _____. FERNANDES, Irene Rodrigues. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed. universitária da UFPB, 1999, p. 49 ó 60.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da História. In: _____. *O anjo da história*. Trad. e org. de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 8 ó 20.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 47 ó 51.

COSTA, Ramilton Marinho. *Transformações econômicas e representações ideológicas dos trabalhadores do sisal*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Universidades Federal da Paraíba, Campina Grande, 1989.

COSTA, Sérgio Rodrigues; BUENO, Miguel Garcia. *A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC*. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. (Leituras filosóficas).

_____. *A microfísica do poder*. Org. e rev. Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. *Revista Saeculum*, João Pessoa/UFPB, nº 16, jan./jun. 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. *Morte e vida das oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1994.

MOREIRA, José de Alencar Nunes; FREIRE, ElêusioCurvêlo; SANTOS; Robério Ferreira dos; NETO, Miguel Barreiro. *Algodoeiro Mocó: uma lavoura ameaçada de extinção*. Campina Grande, 1989.

NÓBREGA, Geralda Medeiros. *O Nordeste como inventiva simbólica: ensaios sobre o imaginário cultural e literário*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. *Entre o capa verde e a redenção: a cultura do agave nos Cariris Velhos (1937 ó 1966, Paraíba)*. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

QUEIRÓZ, Rachel de. *O quinze*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002.

SANTANA, Martha Falcão de Carvalho e Morais. *Poder e intervenção estatal ó Paraíba: 1930-1940*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

*Sertão,
sociedade e meio ambiente
no Rio Piranhas,
Capitania da Paraíba do Norte,
1670-1750¹*

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes²

RESUMO

Os agentes sociais envolvidos na trama da colonização das terras dos sertões da América estavam influenciados pelos fatores ambientais, destarte, o presente artigo intenta analisar elementos da relação entre homem e natureza durante o período colonial no interior da América Portuguesa. Para viabilizar esse trabalho foi selecionado o Sertão do Rio Piranhas, assentado no interior da Capitania da Paraíba do Norte, pois, entre outras questões, esteve envolvido na dinâmica da ocupação do oeste do Brasil a partir da abundância de terras atrativas à cultura criatória. Essa característica somada a outros elementos ambientais como a prevalência do clima semiárido e escassez de águas contribuíram para os conflitos entre colonos e indígenas, para a configuração das alianças entre colonos e a conformação das propriedades.

Palavras-chave: Sertão; Rio Piranhas; período colonial; meio ambiente.

ABSTRACT

The social agents involved in the plot of the colonization of the lands of the hinterlands of America were influenced by environmental factors. This article attempts to analyze elements of the relationship between man and nature during the colonial period in the Portuguese America. To make possible this work, it was selected Hinterland of Rio Piranhas, located in the backlands of the Captaincy of Paraíba do Norte, because, among others questions, was involved in the dynamics of occupation of west of the Brazil from the abundance of attractive lands for the practice of raising cattle. This characteristic added to other environmental factors such as the prevalence of semi-arid climate and the scarcity of water were elements that contributed to the conflicts between settlers and indigenous, to the configuration of alliances between settlers and the conformation of the properties.

Keywords: Hinterland; Rio Piranhas; colonial period; environment.

¹ Artigo recebido em 08 de setembro de 2014 e aprovado em 22 de outubro de 2014.

² Doutoranda em História pela PPGH-UFC. Professora de História do IFPB.

INTRODUÇÃO

Os sertões da América, durante o período de colonização europeia, foram marcados pela convergência de diferentes forças ou elementos que incrementaram as mobilidades humanas que neles já existiam, a exemplo das práticas migratórias das nações indígenas pré-habitantes. Desde antes da presença europeia, tais práticas já evidenciavam uma marca de tensões, principalmente, no que tange a delimitação de territórios e tessitura de um controle e uso do espaço. A questão do espaço e suas marcas ambientais são, deste modo, variáveis extremamente importantes para a compreensão da experiência de um povo, de uma comunidade. A relação entre os homens e mulheres e o espaço que constroem em um determinado lugar é um viés de mão dupla, pois se inter-relacionam (MARTINS, 2008). Nesse sentido, a subjugação do ambiente natural dos sertões estava atrelada às intencionalidades daqueles que dele usufruíam. Isto faz parte do fato de que a relação entre homem e natureza tem um caráter de interconexão. O homem interfere no meio e o meio interfere nas práticas humanas, bem como dos demais seres que nele vivem.

Regina Horta Duarte ao refletir sobre a relação entre história e natureza chamou a atenção dos historiadores a observar como a sociedade construiu suas vivências também a partir dos elementos ambientais que a envolve e como isto se transformava no tempo, de modo que a história promovesse uma reflexão abrangendo a natureza como protagonista junto aos homens na história (DUARTE, 2005).

Nesse sentido, lançar um olhar sobre a colonização dos sertões é importante por vários motivos, dentre eles, a possibilidade de visualizar de forma mais ampla e profunda as tramas e teias que compunham a invasão incentivada pela Coroa Portuguesa aos interiores da América eivada pelos aspectos ambientais mais íntimos da nova terra; além disso, reconhecer que nos sertões deu-se grande parte da história do Brasil que se transformou no que conhecemos.

No dicionário do padre D. Rafael Bluteau, reproduzido por Antônio de Moraes Silva (1789), “sertão” significa “o coração da terra”. Este sentido de interior era o que marcava as ideias que existiam sobre o sertão no século XVIII. Os sertões seriam os lugares íntimos da América Portuguesa e assim, não “seriam” suficientemente conhecidos. Logo, um dos motivos pelos quais homens se lançavam ao “desconhecido”, ou ao menos, às experiências novas nesses lugares “ermos”, seria desvendar, conquistar

estas vastidões distantes que podiam parecer desertas, mas que estavam plenas de habitantes e possibilidades de poder a serem alcançadas.

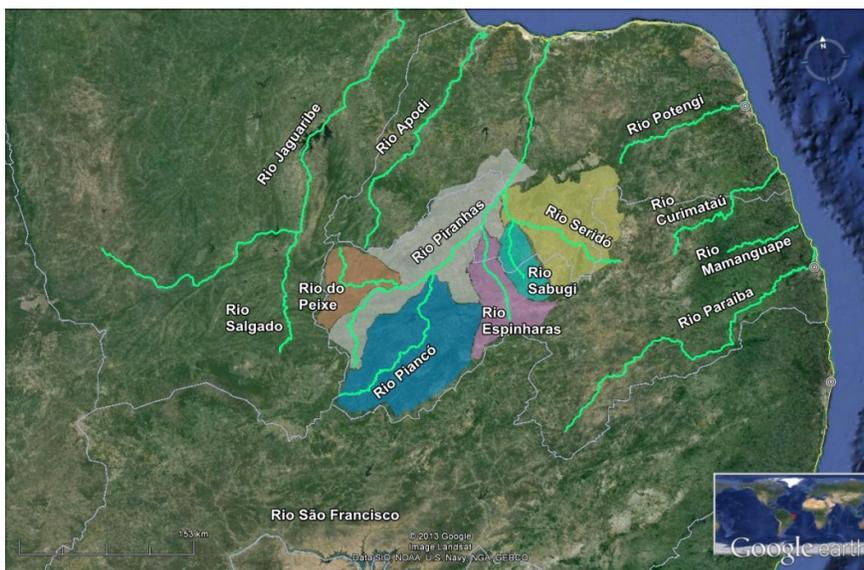
Os sertões desse imenso continente, a América, assim como suas zonas de litoral, são um *locus* oportuno para se observar os liames dos embates sociais e culturais que se deram dentro da formação histórica e ambiental da América. Eles são reveladores de um intenso processo que definiu as configurações territoriais dos domínios europeus que se instalaram na América, conseqüentemente a ampliação das possessões do Império Português na mesma, através de um fluxo de interiorização colonizadora, sobretudo a partir do século XVII e XVIII, que como já é sabido, teve como base econômica a cultura criatória principalmente no Norte. Já para o Sul, outras motivações e peculiaridades se concretizaram em diversos direcionamentos como a atividade mineradora, o impedimento do avanço espanhol nas regiões de fronteiras e a prática do aprisionamento de indígenas.

O presente artigo intenta analisar elementos da relação entre homem e natureza durante o período colonial da América Portuguesa, tomando como recorte a categoria espacial sertão. Para viabilizar esse trabalho, já que os sertões dessa América são imensos, foi selecionado o Sertão do Rio Piranhas, assentado no interior da Capitania da Paraíba do Norte, pois, entre outras questões, esteve envolvido na dinâmica de interiorização da ocupação do Brasil, enquanto um lugar de passagem para as forças de colonização que buscavam firmar caminhos em direção ao oeste da América Portuguesa devido ao seu posicionamento espacial estar compreendido em ponto estratégico para a consolidação do “Novo Caminho do Brasil”, caminho que interligava o Estado do Grão-Pará Maranhão ao Estado do Brasil (cf. MORAES, 2013; cf. BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 38, 1937. p. 337-338).

SERTÃO, TERRAS, GADO E ÁGUA

O Rio Piranhas não fluía sozinho. Outros rios, cada um com as suas ribeiras, somavam às suas águas: eram, como ainda o são, os rios do Peixe, Piancó, Espinharas, Sabugi e Seridó (Figura 1).

Figura 1: Ribeiras que compõe o Sertão do Rio Piranhas na passagem do século XVII para o século XVIII



Fonte: Google Earth e do Atlas Digital dos Recursos Hídricos Subterrâneos (Companhia de Recursos Minerais ou Serviço Geológico do Brasil).

O termo sertão é utilizado no singular porque as condições ambientais das diferentes ribeiras citadas eram semelhantes, pois estão inseridas no mesmo clima semiárido e predominância do bioma da caatinga, coexistindo privações e peculiaridades semelhantes para a sobrevivência dos sujeitos envolvidos no cenário de conflitos que faziam parte da temporalidade do século XVII e XVIII. Assim, leva-se em conta a identidade natural do lugar.

As águas do Rio Piranhas nasciam na Capitania da Paraíba e corriam para o Rio Grande e as ribeiras em foco estavam interligadas administrativamente a partir da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso pertencente à Capitania da Paraíba até meados do século XVIII, quando é elevada a Freguesia da Gloriosa Senhora de Santa Ana, depois chamada Caicó, que passou a conduzir áreas das ribeiras do Seridó que passaram aos domínios do Rio Grande do Norte atual (MACÊDO, 2012).

Irenêo Joffily³ (1927 [1892], p. 99), no final do século XIX, assim descreveu o “Valle do Piranhas”, afirmando que se localizava no lado ocidental do Planalto da Borborema e que possuía numerosos afluentes:

³ Jurista paraibano, membro do IHGB que se dedicou ao estudo da História da Paraíba. Sua obra “Notas sobre a Parahyba” é referência obrigatória na pesquisa histórica sobre a Paraíba.

O Piranhas nasce no municipio de S. José, na serrania que divide a Parahyba do Ceará, e depois cêrca de 40 leguas de curso no territorio parahybano, penetra no Rio-Grande do Norte, onde banha as cidades de Assú e Macáo, situada quasi em sua foz. Os seus principais afluentes são: pela *margem esquerda* o [Rio do] Peixe que, correndo por extensas varzeas, cobertas de carnaúbaes, banha a villa de S. João e cidade de Souza, reunindo-se depois ao Piranhas, entre esta cidade e a de Pombal, com umas 20 leguas de curso; e o de Porcos, na comarca de Catolé do Rocha, ribeira bem conhecida pela excellencia de suas pastagens. Pela *margem direita* recebe o Piancó, que nasce além da villa da Conceição, passa pelas de Misericórdia, e Piancó e cidade de Pombal, em cujas proximidades tem lugar a sua junccão com o Piranhas, ao qual é superior em curso; o Espinharas ou Pinháras, que na Parahyba banha a villa de Patos e no Rio-Grande do Norte a [vila] de Serra Negra; e o Seridó, que nasce na lagôa do Quixeré, tambem commum aos dous Estados com os seus tributarios Quinturaré, Acauã, Cupauá e Sabugy (Joffily, 1927 [1892], p. 99)

Esta descrição da bacia hidrográfica do Rio Piranhas deixa entrever como essas terras eram valiosas pela quantidade de rios e ribeiras que a compunham e, conseqüentemente, era detentora de uma diversidade de fauna, relevo e flora que a recobria. Mesmo assim, a rudeza das condições ambientais desse sertão não pode ser deixada de lado.

Em exercício de correição a essas paragens, o Ouvidor Geral da Paraíba, Antônio Ferreira Gil, iniciou a descrição de sua viagem ressaltando a estiagem e “esterilidade” de alimentos e água que marcavam o sertão das “Piranhas Pinhancó”:

Ao tempo da chegada da Frotta me achais em o prencipio da correisam das Piranhas Pinhancó do certam desta comarca na distancia de mais de cem legoas aonde nasce chegada, pasage dos caminhos e retirada p.a esta cidade experimentes gravissimo trabalho e perigo de vida pello notorio impedimento da estherelid.e a regoroza seca em que **se achava o mesmo certam comtinuando a mesma hesterelidade nam só na mortandade de gados e cavalgadurras, mas na falta de todos os mantimentos da terra e de agoa p. alimento sempre boa** e das mais necessarias p.a acomdusam do meu comboyo como tambem pella gra.de falta de pastos e algoas p.a as cavalgaduras pello que morrendo humas e cansavam outras [...]⁴

⁴ Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco – Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos referentes à Capitania da Paraíba, n. 1277. Grifo nosso.

Com clima seco e de altas temperaturas, notoriamente no tempo do “magrém”⁵ tendo situações mais amenas nos lugares mais elevados, com baixa pluviosidade, além de irregular, e pouca perenidade dos rios causando baixa reserva de águas, os sertões do semiárido da América Portuguesa passavam a ser receptores de um fluxo de sujeitos, cujas práticas econômicas fossem adaptadas ou adaptáveis à rudeza dos seus lugares.

Neles, o gado tornou-se a principal prática econômica, envolvido nos impulsos desses sujeitos que compunham as frentes de colonização europeia desses interiores, bem como no atendimento aos objetivos mercantis da Coroa, pois, naqueles sertões havia as condições para a sua adaptação e manejo.

O gado era uma cultura de expressão diante da dinâmica econômica colonial (cf. ANTONIL, 1982 [1711]), não foi à toa que Capistrano chegou a referir-se a uma “civilização do couro” (cf. ABREU, 1982 [1907]). E para que esta pudesse se fortalecer, as terras do sertão eram uma opção atrativa. Levar o gado para o sertão, ao mesmo tempo implicava uma nova demarcação de poder às terras do interior: uma forma de dominar através de um ser adventício e da implantação de uma nova forma de utilização (e significação) da paisagem. A partir dessa nova realidade, o sertão passava a ser o lugar de outros, pois, através do gado, a ambiência tinha abalada os seus aspectos originais.

A partir de 153 cartas de sesmarias solicitadas entre 1670 e 1750 para as ribeiras que compunham a bacia hidrográfica do Rio Piranhas, foram catalogadas 391 justificativas⁶ e, dessas, 76% se referiam às terras para criação de gado⁷. Logo, as terras solicitadas em forma de sesmarias tinham suas aplicações voltadas principalmente para atividade criatória. Inclusive, entre os solicitantes militares, os pedidos de sesmarias também eram justificados em sua maioria pela intenção de assentar gado para a criação. Ou seja, mesmo estando envolvidos dentro do processo de extermínio e controle das diversas nações indígenas que habitavam os sertões, os sujeitos possuidores de patentes militares que se envolviam nos sertões de Piranhas, bem como em outros sertões,

⁵ Vocábulo utilizado para designar o tempo de estiagem, estação da seca.

⁶ Ao requerer uma terra em forma de sesmaria, o requerente apresentava argumentos que buscavam justificar a concessão, de modo que em um pedido de terras poderia vir uma ou mais justificativas descritas.

⁷ Foram catalogadas 153 doações de sesmarias feitas entre 1670 e 1750 que envolviam as ribeiras dos rios Piranhas, Piancó, Espinharas, Seridó, Sabugi, Rio do Peixe e também a região do Patú. Os documentos e dados foram extraídos das transcrições de sesmarias contidas na obra “Apontamentos para a História Territorial da Parahyba” produzida por João de Lyra Tavares (1982 [1909]), bem como da Plataforma SILB (Projeto Sesmarias no Império Luso-Brasileiro) disponível no link <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>.

estavam envolvidos com a economia criatória que se instalara. Isto pode ser visto pela quantidade expressiva de solicitações de sesmarias que eram justificadas através de afirmativa de os suplicantes terem gados e não possuírem terras para acomodá-los.

Isto denota o quanto essa prática econômica enraizou-se na vida material dos sujeitos que tornaram a pecuária como alternativa de manutenção de sua riqueza ou sobrevivência. Mas eram as condições ambientais disponíveis que possibilitavam essa cultura e isso era ressaltado em diferentes documentos de sesmarias fazendo menção às terras de criar gado e suas qualidades, como pode ser observado nesses extratos de alguns pedidos:

D. Francisca de Sousa, D. João de Souza, (moradores em Pernambuco): Francisco de Souza Ferreira, Padre Remigio Gomes Pedrosa, Domingos Mendes Ribeiro, José de Souza, Padre Gonçalo Ramos de Abreo, provedor do hospital dos pobres do Recife e Antônio Correia Soares, dizem que tendo noticia que entre a serra do Patú e a do Urá havia um riacho a que os tapuios chamão Urujuré **com aguas e pastos capazes de se crearem gados** sem pessôa nenhuma as aproveitar ou por não saberem delas ou por temerem o gentio bravo [...]⁸

Francisco George Monteiro, morador na capitania de Goyanna, descobrira no sertão de Piranhas **um olho d'agua com pastos e largura necessária para crear gados** [...]⁹.

Domingos Serqueira da Silva, morador no sertão das Piranhas districto desta capitania tendo descoberto entre o rio das Piranhas e Espinharas **um sitio de terras de crear gados com tres olhos d'agua**, que se comprehende no mesmo e terras descobertas [...]¹⁰.

José Nunes Collares, morador no sertão do Cariry, tendo descoberto á custa de sua fazenda **um sitio de terra com capacidade de poder crear seos gados vacum e cavalar** no dito sertão em um riacho chamado Maribondo [...]¹¹.

Alferes Thomaz Diniz da Penha, morador no sertão do Seridó desta capitania, diz que ele supplicante tinha descoberto no sertão do mesmo Seridó, no riacho chamado Caraçuzinho **terras com abundancia d'agua e pastos capazes de crear gados**, e porque o **supplicante tem bastantes gados e carece de terras para crear** [...]¹².

⁸ Doc. Nº. 74. 1708. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 67. Grifo nosso.

⁹ Doc. Nº. 161. 1719. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 110. Grifo nosso.

¹⁰ Doc. Nº. 234. 1734. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 141. Grifo nosso.

¹¹ Doc. Nº. 271. 1740. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 157. Grifo nosso.

¹² Doc. Nº. 300. 1740. Cf. TAVARES, 1982 [1909]. p. 170. Grifo nosso.

Apesar do grande uso das terras para a criação de gado, também aparecem nas justificativas dos pedidos de sesmarias o uso para a agricultura, como em Portugal, onde, no princípio a prática de concessões de sesmarias, as doações eram feitas com o fim de produção agrícola, havia a intenção de resolver a questão dos alimentos¹³. Nos Sertões do Rio Piranhas, a aplicação da terra para a agricultura e subsistência correspondeu a 7% das justificativas estudadas e o cultivo da terra podia seguir parâmetros das práticas indígenas, visto que a coivara era um recurso utilizado, como o fez Francisco de Arruda Câmara que afirmou em seu pedido de sesmarias, no sertão do Cariri, que tinha meta de plantar suas lavouras e criar seu gado por meio do “fogo e mais benefícios” (TAVARES, 1982 [1909]. p. 144) que iria fazer na terra.

Outro exemplo do uso das terras dos sertões para a agricultura foi o do Comissário Teodósio Alves de Figueredo, “morador no sertão das Piranhas” afirmou ter encontrado “entre as serras do *Catullé* e a serra que corre pelo Sabiá, no mesmo sertão das Piranhas, umas terras e um olho d’água chamado de *Anta Morta*, cujas terras eram capazes para plantar milho, roças e legumes [...]” e justificava a concessão através da necessidade de “plantar lavouras para a sustentação de sua família” e “por exigência do Provedor [da Capitania da Paraíba do Norte]” informou que as terras por ele pretendidas não eram para criar gados, já que estas não eram capazes, serviam apenas para lavouras e legumes (TAVARES, 1982 [1909]. p. 171-172. Grifos do autor).

Manuel Correia de Andrade (2011 [1963], p. 191) afirma que a agricultura nos sertões inicialmente ocupavam poucos espaços, voltados seus objetivos para a subsistência daqueles que habitavam a terra e, por isso, praticada pelos próprios vaqueiros e agregados das propriedades dos “grão-senhores”, os donos das sesmarias.

Essa agricultura restringia-se apenas à mandioca, ao milho, feijão, algodão e, às vezes, à melancia e ao melão. Nas ‘serras frescas’ porém, além desses produtos, surgiram logo a cana-de-açúcar e as fruteiras. As áreas agrícolas constituíam, porém, pequenas manchas, ‘ilhas’ isoladas na vastidão das caatingas (ANDRADE, 2011 [1963], p. 191).

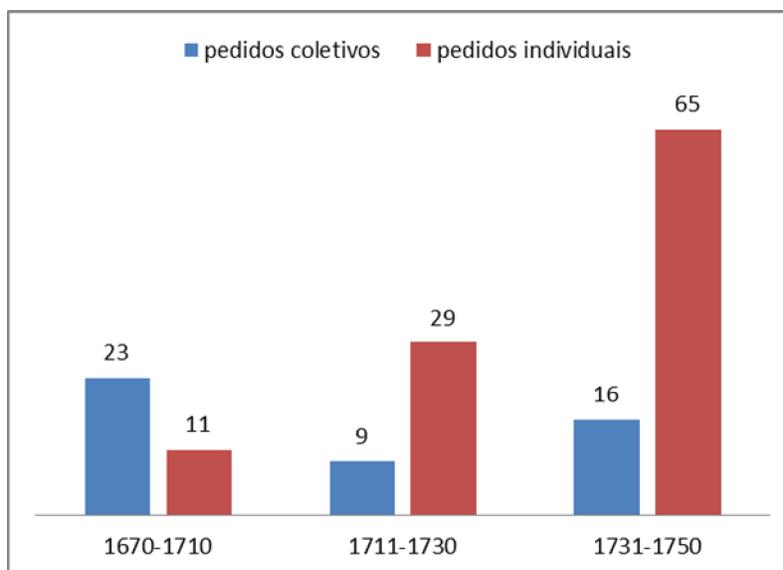
¹³ Em Portugal, a partir da legislação sesmarial mais antiga, as sesmarias tinham por fim a lavra da terra, a produção agrícola para acompanhar a questão dos suprimentos, entretanto, no Brasil, as sesmarias tinha por fim o povoamento da terra, de modo que a agricultura viria como resultado da presença do colono na terra (Cf. LIMA, 1990; PORTO, [1979?]).

A abundância de terras, que ofereciam condições para implantação do gado, e também o fato de que o acesso à terra e sua acumulação era um meio de enobrecimento dos sujeitos, acabaram interferindo na organização inicial dos sujeitos colonizadores que formaram alianças, visando o pedido de terras de forma coletiva, ou seja, envolvendo em um mesmo pedido, dois ou mais requerentes¹⁴. Os próprios desafios da empreitada de promover a ocupação das ditas terras sertanejas, seja pelo aspecto ambiental, seja pelo aspecto da resistência indígena, contribuíam para estas alianças. Ou seja, as questões ambientais e sociais inter-relacionadas, bem como a disponibilidade de espaço a ser conquistado pelos colonos, interferiam na forma de os sujeitos se organizarem, possibilitando a formação de grupos extensos que tomavam como critério afinidades que extrapolavam a dimensão da consanguinidade com intuito de adquirirem cada vez mais terras. À medida que essas terras passavam a ser apropriadas pelas forças colonizadoras e a paisagem natural passava a ser “domesticada” pelos colonos, o tempo se desenrolava e os pedidos individuais ganharam maior expressividade, em detrimento dos pedidos coletivos (Figura 2).

Figura 2: Modalidade de pedidos de sesmarias quanto à quantidade de beneficiários no Sertão do Rio Piranhas entre 1670 e 1750¹⁵.

¹⁴ Nos pedidos de sesmarias analisados, foram detectadas duas modalidades quanto à quantidade de requerentes envolvidos: uma individual, onde apenas um sujeito solicitava terra; e outra coletiva, envolvendo em um mesmo pedido, dois ou mais requerentes. Esta última modalidade possibilitava a um grupo pedir quantidades de terras maiores de uma só vez, afirmando que seriam repartidas entre os membros.

¹⁵ Os documentos e dados foram extraídos das transcrições de sesmarias contidas na obra “Apontamentos para a História Territorial da Parahyba” produzida por João de Lyra Tavares (1982 [1909]), bem como da Plataforma SILB (Projeto Sesmarias no Império Luso-Brasileiro) disponível no link <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>.



Por estar encravado no coração de uma área semiárida, onde rege o bioma da caatinga e todas as suas marcas indelévels como a escassez de chuvas e rios perenes, a necessidade de água era uma constante, de modo que as terras do Sertão do Rio Piranhas que ficavam próximas aos lugares que dispunham de água, passavam a ser cobiçadas devido ao precioso líquido que subsistia abaixo dos leitos dos rios secos que possibilitava a vida das pessoas e a criação dos animais.

Essa preferência pelas terras de ribeiras é explicada pelo geógrafo Aziz Ab'Saber (2003, p. 87) quando afirma que:

ao contrário do que acontece em todas as áreas úmidas do Brasil – onde os rios sobrevivem aos períodos de estiagem, devido à grande carga de água economizada nos lençóis subsuperficiais – no Nordeste seco o lençol se afunda e se resseca e os rios passam a alimentar o lençol. Todos eles secam desde suas cabeceiras até perto da costa. Os rios extravasaram, os rios desapareceram, a drenagem ‘cortou’. Nessas circunstâncias, o povo descobriu um modo de utilizar o leito arenoso, que possui água por baixo das areias de seu leito seco, capaz de fornecer água para fins domésticos e dar suporte para culturas de vazantes (AB’SABER,2003, p. 87).

Na operação da apropriação de terras, questões sociais e ambientais se envolviam de forma decisiva, uma vez que o Sertão do Rio Piranhas, como outros sertões das Capitânicas do Norte, padeciam das agruras da falta da perenidade de águas nos rios. Logo, em um tempo em que havia forte dependência do homem em relação à natureza, no que tange a sobrevivência e manutenção da vida, não era de se estranhar

que, além da luta pelo controle da terra e, conseqüentemente, da definição de um território, a terra com a água passasse a ser o grande foco das investidas da parte dos agentes colonizadores, já que a água era essencial.

Fazendo uma descrição climática e pluviométrica dos sertões do nordeste atual, área da qual faz parte o Sertão do Rio Piranhas, Manuel Correia de Andrade (2011 [1963], p. 57-58) afirmou que

Todo o Sertão possui clima quente com temperaturas médias anuais em torno de 25°C – que varia de uma estação para outra – e com uma amplitude térmica anual inferior a 5°C, como costuma acontecer nas regiões de baixa latitude. Quanto ao regime de chuvas, observa-se a existência duas estações bem definidas: uma chuvosa, compreendendo os meses de verão e de outono e outra, mais comprida, seca, que se estende pelos meses correspondentes ao inverno e à primavera. [...] O sertanejo está sempre preocupado com a possibilidade de uma seca, já que desde os tempos coloniais ele se vem repetindo, com maior ou menos intensidade, mas com periodicidade impressionante (ANDRADE, 2011 [1963], p. 57-58).

Lago, lagoa, rio, riacho, olho d'água, nascente, cabeceira, poço, cacimba, ribeira passavam a serem referências a locais de água ou de proximidade a águas que brotavam, de modo que esses eram atraentes à aqueles que requeriam as terras de sesmarias no Sertão do Rio Piranhas, como pode ser demonstrado em alguns dos pedidos de sesmarias estudados:

Matias Vidal de Negreiros e José Vidal de Negreiros, dizem que pelos serviços que por si e seus paes fizeram a S.M., não podendo cabalmente aproveitar e crear gados, tem por noticia por seus colonos e escravos que nos **olhos d'agua** da **ribeira** do Circody que nasce em um dos sitios da serra Borburema, termo das Piranhas, [...] e outro **olho d'agua** do dito Caxaré para parte do sul ficando entre o dito **riacho** Caxaré e o **riacho** Sabugy, queriam a sesmaria de ditas terras confrontadas[...].

Capitão Bento Correia Lima, morador em Goyanna, diz que possuindo gado não tinha terras onde crear, e se achando terras devolutas no sertão das Piranhas, e que foram pedidas, as terras de um **olho dagua** que corre junto da serra a quem o gentio chama Cunhacú [...] e porque havia noticias de ter mais alguns **olhos d'agua** daquella brenha [...].

Luiz Quaresma Dourado, ajudante da infantaria paga da guarnição desta praça, tendo descoberto nesta capitania no sertão de Quinturaré um **riacho** a que chamão **olho d'agua grande**, que corre do nascente á poente e faz barra no **rio** Cauhã, abaixo do sitio Acary defronte dos Picos, extremas das datas desta capitania com

as posses das datas da capitania do Rio Grande [...]; e como nas **cabeceiras** do dito seo **riacho olho d'água grande** descobriu algumas **aguas** mais, principalmente campos, á que chama o gentio – **poço** das capivaras [...].

José da Costa Lima, morador no sertão das Piranhas, com risco de sua vida e dispêndio de sua fazenda descobriu um **riacho** chamado Pedra-branca com terras devolutas, e corre o dito riacho do pente para o nascente e desagoa no **riacho** chamado Carneiro; [...] ficando no meio fazendo peão a **cacimba** dos Cavalos , principiando nas **lagôas** de Pedra-Branca [...].

Mestre de Campos (sic.) Mathias Soares Taveira e Alferes Eusebio Barbosa Tinoco, moradores nesta capitania, dizem que a custa de suas fazendas descobriram no sertão do Piancó um **olho d'água** chamado da Pedra Vermelha, que faz boqueirão junto a aldeia dos Coremas para a parte do nascente entre o **rio** das Espinharas e **riacho** da Serra Branca, com terras devolutas e desaproveitadas [...]. (TAVARES, 1982 [1909]. p. 45, p. 79, p. 115, p. 147, p. 198. Grifo nosso).

Constata-se que cerca de 96% dos pedidos de sesmarias feitos entre 1670 e 1750¹⁶ para esse sertão fizeram referência a terras próximas a lugares de água, de sorte que pode-se perceber o quanto os aspectos ambientais marcados pela carência de água findaram por orientar as solicitações de sesmarias cujas propriedades buscavam se fincar nas ribeiras dos rios, ou seja, às margens dos leitos de rios, ou ligadas a riachos, lagoas, cacimbas e olhos d'água.

A água e o seu caráter móvel, escorregadia, volátil e difícil de barrar, acabava interferindo na busca pela terra no Sertão. Pode-se entrever o quanto conquistar um pedaço de terra próximo a águas, seja um olho d'água, seja em um riacho ou na beira de um rio maior, era tão estratégico para sobreviver nesses sertões.

Por outro lado, esses lugares eram importantes para os indígenas que por seu turno tinham uma relação com o mítico e com o meio ambiente e isto envolvia uma relação de interdependência com as forças e os elementos da natureza de forma que as contendas entre colonos chegantes e estes não deixavam escapar a questão da água, bem como da apropriação de terras que possibilitavam o fornecimento de alimentos e caça.

As visões de mundo das nações indígenas, já implicavam um lidar com a paisagem de forma diferenciada em relação àqueles que eram marcados pela influência ocidental, os colonizadores, cujas práticas buscavam controlar e domesticar a natureza tida como indômita¹⁷. Esse espírito destrutivo impulsionava a atitude de conquista sobre

¹⁶ Cf. Nota 2.

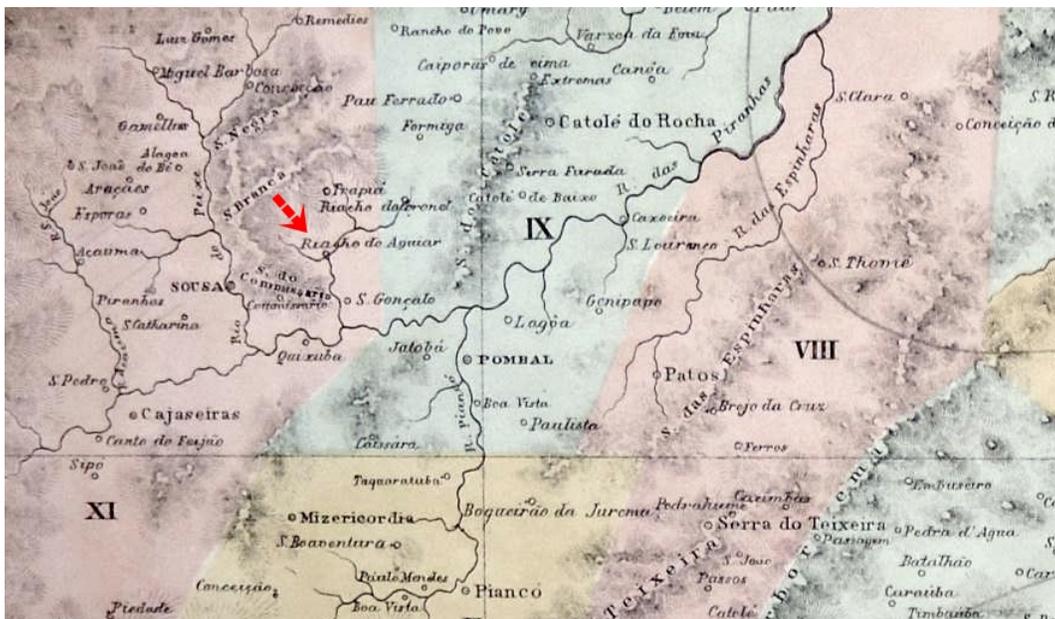
¹⁷ Esta afirmativa tem inspiração nas ideias de Frederick Turner em “O Espírito Ocidental contra a natureza” (cf. TURNER, 1990).

a natureza e a tudo que se relacionava a ela sem imposição de limites às ações dos colonizadores e isto remete ao debate proposto por Warren Dean (1996) quando tratou sobre a destruição da Mata Atlântica do Brasil a “ferro e fogo”, passando por diferentes temporalidades e mostrando como a mata também moldava as ações dos colonizadores, seus agressores, bem como se imbricavam a partir dela, sujeitos autóctones e forasteiros.

Nesse sentido, pode-se pensar também como os interiores pertencentes ao Sertão do Rio Piranhas passaram a ser o ponto de encontro (desencontro) das diferenças na maneira de se relacionar com a natureza, no arcabouço cultural e no desenvolvimento tecnológico, e como isto formou uma das matrizes propulsoras dos embates entre colonos e indígenas no Sertão do Rio Piranhas.

No ano de 1736, o Capitão Mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, escreveu uma carta ao Conselho Ultramarino informando as contrariedades em torno da retirada dos índios Corema do Sítio do Boqueirão onde estavam aldeados para serem realocados no Riacho do Aguiar. Esse lugar ainda foi mencionado em 1845 no “Diccionario geographico, historico e descriptivo, do imperio do Brazil” como sendo uma das povoações ligadas a “Villa Nova de Sousa” (Figura 3).

Figura 3: Recorte do Mapa da Paraíba. Destaque para Riacho do Aguiar pertencente à área de Vila Nova de Sousa



Fonte: MENDES, Candido. Atlas do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

Os indígenas não permaneceram no lugar imposto, retornando ao antigo lugar de habitação, o Sítio do Boqueirão, e a grande questão, segundo o próprio Pedro Monteiro de Macedo, era que:

esta gente estava acostumada a viver, como elles dizem de corso andando continuam.te pellos matos abuscar o mel, que produzem as abelhas em gr.de quantidade nos trocos das arvores e debaixo da terra, frutas, e todo o genero de cassa, não perdoando a imundisse algima, e p.a a sua vivenda necessitão de que as terras tenham acomodidade referida, o que nada achavão no Riacho do Aguiar, que spoto se a firme ser boa para plantar, em quanto estas não produzem, de forsa hande paesser, não tendo que comer, porque lhes falta a cassa, mel, e frutas, e como no sito em que se achão depreente lhe ipedem as suas cassa¹⁸

No trecho do documento citado, pode-se perceber claramente o embate de mundos dentro do processo de reconfiguração e territorialização dos espaços dos

¹⁸ Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco – Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos referentes à Capitania da Paraíba, n. 798.

Sertões do Rio Piranhas a partir dos aldeamentos indígenas e da movimentação dessas aldeias. Tais processos são o resultado da (re)apropriação das terras do sertão e delimitação do poder sobre elas que por sua vez tinham um sentido e um significado para os atores envolvidos nos embates que marcaram o tempo colonial das ribeiras do Rio Piranhas. Onde territorialização é o resultado das relações de poder sobre o espaço¹⁹, eivado pelas intenções, preceitos e práticas dos sujeitos que buscam manter seu poder sobre ele. Nesse sentido, os costumes indígenas tapuias de mobilidade, baseados na dependência dos elementos naturais e ambientais para sobrevivência, se chocavam com o princípio sedentário/fixador das frentes de colonização europeias.

O Sítio do Boqueirão ficava nas proximidades do Rio Piancó, um dos rios que concorria com um considerável volume de águas para a bacia do Rio Piranhas. Afastar os indígenas desse lugar era redefinir as hierarquias de poder entre colonos e indígenas a partir das distâncias das águas mais abundantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sertão do Rio Piranhas, assim como em outros lugares interioranos da América, a natureza e as condições ambientais dispostas eram elementos protagonistas nas tramas e definições dos percursos da colonização. A disponibilidade de metais preciosos, a abundância ou ausência de chuvas, a topografia e a acessibilidade, a presença de terras agricultáveis, ou não, eram condições que, aliadas aos interesses dos agentes sociais, deram um norte para o desenrolar das tramas da colonização e consolidação dos domínios europeus nos interiores. Destarte, a inserção dos interesses dos colonos sobre o sertão causaram mudanças na territorialização do espaço, algo que causou conflitos, bem como o avanço da cultura criatória.

O conflito pelo poder sobre o Sertão no Rio Piranhas, seja envolvendo agentes da coroa e/ou as nações indígenas, implicava ter como peso a presença e a interferência da questão ambiental que os cercava. Nessa perspectiva, analisar historicamente o sertão, valorizando as questões espaciais, implica perceber a relação existente entre os

¹⁹ Sobre espaço e território.

sujeitos e a natureza, a tal ponto de suas mobilidades e escolhas estarem influenciadas pelos aspectos geoambientais que os espaços sertanejos dispunham para os agentes colonizadores. Lidar com os sertões da América implicava o envolvimento com as esferas da natureza que de alguma forma o mundo ocidental intentava dominar e domar.

Entrar pelos sertões adentro exigia por parte dos forasteiros que chegavam, nos idos do século XVII e XVIII, uma postura preparada para lidar com uma ambiência de fronteira no sentido social e cultural, bem como com uma paisagem natural(mente) rebelde. A abundância de terras atraía a cultura criatória e sua natureza transumante motivava a configuração de alianças interpessoais entre colonos ávidos por ampliar seus status através de acumulação de riquezas em forma de terras, o que impulsionava a ação colonizadora; a restrição de lugares de águas e a baixa pluviosidade interferiam na localização e formatação das propriedades, mas principalmente, impulsionava o atrito e violência das mais diversas formas entre indígenas, colonos e autoridades que buscavam demarcar seus territórios diante das fronteiras que moviam em direção ao norte da América Portuguesa.

REFERÊNCIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: UnB, 1982 [1907].

AB'SÁBER, Aziz. Caatingas: o domínio dos sertões secos. In: *Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 83-100.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011 [1963].

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte, MG; São Paulo, SP: Itatiaia/EdUSP, 1982 [1711]. (Reconquista do Brasil, 70).

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

JOFFLY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília, DF: Thesaurus, 1927 [1892].

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 4. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal, RN; Campina Grande, PB: EdUFRN; EdUEPB, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. In: HISSA, Carlos E. Viana (org.). *Saberes Ambientais. Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008. p. 65-77.

MENDES, Candido. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira. Sertão, estradas e conquista: o Arraial de Piranhas, Capitania da Paraíba, entre os caminhos dos sertões do norte, século XVIII. In: Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, 3., 2013, Caicó, RN. *Anais do III Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*. Caicó, RN: UFRN - Ceres - Caicó, 2013. p. 1666-1678.

PORTO, Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Unb, [1979?].

RAFFESTIN, Claude. O que é território? In: *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 2011. p. 128-146.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa [Portugal]: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a História Territorial da Parahyba*. Brasília: Senado Federal, 1982 [1909].

TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.



Espacialidades

Revista Eletrônica dos Discentes do
Mestrado em História da UFRN
ISSN: 1984-817X

O Abastecimento de água em Fortaleza - CE (1813 –1867)¹

Emy Falcão Maia Neto²

RESUMO

Entre a aguada e o consumo doméstico havia uma rede que se empregava diretamente no deslocamento da água. Contudo, essa rede não era composta apenas por tubos e conexões, aguadeiros e carregadores de água, além de afileiros e trabalhadores domésticos trabalhavam para movimentar a água e manter o pote sempre cheio. Em Fortaleza, a recorrência dessa presença na escrita de memorialistas e literatos, possibilita pensar num intenso fluxo desses sujeitos pelas ruas da cidade. No entanto, pouco se sabe sobre essas redes e o lugar que esses trabalhadores ocupavam no cotidiano da urbe. Além disso, menos ainda se sabe sobre os meandros dessa atividade – as tensões e as disputas que estavam envolvidas – em Fortaleza. Assim, propõe-se com este trabalho, discutir alguns aspectos dessa rede que era de grande importância para se compreender os significados da água na cidade.

Palavras-chave: Abastecimento de água; Trabalhadores; Cidade.

ABSTRACT

From the fountain to the domestic consumption there is a network that was employed directly in the water displacement. However, this network was not only composed of pipes and fittings. Water carriers and domestic workers worked to move the water. In books of memoir and literature studied, it was observed a recurrence of this presence, a heavy flow of these people through the streets of Fortaleza. Nevertheless, little is known about these networks and the place that these workers occupied in everyday life and about the intricacies of this activity - the tensions and disputes that were involved. Thus, from the study of these writings and local laws and newspapers, the discussion done in this paper about some aspects of this network is of great importance to understand the meanings of water in the city.

Keywords: Water supply, Workers, city.

¹ Artigo recebido em 14 de agosto de 2014 e aprovado em 30 de outubro de 2014.

²Doutorando em História Social – Universidade Federal do Ceará/UFC e bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

INTRODUÇÃO

Sempre que abrimos uma torneira e a água jorra abundantemente entramos em contato com uma longa rede técnica e social de abastecimento que ultrapassa o espaço doméstico, atravessa as ruas, percorre o subsolo da cidade e atinge regiões distantes de suas fronteiras. Uma rede feita de canos, reservatórios, hidroelétrica e rios, mas também de histórias sobre as transformações das sensibilidades dos homens e mulheres comuns, incluindo suas noções de limpeza, conforto e satisfação no contato com o líquido. Essa rede sugere a existência de épocas nas quais mal se podia imaginar um cotidiano como o nosso, povoado por milhões de torneiras, abertas e fechadas diariamente (SANT’ANNA, 2007, p. 11).

Quando se fala de abastecimento de água, vêm à mente uma imensa rede de dutos que trazem o líquido de um reservatório distante até as casas. Essa imagem é tão forte que pode afetar e dificultar a sensibilidade para uma história do abastecimento de água em que o líquido não fluía por canos em direção às torneiras. Não é difícil imaginar que com a inauguração do primeiro sistema de distribuição de água por canos de Fortaleza – administrado pela Ceará Water Company – em 1867, as sensibilidades em relação à água mudaram. Mas como isso se dava em um tempo em que essa “rede invisível” – composta por canos, bombas e conexões – não existia? Como compreender os sentidos do abastecimento por canos se não se conhece o que havia antes?

Paulo Henrique Martinez (MARTINEZ, 2007, p. 75), em seu artigo sobre o abastecimento de água em São Paulo, chamou a atenção para o que estava entre o manancial e o consumo doméstico: uma série de práticas – coleta, transporte e distribuição – que são oportunas para a compreensão da ocupação urbana em sua relação com o fornecimento de água. A história do abastecimento não se reduz a dos canos e das bombas. As astúcias envolvendo a água nos ambientes urbanos – em suas “mil maneiras de caça não autorizada” que fazem o cotidiano, conforme escreveu Michel de Certeau (CERTEAU, 1994, p. 38) – são igualmente relevantes. Além disso, o estudo das águas e de seus consumos revela ao historiador diversos sentidos dados ao líquido ao longo do tempo e em relação aos usos (ROCHE, 1984). O acesso à água é uma necessidade vital para os humanos, mas as formas como esses acessos se deram ao longo do tempo e do espaço possuem suas histórias, cada uma com suas especificidades. Assim, a urbe não é apenas o *locus* onde a “ação” acontece, mas é objeto importante para essa trama.

Para contemplar as intenções desse trabalho levou-se em consideração que a ventura da vila/cidade e das águas se interinfluencia(va)m. Isso significa que as mudanças na relação com as águas se relacionavam com o morar, assim como os projetos para a vila/cidade implicavam nas relações com as águas. É pensar que os abastecimentos de água “*se realizam na e por causa da cidade*” (PESAVENTO, 2007, p. 14-15), mas que, também, a vila/cidade se configurava em relação às redes de abastecimento de água – e outros elementos, como transporte urbano, pavimentação, economia dos espaços etc.

O recorte escolhido, apesar de extenso, é oportuno para o problema que se pretendeu elaborar neste artigo. Afinal, para se discutir uma mudança lenta nas sensibilidades em relação à água optou-se por investigar o período compreendido entre a construção do primeiro chafariz de Fortaleza – Chafariz da Prainha – em 1813 e o ano em que entrou em funcionamento o sistema que bombeava água de poços profundos construídos no sítio Bem-fica para chafarizes e algumas residências no centro de Fortaleza – 1867 – assegurado por um monopólio do fornecimento de água potável. Dois elementos significativos para a relação dos moradores da urbe com a água.

Durante as primeiras décadas do século XIX, o abastecimento de água da Vila da Fortaleza³ – também chamada “do Forte” e “do Ceará” – esteve francamente relacionado ao riacho do Pajeú que era utilizado para atender grande parte das demandas por água. Esse uso influenciou a ocupação da região de Fortaleza que se deu de forma linear, partindo do Forte, seguindo a ribeira esquerda do Pajeú em lotes de uso “semi-rural” (CASTRO, 1994, p. 44)⁴. Entre esses moradores residir próximo à aguada era vantajoso e desejado. Não é difícil imaginar que essa proximidade era importante para suprir as necessidades por água, além de levar para longe as águas servidas.

Quando o viajante Henry Koster (KOSTER, 1942, p. 164) esteve em Fortaleza – 1810-1811 – descreveu que a vila era: “edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça, e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão”. Nos anos que sucederam a visita de Koster, o centro de Fortaleza inicia seu deslocamento da Praça da Igreja de São José para o Largo do Palácio – tomado como sede do governo provincial em 1814. O prédio da administração provincial acaba atraindo as construções de pedra e

³Fortaleza tornar-se cidade – denominada Fortaleza de Nova Bragança – em 1823 por ordem imperial. (SILVA FILHO, 2001, p.19).

⁴Normalmente utiliza-se esquerda e direita olhando no sentido em que o rio corre. Para facilitar o entendimento do leitor – que não é obrigado a saber o sentido –, utilizar-se-á outras indicações.

cal, que passaram a ser erigidas, para a sua proximidade – em direção ao ocidente (leste), se afastando da ribeira do Pajeú⁵.

Quando foi concluído o primeiro chafariz da Vila da Fortaleza – em 1813 a partir de um dos olhos d'água existentes no terreno de propriedade de João da Silva Feijó no lugar a que veio se chamar de Prainha (nas proximidades do porto) – foi disponibilizada à população uma opção de água no lugar da recolhida do Pajeú (NOBRE, 1978, p. 133-136). Contudo, a construção do chafariz não implica em um uso generalizado do mesmo – é difícil asseverar o lugar que essa aguada passou a ter em Fortaleza.

Daniel Roche (ROCHE, 2000, p. 13), escreveu que, se tratado de “cultura material”, a oferta não é sinônimo de consumo, é preciso recolocar os objetos “*redes de abstração e sensibilidade*” da quais eles faziam parte para se compreender esses fatos sociais. O historiador Geraldo Nobre (NOBRE, 1978, p. 133-136) aponta questões ligadas à higiene para defender o uso intensivo dessa aguada no período. Todavia, implicaria em noções de salubridade que não condizem como o que foi encontrado.

Na documentação pesquisada não há elementos que indiquem essas alterações e, conseqüentemente, uma grande utilização dessa aguada. A localização desse chafariz – nas proximidades do porto – aponta que essa construção se relacionava com o abastecimento das embarcações atracadas no ancoradouro, que ampliou sua importância com a “abertura dos portos” – em 1808 – e com as medidas que visavam centralizar as exportações da província na capital Fortaleza.

A urbanista Margarida Julia F. de Salles Andrade (ANDRADE, 2012, p. 66), escreveu que com as melhorias adotadas no desenvolvimento da cultura do algodão e da infraestrutura urbana – no período entre 1810 e 1822 –, os caminhos que articulavam a vila ao comércio regional orientaram a expansão de Fortaleza, convertendo-se nos seus vetores de crescimento. Assim, quando em 1836 foi anunciada a construção de um novo chafariz – no Largo do Palácio – o presidente da província José Martiniano de Alencar – pai do escritor homônimo –, destaca que se tratava de um “chafariz dentro da cidade”⁶. O chafariz foi inaugurado no final do ano seguinte e, diferente do anterior, passou a ser

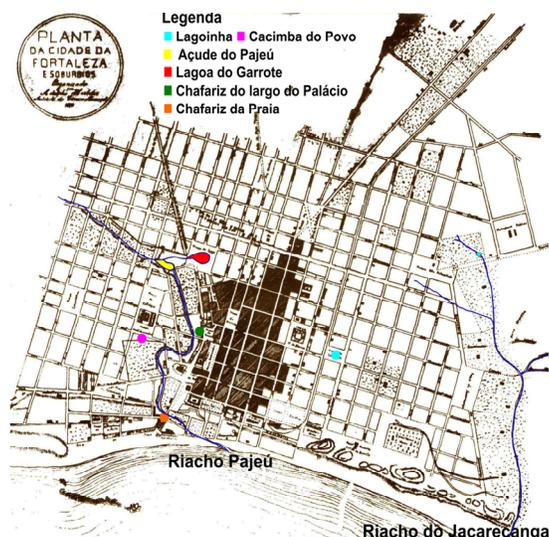
⁵É preciso ter em consideração que tanto a Praça da Igreja como o Largo do Palácio ocupavam uma área maior que as atuais praças Pedro II e General Tibúrcio, respectivamente.

⁶D' ALENCAR, Jozé Martiniano. *Falla com que o exm.º presidente da provincia do Ceará abriu a segunda sessão ordinaria da assemblea legislativa da mesma provincia no dia 1.º de agosto de 1836*. Fortaleza: Typ. Patriótica, 1836, p.3.

amplamente utilizado pela população – a ponto de tornar-se importante foco de debate político que se desenrolou por alguns anos nas páginas dos periódicos locais.

Para alimentar o chafariz, foi construída uma barragem no riacho Pajeú, ou seja, a aguada “dentro da cidade” era mantida pelas águas represadas do riacho mais utilizado na cidade. Contudo a inauguração do chafariz trás um aspecto novo: pela primeira vez na cidade, a água é deslocada em direção ao “novo” núcleo urbano e não o contrário. Contudo, com a saída de Alencar da presidência da província, a água do chafariz tornou-se suspeita de ser responsável por algumas enfermidades – principalmente febres – que afligiam os moradores de Fortaleza. Assim, uma longa discussão se desenrolou na Assembleia Provincial e nos periódicos da época sobre a qualidade e serventia desse chafariz, que teve como desfecho a destruição da construção pela “grande chuva” que caiu na madrugada de 27 de maio de 1839⁷.

Com isso, o problema retorna. A população da cidade continuou utilizando as águas do Pajeú para algumas demandas, mas, raramente utilizava dessa água para beber, preferindo a do chafariz da Prainha, da Lagoinha, do riacho do Jacarecanga (mais distante do Centro) e da cacimba do povo. Contudo, essas aguadas ficavam distantes do novo núcleo. Para discutir alguns desses aspectos, elaborou-se uma montagem – como exercício de representação cartográfica:



FONTE: HERBSTER, Adolpho. Planta da Cidade da Fortaleza e Soburbios (1875). Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3APlanta_fortaleza_Hebster.JPG
Montagem: Emy F. Maia Neto – 2014.

⁷O chafariz do largo do palácio era visto para liberais e conservadores como um monumento ao governo de José Martiniano de Alencar. Assim, a manutenção ou destruição do chafariz envolvia questões que ia além da qualidade da água. Cf.: (MAIA NETO, 2014, no prelo).

A planta elaborada por Adolpho Herbster e publicada em 1875 mostra uma cidade entre dois riachos e com ocupação concentrada na ribeira direita do Pajéu. Contudo, as partes escuras – as construções apontadas na Planta – se referem apenas às erigidas de pedra e cal. Havia ainda uma série de outras construções de taipa e palha espalhadas por outros pontos da planta, principalmente próximo às aguadas citadas. Tomando apenas o Centro, é possível perceber que havia uma grande distância das habitações até as aguadas preferidas⁸. Mesmo a “cacimba do povo” que ficava no Outeiro, aparentemente próximo, ficava separada do Centro da cidade pelo riacho do Pajéu.

As plantas são lugares de poder, nelas se estabelecem hierarquias entre os lugares – e seus moradores –, exclusões e silenciamentos. É o olhar da ciência, mas também dos estabelecidos. Na construção das cartas nem tudo o que existia era representado e nem tudo o que era representado existia materialmente. Diferente do que a planta dá a ver, as redondezas da “cacimba do povo” eram densamente habitadas. Existiam em seu entorno casas de palha e taipa que utilizavam a melhor aguada da cidade. Assim, quando se pensa em abastecer Fortaleza, não era toda a cidade, nem mesmo toda a “planta da cidade” – utilizada recorrentemente como delimitador da urbe nas posturas da capital – que os envolvidos no debate estavam pensando, mas na parte da cidade marcada em escuro na planta anterior.

Para abastecer Fortaleza era necessário fazer a água “fluir” na direção desejada. Porém, sem a utilização de redes de canos.⁹ Assim, com o intuito de pensar nessas questões, considera-se oportuno um trecho do romance *A Normalista*:

Lá fora recomeçava a labuta quotidiana. A criada puxava água da cacimba; o cargueiro d’água potável enchia os potes; cegos cantavam, na rua uma lenga-lenga massante, pedindo esmolas numa voz chorada; vendedores ambulantes ofereciam cajus... Havia um ruído matinal de cidade grande que desperta (CAMINHA, 2005, p. 47).

⁸A localização das aguadas não é precisa. Como não há a representação nessa carta, elaborou-se a partir da pesquisa em outros documentos. Além disso, algumas nomenclaturas (como a “cacimba do povo”) foram utilizadas para mais de um manancial. Em outros documentos foram encontradas em localizações similares nomes distintos dados à aguada. Optou-se pelos topônimos mais recorrentes e a localização respaldada por mais de uma citação.

⁹Durante o período recortado, houve diversos projetos que buscavam estabelecer novas redes de abastecimento em Fortaleza. Todavia, não foram postos em prática. Apenas a Ceará Water Company, no final da década de 1860, conseguiu deslocar a água por meio de canos novamente.

Para construir o “*ruído matinal de cidade grande que desperta*”, Adolfo Caminha elenca os sons produzidos por dois gestos ligados à preocupação diária com o abastecimento: puxar água na cacimba e encher os potes com a água trazida pelos aguadeiros. Além disso, estão presentes na citação dois trabalhadores ligados ao abastecimento – a criada e o vendedor de água. Há ainda a indicação que uma mesma casa podia dispor de água de diferentes procedências¹⁰.

Não é difícil imaginar que para tomar banhos, lavar roupas, cozinhar e todas as outras necessidades diárias fazia-se necessário dispor de água em grande quantidade. Assim, muitas dessas atividades eram desenvolvidas na própria aguada. Não era a água que se deslocava, mas as pessoas se deslocavam aos mananciais. Nesse sentido, não é de se estranhar a forte presença de lavadeiras e banhistas nos riachos, açudes e lagoas. Para outras atividades, com suprir a cozinha, uma cacimba no quintal era oportuna.

Em anúncios de venda ou aluguel de casas, durante a década de 1840, encontraram-se indicações de imóveis com cacimba – algumas até precedidas ou sucedidas pelo adjetivo “boa”¹¹. No entanto, é necessário pensar a quem se destinavam os anúncios – e as casas. Durante o período estudado, poucos tinham acesso à leitura. Segundo o recenseamento de 1872, entre uma população total de 21372 pessoas, apenas 4447 sabiam ler¹². Existiam outras formas de acesso aos escritos, como as leituras coletivas, contudo, não se acredita relevante nesse caso. Além disso, a localização – Rua Amélia e Formosa, na maioria – e os materiais utilizados – tijolo e telha, diferente da taipa e/ou palha da maioria das habitações – indicam que essas casas eram caras e se destinavam a pessoas que podiam pagar mais¹³.

Nas décadas seguintes suprime-se a indicação das cacimbas nos anúncios de casas postas à venda ou a alugar.¹⁴ Porém, conforme outros documentos pesquisados, essas construções continuaram a ser encontrada nos quintais.

No romance *A Afilhada* há a indicação de uma cacimba no quintal da casa:

¹⁰Atualmente existem casas e edifícios que possuem ligação à rede de abastecimento de água, mas mantêm cacimba e poços – muitas desses como monumentos de períodos de escassez.

¹¹Foi pesquisado [O] *Cearense* de 1846 a 1870.

¹²Dado a desconfiança de muitos em relação aos recenseamentos, é possível que esses números sejam ainda maiores.

¹³Cf.: BRASIL / DGE. *Recenseamento do Brasil – Ceará*. 1872, p. 1-3; VITAL, Olympio Manoel dos Santos (Org.). *Arrolamento da população da cidade de Fortaleza*. Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Secretaria de polícia, nº 355, arrolamentos, 1887.

¹⁴Voltando a aparecer nos anúncios da década de 1880, possivelmente relacionado aos traumas da “Seca de 1877-1879”.

Diferencia-se na areia a faixa irregular do caminho da cacimba, pepinado e socado, e luzem os braços negros da Honorata puxando água, ao ganir moroso do carretel (PAIVA, 1993, p. 241).

Adolfo Caminha e Manuel de Oliveira Paiva, revelam rastros de gestos e sensibilidades que existiam no âmbito doméstico, difíceis de encontrar em documentos oficiais. Os romancistas buscaram dar a ler esses elementos. Ora, eles eram significativos da “paisagem urbana” que se buscava construir. A presença da cacimba com a água puxada pelas criadas – escravas (em *A Afilhada*) e livres/agregadas (em *A Normalista*) – era importante para a Fortaleza presente nos romances. Além disso, as narrativas se passam em períodos diferentes – *A Afilhada* se desenrola presumidamente no final da década de 1860 (antes da lei do ventre-livre e no período de instalação dos canos de abastecimento de água) e *A Normalista* nos últimos anos da década de 1880 e primeiros da de 1890 –, assim a presença da escravidão no primeiro é marcante, enquanto no segundo, é a presença dos agregados que marca o trabalho doméstico.

Além disso, no livro de Manuel de Oliveira Paiva os principais acontecimentos domésticos se passam em um sobrado pertencente ao desembargador, enquanto no de Adolfo Caminha se passam em uma casa “*de porta e janela, cor d’açafreão com a frente encardida pela fuligem das locomotivas*” pertencente ao amanuense João da Mata. Contudo, tratavam-se de casas de tijolos e telhas, uma minoria das construções existentes na cidade. Construir uma cacimba custava caro e poucos podiam pagar – por conta do solo arenoso da cidade, era imprescindível o forro interno para evitar desmoronamento e assoreamento.¹⁵

No decorrer do século XIX, os materiais de construção foram se tornando mais comuns, em contrapartida, as Posturas Municipais passaram a regular com mais rigidez essas construções. Todavia, além das cacimbas particulares, existiam as compartilhadas por vizinhos – construídas nas interseções dos terrenos – e as cacimbas de serventia pública, como a cacimba do povo. Os documentos existentes descrevem essas aguadas como locais marcados pelas brigas e falta de asseio. Em 1838, o presidente da província Manoel Felizardo de Souza e Melo assim descrevia as aguadas da cidade:

¹⁵Sobre o material utilizado nas construções, *cf.*: (CASTRO, 1994, p. 66).

Huma das primeiras necessidades da espécie humana he a de agoas potaveis, e ate março do corrente anno [1838] estava a Cidade muito mal provida deste gênero. Existiao pequenos poços forrados de barris, que havião servido de deposito de vinhos, ou azeitonas, e d’elle todos os habitantes se servião: só vendo-se se poderá fazer idea da falta de acceio que em tais poços havia. Além de serem abertos, e nelles lavarem de noite differentes pessoas, os pretos exaurião por meio de cuias já rotas a agoa, que escorrendo pelos pés, hia ter no deposito d’onde de novo era levada aos potes (CASTRO, 1994, p. 66).

Normalmente utilizados como similares, as Falas de Abertura e os Relatórios dos Presidentes eram documentos que tinham desígnios distintos. Os Relatórios normalmente eram destinados pelos presidentes provinciais ao seu sucessor ou à Assembleia Provincial e tinham a intenção de prestar contas das atividades desenvolvidas. Já as Falas ou Discurso eram proferidos na ocasião da abertura das atividades do legislativo. Nelas o presidente prestava contas das atividades realizadas durante a sua administração e apresentava algumas demandas aos trabalhos dos legisladores. Assim, é comum a apresentação de problemas e as soluções dadas ou possíveis – com alguma verba extra – ou as justificativas pela não realização.

Nesse sentido, essas intenções são importantes, pois colocam o texto dentro do diálogo do qual ele fazia parte. Nas páginas seguintes, o presidente Manoel Felizardo de Souza e Melo dá a solução encontrada para o problema das aguadas: a reforma que sob sua gestão se empreendeu no “chafariz da Praia” e na “cacimba do povo”, com o emprego de uma bomba e uma tina de metal, no primeiro, e com a contratação de um zelador para o segundo. Além disso, solicita recursos para comprar uma bomba para a cacimba do povo. Assim, a descrição está atrelada a intenção de sensibilizar os legisladores sobre a questão da água.

Na Fala é possível perceber ainda uma descrição dessas aguadas, construídas com barris reaproveitados e com a abertura na altura do solo, o que permitia que a água escorresse de volta ao manancial. Além disso, aponta a “falta de asseio” e os frequentadores desses locais – “os pretos”.

Em 1848, dez anos depois, o médico Liberato de Castro Carreira publicou em sua “crônica médica” no jornal *O Cearense*, descrição semelhante:

Não posso deixar de chamar a atenção das auctoridades competentes sobre as cacimbas donde se tira agoa para o consumo da cidade as quaes actualmente não são mais do que huns buracos abertos em huma baixa que pelo hynverno se converte em pântano. A agoa que verte da pútrida lama no primeiro dia é insuportável pelo máo cheiro e péssimo gosto de pau ou lama que tem, sabor que só perde passados dois ou três dias que é o tempo que levão as matérias animaes e vegetaes contidas na agoa a depositar-se. É de observar que ainda assim não fica a agoa boa e salubre com quanto se torne potável. Se ao menos essas desgraçadas cacimbas tivessem guarnições que obtassem a introdução da lama e da porcaria de todo o gênero que nellas fazem os negros, e a caniçalha que ali vai haurir agoa, ainda não fora tamanha a nossa desdita a respeito de um dos artigos de 1.^a necessidade, e tão essencial a saúde: chamo pois a atenção de quem direito for sobre este objeto que é dos mais importantes para a saúde publica.¹⁶

Em notas publicadas nos periódicos locais era recorrente a demanda por uma maior fiscalização da água, que normalmente estava atrelada a práticas desviantes. Nesse sentido, o lugar que Castro Carreira ocupava na cidade diz muito. Segundo Carla Silvino de Oliveira (OLIVEIRA, 2007, p. 15), a atuação do médico Liberato Castro Careira – assim como a do seu primo e colega de profissão José Lourenço de Castro e Silva – inaugura a autoridade da “ação médica baseada nas influências da medicina social” que buscava repensar “as práticas do cotidiano diante da doença e da cidade insalubre”. Assim, sua crônica tem como efeito almejado exigir – garantido pelo seu saber/poder – intervenções sobre os espaços e práticas. Suas críticas não se destinavam a uma aguada específica, mas a várias. Ou melhor, as reclamações objetivavam mudar as práticas tanto de construir cacimbas dessa forma como os gestos de coletar a água nelas. Não é impossível imaginar que essas crônicas exerciam um grande efeito entre os letrados da cidade.

Outra fonte que trás alguns elementos sobre o cotidiano nas aguadas é o *Regulamento dos empregados da câmara municipal da capital* (1861) que estabelecia as atribuições dos funcionários, entre elas as dos zeladores das aguadas. Eis um trecho:

Art. 10. Aos zeladores das aguadas cumpre:

§ 1. Assistir nos lugares das aguadas, desde às cinco horas até às nove da manhã, e das quatro da tarde ás nove da noite, impedindo que se faça nellas damno e porcaria. § 2. Evitar que hajão rixas e disputas

¹⁶ CARREIRA, Liberato de Castro. *Chronica Medica. O Cearense*, 24 Fev. 1848, p. 3.

entre as pessoas que forem buscar água, por quererem preferencia, dando-a a quem primeiro chegar, e designando entre as que chegarem ao mesmo tempo, quem primeiro deva aviar-se. § 3. Dispersar as reuniões de escravos que se demorarem em discussões e conversas, fazendo prender e levar a seus senhores os que desobedecerem, e recolherá policia os que os insultarem. § 4. Reclamar da camara, ou do presidente durante os intervallos das sessões, as providencias de que as mesmas aguadas carecerem, e denunciar o damno que qualquer pessoa tenha feito. § 5. Cumprir as ordens da camara, do presidente, dos fiscaes, e do vereador especialmente encarregado da inspecção do bairro em que as aguadas se acharem¹⁷.

Nas atribuições dos zeladores é possível observar aspectos do dia-a-dia das aguadas. Os artigos dão uma ideia do horário de funcionamento ou/e de maior movimento nas aguadas – que deveria ser o mesmo da jornada dos zeladores –, da existência de conflitos pela primazia em servir-se da água e da permanência de um grande número de escravos nesses locais. Relacionando o Regulamento com os outros dois trechos citados, vê-se que a recorrência da presença de negros – não necessariamente escravos – nas aguadas se manteve.

Sobre isso é importante ler com um pouco mais de atenção as intenções presentes nos parágrafos 2º e 3º. O 2º parágrafo visa manter a sequência de chegada como critério para a ordem de usufruto, ou seja, ninguém – no desejo de ser logo atendido – poderia passar na frente dos outros – o que provavelmente acontecia, daí o conflito. O parágrafo visava normatizar os que tinham pressa, ou seja, os que queriam sair logo daquele lugar. Já o 3º, visava justamente o contrário: evitar que as algumas pessoas – escravas – se aglomerassem no local.

Segundo Eurípedes Funes (FUNES, 2002, p. 115), a atividade de alugar escravos para ganhos nas cidades era importante na composição da renda dos proprietários, mas também possibilitava aos escravos espaços para sociabilidades mais perceptíveis, como os encontros nas cacimbas. É possível que incumbidos de buscar água ou alugados para o mesmo fim, os escravos se demorassem nas aguadas públicas conversando ou discutindo. Resistência conquistada – às vezes refrescante, a revelia dos olhares normatizadores – em meio a jornadas extenuantes de trabalho físico.

¹⁷Ceará. Lei n. 1013 de 6 de Outubro de 1861. In.: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza, INESP, 2009, p. 653-654.

Além disso, é preciso lembrar que os moradores da cidade não eram divididos apenas entre escravos e proprietários de escravos. Havia outros homens e mulheres que precisavam de água, mas não podiam (ou queriam) ir buscar eles mesmos. Assim como existiam pessoas livres dispostas a se alugar para transportar água em troca de um pagamento: chamados de aguadeiros.

No final da década de 1950, quando aos 62 anos de idade Herman Lima (LIMA, 1997, p. 48) publicou o primeiro volume de suas memórias¹⁸, as mudanças na cidade – sob a égide do progresso – eram sentidas e significativas. Sobre essa sensação escreveu:

A cidade hoje, com os seus trezentos mil habitantes, já não conta mais com os deliciosos sinetes locais da falta de progresso de então, como os seus quiosques para a venda de café, refrescos de pega-pinto e caldo de cana; os seus jumentinhos bíblicos carregando ancoretas d'água para as casas de família; até mesmo os seus cata-ventos de metal branco girando no alto dos quintais, de que há tão raros atualmente, com a água canalizada do Acarape (LIMA, 1997, p. 48).

As *Imagens do Ceará* – título do livro – que o autor buscava construir eram da cidade em que passou a infância e que ameaçava sumir. Dois elementos presentes no trecho acima são importantes para o debate que se pretende empreender: os jumentinhos dos aguadeiros e os cata-ventos, raros devido à água canalizada, ambos empregados em suprir a casa de água. O primeiro, trazendo água de mananciais ao domicílio e o segundo, das cacimbas e poços às caixas de água. O primeiro atrela-se a barris, potes, cuias e outros, o segundo, a torneiras e canos. Contudo, é preciso deixar claro que todos esses elementos estão relacionados e coexistiram em Fortaleza. Afinal, o abastecimento não se deu de forma homogênea para toda a cidade. Mesmo durante o período em que funcionou a Ceará Water Company¹⁹ e ainda depois, os aguadeiros continuaram vendendo água em suas carroças puxadas por burros. Mas quais os significados dessas práticas?

Não há apenas uma resposta, mas entre possíveis, não se ignora que existiam diferenças na qualidade das águas obtidas em mananciais distintos. Apesar de ser difícil apontar essas origens e os valores a elas atribuídos faz-se oportuno considerar que havia uma hierarquia – coletiva, mas também, é possível supor, subjetiva – entre as águas. Era

¹⁸Nesta pesquisa utilizou-se a segunda edição de 1997, contudo a primeira foi publicada em 1959.

¹⁹Também chamada de Companhia de Água do Bem-fica ou North Brazil Water Company.

comum entre as pessoas que podiam e queria pagar comprar a água de determinado aguadeiro pela fonte de procedência do líquido. Guilherme de Capanema (CAPANEMA, 2006, p. 159), membro da Comissão Científica de Exploração, cita que no Ceará as águas de diferentes épocas eram tratadas como “artigo de luxo”²⁰. Assim, algumas casas, mesmo dotadas de cacimba, adquiriam a água vendida pelos aguadeiros para consumo humano.

Além da obrigatoriedade de uma licença anual que custava três mil réis para cada carroça empregada na venda de água em 1852²¹ não se encontrou – até o início do comércio realizado pela Ceará Water Company (que passou a deter o monopólio da exploração e ser responsável pela venda) – outra legislação municipal sobre o comércio de água. Assim, é difícil apontar mais elementos dessa atividade no período anterior a Companhia.

O contrato celebrado entre o governo provincial e o empresário José Paulino Hoonahzt em 1862, previa, além da exclusividade na venda da água, que a empresa fosse obrigada a vender água em carroças por toda a cidade – pelo dobro do preço cobrado nos chafarizes (respectivamente 40 e 20 réis o caneco de 20 litros)²². O monopólio foi efetivado no final de 1868 com a publicação de uma postura adicional restringindo a venda de água à Companhia²³. A partir do estabelecimento do privilégio, e das tensões dele decorrentes, as documentações sobre essa prática – e comparações com o serviço anterior – tornaram-se mais fartas. Assim, é possível acompanhar nas páginas dos periódicos alguns detalhes desse comércio.

Com o fim da concorrência, o modo de realização do serviço oferecido parece ter mudado. Não se tratava mais de escolher ou evitar a água fornecida por um determinado aguadeiro, todos vendiam – a priori – a oriunda do mesmo local: poços do Benfica! No jornal *Cearense*, Pedro Hyppolito Girard (proprietário do Hotel de France) publicou uma reclamação:

²⁰ Texto original de 1878 pesquisado em edição organizada em 2006.

²¹ Lei n. 604 de 5 de Novembro de 1852. OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009, p. 329.

²² CEARÁ. Resolução nº 1032 – de 21 de setembro de 1862. In.: _____. *Collecção de leis da provincia do Ceará*. Fortaleza: Typographia Cearense, 1863, p. 43. BPGMP / Setor de microfilmes.

²³ CEARÁ. Resolução n 1936 de 22 de dezembro de 1868. In.: _____. *Collecção das leis da provincia do Ceará de 1868*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1869, p. 23. BPGMP / Setor de microfilmes.

Consumindo eu em meu estabelecimento, hotel de France, água do Bemfica, e como esta em certo tempo fosse de péssima qualidade, tive de queixar-me ao Sr. J. Foster, agente da companhia; mas este Sr. em vez de tomar medidas para melhorar o serviço da condução d'água em carroças, insultou-me era minha própria casa, e agora leva sua audácia a ponto de proibir aos carroceiros d'água que não m'a vendam! Assim pois n'estas condições eu peço ao poder competente que dê suas providencias no sentido de ser-me fornecida água pela companhia— Bemfica,— visto como não tenho outro recurso, e ser a isto obrigada a referida companhia que se impoz a fornecer agiu potável a população d'esta cidade. Eu e pessoas de minha casa tem chamado os carroceiros d'água para fornecerm'a, e estes declaram francamente que tem ordem para não vendere-me! Essa ordem só pôde vir do Sr. Foster, que é aqui o agente da companhia. No caso de ser-me negada absolutamente a venda d'água do Bemfica, eu protestarei contra essa violência e irei procurar água n'outra qualquer parte sem tambem importar-me com esse privilegio concedido a companhia Bemfica, pois não devo morrer á cede com minha familia, nem feichar as portas de meu estabelecimento por falta d'água potável.²⁴

Segundo Marcel Roncayolo (RONCAYOLO, 1999, p. 98), nesse período a introdução de “novidades específicas da idade industrial” – na qual se incluem ainda o fornecimento de iluminação artificial – era comum, desejada pelas municipalidades e obtida a partir de uma ampla negociação envolvendo o governo e as companhias, construção de “redes”, concessões e privilégios. O contrato estabelecido pela província – aprovado pela Assembleia Provincial e sancionando pelo presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior – com o empresário José Paulino Hoonholtz em 1862 colocava o abastecimento da capital em uma situação perigosa. Possibilitando a Companhia de Água um amplo espaço de manobra para fazer valer os seus interesses.

Ainda em 1868, as reclamações do serviço prestado pela companhia continuavam. Em julho desse ano é publicado no jornal *Cearense*:

Os moradores da praça do Patrocínio, e todos os outros, onde não há calçamento, circunvisinhos a esta capital, desde que se prohibio a venda d'água potável pelas carroças que o faziam, estão expostos a morrerem à sede, visto como as carroças da companhia Bemfica, não vão vender água a ditos lugares, e nós, porque tambem bebemos, rogamos ao gerente da mesma companhia se digne dar suas ordens no sentido de, as referidas carroças, passarem por esses lugares a vender água, pois não podemos estar, comprehendidos, e menos comnosco se

²⁴ Publicações solicitadas: Água Potável, Cearense, 8 Jul. 1868, p. 3.

pode entender a celebre adivinhação que diz: Garça parda com o bico n'água, morrendo á sede. Esperamos ser attendidos.²⁵

Além dos moradores das circunvizinhanças da Praça do Patrocínio, os moradores da Rua do Quartel²⁶ e da Rua do Chafariz²⁷ publicaram reclamações parecidas sobre o não fornecimento de água – em periódicos diferentes. Com o estabelecimento da Companhia a geografia da água muda. Os chafarizes da CWC não acompanharam a localização das antigas aguadas – que se encontravam nas “areias”. Foram instalados nas praças da Municipalidade, do Garrote, da Carolina e do Patrocínio – atualmente, do Ferreira, Parque da Liberdade (da Criança), Waldemar Falcão (dos Correios) e José de Alencar, respectivamente.²⁸ Depois a praça do Patrocínio foi preterida em favor da Praça da Misericórdia – dos Mártires.

Dada às novas distâncias, as regiões que costumavam ficar próximas às aguadas ficaram à mercê do abastecimento realizados pelos diminutos aguadeiros da Companhia. Essas divergências entre a população e a Companhia estavam ligadas às antigas ofertas de água. Na comparação do “novo” com o “velho” é possível ter uma ideia de como o serviço se dava antes da companhia. A oferta era maior – diversos aguadeiros deveriam passar pela mesma rua – e as visitas eram diárias, possibilitando ao consumidor uma maior margem de negociação e um suprimento periódico.

Além disso, outros elementos como a reclamação da falta de venda a prazo – “fiado” – indicam que “no tempo dos aguadeiros” era possível pagar o consumo de um período de uma única vez. O responsável pela Companhia – John J. Foster – tratou de não deixar dúvida em relação às novas regras: “*lhe tiver deitado os canecos d’agua que precisa, haja de puxar os cobres*”.²⁹

²⁵ Publicações Sollicitadas: Nós também bebemos. *Cearense*, 10 Jul. 1868, p. 3.

^{26c} Água do Bemfica / D'este manancia não goso eu, e mais habitantes d'esta rua do Quartel.” Publicações Sollicitadas: águas do Bemfica. *Cearense*, 25 Nov. 1868, p. 4.

²⁷ “Pergunta-se ao Illm. Sr. gerente da Companhia Bemfica qual a razão porque os moradores da rua do Chafariz deixão de ter água comprada desta Companhia. A Illm. Câmara prohibio aos particulares a venda d’agua, porque? Porque há uma companhia d’agua para abastecer a cidade. Naquella malfadada rua desde o dia 17 do corrente [mês] não aparece a tal carroça com agua, se os conductores não sabem cumprir com suas obrigações, os despeção, e empreguem pessoa que saibão cumpril-as, visto que a agua é um dos alimentos bem necessário a humanidade.” À Pedidos. *Pedro II*, 22 Out. 1868, p. 3-4.

²⁸ PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Relatório Apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Excellentíssimo Senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira por Ocasião da Instalação da Mesma Assembléa No 1º De Outubro De 1864*. Fortaleza: Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864, p. 38.

²⁹ O texto é a resposta a uma solicitação publicada no Pedro II. Contudo, a melhor edição disponível está mutilada. Publicações Sollicitadas: Resposta. *Cearense*, 23 de Out. 1868, p.3.

Os moleques e as crioulas agrupavam-se em torno ao liso cacimbão de pedra lioz, no meio da área, e enchiam os potes e canecões no chafariz da *Water Company*, um quiosque de ferro, miudinho e bem acabado (PAIVA, 1993, p. 183).

Quando Manuel de Oliveira Paiva, em 1889, descreveu no romance *A Afilhada*, a cena acima no chafariz da Praça da Feira Nova – atual, do Ferreira – trouxe aspectos de um tempo em que a relação com água estava mudando, mas nem tanto. A “ordem” e o “asseio” parecem estabelecidos. As cacimbas das falas, crônicas médicas e dos regulamentos e o Chafariz da Water Company de Manuel de Oliveira Paiva mostram os mesmos (ou quase) frequentadores. A presença de negros e mestiços – escravos e libertos – nos locais de coleta de água em Fortaleza foi marcante, principalmente de mulheres, jovens, crianças e velhos.

Com o fechamento das aguadas públicas em 1867, os mais pobres passaram a ter que pagar pelo que normalmente conseguiam de graça. A instalação da companhia não pode ser vista apenas sob a égide do progresso, tem-se que levar em consideração as mudanças que essa obrigatoriedade acarretou na cidade. Acredita-se que os mais pobres se serviam dos mananciais próximos, indo ou mandando os filhos buscarem água. É possível que tenha havido conflitos, reclamações e lamentos – encontrou-se apenas uma nota de jornal lastimando o monopólio. Contudo, não é possível esquecer que o abastecimento mudou a relação das pessoas com os espaços na cidade. A água do Benfica foi um incentivo derradeiro ao abandono do riacho Pajeú e outras aguadas de Fortaleza. Mais tarde, com os efeitos do estio de 1877 as velhas aguadas se tornaram oportunas, mas o abandono cobrou seu preço. Abandono que faz pensar no “poluir para se apropriar” de que escreveu Michel Serres (2011, *passim*).³⁰ Porém, isso já seria tema para outro artigo.

³⁰Michel Serres, apresenta uma série de meios – duros e macios – por quais os homens e os outros animais se utilizam do “sujar” para tomar – e garantir a – posse dos espaços.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. *Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Programa de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2012.

CAMINHA, Adolfo. *A Normalista* [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

CAPANEMA, Guilherme S. de. Apontamento sobre secas do Ceará [1878]. In.: _____. *Estudos Sobre Seca*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

CASTRO, José Liberal. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, vol. 108, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FUNES, Eurípedes Antônio Funes. Negros no Ceará. In.: SOUSA, Simone (org.). *Uma nova história do Ceará*. 2. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LIMA, Herman. *Imagens do Ceará* [1959]. 2ª ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997.

MAIA NETO, Emy F. “Tanta chuva e nenhum legume”: Alagamentos, política e imprensa em Fortaleza. (1839-1876). *Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: no prelo, 2014.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O abastecimento de água: vida cotidiana e desigualdade social. In.: _____. (org.) *História ambiental paulista: Temas, Fontes, Métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.

NOBRE, Geraldo S. *João da Silva Feijó: Um Naturalista no Ceará*. Fortaleza: GRECEL, 1978.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Facsimilada. Fortaleza: INESP, 2009.

OLIVEIRA, Carla Silvino de. *Cidade (in)salubre: ideias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853)*. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

PAIVA, Manuel de Oliveira. A Afilhada [1989]. In.: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

PESAVENTO, Sandra. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, nº 53, junho de 2007.

ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais: nascimento do consumo séc. XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. Le temps de l'eau rare du Moyen Âge à l'époque moderne. In: *Annales Économies, Sociétés, Civilisations*. 39e année, N. 2, 1984, p. 383-399.

RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações Noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. *Projeto História*, São Paulo, vol. 18, mai. 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

SERRES, Michel. *O mal limpo: poluir para se apropriar?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza Imagens da Cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

*O passado verdejante:
a defesa das árvores
nos artigos jornalísticos de
Gilberto Freyre
(1921-1926)¹*

Diego José Fernandes Freire²

RESUMO

Neste texto discutimos a defesa das árvores presente nos primeiros artigos jornalísticos de Gilberto Freyre, publicados no *Diário de Pernambuco*. Objetivamos lançar uma nova perspectiva acerca dessa apologia, destacando a dimensão saudosa dessa militância freyreana pelo arvoredo recifense. Situando-nos no campo da história ambiental, procuramos identificar os diversos sentidos e significados mobilizados por Gilberto Freyre, a partir de sua escrita jornalística, para fazer sua defesa das árvores na cidade do Recife.

Palavras Chaves: Gilberto Freyre; Árvores; Saudade; Passado.

ABSTRACT

In this text I discuss the defense of trees in Gilberto Freyre's first journalistic articles, published in *Diário de Pernambuco*. I intend to show a new perspective about this apology, highlighting the late dimension of this Freyre's militancy in the defense of Recife's trees. In the domain of environmental history I intend to identify the several senses and meanings used by Gilberto Freyre to do his defense of trees in the city of Recife.

Keywords: Gilberto Freyre; Trees; Nostalgia; Past.

¹ Artigo recebido em 07 de setembro de 2014 e aprovado em 19 de outubro de 2014.

² Licenciado e mestre em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor do curso de história da Universidade Potiguar.

INTRODUÇÃO

Durante os anos 1920, a cidade do Recife viveu um período de grande agitação intelectual. Dois movimentos artísticos, em especial, tratavam de animar o meio cultural recifense, bastante efervescente na época. De um lado, o modernismo, liderado por Joaquim Inojosa (o representante local desta tendência literária), a publicar suas ideias no *Jornal do Comércio* e, do outro lado, o regionalismo, encarnado na figura do jovem recém retornado ao Brasil, Gilberto Freyre³, a divulgar sua obra no *Diário de Pernambuco*. Esses dois movimentos foram responsáveis por um considerável debate na América brasileira dos anos 1920 (AZEVEDO, 1984, p. 18). Ambos os movimentos procuravam um caminho para renovar a cultura brasileira e, a partir daí, definir uma brasilidade, isto é, uma identidade nacional, que dissesse o que é o Brasil e o seu povo. Para além da autoimagem de oposição dos movimentos em litígios, eles acabavam por gravitar em torno dos mesmos temas, já que encontrar ou definir um ser brasileiro era preocupação tanto do modernismo quanto do regionalismo (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 62-64).

Modernistas e regionalistas, cada um à sua maneira, externavam uma preocupação muito comum e recorrente entre os vários letrados brasileiros. Como apontou Monica Pimenta Velloso, o interesse pela brasilidade, pelo ser do Brasil, inquietou nossos homens de letras desde pelo menos 1870, com a famosa geração de Silvio Romero e Tobias Barreto⁴: reconhecer a nossa identidade multifacetada foi, portanto, uma problemática comum às distintas gerações intelectuais. A busca da brasilidade esboça uma longa trajetória, mobilizando os intelectuais da geração de 1870 aos da década de 1920 (VELLOSO, 2010, p. 381). Modernistas e regionalistas, como homens do seu tempo, foram igualmente afetados pela preocupação com a brasilidade. Ambos mobilizaram esforços para entender o que seria o verdadeiro rosto da sociedade brasileira, de modo que neste desenho podemos perceber alguns toques e retoques particulares.

Os regionalistas procuravam definir esse ser brasileiro com base na noção de região. Esta era o fator que forneceria a identidade nacional, sob ele era que se deveria

³ De 1918 a 1923, Gilberto Freyre esteve fora do Brasil, realizando seus estudos nos E.U.A e Europa. Mais informações: LARRETA, Enrique Rodriguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 65-211.

⁴ Sobre essa geração, em específico, ver: VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmica literária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

erguer o edifício nacional. Quando os regionalistas falavam em região a construir a identidade brasileira, pensavam especificamente em uma região, a saber, a Nordeste, espacialidade, aliás, forjada nesse momento (ALBUQUERQUE JR, 2009). Nesse sentido, a defesa da brasilidade passava pela valorização deste recorte regional, encarado como o espaço mais brasileiro, mais autêntico do país. Surgiu assim, grosso modo, todo um programa de valorização da região nordestina, sobretudo das áreas vinculadas à produção do açúcar. Em torno de várias propostas (culturais, políticas, sociais etc.), emergiu o movimento regionalista (mais tarde, nos anos 1950, rebatizado por Gilberto Freyre como Regionalista-Tradicionalista), o qual se institucionalizou com a criação do Centro Regionalista do Nordeste, em 1924, tendo por presidente Odilon Nestor, o qual era auxiliado por Moraes Coutinho e Gilberto Freyre (AZEVEDO, 1984, p. 142).

Paralelo ao embate artístico-intelectual entre regionalismo e modernismo, a capital pernambucana das primeiras décadas do século passado também experimentou uma intensa agitação política. O clima político esquentou demasiadamente quando do vazio governamental deixado pelo político José Bezerra, que governou apenas entre 1919-1920, em razão de sua morte. A partir daí foi dada a corrida para a disputa pela sucessão governamental. O embate envolveu, basicamente, dois grupos políticos: *õborbistasõ*, liderados pelo senador e ex-governador do estado Manuel Borba, que lançou a candidatura de José Henrique Carneiro da Cunha, que era apoiado, por sua vez, por Joaquim Pimenta, e *õpessoistasõ*, comandados pela família dos Pessoa de Queiroz e com apoio de amplos setores do governo estadual e federal. Estes lançaram a candidatura de Lima Castro, na época já prefeito de Recife.

O fato de os *õpessoistasõ* terem o apoio do então presidente do Brasil, Epiácio Pessoa, fez com que a disputa ganhasse contornos de o local contra o nacional. Os seguidores de Manoel Borba colocavam-se como autonomistas, contras as ditas intenções intervencionistas do governo pernambucano, apoiado em nível federal. O problema da centralização X descentralização do poder voltava a aparecer aqui. Os comandados pela família Pessoa de Queiroz representariam as intenções centralizadoras do governo, as forças centrífugas do Estado Brasileiro, ao passo que os *õborbistasõ* encarnariam os anseios descentralizadores, adeptos do estadualismo nacional. Assim, de uma sucessão governamental a nível estadual, passou-se a uma discussão sobre a estrutura do Estado Brasileiro e suas supostas intenções.

Nesse cenário local de grande disputa política, os regionalistas pareciam pender para o lado de Manuel Borba, como era o caso, por exemplo, de José Lins do Rego e Osório Borba (diretores do jornal recifense *Dom Casmurro*). Porém, houveram outros regionalistas que não adotaram uma postura clara, como foi o caso de Gilberto Freyre e Aníbal Fernandes (diretor do *Diário de Pernambuco*). O fato é que tal situação, marcada por uma grande efervescência artística e política, na qual podia-se vislumbrar duas tendências opostas, levava os letrados da cidade recifense a se engajarem em algumas disputas, a se envolverem em não poucas querelas sociais e políticas. Escrevendo em grandes e pequenos jornais, participando de agremiações e de comícios, os intelectuais pernambucanos realizaram seus combates, armaram-se com ideias para intervir no universo citadino. E aqui emergiu a luta por um elemento na época aparentemente inusitado: as árvores.

A defesa das árvores foi uma bandeira central no movimento regionalista, encabeçado por Gilberto Freyre e outros intelectuais nordestinos. À essa questão foram dedicados artigos, conferências e eventos culturais⁵. Tratava-se de uma luta coletiva, no sentido de que não era produto de ações individuais, mas sim de intelectuais reunidos e organizados em torno de um Centro⁶. Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Aníbal Fernandes, Moraes Coutinho, Julio Bello, Mario Sette e outros regionalistas ergueram suas vozes em prol da arborização do Recife. Na década de 20 do século passado, a importância da árvore foi declarada, na tentativa de frear um pouco o acelerado processo de modernização que Recife vinha passando. As árvores recifenses ganharam não só defensores apaixonados e atuantes, como tiveram um órgão (o centro regionalista) para lutar por sua preservação.

O fato de a luta pela arborização do Recife emergir justamente na década de 20 é bastante significativo das mudanças que estavam ocorrendo na América brasileira. Foi nessa época que se intensificou o processo de modernização, que modernizar a cidade passou a ser um imperativo social. Vários prefeitos adotaram como itens de sua agenda política civilizar a cidade de Recife (AZEVEDO, 1984, p. 20). Como bem mostra Antonio Paulo Rezende, foi justamente nas décadas iniciais do século XX que os

⁵ A primeira grande ação do Centro Regionalista, criado em 1924, foi justamente a criação de um evento chamado a semana da árvore, realizado também naquele ano. Conferir: AZEVEDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e Regionalismo: anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa, secretaria de educação e cultura da Paraíba, 1984, p.146.

⁶ Para ver o programa do centro, ver; AZEVEDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e Regionalismo: anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa, secretaria de educação e cultura da Paraíba, 1984, p.143-144.

preceitos de higienização e urbanismo moderno invadiram intensamente a cidade de Recife, realizando várias mudanças, as quais vão forjando não só uma nova cidade, mas também uma nova mentalidade cidadina (REZENDE, 1997, p. 44-57; TEIXEIRA, 1995, p. 89-90). Diante desse quadro de mudanças, o combate pela conservação das árvores apareceu como algo urgente para os regionalistas, defensores da tradição patriarcal.

Os regionalistas explicaram essa defesa enérgica das árvores presente no movimento utilizando-se da noção de *clima tropical*⁷: o plantio e a manutenção de árvores garantiriam um clima mais ameno, suave. Isso vale especialmente para Gilberto Freyre. O jovem redator do *Diário de Pernambuco*, recém chegado ao Recife, advogava a preservação das árvores a fim de manter a tropicalidade da região Nordeste. Elas representariam a natureza tropical da região, garantiriam um clima e um ambiente original, peculiar, típico de uma cidade dita nordestina. As árvores seriam um dos símbolos da região tropical. Assim, destruir as árvores seria atacar a tropicalidade do Nordeste, um dos principais traços definidores dessa região. Muitos estudos que se debruçaram sobre a questão das árvores no ideário regionalista enveredaram por essa chave interpretativa, repetindo a explicação dos próprios atores históricos envolvidos⁸. Como historiadores, devemos sempre, na medida do possível, desconfiar das autoexplicações, propor novas questões, lançar novos ângulos de análise, sempre contribuindo para a (re)escrita da história.

O presente trabalho vem tentar abordar a questão da defesa das árvores no movimento regionalista a partir de uma outra perspectiva. Longe de querer negar ou invalidar a explicação resumida anteriormente, pretendemos apenas esboçar uma chave interpretativa diferente. Tentar-se-á partir de um outro elemento para explanar a defesa, tão presente na *pregação* regionalista, das árvores. Trata-se do saudosismo. Analisando alguns escritos jornalísticos de Gilberto Freyre, sem dúvida o grande mentor e divulgador do movimento regionalista no Recife, procuraremos relacionar essa defesa da conservação das árvores, esse desejo de manter o Recife esverdeado, com a saudade que o autor de *Casa-Grande & Senzala* sentia pelo passado patriarcal.

Não haverá na ardente defesa das árvores a tentativa de congelar uma paisagem do passado? A luta pela *arborização* do Recife não será também a luta pelo Recife

⁷ Pode-se encontrar essa ideia nos vários artigos de Gilberto Freyre que serão neste texto citados e nos artigos regionalista presentes na antologia reunida por Neroaldo Pontes de Azevedo em: AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: Os anos 1920 em Pernambuco*. João Pessoa/Recife: Editoras da UFPB/UFPE, 1996, p. 189-257.

⁸ Ver: LARRETA, Enrique Rodriguez; GIUCCI, Guillermo. Op., Cit., 2007, p. 278. AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. Op., Cit., p.133.

tradicional, onde o verde era o que logo despertava a visão? Em suma, a preservação das mangueiras, cajueiros, jaqueiras, gameleiras etc. que tanto embalava os primeiros artigos de Gilberto Freyre não seriam a expressão de uma consciência e sensibilidade saudosa, que tenta a todo custo frear ou suavizar a marcha inexorável do tempo?

Essas são as questões norteadoras do trabalho, as quais são tomadas não como questionamentos a serem respondidos de forma absoluta e esgotada, mas como ponto de partida para a reflexão e discussão. Nosso objetivo é mostrar que a defesa das árvores no pensamento de Gilberto Freyre passa também pela visão saudosista que o mesmo professava, entendendo o saudosismo não como algo inerte, que levaria a paralisação do sujeito, a um fechamento doentio no passado, mas sim como um sentimento que impulsiona ações no presente. Acreditamos que a apologia das árvores recifenses nos escritos de Gilberto Freyre foi também produto de um saudosismo atuante e político, fruto da tentativa de congelar uma imagem do passado que estava ruindo. Pensamos que a luta pelas árvores encarnava também o desejo por manter um Recifeõesverdeadoö, no qual a paisagem do verde da cana era o que logo aguçava os sentidos.

O verde não era só a marca das árvores, a sua cor mais visível, mas era também a tônica de um universo do qual regionalistas como Gilberto Freyre jamais queriam se desapegar ou ver destruído. Vale lembrar aqui, como elemento teórico norteador de nosso texto, a proposição de Simon Chama de que ãnenhuma árvore é só uma árvoreö⁹. Em qualquer sociedade, um elemento natural pode ser revestido de significados e valores, os quais passam a lhe constituir e enformar a visão dos homens. Natureza e cultura, ao invés de separados, andam juntos, isto é, os homens imprimem no universo natural uma série de elementos significativos. Daí porque uma história das paisagens é possível. Situando-nos no campo da história ambiental ¹⁰, procuramos articular história e natureza, pensando a maneira como esta é significado e sentida pelos indivíduos. Assim, ao olhar-se para uma árvore pode-se ver e sentir muito mais do que uma simples

⁹ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 37.

¹⁰ Seguimos a perspectiva de José Augusto Pádua, segundo a qual ãa história ambiental é a investigação aberta e não reducionista das interações entre os sistemas sociais e sistemas naturais ao longo do tempoö. O foco recaí, na nossa ótica, na relação interativa entre homem e natureza, relação essa extremamente histórica. Para uma discussão teórica sobre a história ambiental, ver: PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142010000100009&lng=en&nrm=iso. access on 11 Aug. 2014. Para uma discussão introdutória, ver: DUARTE, Regina. Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Para um discussão mais prática, além do livro de Simon Schama referenciado acima, ver: THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

árvore. Desenvolver essa hipótese, a partir de alguns escritos de Gilberto Freyre, é o que se fará nas linhas que se seguirão.

O COMBATE PELAS ÁRVORES E PELO PASSADO PATRIARCAL

Antes de ser uma reivindicação do Centro Regionalista, a defesa das árvores já aparecia em alguns artigos de seu principal idealizador nos anos 1920, Gilberto Freyre. Já em 1921, quando ainda estava nos Estados Unidos, em artigo de 04 de setembro publicado no *Diário de Pernambuco*, o futuro sociólogo de Apipucos demonstrou sua simpatia pelas árvores (FREYRE, 1979, p. 136-37). Neste escrito, seu autor elogiou o urbanismo em Washington e lamentou a destruição de algumas árvores em Recife. Agradava-o a maneira cientificamente conduzida com que aquela cidade ia se desenvolvendo, sempre procurando, na medida do possível, o respeito a história, a tradição. Desenvolvimento este que, ao contrário do que vinha acontecendo em Recife, não implicava na eliminação das árvores. O que poetiza Washington e amolece sua rigidez de cidade oficial, e fá-la até parecer mais velha do que é, são as árvores. Que árvores, as de Washington! (FREYRE, 1979, p.136). Assim, através de um recurso natural despretenso, a cidade de Washington ia conciliando modernidade e tradição, caindo, assim, no apreço de jovem escritor pernambucano.

Durante a década de 1920, a defesa das árvores vai aparecer em vários textos jornalísticos de Gilberto Freyre, ora como uma simples e rápida referência e ora como tema central. Em menos de um mês, o jovem colunista do *Diário de Pernambuco* dedicou dois artigos a dissertar sobre a importância das árvores e a criticar sua destruição¹¹. Nesses artigos, ele se mostrou não só como um grande defensor das árvores, mas como alguém que as amava, que nutria por elas uma simpatia toda especial. Assim se iniciava o artigo publicado no *Diário de Pernambuco* em 11 de maio de 1924: sou um grande amigo das árvores. Aquela afinidade de irmão que o santo de Porciúncula sentia com todas as coisas da natureza [...] experimento-a diante das árvores (FREYRE, 1979, p. 26). Nesta passagem, seu artífice mostrou-se como alguém que partilhava uma ligação com as árvores, de maneira semelhante à ligação sanguínea existente entre dois irmãos. Gilberto Freyre, através de sua escrita jornalística carregada

¹¹ Um artigo em 30/12/1923, outro em 27/01/1924. Isso acontece novamente em 20/04/1924 e 11/05/1924.

de metáforas, procurava se aproximar das árvores, criando para seu público a imagem de um jornalista amigo e respeitador da natureza.

Ainda nesse mesmo artigo, observamos as seguintes palavras: “De todas as árvores a que mais amo e reverencio é a palmeira. Diante de uma aléia de palmeiras dá vontade de tirar o chapéu e seguir de ponta-de-pé como por uma catedral ou por um templo” (FREYRE, Op.Cit). As árvores seriam criaturas vivas, seres que mereceriam respeito e reverência. Tal qual os deuses, devemos prestar honras para as árvores, tratá-las com veneração, respeito e amor. Assim, percebemos que, nos agitados anos 1920, as árvores deveriam gozar de uma certa centralidade e prestígio no pensamento dos recifenses. Gilberto Freyre se colocava não só como um advogado das árvores, mas como um indivíduo que tinha toda uma deferência e sentimento por elas. Ao ler os artigos onde se faz presente a luta pela preservação das árvores, ficamos com a imagem não do advogado frio e mercenário que defende seu cliente, mas sim de alguém que está afetivamente envolvido com seu objeto de defesa. Sem dúvida, através deste expediente discursivo, o defensor pernambucano das árvores visava incutir nos seus contemporâneos o apreço por este elemento da natureza, visto como um ser vivo digno de respeito e até veneração. Os leitores recifenses não podiam ficar alheios ao arvoredo citadino, sobretudo quando este estava sendo desvalorizado por muitos.

Além dessa grande simpatia e identificação, percebemos também nesses escritos uma vinculação espacial/temporal entre as árvores e um certo passado. Em alguns artigos que se prestavam a advogar a conservação do arvoredo recifense, vemos uma associação com o passado patriarcal, visto como glorioso e triunfante. Sempre quando se falava das árvores, a recorrência ao passado senhorial ocorria. No tempo que Gilberto Freyre nomeava de patriarcal, plasmado no Recife Antigo, onde predominava os grandes senhores de engenho, as árvores abundavam, confundiam-se com a vasta extensão de terras. O senhor de engenho seria um cultivador de árvores, fazia de sua mata um grande e prazeroso jardim. Nele descansava seus olhos e contemplava seu poderio. As árvores seriam, assim, elementos que comporiam a fisionomia do universo patriarcal, que marcariam esse espaço de domínio. Nos diversos textos freyreanos aqui analisados, elas parecem cumprir a função de um *marcador espacial*, isto é, servem para identificar um dado espaço, assim como um dado tempo.

Associando as árvores ao Recife Antigo, e não ao Recife moderno, Gilberto Freyre endossava uma crítica ao seu presente citadino, marcado por várias mudanças, como abertura de avenidas, destruição de ruas estreitas e casarões antigos,

implementação de bondes e cinemas etc. Para os contemporâneos que liam seus artigos semanais, a capital pernambucana estaria perdendo sua coloração verde e ganhando um tom acinzentado, dado pela eliminação das árvores e, principalmente, pela construção de prédios e mais prédios, objetos que passaram a se destacar na paisagem urbana do Recife. Sergio Loreto, entre 1922-1926, era o político responsável e portanto mais atacado pelos regionalistas e por urbanizar a cidade, aquele que deixou para a posteridade um dos grandes símbolos do Recife moderno: a Avenida Boa Viagem¹².

No já citado artigo de 11 de maio de 1924, Gilberto Freyre, ao constatar o que ele dizia ser uma fase estúpida de perseguição às árvores, assinalava que Recife era antigamente uma cidade de árvores, que sob as gameleiras se operavam as mais importantes transações da praça (FREYRE, 1979, p. 27). O passado patriarcal recifense foi construído como sendo o de uma cidade de árvores, o qual se contrapõe ao presente do escritor, visto como o de uma cidade cinzenta. A vinculação com o passado senhorial foi feita de forma mais clara em um texto publicado no *Diário de Pernambuco* em 24 de agosto daquele mesmo ano:

Mangueiras e jaqueiras, sicupiras e baraúnas, cajueiras e gameleiras assumem todas, desde adolescentes, certo ar de doce mãe querendo abençoar, acolher, proteger e até amamentar. A jaqueira até parece uma mãe preta, com a sua fartura boa de tetas (FREYRE, 1979, p.63).

Mais uma vez, observamos Gilberto Freyre dotar de características divinas e além de humanas e maternas - as árvores, como se estas fossem deuses a distribuir suas bênçãos aos humanos. O *topos* da sacralidade da natureza, elemento bastante recorrente na sociedade ocidental industrial¹³, comparece na descrição freyreana. Tanto divinas quanto humanas, há na caracterização das árvores uma clara identificação com o mundo dos engenhos, dos senhores de bangüês. Elas lembrariam este universo que no tempo do autor estava agonizando. As árvores e assim como as mães pretas e fariam da parte da flora patriarcal, estariam para esse universo social como a avenida calçada e larga estaria para a cidade moderna. Gilberto Freyre, querendo contrapor passado arborizado e presente acinzentado pelas grandes construções, chega a recuar a um tempo longínquo:

¹² Mais informações em: ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife* em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo. Recife: Bagaço, 2006, p. 33.

¹³ Mais informações em: DUARTE, Regina. Horta. Op., Cit., 2005, p. 35-39.

Ainda há pouco, tive um contacto que me deliciou com o Brasil de 1500: o Brasil ainda em bruto em que os padres da S.J., escultores de homens e de pátrias, cuidaram achar em matéria virgem para um tipo ideal de homem e de pátria. Foi nuns trechos de matas de Japaranduba do meu amigo Pedro Paranhos. Trechos de mata onde se sente ainda o cheiro forte da mata virgem (FREYRE, 1979, p. 387).

Como se vê, as árvores estiveram, desde 1500, presentes na história do Brasil. Elas deram as boas-vindas aos portugueses. Como pontuou o próprio Freyre em uma conferência intitulada *o Recife e as árvores*¹⁴, elas participaram da criação do Brasil, na medida em que foi de uma delas que se retirou ou se inspirou o nome de nossa pátria (FREYRE, 1979, p.379).

Dessa forma, as árvores são um elemento do passado, um símbolo de um tempo que, na agitada década de 20 do século passado¹⁵, estava rapidamente sendo deixado para trás. Elas estariam tão conectadas a um universo pretérito que Gilberto Freyre costumava apontar que o passado tinha a cor esverdeada das folhas das gameleiras. Não nos soa despropositado pensar que as árvores, no pensamento de vários regionalistas, funcionava como uma espécie de *lugar de memória*¹⁶, isto é, elas funcionavam como elementos que ativavam uma dada memória da cidade, quiçá até do país. Profundamente identificada ao universo banguzeiro, às terras dos senhores de engenho, as árvores comunicavam aos recifenses a existência de um mundo pretérito, permitiam um mergulho no passado, no Recife de outrora. Certamente, era isso que Gilberto Freyre e outros regionalistas tinham em mente ao defenderem as árvores. Aproximar-se de um arvoredo era, na verdade, encostar a cabeça no passado e, assim, consolar-se da ruína pretérita que corria solto na capital pernambucana.

Se pudéssemos apontar uma coloração que mais identificaria o passado que Gilberto Freyre tanto valorizava, possivelmente será o verde. O sociólogo de Apipucos, quando se referia ao passado patriarcal, costumava usar bastante a metáfora do verde. Este parece ser a cor do tempo que ele jamais conseguiu se esquecer. Em um artigo

¹⁴ Realizada em 11 de novembro de 1924, para o encerramento do primeiro congresso Regionalista do Recife.

¹⁵ Para acompanhar as mudanças históricas ocorridas nas décadas iniciais do século XX, ver; REZENDE, Antonio Paulo. *(des) Encantos modernos: História da cidade de Recife na década de 20*. Recife: FUNDARPE, cap. 1 e 2, 1997. E para acompanhar as conseqüências dessas mudanças na elite agrária decadente, ver; ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo ó uma história do gênero masculino (Nordeste ó 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, cap.1 da 1^o parte 2003.

¹⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História. São Paulo: Educ, n° 10, dez, 1993.

bastante conhecido, onde reclama da ausência de boas pinturas sobre o universo patriarcal de Pernambuco, Gilberto Freyre anotou que nenhum dos grandes pintores que pelo Nordeste passaram ãos deixou interpretações desse verde que nos delicia e nos enlangüece. O verde doentio dos mangues e o verde vivo e puro dos coqueiros adolescentesõ (FREYRE, 1979, p.362). O verde seria o que mais se destacava na paisagem patriarcal de Pernambuco, paisagem que, para Freyre, mereceria ser fixada em uma tela, pintada por um artista de qualidade.

Uma das marcas do passado patriarcal, banhado por casas-grandes rodeadas de palmeiras e por extensos canaviais, seria a cor verde, entretom da cana de açúcar, produto que também marcou aquele mundo pretérito. O passado tem suas cores, seus tons. Pode ser cinzento, se sua lembrança foi de dor, assim como poderá ser azul, se sua evocação for alegre. Na mente saudosa de Gilberto Freyre, ele era verde, porque esta era a tonalidade que mais identificava seu mundo de infância, o engenho de São Severino dos Ramos, onde costumava passar as férias como um menino de engenho, semelhante ao seu grande amigo José Lins do Rego. O verde que o futuro autor de *Sobrados e Mucambos* encontrou nas árvores era, assim, uma cor bastante significativa, na medida em que ela lhe comunicava todo um passado, toda uma história.

O passado como um universo banhado pela cor verde aparece de modo mais intenso e nítido em um artigo publicado no *Diário de Pernambuco* em 21 de setembro 1924, no qual Gilberto Freyre discorreu sobre o Recife antigo, onde, segundo ele, se respeitava os nomes das ruas, vistos como documentos da história da cidade. Lembrando desse tempo, eis como se findou o artigo:

õRecife, cidade verde,
verde, verde, verde
muito verde,
muito verde
verde, verde, verdeõ (FREYRE, 1979, p.74).

Com esses versos, o poeta ratificou o caráter esverdeado do passado que tanto valorizou. O verde era a cor que tingia sua imagem do passado. Era o que mais predominaria na paisagem senhorial de que tanto se lembrava. Daí a duplicidade do termo, que algumas vezes aparece no seu diário de adolescente, ãmeus verdes anosõ¹⁷.

¹⁷ Essa expressão também aparece, algumas vezes, na obra de um grande amigo de Freyre, José Lins do Rego. As memórias de infância deste escritor têm esse título. Ver; REGO, José Lins do. *Meus verdes anos (Memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980. Sobre Freyre, conferir; FREYRE,

Esse verde, que tanto marcava a paisagem do passado patriarcal, estava, na época em que Gilberto Freyre desembarcou em Recife, no ano de 1923, desaparecendo:

Eu por mim já me sinto um tanto estrangeiro no Recife de agora. O meu recife era outro. Tinha um ósujo de velhiceö que me impressionava, com um místico prestígio, a meninice. O tempo o esverdeara todo de um verde que tinha o encanto de uma unçãoö (FREYRE, 1979, p. 16).

Mais uma vez, vemos a junção entre o passado e a cor verde. Aquele aparece novamente em um tom esverdeado, tal qual as folhas das árvores, tal qual as plantas de um belo jardim. A paisagem que Gilberto Freyre contemplava agora não era mais a das árvores. O verde da mata, os canaviais verdejantes, se refugiaram em poucos lugares, cedendo lugar às avenidas largas, aos bondes elétricos, aos prédios construídos segundo os preceitos da arquitetura moderna. O verde estaria, doravante, no passado, na lembrança de um mundo que estaria decaindo progressivamente: ÕNo Recife as alterações vão ferindo os valores íntimos da paisagem. Roubando-lhe o caráter. Criando uma cidade nova, estranha e até hostil à primeiraö (FREYRE, Op.Cit).

Com a modernização que invadia as principais capitais da região Nordeste (SEVCENKO, 1998 p. 28), essa coloração esverdeada, dada pelas árvores, começa a diminuir, a se circunscrever em lugares específicos, tidos como área de preservação. O verde, que durante a época senhorial saltaria aos olhos, que ornamentaria e identificaria os domínios patriarcais, estaria sendo engolido pelo progresso, pelos artefatos da modernização. Nas cidades modernas, a natureza, dominada pela técnica e sofrendo a colonização do homem, teria um espaço limitado, circunscrito a determinados locais. Em um texto que foi publicado no *Diário de Pernambuco* em 30 de dezembro de 1923, Gilberto Freyre conclamava: ÕSob o ponto de vista estético, precisa o Recife defender-se contra o perigo de virar tristemente um esqueleto de cimento armadoö (FREYRE, 1979, p.351). Do verde que predominaria no mundo dos engenhos, o cimento e a cal vão cuidando de eliminar. A modernização estaria Õna paisagem pernambucana criando novos lineamentos e coloridos e novas figuras significativas do cenárioö (FREYRE, 1979, p.361). Sem o verde, o Recife foi se modernizando, para a tristeza dos regionalistas. Gilberto Freyre, jovem erudito que no retorno ao Recife perambulou

Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930). Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

bastante por sua cidade natal, perscrutando vários locais, parece ver e sentir a cidade a partir de cores, das tonalidades predominantes na paisagem urbana.

O colunista do *Diário de Pernambuco* costumava sentenciar que a paisagem da cidade de Recife, nos anos 1920, chegava a òdoer nos olhosö (FREYRE, 1979, p. 386). Os bondes, os automóveis, os prédios altos, as ruas retas, em suma a cidade com uma arquitetura moderna, feriam os sentidos, sobretudo daqueles que ansiavam por referências antigas e tradicionais na cidade. A modernização desenfreada golpeava o espírito de muitos cidadãos, pois eliminava tudo aquilo que indicava um passado, que, segundo Gilberto Freyre, era glorioso e que deveria ser preservado.

E foi com saudade¹⁸ e tristeza que Gilberto Freyre constatou e se insurgiu contra esse processo que foi, ao seu ver, descaracterizando a cidade, tirando-lhe o verde de outrora. Em 1921, aquele jovem letrado escreveu um texto, publicado no *Diário de Pernambuco*, em que manifestou seu desafeto com a progressiva diminuição da presença das árvores na cidade do Recife: òe que pena que se tenha ido velhas árvores nossas, a fáceis ordens estúpidas. O Recife deveria ser uma cidade de árvores!ö (FREYRE, 1979, p.137). Com mais raiva do que lamentação, escreveu um outro artigo, publicado no mesmo jornal em 24 de agosto de 1924, o seguinte desabafo: òlembrou-me como, há dias, passei toda uma semana irritadiço, por causa de uma palmeira de largas palmas acolhedoras que encontrei ainda a sangrar dum corte òà La garconneö (FREYRE, 1979, p. 63).

A saudade em Gilberto Freyre não é mera lamúria do passado, pura estagnação e inércia. Antes, o jovem escritor recifense parte dessa saudade do passado senhorial para agir no presente, tentando criar possíveis futuros. A nostalgia pelo mundo patriarcal não o deixou imobilizado e congelado no passado, mas sim o impulsionou para a ação, para os combates do seu tempo. Durval Muniz de Albuquerque Júnior colocou a saudade em Gilberto Freyre como uma maneira de se relacionar com o tempo e com a vida, como um dado jeito de encarar a existência humana (ALBUQUERQUE JR, 2006, p.135). Relacionando-se saudosamente com o tempo e com a vida, Gilberto Freyre fazia aquilo que sempre dizia ter feito ao longo de toda a sua obra intelectual: harmonizar contrários. A saudade permitia a existência da duplicidade do tempo, fazia com que passado e

¹⁸ O saudosismo em relação ao mundo dos engenhos em Gilberto Freyre, apesar de ser apontado por boa parte dos estudiosos, não tem recebido muita atenção dos historiadores, sociólogos, literatos e antropólogos. Para uma análise que problematiza e mostra a importância da saudade na obra freyreana, ver; ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. AS SOMBRAS DO TEMPO: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: Marina Haizenreder Ertzog e Temis Gomes Parente. (Org.). *História e Sensibilidade*. 1 ed. Brasília: Paralelo 15, 2006.

presente convivessem, trazia um para o outro. Com ela, Gilberto Freyre combatia a finitude das coisas. Com bem assinalou Durval Muniz de Albuquerque Júnior: ã saudade é, em Freyre, mais do que rejeição do tempo presente, que está longe de ser total, mas uma maneira de procurar integrar e fazer conviver harmoniosamente os diversos tempos que nos rodeia e nos constituiö (ALBUQUERQUE JR, Op. p.138).

Talvez, a saudade foi justamente a energia que fez Gilberto Freyre se mobilizar para agir no presente, para tentar fazer com que este guarde o pouco que resta de passado. Foi o próprio Freyre que reconheceu, no seu diário de adolescência, ter feito da saudade seu método de análise e interpretação ãum tanto sociológico mas sobretudo psicológicoö da sociedade brasileira (FREYRE, 1975, p.12). Sua defesa das árvores traz essa saudade do mundo banguazeiro que tanto alimentou seus escritos, que tanto decidiu pelos seus combates na cidade do Recife. A saudade é, aqui, como uma espécie de força que impulsiona a ação militante. Ela é como um alimento que nutre quem dela se serve. Gilberto Freyre dela se serviu não só para escrever seus livros, mas também para agir no e pelo presente.

Mais do que uma preocupação ambiental, o que parece estar em jogo na militância de Gilberto Freyre era a necessidade de preservar no presente hodierno símbolos do passado, do passado patriarcal, aquele em que o verde dava o tom da paisagem. Sua apologia da natureza parece levar menos em conta o clima e o ambiente do que o tempo e a sociedade. As árvores eram vistas sob o signo da preservação não tanto porque eram importantes para o meio ambiente, mas porque elas conservavam feições de um tempo, de uma sociedade. Conforme esperamos ter mostrado, as árvores referenciavam o passado patriarcal. O que preocupava Gilberto Freyre, o que lhe angustia, era a possibilidade de um Recife sem marcas do passado, sem símbolos daquele mundo adocicado em que o engenho e o seu senhor eram as grandes referências. O combate pelas árvores cumpria, de uma forma metonímica, a defesa pelo mundo patriarcal e senhorial. Era, em certa medida, expressão do saudosismo freyreano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a luta de Gilberto Freyre em prol das árvores tem também esse componente saudoso, uma vez que, como tentamos mostrar, o verde que as palmeiras, gameleiras, jaqueiras etc. tanto encarnavam seria uma tônica do passado senhorial. No renomado escritor pernambucano, as árvores representariam também um dado universo

social. Elas simbolizavam toda uma sociedade, todo um cenário social que estava sucumbindo no Recife das décadas iniciais do século XX. Lutar pela arborização do Recife era resistir à modernização que estava transformando não só a paisagem natural, mas social recifense, tirando-lhe o verde que predominara durante muito tempo. O caráter esverdeado que Gilberto Freyre tanto atribuiu ao passado oligárquico-aristocrático advém, entre outras coisas, do grande número de árvores. Estas faziam parte das terras dos senhores de engenho. Sob elas, possivelmente, Gilberto Freyre viveu várias experiências infantis. Daí a dita intimidade e ligação que dizia ter com elas.

No fundo, pensamos que Gilberto Freyre teme que nada mais no presente lhe comunique algo do passado. As árvores, com sua coloração verde, com suas folhas a perfumar o ar e a oferecer grandes sombras, era indício desse passado oligárquico-aristocrático que tremulamente resistia ainda no tempo de Gilberto Freyre. A sensação de se sentir estrangeiro na própria terra, tantas vezes evocada, surge justamente pela mudança da paisagem social. De inúmeras árvores a esverdear o cenário social, passa-se para inúmeros prédios modernos a acinzentar a vista. Viver em uma paisagem em que nada se tem de passado, parece ser aterrorizante para o sociólogo de Apipucos. Encontrar alguma forma de manter um mínimo desse passado senhorial, de incorporar a tradição na modernidade, foi algo constante na sua vida. Afinal, não foi esse seu projeto maior, conciliar extremos, fazer conviver òaparentes paradoxosõ, trazer à tona diferentes e conflitantes tempos? Entre a tradição e a modernidade, entre o campo e a cidade, Gilberto Freyre realizou seus combates e seus projetos intelectuais, procurando sempre harmonizar esses elementos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. AS SOMBRAS DO TEMPO: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: Marina Haizenreder Ertzogue e Temis Gomes Parente. (Org.). *História e Sensibilidade*. 1 ed. Brasília: Paralelo 15, 2006.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4 Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2009.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e Regionalismo: anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa, secretaria de educação e cultura da Paraíba, 1984, p.146.

DUARTE, R. H. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Tempos de aprendiz*. São Paulo. IBRASA/MEC. 2 volumes, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1975.

LARRETA, Enrique Rodriguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*. São Paulo: Educ, nº 10, dez, 1993.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142010000100009&lng=en&nrm=iso. access on 11 Aug. 2014.

REIS, José Carlos. Anos 1930 Gilberto Freyre: o relogio da colonização portuguesa. In: *As identidades do Brasil*. De Varnhagen a FHC. 9.Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REZENDE, Antonio Paulo. *(des) Encantos modernos: História da cidade de Recife na década de 20*. Recife: FUNDARPE, 1997.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: (Org.). *História da Vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, vol. 3, 1998.

SOUZA BARROS. *A década de 20 em Pernambuco*. Recife, fundação de cultura cidade do Recife, 1985.

TEIXEIRA, Flavio Weinstein. Intelectuais e modernidade no Recife dos anos 20. In: *Revista saeculum*, I (I);89-98, Jul/Dez. 1995.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, V.1.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmica literária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

Conexão Brasil-Namíbia: duas nações em busca de petróleo e progresso¹

Natascha de Vasconcellos Otoya²

Resumo: Em diferentes períodos históricos, Brasil e Namíbia enfrentaram um problema muito semelhante: a existência ou não de petróleo em solo nacional. Assim, pode-se considerar que as histórias de ambos os países estão conectadas pela questão petrolífera. Há diversos pontos de convergência: a elaboração de legislação para um setor ainda não desenvolvido, a associação da exploração do minério com uma certa ideia de progresso, a discussão da questão ambiental em torno da exploração e a própria ligação geológica entre as duas regiões. Este artigo pretende problematizar e debater estas questões.

Palavras-chave: história ambiental, petróleo, progresso, Brasil, Namíbia.

Summary: In different historical periods, Brazil and Namibia faced a very similar problem: the existence or not of oil in national soil. Hence, the histories of both countries can be considered as connected by the petroleum issue. There are several convergence points: the creation of legislation for a yet to be developed sector, the association of the exploration of oil with a certain idea of progress, the discussion of the environmental issue and the geological connection between the two regions. This article intends to problematize and debate such issues.

Key words: environmental history, oil, progress, Brazil, Namibia.

O petróleo, ao se transformar em plástico ou combustível, contribui em larguíssima escala para muitos dos problemas ambientais da atualidade e o faz em nome do progresso. O que fez e ainda faz do petróleo sinônimo e símbolo desta ideia de progresso? Que vozes contribuem para relacionar o conceito de progresso à exploração de petróleo? Tal conceito ainda é válido diante das atuais evidências de mudanças ambientais?

¹Artigo recebido em 15 de agosto de 2014 e aprovado em 01 de novembro de 2014.

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ).

Estas são as questões que norteiam a discussão aqui proposta de possíveis conexões entre os anos que antecederam a descoberta de petróleo no Brasil nas décadas de 1920 e 30 e o momento atual que vive a Namíbia, um país ainda na expectativa de encontrar petróleo em quantidades comerciais no início do século XXI.

O petróleo tem sua trajetória a partir de meados do século XIX marcada pela associação à mudança de modelos industriais e novas formas tecnológicas, tendo permitido a criação de uma imensa gama de subprodutos, entre eles os combustíveis que ajudaram a alavancar a então incipiente indústria automobilística, além dos produtos petroquímicos que formam a base de toda a imensa quantidade de plásticos utilizada ao redor do mundo nos dias de hoje (ALMEIDA, 2008). Em um momento onde o debate ambiental está amplamente divulgado e as atenções voltadas para as mudanças causadas por mais de uma centena de anos de práticas industriais nocivas aos ecossistemas terrestres, pensar questões ligadas ao desenvolvimento da indústria do petróleo ó seja no Brasil ou na Namíbia ó é de grande importância, extrapolando assim o âmbito estritamente historiográfico e se colocando como algo de interesse para o conjunto da sociedade.

EM BUSCA DE UMA HISTÓRIA CONECTADA

O historiador indiano Sanjay Subrahmanyam criou o conceito de *histórias conectadas* para realçar a importância de conexões que ajudam a dar forma às histórias tidas como locais ou nacionais, assim transcendendo os limites da tradicional historiografia nacional. Em sua vasta obra, revela conexões da história indiana com partes do mundo como África e Ásia ó sem negligenciar, porém, indo além das habituais ligações com estados europeus colonizadores. O autor adota uma postura crítica em relação à historiografia que tende a privilegiar apenas ligações entre *centro* e *periferia* ignorando amplamente conexões históricas e geográficas que Estados e regiões *periféricos* forjaram entre si. Tal predominância se reflete também na escolha de temas do historiador: alguns são fundamentais para a compreensão de um mundo eurocêntrico, mas demonstram-se insuficientes para outras partes do globo ó exemplo disso é a noção de Modernidade, a qual, segundo Sanjay, é impossível desconectar da trajetória histórica do Velho Mundo, mas não pode ser transposta da mesma forma para outras regiões. Um esforço interpretativo para desconectar a noção de modernidade de uma história eurocentrada e ampliar a capacidade heurística do conceito é também uma forma de argumentar que a *modernidade* pode representar õuma mudança mais ou menos global, com muitas fontes e

raízes diferentes e é inevitavelmente ó muitas formas e significados distintos dependendo da sociedade a partir da qual a olhamos (SUBRAHMANYAM, 1997, p.737).

Além deste alargamento de conceitos historiográficos clássicos, a proposta de Subrahmanyam pode ser vista como um modelo interpretativo que estimula a interação entre o micro e macro, situando-se no meio do caminho por sua capacidade de revelar redes de interação transnacionais ao mesmo tempo em que enfoca os impactos de tais interações em nível local. Este ponto de vista conferido por uma abordagem conectada da história não pode ser simples complemento de uma perspectiva historiográfica mais tradicional, pois ele subverte conceitos estanques como *Oriente Médio* ou *Península Ibérica*, para citar dois exemplos trabalhados na obra do historiador. Produzir uma história conectada é:

(...) não apenas um modo diferente de trabalhar materiais históricos, como também um jeito muito diverso de olhar a história em geral. Sanjay nota que o olhar orientalista e histórico-etnográfico, numa união desafortunada com a perspectiva nacionalista, terminou por nos cegar com relação à possibilidade da conexão, que dizer de sua importância. (RIBEIRO, 2006, p 21).

Resgatar estas conexões e interpretar o significado delas nas culturas envolvidas requer um esforço no qual o especialista deve sair de sua zona de conforto para explorar mais amplamente seu objeto de estudo, assim como o generalista deve se debruçar mais detidamente em detalhes que poderia deixar passar despercebidos. Tal esforço põe em xeque a tendência de favorecer certos processos históricos ó em geral ditos de importância nacional ou local ó em detrimento de outros, ao mesmo tempo em que permite ao pesquisador afastar-se de certezas históricas e posições axiomáticas *à priori*. Localizar e analisar conexões através da história significa ainda transpor os limites da própria disciplina, uma vez que compreender tais conexões requer interações com outras ciências humanas e naturais.

Enfim, pode-se argumentar que ãa proposta de Sanjay, ainda que possa soar peculiar e difícil de seguir (...), representa uma via importante para a desprovincianização de academias periféricas como a nossa (RIBEIRO, 2006, P.26). Em outras palavras, atentar para histórias conectadas entre regiões que não se inscrevem no duplo centro-periferia é desconstruir um conjunto de visões nas quais as mudanças na história emanam em larga medida da Europa para as periferias mundiais ó estas passam assim a ser protagonistas nas narrativas de seus próprios processos históricos.

Esta breve introdução ao conceito de histórias conectadas é necessária para apresentar uma óapropriação criativa do termo que será essencial na discussão aqui proposta. O conceito pode ser mobilizado para se pensar a questão do petróleo como via de progresso tanto no Brasil da primeira metade do século XX e quanto na Namíbia do início do XXI. Proponho, portanto, uma conexão espaço-temporal de um problema bastante semelhante enfrentado por ambos países em diferentes épocas: a existência ou não de petróleo em solo nacional.

O PETRÓLEO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Há menção ao petróleo em todas as constituições brasileiras a partir do período republicano, desde a Constituição de 1891, cujas ideias liberais refletem amplamente a influência da legislação norte-americana e representam uma grande ruptura com a tradição legal brasileira ao estabelecer que a propriedade do solo incluía a do subsolo e ao reduzir a extensão de terras públicas sob jurisdição da União. Segundo Quaglino e Mattos Dias, estas disposições legais tiveram um efeito danoso à exploração de minérios, ao inserir o tema em muitas infinitas querelas que envolviam tradicionalmente a propriedade de terras no Brasil: disputas entre herdeiros, incertezas quanto ao título de posse ou conflito de limites (QUAGLINO & MATTOS DIAS 1991, p.8). Ademais, criou-se uma tendência de negar o acesso aos pesquisadores de minérios em propriedades privadas, já que, amparados legalmente, os proprietários de terra não estavam dispostos a dividir as possíveis riquezas contidas nos subsolos que agora eram também de sua propriedade.

O tom liberal da legislação também se refletia na transferência da responsabilidade sobre a pesquisa e a atividade mineradora aos estados da União. Os estados de São Paulo e Minas Gerais criam comissões geográficas e geológicas com fins de reconhecimento e mapeamento das regiões e o petróleo, no entanto, não figurava como prioridade para tais órgãos, pois ainda era novidade no mercado internacional e as reservas da América do Sul não haviam sido exploradas. Desta forma, o início da exploração de petróleo no Brasil se dá em âmbito inteiramente privado: em 1892, Eugênio Ferreira de Camargo obtém concessões na região do Bofete, em São Paulo, e assume todos os riscos e custos da empreitada da busca pelo petróleo, deparando-se com os limites da iniciativa privada: altos custos, demora a produzir resultados e a geologia difícil da área escolhida acabaram por determinar o abandono das atividades. Sobre o episódio, Mário Victor registra que sem recursos para prosseguir nos trabalhos, Eugênio Camargo encerrou as

atividades no Bofete. Todavia, inscrevera seu nome como o primeiro brasileiro a encontrar vestígios reais de petróleo no Brasil (VICTOR, 1970, p. 33).

É a partir da experiência da I Guerra Mundial que as preocupações oficiais com a questão petrolífera começam a tomar forma no Brasil. Percebia-se naquele momento que o aumento do consumo interno começava a gerar uma dependência da importação ao mesmo tempo em que ficava patente o crescente atrelamento dos contingentes militares europeus ao fornecimento de combustível³; neste sentido era possível perceber uma série de manobras diplomáticas de potências europeias postas em prática para garantir o acesso às fontes externas de óleo:

Políticos, imprensa e intelectuais começavam a unir os três elementos que comporiam o quadro intelectual do problema daí em diante: a relação entre a indústria do petróleo e o desenvolvimento econômico, a vulnerabilidade militar e as realidades da política internacional do petróleo. (QUAGLINO & MATTOS DIAS, 1991, p.11).

O Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) assume oficialmente a condução das pesquisas em exploração de petróleo no ano de 1919. Entre este ano até 1930, foram realizadas 51 perfurações em diversos pontos do país: Paraná, São Paulo, Alagoas, Bahia (com ênfase na região do Recôncavo), Pará e Amazonas. Se, por um lado, tais esforços não resultaram em nenhuma descoberta, por outro, foi-se acumulando uma enorme gama de informações sobre a geologia do subsolo brasileiro, ao mesmo tempo em que se formavam as primeiras equipes de geólogos treinados para este fim. Além disso, manteve-se o interesse do Estado pela pesquisa referente ao petróleo, mesmo com diversos entraves burocráticos e condições institucionais muito longe do ideal.

Ao longo dos anos 1920, assiste-se, concomitante ao crescimento do interesse na busca pelo petróleo, a ascensão de uma retórica nacionalista que vai dominar o debate legislativo por toda a década. Uma Lei de Minas é proposta onde o Estado não mais necessita de autorização do proprietário da terra para explorar minérios⁴; mais tarde, em 1926, a reforma constitucional inclui uma alteração específica na Lei de Minas ao estabelecer que minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros⁵. A disputa entre

³ Para uma discussão mais detalhada, com indicadores sobre o comércio internacional de petróleo durante a Primeira Guerra, ver Yergin, *The Prize* (1991), em especial o capítulo 9.

⁴ Decreto legislativo no. 4.265 de 15 de janeiro de 1921 / decreto legislativo no. 15.211 de 28 de dezembro do mesmo ano. In: QUAGLINO & MATTOS DIAS, 1991, p.14

⁵ Texto da Emenda constitucional de 3 de setembro de 1926, artigo 72, parágrafo 17b.

nacionalistas e favoráveis à participação de estrangeiros foi intensa ao longo da década. Em 1927 é lançada publicação intitulada *O petróleo e o dever do Brasil*, do advogado Solidônio Leite, que faz um balanço da situação da produção de petróleo nos EUA, na Inglaterra e em países da América Latina com o intuito de chamar a atenção para a falta desta mesma produção no Brasil. Estes dados são "a lição dos outros países" que "nos indicará o caminho que devemos seguir" (LEITE, 1927, p.7).

Prossegue o texto analisando detalhadamente as legislações de diversos países, com especial atenção à lei mexicana, criticada por deixar livre a ação de companhias estrangeiras: "Gravíssimo erro cometeu o México retardando a nacionalização da indústria petrolífera, que vinha tendo, dia a dia, tão prodigioso desenvolvimento, em proveito somente de empresas estrangeiras" (LEITE, 1926, p.19). O autor acrescenta ainda que:

(...) a liberdade, favorecendo o monopólio estrangeiro, escraviza o Estado; exgota-lhe as fontes de riqueza, privando-o dos elementos vitais e indispensáveis não somente à sua prosperidade e grandeza, senão igualmente às necessidades da sua manutenção e defesa. Nenhum país, por mais forte e bem apercebido que seja, pôde estar seguro em caso de guerra, sem ter a suficiente reserva de petróleo. (LEITE, 1927, p.20).

A década de 1930 é então palco da crescente controvérsia sobre a existência ou não de petróleo no Brasil. É um momento bastante agitado, onde a posição oficial do Departamento Nacional de Produção Mineral (que ainda não havia tido sucesso em suas perfurações) começa a ser questionada por técnicos independentes, em sua maioria apoiados por empresários descontentes com os entraves do órgão à pesquisa de cunho privado⁶. Vê-se ainda uma explosão de publicações dedicadas ao tema ó tanto especializadas quanto em defesa de interesses privados na exploração. Discute-se também uma solução para implementação de uma indústria petrolífera no país, que esbarrava em temas como as dificuldades burocráticas impostas pelo órgão responsável pela exploração, o DNPM, além das dificuldades técnicas e a falta de maiores conhecimentos sobre o tema. As iniciativas oficiais careciam de recursos técnicos e financeiros e irritavam a iniciativa privada por demorarem a produzir os resultados esperados.

Assim, a segunda metade da década de 1930 é o período onde começa a se formar um movimento de opinião pública sobre a importância do tema ó não apenas no sentido de pleitear uma indústria nacional qualificada e redigir legislações específicas que atendessem diferentes interesses, mas principalmente por jogar luz na questão focal do petróleo: é a

⁶ A ação de empresários da iniciativa privada nacional é discutida em Victor, *A Batalha do petróleo brasileiro* (1970) e Smith, *Petróleo e política no Brasil moderno* (1976)

partir de então que, em âmbito nacional, o petróleo passa a ser considerado como caminho para o progresso⁷ e símbolo maior do desenvolvimento. Este discurso é incorporado por todos os participantes dos debates nesta ocasião, sejam eles defensores de uma posição nacionalista ou a favor da participação estrangeira. Com a decretação do Estado Novo se assiste à vitória da posição nacionalista na questão do petróleo e o estabelecimento de uma legislação que se configura como o primeiro passo rumo ao controle total do Estado.

É finalmente no ano de 1939 que jorra o primeiro petróleo em solo nacional. Uma localidade do Recôncavo baiano chamada Lobato torna-se a primeira reserva petrolífera brasileira. Oscar Cordeiro, que pesquisava a possibilidade de óleo na região desde 1931, vê sua descoberta nacionalizada sem indenização. Sobre o episódio, Cordeiro escreveria posteriormente:

O prêmio que tive pela imensa trabalhadeira de anos de luta para a abertura do primeiro poço de petróleo no Brasil foi o decreto do Sr. Getúlio Vargas nacionalizando as minas do Lobato, sem a menor indenização, nem sequer das despesas que fiz durante tanto tempo para que o Brasil tivesse petróleo. (In: QUAGLINO & MATTOS DIAS, 1991, p.107).

Tendo o petróleo brasileiro sido descoberto apenas no ano de 1939, quase duas décadas se passaram com o debate praticamente restrito ao campo legislativo. Antes mesmo de jorrar pela primeira vez em solo nacional, o petróleo já era tema de preocupação oficial: havia um Serviço Mineralógico (SGMB), um Departamento Nacional (DNPM), uma Lei de Minas e um Conselho Nacional (CNP), todos dedicados ao petróleo. A legislação e a regulamentação estavam prontas antes da busca ser bem-sucedida. Nota-se que houve tempo suficiente para se consolidar a noção do petróleo como riqueza que faria do Brasil uma potência mundial. Assim, uma vez descoberto, o petróleo foi imediatamente estatizado, como requeria a ideologia vigente nos círculos oficiais do Brasil da era Vargas.

O PETRÓLEO NA NAMÍBIA HOJE Ó CONEXÕES COM O CASO BRASILEIRO

Diversos elementos da narrativa da procura por petróleo em solo brasileiro aparecem também quando analisamos a situação deste país africano. Dando um salto temporal, chegamos à Namíbia do início do século XXI. A nação africana é reconhecida internacionalmente por sua produção mineral, sendo o sexto maior produtor de diamantes do mundo, contando também com a produção de outros minérios, como urânio, ouro,

⁷ Tendo em vista a condição polissêmica do termo progresso, cabe um esclarecimento: nesta perspectiva, progresso era entendido como desenvolvimento econômico e fonte de poder político.

chumbo, zinco, prata e tungstênio⁸ ó o petróleo, porém, ainda não jorrou em quantidades comercialmente viáveis. Em torno desta possível descoberta, já se passaram algumas décadas de expectativa.

A primeira conexão na história de ambos os países em sua busca por petróleo pode ser encontrada na questão legislativa: de forma similar ao Brasil, a Namíbia também já possui antes do petróleo descoberto, diversas leis e regulamentações para o setor. A partir da independência em 1990, quando o país deixou de ser governado pela vizinha África do Sul, foi estabelecido um quadro legal e fiscal para o setor petrolífero. A lei de 20 de agosto daquele mesmo ano tem por objetivo regulamentar a economia dos produtos derivados de petróleo, sua distribuição, manutenção de preços e prestação de serviços, além de estabelecer um Fundo Nacional de Energia e um Conselho Nacional de Energia, determinando as funções de cada um⁹. Outras leis e emendas à lei original foram sendo produzidas ao longo da década de 1990.

A exploração de petróleo na Namíbia é capitaneada pela companhia estatal NAMCOR (*National Petroleum Corporation of Namibia*), sendo feita em um sistema de licenciamento que está atualmente passando por mudanças ó inspirado em parte no sistema brasileiro, o modelo de leilões de blocos *offshore*¹⁰ deve entrar em vigor em breve, substituindo as licenças concedidas às companhias estrangeiras de exploração e produção¹¹. Aqui, pode-se perceber um outro ponto de tensão análogo ao caso brasileiro: a questão da exploração de recursos naturais estratégicos por parte de companhias estrangeiras. Apesar de não apontar claramente para uma nacionalização, o Ministério das Minas e Energia do país, através de seu Comissário para o petróleo, Immanuel Mulunga, reitera a necessidade de que os frutos de uma possível descoberta sejam benéficos para a população e não apenas para as grandes corporações internacionais. Tal preocupação desnuda também um outro elemento de conexão com o caso brasileiro: o progresso que irá advir da descoberta de óleo.

O viés do progresso é amplamente explorado pela mídia africana quando aborda a questão do petróleo na Namíbia nos dias atuais, e trata-se de uma visão que tem alguns paralelos com aquela que se tinha no Brasil do início do século XX. Deste lado do

⁸Indicadores do jornal *The Namibian* em setembro de 2014. (www.namibian.com.na/indexx.php?id=15560&page_type=story_detail&category_id=2)

⁹Lei de energia e produtos petrolíferos. Legislação disponível em: www.mme.gov.na/pdf/petroleum-products-and-energy-act-1990.pdf

¹⁰Parte da indústria do petróleo que compreende a prospecção, a perfuração e a exploração dos jazigos situados ao largo da costa. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

¹¹Notícia do site World Oil (www.worldoil.com/Namibia-considers-oil-block-auctions-to-improve-terms.html)

Atlântico, a expectativa da descoberta girava em torno da possibilidade de o Brasil por fim garantir sua entrada no rol de nações influentes. A publicação mencionada anteriormente *O petróleo e o dever do Brasil* é um bom exemplo desta visão; reúne dezenas de depoimentos de profissionais das mais diversas áreas para formar um conjunto de ideias que pretende legitimar a busca pelo petróleo como solução para o pleno desenvolvimento nacional. Aqui o petróleo representa o grande patrimônio do futuro da nação e faz-se mister proteger a futura descoberta.

Redator do parecer *O problema do petróleo no Brasil* em 1927, o parlamentar Simões Lopes considera que não há questão mais fundamental afetando *os magnos interesses da vida brasileira* e afirma que o momento exige do Brasil um impulso decisivo, enérgico e contínuo tanto para encontrar petróleo, como para impedir que estrangeiros, em especial os grandes trustes petrolíferos da época ó *Standard Oil e Royal Dutch Shell* lograssem controlar tal riqueza. O óleo brasileiro ainda não havia sido descoberto e Simões Lopes já o considera õvaliosa riqueza indispensável ao desempenho do nosso papel histórico na obra da civilização contemporâneaö (LOPES, 1927, p.2). Monteiro Lobato era forte opositor do modelo estatizado da busca pelo petróleo, sendo ele próprio empresário do ramo¹² e entusiasta da exploração pela iniciativa privada ó no entanto, ao falar da importância de encontrar petróleo no Brasil, tinha uma postura muito semelhante a de seus opositores políticos:

Esse produto é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o Sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo. Daí a fúria moderna na luta pelo petróleo. (LOBATO, 1936, p.7).

É interessante perceber a associação feita entre o domínio sobre o petróleo e a possibilidade de exercer *papel histórico* no mundo contemporâneo. Quase um século depois, tal discurso permanece atual e pode ser facilmente verificado no dia a dia do cidadão global: comerciais de grandes multinacionais do setor, peças de propaganda governamentais e discursos de opinião pública são apenas alguns exemplos que seguem disseminando um ideal de progresso a ser atingido pela via da exploração do petróleo.

Neste sentido, a Namíbia vive um momento em que as altas expectativas que vem sendo alimentadas nos últimos anos se transformam em promessa de progresso e reverberam amplamente em diversos setores da sociedade. Em setembro de 2014, o país

¹² Monteiro Lobato fundou 3 companhias de exploração de petróleo, buscou diversas concessões junto ao governo, entrou em confronto direto com o DNPM, publicou obra sobre a questão (*O escândalo do Petróleo*, de 1936) e acabou preso após ter escrito carta endereçada à Getúlio Vargas sobre o assunto.

sediou um grande encontro internacional da indústria petrolífera¹³ visando atrair mais investimentos, tendo como tema “desbravar e otimizar o potencial de recursos do país”, segundo o site do evento. O termo “potencial” surge de forma recorrente em documentos oficiais, publicações do setor, reportagens, artigos e entrevistas relacionados ao assunto e parece sublinhar a grande expectativa em torno da descoberta do minério. Os *big players* da indústria já estão todos no país, com licenças para explorar, ajudando a nutrir as esperanças de uma prosperidade advinda da exploração de petróleo. Para atrair investidores, a companhia estatal anuncia que conta com uma vasta base de dados sísmicos e geológicos da região. No entanto, desde o início da busca o primeiro poço *offshore* data de 1974 e até o presente momento, foram perfurados 18 poços e as quantidades de petróleo encontradas ainda não são consideradas comercialmente viáveis. A maior descoberta é o campo de Kudu, que não produz petróleo, mas possui grandes quantidades de gás¹⁴.

PETRÓLEO E PROGRESSO: PERSPECTIVAS CULTURAIS E AMBIENTAIS

Brasil e Namíbia tem suas respectivas histórias conectadas por anos de expectativa em torno de seu “potencial” petrolífero e toda a agitação social que cerca tais esperanças. O discurso do progresso, muito visível durante os anos que antecederam a descoberta brasileira, se repete em grande medida na nação africana. Criado em 2007, o RDP¹⁵ (*Rally for Democracy and Progress*) é um partido de oposição que exhibe *progresso* em sua sigla. Tal escolha é sintomática do momento vivido ao mesmo tempo em que expõe a polissemia do termo na conjuntura atual. Enquanto no caso brasileiro, o progresso claramente dizia respeito à um avanço tecnológico e econômico nos moldes das nações à época consideradas desenvolvidas, o progresso de que fala o RDP é baseado mais em equidade social do que em desenvolvimento econômico; esta é também a base da visão de progresso proposta por Tjama Tjivikua, reitor da Polytechnic of Namibia. Em um artigo intitulado “*The concept of progress in different cultures ó Culture and progress in Namibia: contradiction or concurrence?*”, Tjivikua pondera sobre as diferentes visões de progresso em sociedades tradicionais ó como os Himba e os Herero originários da região ó e o que o termo significa para povo ocidentais, como os alemães que colonizaram o país durante o século XIX. Para estes, a organização tribal deveria deixar de existir, tornando-se

¹³ Namibia Oil and Gas Conference ó site oficial: <http://namibiaoilgasconference.com>

¹⁴ Informação disponível no site a companhia: <http://www.namcor.com.na/history>

¹⁵ Site oficial: <http://www.rdp.org.na/>

apenas memórias da vida tribal de quando os africanos dominavam a terra¹⁶, para que o progresso pudesse se efetivar e eram eles os portadores da civilização que terminaria com a barbárie tribal e traria o progresso e o desenvolvimento para os povos da região¹⁷.

A visão de progresso do homem branco ocidental não se estende a outros povos e a simples mudança e introdução de novas técnicas não representa necessariamente melhoria para todos e isso fica muito claro em toda a história da colonização africana. Tjivikua argumenta ainda que por mais polissêmico que seja o termo progresso, ele possui o denominador comum de mudança para melhor e a questão reside no problema de definir se tal mudança é sempre melhor para todas as partes envolvidas. Portanto, um questionamento do modelo ocidental de progresso deve ser feito:

O progresso na urbanização e na globalização tem sido justo com a cultura? As mudanças positivas nas ciências são acompanhadas de mudanças comensuráveis na cultura? O avanço nas ciências e tecnologia tem sido ambientalmente benéfico? (TJIVIKUA, 2004, p.8).

Assim, uma dissociação da noção de progresso ao ideal de desenvolvimento econômico e material faz-se necessária para que diferentes culturas possam experimentar mudanças positivas de formas que muitas vezes fogem ao modelo tradicional europeu de civilização. A Namíbia, diz o professor Tjivikua, já viu muitas faces do progresso. A questão central para ele é justamente equacionar desenvolvimento técnico com respeito e preservação das culturas tradicionais que dão forma à sociedade namibiana:

Progresso não significa negar nossa cultura, mas entendermos de onde viemos (...) apenas através de uma forte identidade de nós mesmos é que iremos adquirir a autoconfiança necessária para nos abriremos a outros pontos de vista, crenças e valores e não nos sentirmos ameaçados de perder nossa identidade ao coexistir com pessoas de outras culturas. (TJIVIKUA, 2004, p.8).

A reflexão de Tjivikua traz novos elementos ao problematizar o conceito de progresso como mero desenvolvimento econômico e material e contribui para o debate em torno do potencial petrolífero do país. Aqui estão colocados dois temas que não estavam presentes durante as buscas por óleo no Brasil: as dimensões cultural e ambiental.

A questão cultural ganha relevo uma vez que a região possui populações de organização tribal que não associam a existência de petróleo em seus territórios à uma melhoria em sua vida cotidiana e novas populações estão sendo atraídas ao local por seu

¹⁶ Citação do discurso do governador colonial Tecklenburg de 1904 no artigo de Tjivikua.

¹⁷ Essa é uma definição colonizadora do conceito de progresso. Ela vincula formas sociais nativas como o tribalismo à ideia de tradição, em oposição ao próprio conceito de progresso.

potencial petrolífero e é para estes encontros que Tjivikua chama atenção. Ao apontar para a prevalência do cultural sobre o econômico o pesquisador namibiano remete à ideia de *negociação* proposta por Homi Bhabha. O progresso não pode ser considerado apenas o avanço econômico e a implementação de novas técnicas, ele passa também pela necessidade de equacionar a cultura e a identidade dos povos envolvidos em trocas culturais e as mudanças e novas realidades que advém de tais trocas. Desta forma, não é apenas uma mudança para melhor que está em jogo, mas a própria identidade, ou uma nova identidade forjada no momento de articulação de diferenças culturais onde se dão estes encontros. Tais encontros podem ser tanto:

(...) consensuais quanto conflituosos, podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso. (BHABHA, 1998, p.21).

Assim, o progresso deixa de ser necessariamente uma melhoria ou avanço, para tornar-se um processo de negociação, em que o cultural é também um espaço político, e a identidade, em especial na contemporaneidade, é fluída e negociável, estando em constante reelaboração. Esta perspectiva põe em xeque a noção de progresso ligada à civilização europeia, ao mesmo tempo em que demanda uma maior elasticidade do conceito para acomodar outros pontos de vista não-europeus.

Sobre a questão do desenvolvimento à partir da descoberta de recursos naturais valiosos, Ndapwilapo Shimutwikeni, diretora da *Rich Africa Consultancy*, chama a atenção para o que denomina de *maldição dos recursos*

O fenômeno 'maldição dos recursos' refere-se ao paradoxo onde os países com uma abundância de recursos não renováveis tendem a ter pior desempenho em termos de desenvolvimento econômico e de governança do que os países com menos recursos naturais. Isso ocorre quando um país começa a confiar em um único setor, como mineração ou petróleo e gás, e negligencia outros setores importantes. Como consequência, o país torna-se excessivamente dependente do preço das commodities e do Produto Interno Bruto global se torna volátil. Também conhecido como o "paradoxo da abundância", este fenômeno é testemunhado em ambos os mercados desenvolvidos e emergentes, depois de uma grande descoberta de recursos naturais. (SHIMUTWIKENI, 2014, p.1).

Outra contribuição para este debate foi formulada pelo pesquisador José Augusto Drummond: ele se refere também à esta discrepância entre a abundância de recursos naturais e a qualidade de vida e prosperidade dos povos que dependem da extração destes. Drummond contesta a ideia ó cara à muitos pesquisadores e ambientalistas ó de que o

simples acesso ao recurso levaria necessariamente à prosperidade das populações em contato direto com estes:

Essa percepção fundamenta-se na **premissa** que riqueza natural e riqueza social andam juntas (ou, numa postura normativa, que ambas ~~devem~~ andar juntas). Nem sempre, no entanto, essa premissa é testada como uma **hipótese**. Assim, ela sobrevive na literatura mais como um **pressuposto** não comprovado, ou como uma postura normativa que não precisa ser comprovada, e não como um achado de pesquisa. No entanto, há no mundo contemporâneo um número apreciável de motivos para supor precisamente o **oposto**: quanto **mais** uma população depende diretamente de recursos naturais, **menos** próspera ela será. (DRUMMOND, 2002, p.2).

Estas considerações podem ser vistas como uma problematização do conceito de progresso (e, por extensão, da riqueza que este traria) e diferem largamente das falas acerca do mesmo durante os anos de expectativa de produção petrolífera no Brasil. Enquanto no Brasil da primeira metade do século XX o progresso tinha um componente aspiracional, sendo a alavanca que colocaria o país em pé de igualdade com as nações desenvolvidas, na Namíbia do século XXI há ó pelo menos em alguns setores ó uma crítica a este modelo e uma busca no sentido de preservar identidades culturais de grupos que certamente serão afetados quando (e se) o petróleo for de fato descoberto no país ao mesmo tempo em que se tece reflexões críticas acerca dos atuais modelos de exploração de recursos naturais.

O segundo ponto é a questão ambiental. Ao perguntar se o desenvolvimento técnico é benéfico também em termos ambientais, o professor Tjivikua traz à tona uma demanda que tomou forma e ganhou fôlego na segunda metade do século XX e está plenamente colocada no tempo presente. Se, por um lado, o Brasil dos anos 1920 via o petróleo majoritariamente como panaceia econômica e fonte de prestígio político, a Namíbia dos anos 2010 não pode ignorar as consequências de mais de um século de exploração de minérios e utilização de combustíveis fósseis e plásticos ao redor do globo.

Portanto, para empreendermos uma análise verdadeiramente conectada das histórias de Brasil e Namíbia durante a expectativa de encontrar petróleo é imprescindível tratá-las também sob o enfoque da história ambiental. Donald Worster, considerado um dos fundadores da disciplina, pondera que principal objetivo da disciplina é ãaprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultadosö (WORSTER, 1991, p.200).

Entender que a história ambiental trata deste lugar da natureza na vida humana é ao mesmo tempo compreender que humanos tem, por sua vez, sido parte inseparável da

ordem ecológica do planeta. A natureza oferece à humanidade um conjunto flexível porém limitado de possibilidades de vida. É a partir destas possibilidades que são organizados os modos de produção humanos e seu componente mais fundamental: seu regime de energia. Visto sob este prisma, o desenvolvimento da indústria petrolífera é objeto de estudo pertinente e relevante para o campo.

Em seu livro *Something new under the sun: an environmental history of the 20th century*, John McNeill dedica a segunda parte da obra ao que chama de *motores da mudança* ó entre os quais figura a inédita dependência de combustíveis fósseis. O autor considera que as grandes mudanças sociais, econômicas e políticas do último século estão inextricavelmente ligadas à mudanças ambientais de alto impacto. As ligações entre estas dimensões são ôdensas, recíprocas, sobrepostas e sempre em fluxoô (McNEILL, 2000, p.268). Apesar destas *conexões labirínticas*, McNeill identifica três tendências que contribuíram em larga escala para estas mudanças massivas, sendo duas delas típicas do período: a conversão à um sistema de energia baseado em combustíveis fósseis e o intenso crescimento populacional; o terceiro fator elencando é o comprometimento com o crescimento econômico e o poderio militar ó fator que já vinha sendo consolidado desde séculos anteriores.

Para tratar da história do desenvolvimento da indústria petrolífera ó seja na Namíbia ou no Brasil ó é necessário entender a imensa importância que o setor teve no século XX ao redor do globo, tanto em termos de desenvolvimento de novas tecnologias (como o automóvel e os plásticos), quanto em relação ao impacto ambiental causado ao longo de todo ciclo de produção e utilização: da prospecção de poços à queima de combustível e ao descarte de plásticos nos mais diversos ecossistemas. McNeill considera que, de um ponto de vista ambiental, poucas coisas tiveram mais importância que o triunfo do petróleoô (McNEILL, 2000, p. 298). Ao abordar esta prevalência do petróleo no século XX, Daniel Yergin escreve em seu *The Prize* ó manual basilar sobre a história da exploração do petróleo nos EUA ó sobre o fenômeno que chama de *hydrocarbonman*:

Se pode ser dito, abstratamente, que o sol dá energia ao planeta, era o petróleo que agora dava força à sua população humana, tanto na forma familiar como combustível, quanto na proliferação de novos produtos petroquímicos. O petróleo emergiu triunfante, um rei indisputável, um monarca vestido em um deslumbrante conjunto de plásticos. Ele era generoso com seus súditos fiéis, dividindo sua riqueza ao ponto, e até além, do desperdício. Sua grandeza transformou seu reino, fazendo entrar uma nova civilização drive-in. Era a idade do homem do hidrocarboneto. (YERGIN, 2009, p.523).

Fica nítida, nas palavras de Yergin, a comparência do petróleo como sustentáculo de toda uma civilização.

Considerando que ao longo dos séculos grupos humanos elaboraram seus regimes de energia de forma distinta, fica patente que a impressionante predominância do petróleo na maioria das sociedades contemporâneas não se dá apenas por seu potencial energético, mas sobretudo pela vasta gama de plásticos criados à partir do surgimento da indústria petroquímica. Se, por um lado, a queima de petróleo como combustível é menos poluente do que o carvão que veio a substituir, por outro, a poluição engendrada pelo descarte de lixo não biodegradável não tem precedentes na história humana.

Desta forma, a exploração de petróleo em novas áreas ainda não produtoras do minério ó como é caso da Namíbia ó está atualmente cercada de maiores restrições do que no início do século passado. Até então, questões ambientais como a poluição do ar e da água, o desmatamento de florestas nativas, o desaparecimento da biodiversidade, o desenraizamento e, por vezes, a escravização de populações que habitam regiões ricas em recursos naturais não figuravam entre os problemas a serem resolvidos nem representavam obstáculo à perfuração em áreas sensíveis. Atualmente, não se pode pensar em expandir as fronteiras da produção petrolífera sem considerar todas as mudanças ambientais que tal exploração pode produzir. Neste sentido, Namíbia e Brasil ó já como países produtores ó certamente terão trajetórias distintas. Cabe à nação africana e às partes interessadas em explorar seu potencial petrolífero considerar restrições ambientais, bem como a própria finitude do recurso e a possibilidade de utilização de fontes de energia limpas e renováveis.

A última conexão aqui explorada também está inscrita na seara ambiental: a vinculação geológica dos dois países. Tal ligação nos permite mergulhar nas profundezas da terra e também deixar para trás ó mesmo que temporariamente ó o âmbito do social e do cultural na tentativa de enxergar a historicidade do mundo natural, reconhecendo que esta segue um tempo que em termos humanos só pode ser descrito como de longuíssima duração, em especial quando se trata de formações geológicas de materiais fósseis e sedimentares de milhões de anos.

A geologia ó e, mais especificamente, a conexão geológica com o Brasil ó é comumente elencada como principal fator da esperança na existência do petróleo namibiano. Nas palavras de Jordan Alexander¹⁸ jornalista do periódico *The Namibian*:

¹⁸A notícia completa está disponível em:

http://www.namibian.com.na/indexx.php?id=15560&page_type=story_detail&category_id=2

O interesse no petróleo no mar da Namíbia decorre do fato de que a Namíbia e Brasil já foram conectados como um continente e que as formações geográficas em bacias offshore da Namíbia são semelhantes às do Brasil, bem como o fato de que a Namíbia faz fronteira com um grande produtor de petróleo, Angola. Ambos países têm conhecido reservas de petróleo de uma magnitude considerável. (ALEXANDER, 2014 IN: THE NAMIBIAN).

A afirmação se repete de forma semelhante em diversos veículos de comunicação, tanto do país quanto internacionais. No blog *Beyond BRICS*, do *Financial Times*, um artigo¹⁹ de abril de 2014 fala de um quebra-cabeça de formações rochosas que aumenta a possibilidade da costa da Namíbia ser um espelho geológico das bacias de Campos e Santos ó as duas maiores áreas de produção petrolífera no Brasil. A própria Petrobras, também acreditando na conexão geológica entre os dois países, já possui direitos de exploração de um bloco no mar da Namíbia²⁰.

A alusão à Pangeia demonstra a abrangência das conexões que podem ser traçadas nas histórias de Brasil e Namíbia em suas respectivas buscas por petróleo. Pode-se falar de conexões espaço-temporais, uma vez que, experimentando processos semelhantes, as duas nações estão distantes quase um século no tempo humano, mas permanecem ligadas no tempo geológico. Este breve ensaio não pretende de forma alguma esgotar as possibilidades do assunto ó as múltiplas conexões aqui elencadas possuem, cada uma, potencialidades de exploração intelectual quiçá comparáveis ao potencial petrolífero da costa namibiana e do pré-sal brasileiro.

¹⁹ Artigo completo disponível em: <http://blogs.ft.com/beyond-brics/2014/04/04/namibia-africas-next-big-oil-frontier/>

²⁰ Informação retirada do artigo: <http://expresso.sapo.pt/-vastas-reservas-de-petroleo-descobertas-na-costa-da-namibia=f660153>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil. IN: *Potência Brasil: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável*. Omar L. de Barros Filho e Sylvia Bojunga (orgs.) Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2008

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

DRUMMOND, J.A. *Natureza rica, povos pobres? ó questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea*. In: *Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002*

LEITE, Solidônio Ático. *O petróleo e o dever do Brasil*. Rio de Janeiro: Of. Tip. Do Serviço de Informação do Min. Da Agricultura, 1927.

LOBATO, Monteiro. *O escândalo do Petróleo*. São Paulo: editora Brasiliense, 1951

LOPES, Ildefonso Simões. *O problema do petróleo*. Parecer do deputado à Comissão de Agricultura. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1927.

McNEILL, J.R. *Something new under the sun: an environmental history of the 20th century*. Nova Iorque: Norton & Company, 2000.

QUAGLINO, Maria Ana e DIAS, José Luciano de Mattos. *A questão do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC / SERINST, 1993.

RIBEIRO, Fernando Rosa. *Histórias Conectadas: Uma Proposta Teórica e Metodológica a Partir da Índia*. Trabalho apresentado no Seminário Histórias Conectadas: Identidades, (Pós-) Colonialidades e a Construção da Nação: África, Ásia e Caribe ó séculos XIX e XXö, Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná e a Fundação Araucária em Curitiba, 13 e 14 de novembro de 2006

SHIMUTWIKENI, Ndapwilapo. *Understanding the resource curse*. In: *The Namibian*. Windhoek, 2014

SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1976.

SUBRAHMANYAM, Sanjay *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of EarlyModern Eurasia*. In: *Modern Asian Studies*, 31, 3, 1997, pp. 735-762.

TJIVIKUA, Tjama. *The concept of progress in different cultures ó Culture and progress in Namibia: contradiction or concurrence?* Windhoek, 2002

VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. IN: *Revista Estudos Históricos*, América do Norte, 4, dec. 1991.

YERGIN, Daniel. *The Prize: the epic quest for oil, Money and power*. Nova Iorque: Free Press, 2009.

*Sensibilidade (in)civilizada:
poder público, animais de tração
e touradas em Belém
(1897-1911)¹*

David Durval Jesus Vieira²

RESUMO

Ao longo da Intendência de Antonio Lemos (1897-1911), período de apogeu da economia gomífera e consolidação do regime republicano, determinados usos de animais em Belém foram proibidos por meio do Código de Polícia Municipal. O presente artigo investiga por que o poder público queria disciplinar os condutores de veículos da capital paraense no uso de animais de tração e permitia os maus-tratos de touros nas touradas. Para tanto, eu investiguei fontes como os Códigos de Posturas, Relatórios do Intendente, jornais e literatura. Analisei esta documentação utilizando o conceito de civilização.

Palavras-chave: Animais; Civilização; Belém.

ABSTRACT

Throughout Antonio Lemos Stewardship (1897-1911), during the peak of rubber economy and the consolidation of the republican regime, certain uses of animals in Belém were banned through the Código de Polícia Municipal. This article investigates why the government wanted to discipline the drivers of vehicles of the state capital in the use of animals of traction and allowed the maltreatment of bulls in bullfights. To this end, I investigated sources as Códigos de Posturas, Relatórios do Intendente, newspapers and literature. I analyzed this documentation using the concept of civilization.

Keywords: Animals; Civilization; Belém.

¹ Artigo recebido em 05 de setembro de 2014 e aprovado em 24 de outubro de 2014.

² Mestrando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: david.durval@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O portal R7 publicou uma notícia, em 2011, dizendo que cerca de 200 mil animais estão abandonados em Belém e precisam de ajuda. A notícia ressalta que õsem nenhuma ajuda do Estado, voluntários cuidam de cães, gatos, cavalos e outros animais sem dono resgatados das ruas de Belém, capital do Paráö. Ainda que õdepois de uma vida de trabalho duro, alimentação pobre e maus-tratos, cavalos são deixados à própria sorte por seus antigos donos e correm o risco de morrer sem o socorro adequadoö³.

Dentre os bichos abandonados estão os animais de tração. Segundo a jornalista Thaís Rezende, õa maioria dos carroceiros não está preocupada com a saúde destes animais e chegam a abandonar os bichos quando eles estão doentes ou velhos demais para trabalharö. Mesmo sendo õa forma de sustento de uma família, a maioria força os animais a trabalhar exaustivamente, puxando grandes pesos em uma carroça nem um pouco adequada para o serviço de traçãoö. O descaso com os animais de tração tem suas consequências: õvários destes animais não recebem sequer um banho ou alimentação, sendo soltos nas vias públicas para que se alimentem de capins de beira de rua. Isto contribui muito para a ocorrência de acidentes de trânsito e morte destes animais por atropelamentoö. Para evitar isso, a Companhia de Transportes de Belém faria o cadastramento das cerca de 1700 carroças que circulam na capital paraense. Após o cadastramento, os animais passariam por uma avaliação para autorizar ou não a permanência da atividade do carroceiro⁴.

As referidas notícias revelam preocupação com os maus-tratos aos animais, e com as consequências do abandono de bichos no ambiente da cidade, ocasionando a interferência do poder público. Na primeira metade do século XIX, o governo da Província do Pará tentou evitar o abandono de animais em Belém, por meio de õCódigos de Posturasö, que era õum conjunto de Artigos obrigando os moradores a determinados deveresö. Dentre as proibições mais antigas, poder-se-ia encontrar uma relacionada ao uso de animais no Código de 1831: õOs porcos encontrados vagando pelas ruas, praças e lugares públicos da cidade, seriam depositados no antigo Açougue,

3 Em: <<http://entretenimento.r7.com/bichos/noticias/belem-tem-200-mil-animais-abandonados-nas-ruas-20110125.html>>. Acesso em: jan. 2011.

4 REZENDE, Thaís. Carroças vão passar por fiscalização mais rigorosa em Belém. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/05/carrocas-vaopassarporfiscalizacao-maisrigorosa-em-belem.html>>. Acesso em: 28 maio 2012.

onde no fim de três dias, podiam ser vendidos em hasta pública, caso não fossem procurados pelos respectivos donos (CRUZ, 1973, p. 279).

No presente artigo, eu analiso a intervenção dos governos municipais de Belém na utilização de animais de tração no período de 1897 a 1911, movido pela seguinte problemática: por que o poder público dessa época estava preocupado com os maus-tratos aos animais de tração e para com os touros utilizados nas touradas não estava? Entre 1897-1911, a capital paraense estava sob a Intendência de Antonio Lemos, quando, segundo Sarges, já se consolidara o regime republicano, a Amazônia se inseria em pleno apogeu da economia gomífera, e Lemos representava o administrador municipal que intensificou a renovação estética da cidade (SARGES, 2000, p. 93). Para tanto, o Intendente criou a Guarda Municipal em 1897, e o Código de Polícia Municipal em 1900, substituindo o Código de Posturas (SARGES, 2002, p. 131).

Para investigar esse período, eu utilizei documentos como: *Códigos de Posturas, Relatório do Intendente, O Pará em 1900, Álbum do Pará de 1901-1909, jornais e literatura*. Em muitos desses documentos, diferentes autores utilizaram as palavras *civilizado* e *civilização* para melhor fundamentar suas argumentações. Elas eram normalmente empregadas no sentido que Norbert Elias definiu como a um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente para frente, minimizando as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou a opinião dos que o possuem e deveria sê-lo; e incluindo a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores (ELIAS, 2011, p. 23-25).

CAHEM DE FADIGA OS MAGROS MUARES

No século XVIII, os principais meios de transporte em Belém eram a sege, a serpentina e o cavalo (CRUZ, 1973, p. 466-467). Segundo Fornari e Caminha, a sege era um coche antigo de duas rodas e com um único assento, fechado, com cortinas e tirado por um cavalo. Sege vem do francês *siège*, que significa *assento* (FORNARI; CAMINHA, 2011, p. 428). Para Ernesto Cruz, as serpentinhas eram vistosas e confortáveis redes, em que as donas de escravos costumavam se acomodar para ir à missa e ao comércio, carregadas por negros cativos. Os cavalos eram os

preferidos dos homens, ocorrendo pela cidade em disparada, provocando o protesto dos Oficiais da Câmara (CRUZ, 1973, p. 467).

Do título *Os Cocheiros, Boleiros*⁵, conductores de carros, carroças, bonds, etc. (BELÉM. Conselho Municipal, 1901, p. 43) do Capítulo XV do Código de Polícia Municipal de 1900, infere-se que, na segunda metade do século XIX, havia outros veículos circulando em Belém, como os coches, as carroças e os bondes. Os coches foram fabricados pela primeira vez por artesãos húngaros na aldeia de Kocs, donde o seu nome original, *kocsi*, e logo popularizados na Alemanha com o nome de *kitscheö* (FORNARI; CAMINHA, 2011, p. 153, grifo do autor). Os coches eram veículos luxuosos de quatro rodas, duas das quais, as da frente, muito baixas, compondo a linha de carruagem nunca menos de dois cavalos atrelados (EDMUNDO, 2009, p. 118-119). Sobre as carroças, o nome vinha da França, *carrosse*, que era a designação de uma carruagem de luxo. No Brasil, as carroças eram carros grosseiros, tracionados normalmente por cavalo, burro ou boi (FORNARI; CAMINHA, 2011, p. 111, 153, grifo do autor). Os bondes⁶ eram veículos de transporte urbano coletivo sobre trilhos, surgido em Nova York em 1842, onde se chamava *tramway*, puxados por cavalos ou muares (FORNARI; CAMINHA, 2011, p. 79, grifo do autor).

Em Belém, havia animais velhos e famintos empregados nos serviços de tração. No início do romance *Hortência*⁷, de 1888, Marques de Carvalho conta que um **velho e magro boi preto**, de largas ventas acizentadas e flancos cheios de purulenta crosta verde, arrasta a passos cadenciados de escravo infeliz uma carroça, na qual uma pipa d'água ostenta o dorso vermelho com arcos pintados a tinta azul. Em outra passagem, o autor escreveu que Hortência chegara à porta do estabelecimento, ao tempo que lá também parava um velho e desconjuntado carro mortuário, puxado por **dois antiquíssimos cavalos lazarentos** e comandados por cocheiro preto de fisionomia de beberrão. Além disso, os animais estavam sujeitos às pancadas de seus condutores: o aguadeiro vai adiante, muito corado e distilando suor dos membros, **dando com a ponta da corda pequenas pancadas pelo dorso do animal** e pronunciando em voz alta

5 Boleiro, como também era chamado o cocheiro (FORNARI; CAMINHA, 2011, p. 153).

6 A origem do nome *bondé* vinha do concessionário desse melhoramento público em Belém a 23 de outubro de 1868, quando foi concedido ao cidadão James B. Bond, pela Carta de Lei n. 585, o privilégio exclusivo, por 30 anos, para explorar o serviço de transporte coletivo na capital paraense. Em 13 de outubro de 1870, a concessão do serviço de transporte coletivo foi transferida de James B. Bond para a firma Bueno & Cia, e desta para a Sociedade Anônima *Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense* (CRUZ, 1973, p. 467-468).

7 *Hortência* foi o primeiro romance belenense, escrito por Marques de Carvalho e publicado em 1888, que tem como tema central um caso de incesto entre Lourenço e Hortência (MOREIRA, 1989, p. 11-18).

monossílabos intimativos de marchaõ. Essas pancadas poderiam ser chicotadas, acompanhadas pelo agravante da sobrecarga de carros cheios de bagagens:

Uma **carroça repleta de bagagens** velhas passava, com o seu monótono barulho oco de rodas mal fixadas aos eixos. O cavalito alongava a tábua do pescoço, enterrava obliquamente as patas na areia do solo, bufava pelas grandes narinas cinzentas, estendia o magro dorso reluzente de suor sob as **chicotadas** do carroceiro. (CARVALHO, 1989, p. 27, 49, 52, 53, grifo nosso).

Da mesma forma, no serviço de bondes eram empregados animais velhos, famintos e sujeitos às chicotadas. Percebe-se isto em õHortênciaõ, quando o personagem Claudio estava com pressa para chegar à vivenda:

Jamais sentiu-se com tantos desejos de chegar depressa à vivenda como naquela tarde, em que parecia-lhe que os burros do *bond* nenhum caso faziam às **repetidas chicotadas** vibradas pelo condutor. Por sua vontade, aqueles **lazarentos animais cansados e magros** seriam substituídos por grandes cavalos sadios, que o transportassem dentro de poucos instantes ao destino desejado. (CARVALHO, 1989, p. 30).

Para evitar o tratamento õcruelõ para com os animais de transporte, o governo municipal de Belém, por meio do Código de Posturas de 1890, proibia os boleeiros e os carroceiros de empregarem õem seus serviços animaes extenuados, chagados, doentes ou famintos; conduzir nos vehiculos puchados por um só animal pezo superior a 600 kilogrammas e mais de 1000 nos puchados por dous animaesõ. Além disso, os condutores de bondes, õde qualquer companhia urbana de trilhos, que conduzirem passageiros em número superior a lotação do carroõ incorreria na õmulta de 30\$000õ. Observava-se que a lotação de cada bonde seria designada em tabela, õsendo a companhia obrigada a marcar em cada um o número de passageiros de que constar a sua lotaçãoõ. Por fim, a nenhum condutor era permitido: õespancar ou tratar com crueldade, publicamente, os animaes seus ou alheios, sob pena de 10\$000 de multaõ (CÓDIGO de Posturas, 1891, p. 36).

Na década de 1890, os animais de tração continuavam sendo maltratados. No jornal *Diario de Noticias*⁸ de 2 de abril de 1892 constava-se a seguinte denúncia:

⁸ õJornal de propriedade e fundação de Costa & Campbell, passou depois ó e sucessivamente ó a proprietários e redatores diversos, redigido por Felipe José de Lima e Frederico Augusto da Gama e Costaõ. Circulou entre 1880-1898 (PARÁ. Biblioteca Publica, 1985, p. 83).

Hontem vi no largo das Mercês⁹ um pobre bucephalo-sardinha¹⁰ de **espinhaço dobrado pelo peso de dez barricas de cimento**, ser victima do fueiro medonho do carroceiro, que sem dó nem piedade o agarrava com duas mãos e **desancava** o pobre sardinha, que se esforçava por arrastar aquella montanha, fazendo de vez em quando genuflexões obrigadas. (DIÁRIO de Noticias, 2 de abril de 1892, p. 2, grifo nosso).

Denúncia semelhante também existiu no jornal *O Pará*¹¹ de 21 de dezembro de 1897:

Hontem, cerca de 1 hora da tarde, passou em frente ao nosso escriptorio a carroça n. 340 (pelo menos era o numero que tinha nòm dos varaes) com uma **enorme carga de matacão**. Cansado, o boi parecia insensível a toda sorte de **castigo bárbaro** que lhe foi infrigido pelo carroceiro. Afinal, após mais de um quarto de hora o boi, **espumando de cansaço**, arrancou e arrastou a enorme carga. (O PARÁ, 21 de dezembro de 1897, p. 2, grifo nosso).

A proibição dos õmaus-tratosõ aos animais de tração permaneceu durante a Intendência de Antonio Lemos (1897-1911), período em que õjá se consolidara o regime republicanoõ, e õa Amazônia estava em pleno apogeu da economia gomíferaõ (SARGES, 2000, p. 93).

A economia gomífera vinha se fortalecendo desde 1839, quando Charles Goodyer õaperfeiçou o processo de vulcanizaçãoõ, proporcionando um õaumento na demanda da borrachaõ, pois õa borracha vulcanizada era apropriada para uma ampla gama de produtos, desde rodas dentadas, correias, mangueiras e telhas, até suspensórios, sapatos e capas de chuvaõ. Este comércio atingiu o seu apogeu em dois momentos: na década de 1890, quando surgiu a õmaniaõ da bicicleta, e após 1900, quando ocorreu a õpopularizaçãoõ do automóvel (WEINSTEIN, 1993, p. 23).

A Amazônia, õpor ser o hábitat da *Hevea brasiliensis*õ, possuía a borracha em quantidade, e em qualidade, para atender às demandas do mercado consumidor. õApenas depois de 1912, com a aclimatação bem-sucedida da hévea, é que as

9 Largo das Mercês, atual Praça Visconde do Rio Branco (CRUZ, 1970, p. 133).

10 No Brasil, dependendo da época, das regiões e da circunstância, bucéfalo pode ser simplesmente sinônimo de cavalo (FORNARI; CAMINHA, 2011, p. 88).

11 õDiário vespertino, órgão político, comercial, literário e noticioso, era propriedade de uma Associação, que teve a orientação do Partido Republicanoõ. Circulou entre 1897-1900 (PARÁ. Biblioteca Pública, 1985, p. 163).

plantações asiáticas de borracha arrebatarem da Amazônia a posição de primeiro produtor mundial (WEINSTEIN, 1993, p. 23).

Nesse contexto, Belém era o porto mais importante da região para o escoamento da produção de borracha. Além disso, em âmbito estadual, a capital paraense possuía o maior agrupamento de eleitores, uma bela renda anual proveniente de impostos sobre a propriedade e o comércio, e podia custear ampla gama de serviços públicos urbanos, cujos contratos podiam ser passados a correligionários políticos (WEINSTEIN, 1993, p. 154). Por conta disso, a remodelação da cidade tornou-se um projeto das elites locais que a propunha em nome do progresso e do interesse coletivo (SARGES, 2000, p. 131).

O projeto elitista de remodelação da cidade foi em grande parte implementado durante a Intendência de Antonio Lemos. Para tanto, Lemos estabeleceu como princípios básicos de sua administração: a condenação dos hábitos e costumes anteriores da população, e a remodelação de espaço público central (SARGES, 2000, p. 114).

Em 1897, a gestão de Antonio Lemos criou a Guarda Municipal, que tinha como função fiscalizar ruas, praças e jardins, e ajudar na aplicação de multas aos transgressores do Código de Polícia Municipal, instituído pelo Intendente em 1900 em substituição ao Código de Posturas (SARGES, 2002, p. 131). Dentre as proibições previstas no Código estavam as que não permitiam os boleiros e carroceiros de empregar em seus serviços animais extenuados, chagados, doentes ou famintos, e conduzir nos veículos, puxados por um só animal, peso superior a 600 kilos e mais de mil nos puxados por dois animais. O condutor de bonde, de qualquer companhia urbana de trilhos, estava proibido de conduzir passageiros em número superior à lotação do carro, incorrendo na multa de 100\$. O Código observava que a lotação de cada bonde seria designada em tabela aprovada previamente, sendo a companhia obrigada a marcar em cada bonde o número de passageiros de que constar a respectiva tabela. Somado a isso, a nenhum condutor era permitido espancar ou tratar com crueldade, publicamente, os animais seus ou alheios, sob pena de 50\$ de multa (BELÉM. Conselho Municipal, 1901, p. 43).

A proibição da crueldade aos animais de transporte era corroborada pela função econômica e cultural que os espaços públicos passaram a desempenhar na época da Intendência lemistá. A rua, espaço de circulação de todos os tipos sociais, exigiu uma reurbanização, de modo que viesse a atender especialmente o lazer e a locomoção da

elite belenense que tinha afeição em mostrar o seu poder e sua identificação com uma cultura europeia aburguesada (SARGES, 2002, p. 135). Utilizar animais sobrecarregados poderia deixá-los vagarosos, o que atrapalharia o trânsito nas ruas da cidade, principalmente na área central, considerada o *locus* econômico e cultural por onde circulava o capital, as rendas e naturalmente os seus possuidores (SARGES, 2000, p. 115). Por isso, os Códigos de Posturas enfatizavam que a crueldade era proibida publicamente.

Mesmo com a criação da Guarda Municipal e do Código de Polícia Municipal, os maus-tratos aos animais de tração permaneceram. Em 1904, Antonio Lemos reclamava do estado dos muarees empregados nos bondes: “Cahem de fadiga os magros muarees, deficientes em numero” (BELÉM. Intendente, 1904, p. 266). Esse tipo de crítica poderia vir acompanhado do questionamento à sobrecarga destes veículos:

Queixamo-nos da morasidade dos bonds, da **evidente fraqueza dos muarees cançados**. Mas somos nos proprios que contribuimos para taes prejuisos e demoras, **enchendo os vehiculos**, sem respeito á lettra correlativa do Codigo de Policia Municipal ou á propriedade da companhia. Com cinco e ás vezes seis passageiros em cada banco, as plataformas atulhadas e os estribos repletos, passam os bonds arrastando-se vagarosos, detendo-se nos declives ascendentes pela impotência das parelhas, rangendo-lhes as molas e cedendo todos elles ao peso da sobrecarga. E cada augmenta o numero de passageiros indifferentes áquelle exaggêro. (BELÉM. Intendente, 1902, p. 258).

Em 9 de dezembro de 1904, o governo municipal transferiu o serviço de transporte coletivo da Companhia Urbana para a “Pará Electric Railways and Lighting Company”, empresa organizada em Londres sob a responsabilidade de C. H. Christopher Moller, com o objetivo de instalar o sistema de tração elétrica, em substituição ao de tração animal, então usado (CRUZ, 1973, p. 471). Contudo, Lemos continuava a reclamar do emprego de animais doentes, mazelados, anêmicos e trôpegos nos veículos de transporte, até que, em 21 de junho de 1907, ocorreu um acidente na travessa São Mateus¹² envolvendo os bondes da Pará Electric: os animais, devido à sobrecarga que levavam, não puderam conduzir os carros, o que deu causa a serem virados os bondes (BELÉM. Intendente, 1908, p. 117).

12 Travessa São Mateus, atual Travessa Padre Eutíquio (CRUZ, 1970, p. 69).

Como forma de protesto, segundo Lemos, algumas pessoas se serviram de ôcandeeiros dos mesmos carros para queimarem quatro deles, ficando mais dois muito danificados e quatro animais bastante maltratadosö (BELÉM. Intendente, 1908, p. 121).

Em resposta a essa situação, foi inaugurado o serviço de *tramways* elétricos em Belém no dia 15 de agosto de 1907, em comemoração, segundo Lemos, ao aniversário de adesão da antiga província, hoje Estado do Pará, à independência e autonomia do Brasil (BELÉM. Intendente, 1908, p. 127).

A inauguração do serviço de tração elétrica em Belém também era uma medida de ômodernizaçãoö da capital paraense. Segundo Sevcenko, do Renascimento até fins de 1800, ôtanto as velocidades quanto as medidas de força de tração eram consideradas sobretudo em relação ao deslocamento e potencial dos equinos e muares, principal fonte de energia até então, visto que mesmo as máquinas a vapor eram avaliadas por seu -horse-powerö. Mas, a partir da ôRevolução Científico-Tecnológicaö do final do século XIX, os potenciais energéticos passaram a ser medidos ôem escalas técnicas abstratas de estrito valor matemático como os volts, watts, ampères, hertz, roentgen, machö, sendo uma das características do ô-mundo modernoö no qual vivemosö (SEVCENKO, 1998, p. 10-11).

ôA LOS TOROS!ö

No final do século XIX e início do XX, anúncios de touradas eram comuns nas páginas de parte dos jornais paraenses, o que causa estranheza, uma vez que essa prática provocava a morte de touros na mesma cidade em que havia um Código de Posturas que proibia os ômaus-tratosö aos animais de tração, ou seja, dois fatos aparentemente incompatíveis. Como isso era possível? Por que ocorriam touradas em Belém?

As touradas correspondiam a uma tradição tipicamente ibérica. Na Espanha, ôas formas mais primitivas das touradas (em espanhol, *corridas de toros*) estão documentadas na Idade Média. Sabe-se que alguns reis mandavam trazer touros vivos para que os cavaleiros demonstrassem o seu valorö. O imperador Carlos V, por exemplo, ôcelebrou o nascimento de seu herdeiro Felipe (1527) matando um touro com uma lançaö (BUADES, 2013, p. 19-20).

Em Portugal, o registro mais antigo sobre as touradas data do século XV, quando Gonçalo Velho, famoso comendador de Amourol, teria ido assistir a uma corrida na presença de el-Rei, na praça de curro, acompanhado de duas sobrinhas. Ao tentar

atravessar a arena para chegar ao seu palanque, ele teria sido surpreendido por um ôgigante e terrívelô touro, colocando em pânico as duas meninas. Ao perceber que o touro estava ôincontidoô e que iria acometê-los, Gonçalo sacou um terçado e, ônum movimento rápido, soberbo, erguendo o braço no ar, tranquilamente mata-oô, o que provocou, depois, recado do rei, honra especialíssima, para que ele fosse, ao palanquim real, beijar-lhe a mãoô (EDMUNDO, 2009, p. 155-156).

No Brasil, as touradas ocorriam desde o século XVIII. Elas estavam presentes nas festividades organizadas pelo Senado da Câmara em comemoração ao calendário real no Rio de Janeiro, para prestar lealdade ao Reino português. As festas duravam cerca de seis dias, constando de ôembandeiramentos, *Te-Deum*, beija-mão, procissão, touradas, cavallhadas, outeiros, ópera, lumináriasô, entre outras coisas. A tourada mais conhecida foi a organizada pelo vice-rei Conde de Azambuja em homenagem ao seu sobrinho Marquês de Lavradio (EDMUNDO, 2009, p. 123, 125, 161).

No início do século XIX, as touradas do Rio de Janeiro também foram especialmente dedicadas à chegada e atuação da família Real portuguesa no Brasil, desde 1808. Duas corridas célebres foram as realizadas em homenagem ao ôcasamento de D. Pedro, nosso futuro imperador, com D. Leopoldina, em 1817ô; e à ôaclamação de D. João VI, em 1818ô. Essas festividades também ocorriam em outras cidades, como em São Paulo, onde, ôpor ocasião da chegada da família Real, foram três tardes de corridas realizadas em uma praça construída especialmente para tal fimô (MELO, 2009, p. 39-40).

As touradas do Rio de Janeiro e de São Paulo tornaram-se mais organizadas e populares a partir da década de 1820. Com o crescimento destas cidades, a corrida deixou de ser organizada pelo poder público por ocasião de festividades reais, para ser ôrelativamente autônoma, com espaço fixo, calendário próprio e promovida por ãempresáriosã que contratam toureiros e ganham dinheiro com os bilhetes de entrada e apostasô. A partir de então, o número de arenas aumentou. No Rio de Janeiro, eram duas praças na década de 1850, e três no decênio de 1880. Em São Paulo, no início do século XX, existiam duas arenas (MELO, 2009, p. 40-43).

As corridas de touros iniciaram em Belém no final do século XIX, devido à política de Estado de atração da imigração espanhola. Segundo Sarges, os governadores Lauro Sodré e Paes de Carvalho assinaram as Leis 223 de 1894 e 583 de 1898, respectivamente, autorizando ôa introdução de estrangeiros de boa conduta e aptos para o trabalho agrícola ou então, dedicar-se a qualquer indústria útil, contudo a preferência

era pelos indivíduos acompanhados de família. Além disso, o governo prometia a passagem de Vigo, Barcelona ou outro porto da Espanha até Belém em rápidos vapores ingleses e italianos (SARGES, 2010, p. 202).

Para motivar a vinda dos espanhóis, o governo utilizou a obra *El Pará*, publicado em 1895 na cidade de Barcelona. Nela, um dos argumentos utilizados pela escolha do Pará estava no pioneirismo espanhol em terras do território brasileiro daquela época, ou seja, vir para a Amazônia era como que se retomasse uma porção de terra que, em 1499, poderia ter sido conquistada pelos desbravadores espanhóis, afinal foi Francisco Orellana o pioneiro nesta empreitada. A obra também apresentava outros argumentos, como a proximidade do porto de Belém em relação à Europa; a facilidade para aprender a língua e os costumes, e a possibilidade de transporte grátis, vantagens que se sobrepunham ao pagamento de melhores salários em países como Austrália, Estados Unidos e Canadá; e o clima de ordem política e crescimento econômico, diferentemente de outros países sul-americanos que falavam predominantemente o dialeto espanhol, como Peru, Chile, Argentina e Uruguai (SARGES, 2010, p. 202).

Em 1900, a propaganda continuava por meio da publicação do livro *Amazônia ó 1900* na Espanha. A obra se tratava de uma compilação de alguns artigos e imagens da cidade de Belém contidas no *Álbum Commemorativo Pará-1900*, escrito por vários intelectuais da terra e que teve uma função propagandística. No livro, há uma constante referência ao clima salubre do Pará, considerando que nesta região não há frio, portanto não precisará de lenha ou carvão para aquecer-se e o calor é suave, não é sufocante como da Andaluzia, Extremadura e outros lugares da Espanha (SARGES, 2010, p. 201).

A política de Estado para atração de estrangeiros resultou, em 1896, na imigração de 3.168 espanhóis para o Pará, dentre os quais 1.777 partiram para os núcleos agrícolas e 1.368 ficaram na capital. Em Belém, os galegos disputaram o espaço urbano com os brasileiros, criando estratégias de sobrevivência como, por exemplo, dando expressão a outras práticas, a outras formas de lazer, como as touradas (SARGES, 2010, p. 206-216).

As touradas ocorriam em Belém desde 1892. Nesta época, as corridas de touros aconteciam no Prado Paraense, hipódromo do Jockey-Club (CORREIO Paraense, 3 dez. 1892, p. 2; 8 jan. 1893, p. 1), mesmo local onde ocorriam as corridas de cavalos.

Não faltavam críticas sobre o local da realização das touradas nas matérias publicadas pelo jornal *Correio Paraense*¹³ acerca das corridas de touros. Na edição de 27 de dezembro de 1892, por exemplo, explicitavam-se as razões de tais críticas:

[...] maior e mais agradável teria sido a surpresa, resultante deste género de diversões se, porventura, houvesse sido iniciado em praça apropriada, porque, a que improvisaram é defeituosíssima, começando por ser quadrada e a sua area delimitada por uma tosca caiçara através da qual fica patente aos olhos dos touros a arena, o vasto campo para onde insistem em procurar sahida; negando-se assim facilmente às sortes.

Além disto os toureiros não encontram nas simuladas trincheiras, dispostas nos ângulos da praça, a facilidade da defeza para uma investida recta, o que é um perigo, tanto maior pelas condições do solo, que, além de ser irregular, é argiloso, exactamente onde é quase impossível a firmesa. (CORREIO Paraense, 27 dez. 1892, p. 1).

Segundo notícia do jornal *Correio Paraense*, tudo isso tornava impossível a prática da arte taurina no Prado Paraense. No jornal, o único ponto positivo apresentado era a localização geográfica do hipódromo, pois ele estava próximo do litoral e do desembarque apropriado para o gado. Porém, a essa vantagem se opunha o insuficiente número de bondes disponibilizados pela Companhia Urbana para atender aos frequentadores do espetáculo, bem como o elevado preço da passagem, que correspondia a trezentos réis (CORREIO Paraense, 27 dez. 1892, p. 1).

As condições inapropriadas do hipódromo para a prática das touradas ocasionaram a construção do anfiteatro Colyseu Paraense em Belém (CORREIO Paraense, 9 abr. 1893, p. 2; 16 maio 1893, p. 2). Conforme notícia do jornal *Correio Paraense* de 9 de abril de 1893, o Colyseu seria localizado ao largo da Batista Campos, e inaugurado em 13 de maio de 1893, em lembrança à abolição do elemento servil. No jornal se considerava que a parede lateral do referida anfiteatro que faceava à Rua Conselheiro Furtado era uma verdadeira muralha de castelo, e que as madeiras empregadas eram de extrema resistência, e de elevado custo para o proprietário, orçamento aumentado ainda pela construção de quatro espaçosos chalés que circulariam todo o anfiteatro, e esquadrejavam a grande área que fronteava à rua S. Vicente de Fóra (CORREIO Paraense, 9 abr. 1893, p. 2).

13 Jornal diário, noticioso, comercial e literário, apesar de declarar-se imparcial em política, tende para o lado oposicionista, propriedade de Bento Aranha, que também era seu principal redator. Circulou entre 1892-1894. Cf: PARÁ. Biblioteca Pública. Op cit., p. 139.

Segundo notícia do *Correio Paraense*, os chalés eram uma verdadeira inovação, porque em parte alguma as praças de touros eram embelezadas com tão dispendioso melhoramento, e serviam para proteger das chuvas, mais ou menos frequentes, em todas as estações do ano, e como ocupação privativa dos toureiros, e moços de forçado, bem como, pela bibliotheca concernente ás artes tauromachica e de equitação; e destinado o pavimento terreo de um destes chalets para as cavalharias. A arena media 32 metros de diâmetro, e possuía 10 filas ou ordens na arquibancada, que comportava aproximadamente 4 mil pessoas, e cerca de mil, nos cem camarotes, pavimentos superiores do touril, intelligencia, correto, etc. (CORREIO Paraense, 9 abr. 1893, p. 2).

O tipo de estrutura e a denominação da nova arena lembravam as diversões que ocorriam nos anfiteatros¹⁴ da Roma Antiga, como no Coliseu romano, onde, segundo Carcopino, ocorriam as *muneras*, espetáculos sanguinários advindos da *hoplomaquia*, duelo entre gladiadores; e da *venatione*, combate com as feras, em que era questão de honra para os gladiadores redobrar o perigo ou com ousadia, em vez de utilizar as armas, enfrentavam um urso com os punhos ou cegavam um leão sob as dobras de um manto, ou atirando os animais, como, por exemplo, excitar os touros agitando panos vermelhos, gesto que os espanhóis posteriormente praticaram nas touradas (CARCOPINO, 1990, p. 279-281).

As *venationes* eram verdadeiras carnificinas: cinco mil animais mortos num só dia dos *munera* com que Tito inaugurou o Coliseu em 80; dois mil duzentos e quarenta e seis e dois mil duzentos e quarenta e três em dois *munera* de Trajano. Para os césores, tal matança atendia a necessidade de purgar os estados do terror dos monstros: no século IV, o hipopótamo estava banido da Núbia, o leão, da Mesopotâmia, o tigre, de entre os hircanos, e o elefante desaparecera da África do Norte (CARCOPINO, 1990, p. 272-281).

No Coliseu Paraense, ao invés das *venationes*, ocorriam as touradas, nas quais a ousadia dos toureiros era glorificada, assim como a dos gladiadores, e onde ocorria a morte de alguns touros, não sendo a mesma carnificina das *muneras*. Por exemplo,

14 Segundo Carcopino, o mais antigo dos anfiteatros foi edificado em Roma no ano de 29 a.C., e destruído pelo incêndio de 64 d.C. Pouco depois, os Flávios decidiram substituí-lo por outro, de forma semelhante e planta ampliada. Vespasiano começou a construí-lo. Tito concluiu a estrutura; Domiciano, a decoração. Em 80 d.C., estava pronto o anfiteatro Flaviano, o maior e mais resistente de Roma, hoje designado geralmente como Coliseu, nome que a Idade Média nos legou (CARCOPINO, 1990, p. 272-275).

para a corrida de touros de 20 de setembro de 1900, *O Jornal*¹⁵ anunciava a participação de 3 cavaleiros, 4 bandarilheiros, 3 matadores e 7 õbravíssimosõ touros (O JORNAL, 20 set. 1900, p. 3). Os cavaleiros enfiavam uma õlança no lombo do touro com a intenção de fazê-lo sangrar. Isto é feito para o touro perder as forças e facilitar a entrada para matarõ. Os bandarilheiros usavam as *banderillas*, que eram espécies õde setas recobertas de tecidos de cores que imitam a bandeira espanhola ou da bandeira regionalõ, cuja função era decorativa e de ferimento do animal. Os matadores manuseavam a *muleta*, um pano vermelho, e faziam diversos passes, cujo objetivo era o de humilhar o animal, ou seja, que ficasse õcom a cabeça baixaõ (BUADES, 2013, p. 21-22).

Os jornais paraenses não só anunciavam como avaliavam e descreviam as touradas, destacando o desempenho dos toureiros. Dois dias após a corrida de 20 de setembro de 1900, Tinése Junior, no *O Jornal*, avaliou positivamente o espetáculo, dizendo que õpara uma corrida de toiros, nõesta terra, não se podia desejar melhor noite que a de ante-hontemõ, e relatava a atuação de toureiros como: Adelino, que õenfeitouõ o primeiro touro com alguns ferros, õapezar de ter de lutar com o *bicho*, que *cortava* extraordinariamente o terrenoõ; Pechuga e Xavier, que bandarilharam o segundo touro; Gordito, Escojiri e Ruffino, que bandarilharam o terceiro touro, tendo o primeiro õse colocado de maneira a fazer o bicho sahir da gaiolaõ, o segundo, õcastigado a féra com alguns pares regularesõ, e o terceiro, metido meio ferro, õsendo colhido dezastrosamenteõ; Faculdades, que trabalhou com o quinto touro, õmostrando-se Faculdades cheio de calma e fazendo vêr que não gosta de fugir do touroõ, e õdepois de alguns passes de *muleta*, bastante regulares, foi o *bicho* pegado de caraõ; José Bento, õque estava nõuma das más ocasiõesõ, metendo õum ferro quasi no joelho do animalõ, que era o sexto touro da noite (TINÉSE JUNIOR, 22 set. 1900, p. 2).

O caráter sanguinário das touradas acarretou críticas a essa prática em alguns países. Segundo Keith Thomas, na Inglaterra do século XVIII, õa tourada espanhola há muito era famosa por aquilo que o primeiro conde de Clarendon denominava sua -rudeza e barbárieã Os turistas ingleses sempre iam vê-las, mas não mais que uma única vezõ (THOMAS, 2010, p. 202). Em Cuba, Monzote lembra que, ao final de 1882, fundou-se em Havana a Sociedade Cubana Protetora dos Animais e Plantas, que se opõs às corridas de touros, que, na opinião de Romero Cuyas, constituíam diversões

15 õÓrgão político, comercial, noticioso e literário, propriedade de uma Associação, dirigido por J. Marques de Carvalhoõ, circulando apenas em 1900 (PARÁ. Biblioteca Publica. 1985, 178).

õimoraisõ, sem benefício e que sustentavam todos os õgermes do malõ, ocasionando a proibição de novas praças de touros na metrópole (MONZOTE, 2006, p 100, 104). Nos países em que o catolicismo havia penetrado, infere-se que os questionamentos também existiam, já que uma notícia do *Correio Paraense* de 6 de abril de 1894 dizia que o papa não queria que os padres assistissem às touradas, õe proibia até que se dêem socorros espirituaes a quem fõr ferido nçesses divertimentosõ (CORREIO Paraense, 6 abr. 1894, p. 2).

No Brasil também existiram críticas à matança de touros nas touradas. Segundo Melo, no Rio de Janeiro, Machado de Assis considerava a tourada õcruel, ultrapassada, não condizente com uma sociedade civilizadaõ. Mas, as críticas que prevaleciam estavam relacionadas à organização dos eventos e aos animais utilizados. No Rio de Janeiro, o público pagante normalmente reclamava sobre o desconforto das instalações, a desordem da programação e o fato de que os touros utilizados eram mansos, o que não contribuía com a qualidade do espetáculo (MELO, 2009, p. 41-42).

Em Belém, as reclamações geralmente recaíam sobre a utilização de gado õmansoõ, bem como sobre a música, õpara que os músicos tocassem um trecho qualquer, tanto antes de começar o espetáculo, como no intervaloõ, já que ela funcionava õcomo um código no desenrolar do espetáculo, desde os primeiros tempos da arte taurinaõ (SARGES, 2008, p. 331, 333). Apesar disso, o articulista Izquierdo dizia no jornal *Correio Paraense* que õnas touradas achava-se disseminada a alegria, a liberdade espontânea nos semblantes risonhos dos espectadores alegres, que passavam divertidas horas do domingo no Colyseu Paraenseõ (IZQUIERDO, 30 maio, 1893, p. 1).

Pelo que se infere dos documentos, a tendência das críticas não era para a proibição da tourada, mas para o melhoramento da prática. Com este intuito, segundo informação do jornal *Diario de Noticias*, vários empresários¹⁶ se uniram e criaram a *Empresa Tauromachica Paraense*, em 1894, que tinha entre outras finalidades: a) õcompra de um terreno na ilha de Marajó para fundar uma fazenda e apurar animais de raça bovina e cavalariõ; b) aproveitamento do terreno õpara a isolação de touros de lide e estadio de cavalos, quer para torneios ou corridas, quer para qualquer outro fimõ; c) õaquisição da praça de touros denominada Colyseu Paraenseõ; d) õmelhoria da referida praça, cobrindo-a com uma cúpula de vidro que a preservasse das chuvas, ficando bem

16 Os empresários eram José Candido da Cunha Osorio, José Ignacio Coelho, Joaquim Taveira Lobato, Joaquim Alves Moreira Pêgo, Augusto Pereira Soares Camarinha, Agostinho Gomes de Carvalho, Ricardo Ferreira Lopes, Joaquim da Silva Vidinha e Manoel Augusto Marques. (DIARIO de Noticias, 28 dez. 1894, p. 2).

ventilada e com todas as condições higiênicas apropriadas ao clima regional; e) exploração do Colyseu por meio de õfunções tauromachicas e outros espetáculos de conta própria ou por adjudicação, como sejam: cavalinhos, torneios atléticos, pedestres, velocipedicos, bailes públicos e todas as diversões a que ele se prestasseö (DIARIO de Noticias, 28 dez. 1894, p. 2).

Uma questão se coloca: por que, no mesmo solo em que a crueldade para com os animais de tração era proibida, a prática das touradas era lícita? Algumas vezes, as touradas eram legitimadas por ações de caridade. Em 28 de janeiro de 1893, no *Correio Paraense*, anunciava-se uma corrida em õbenefício da Santa Casa de Misericórdia, e das camas de caridade do hospital da Sociedade Beneficente Portuguesaö. Tal fato, segundo a notícia do jornal, tornava a tourada õentusiásticaö, pois o risco de vida do toureiro tinha por único incentivo a õCaridadeö (CORREIO Paraense, 28 jan. 1893, p. 2). No jornal *O Democrata*¹⁷ de 5 setembro de 1893, informava-se que iria ocorrer uma õimponente festa tauromachicaö em benefício dos órfãos do pranteado paraense Rodrigo Salles. A propaganda no jornal era rodeada pela expressão õCaridade!ö (O DEMOCRATA, 5 set. 1893, p. 3). Para a tourada de 7 de outubro de 1900, havia um anúncio no *O Jornal* sobre uma õgrande e soberba corridaö de sete õbravíssimosö touros, promovida em benefício da Associação Humanitária õLiga Cearenseö. Para atrair o público a esse evento, o anúncio do jornal estampava duas vezes a frase: õFesta de Caridade!ö (O JORNAL, 6 out. 1900, p. 4).

Outra forma de aceitar as touradas era justificá-las como práticas civilizadas. Segundo Sarges, assistir à corrida de touros era uma õforma de refinar comportamentos, torná-los mais elegantes, ou mais civilizados, afinal a arena de touros era também frequentada por gente ilustre da cidade, como o governador do estadoö (SARGES, 2008, p. 335).

No final do século XIX e início do XX, os costumes õcivilizadosö eram os hábitos adotados pela burguesia francesa. Antes disso, a civilidade era a unidade de costumes tradicionais da nobreza. Após a Revolução Francesa, a burguesia adotou esses hábitos, pois, embora destruindo a velha estrutura política durante a revolução, ela õestava estreitamente vinculada à tradição de corte em seu comportamento e no controle

17 õÓrgão do Partido Republicano, circulou sob a direção dos chefes do extinto Partido Liberal, redigido por Américo Marques Santa Rosa e impresso por Joaquim Augusto Soares Carneiroö, surgindo õem continuação do jornal -O Liberal do Paráö. Foi publicado entre 1890-1895 (PARÁ. Biblioteca Publica, 1985, 125).

de suas emoções. A partir de então, a civilidade foi utilizada pelos burgueses para justificar a expansão nacional e colonial dos franceses (ELIAS, 2011, p. 59-61).

Nesta circunstância, a França era tomada como referência na avaliação das touradas. No *Correio Paraense* de 30 de maio de 1893, Izquierdo observava que com as touradas o povo paraense não adiantava em ocultivo, mas também não atrasava, tendo em vista que a França, país que mais reagiu contra as touradas, abraçava-as com overtiginoso prazer naquele momento, devido à educação do seu público nesta espécie de odivertimento. Para o autor, até 1878, as corridas de touros somente existiam na Espanha, Portugal, e em alguns países da América Latina. No ano de 1893, havia touradas até no programa de diversões da oExposição de Chicago. Izquierdo chegava à conclusão de que o problema da péssima qualidade do gado nas corridas de touros na capital paraense não estava relacionado a um oatraso na civilização (CORREIO Paraense, 30 maio, 1893, p. 1).

As touradas eram expressões da civilidade moderna, ainda que realizassem omaus tratos e morte de animais. Para parte da elite política e econômica de Belém, frequentá-las era uma forma de estar conectada com os costumes da burguesia francesa, e de outros países por onde as touradas se espalhavam.

Mais um motivo para a proibição da crueldade em relação aos animais de tração, ao contrário do tratamento do toureiro para com os animais das touradas, era a concepção de que os touros eram animais ferozes, selvagens, sendo permitida a morte deles no anfiteatro, enquanto que os animais de transporte eram bichos domesticados, submetidos ao homem, e que deviam permanecer vivos para se explorar para fins úteis. Segundo Keith Thomas, na Inglaterra do século XVIII, os bichos foram divididos em selvagens, a serem amansados e eliminados; domésticos, que se devia explorar para fins úteis; e de estimação, destinados ao carinho e satisfação emocional (THOMAS, 2010, p. 273). Esta concepção também estava presente no Pará do final do século XIX. No *Correio Paraense* de 28 de janeiro de 1893, considerava-se que a corrida de touros era um espetáculo oentusiástico, porque geralmente se presenciava a ovitória alcançada pelo homem em luta com a fera (CORREIO Paraense, 28 jan. 1893, p. 2).

No Pará, há outros indícios da concepção de que os animais oselvagens deveriam ser oamansados e oeliminados, e os odomésticos explorados para ofins úteis. Na obra feita pelo governo estadual para comemorar o quarto centenário do odescobrimento do Brasil, chamada oO Pará em 1900, Emilio Goeldi considerava os morcegos do gênero *Desmodus* e *Dysopes* notórios chupadores de sangue, ocausando

dano, ora mais, ora menos sensível, não só aos animais domésticos como ao próprio homem. A existência de número notável de onças pintadas no território paraense era considerada desagradável ao criador de gado, causando o prejuízo anual de 50 a 75% do total de gado. Com relação aos roedores, os fazendeiros não gostavam da capivara; acusavam-na de estragar a pastagem, causando a diminuição da vegetação gramínea para o gado. As mucuras maiores cometiam frequentes carnificinas entre as aves domésticas. Os jacarés eram odiados pelos criadores de gado e tornavam-se agressivos durante a época de reprodução, sendo o pequeno jacaré-tinga, apontado como mais malvado do que o jacaré-açú, espécie exclusivamente amazônica (GOELDI, 1900, p. 38-46).

Outra fonte é o Álbum do Estado do Pará: oito anos do governo (1901-1909). Nele, o governo de Augusto Montenegro incentivava o extermínio de jacarés na ilha do Marajó, pois era onde havia os principais centros criadores de gado no Pará. Na obra, os jacarés eram considerados inimigos difíceis de combater. O agricultor esperava chegar o verão, quando os rios ficavam reduzidos a insignificantes ribeiras para destruir os terríveis anfíbios. Os jacarés eram angustiosos durante horas e até mesmo, durante um dia inteiro, para o interior de um igarapé, no qual ficavam encurralados. À medida que os atacantes iam se aproximando, os jacarés, procurando escapar-lhes, ficavam de tal modo coagidos e acossados, que mais das vezes formavam quase em seco, no lodo, fora do álveo do igarapé, uma longa corrente, amontoados uns sobre os outros. O marajoara o arrebatava da lama, pela cauda, e atirava-o sobre a praia onde era degolado; ou o jacaré era arrastado por diversos homens que o puxavam pela corda do laço. Em seguida, o animal pára, depois de descrever um semicírculo e, ato contínuo, era normalmente vítima do terço e do machado. Nestes ataques, a mortalidade ascendia a um número respeitável, indo muitas vezes a um milheiro, sem sacrifício de vida de nenhum dos homens empregados no serviço (PARÁ. Governador, 1908, p. 163, 164, 200).

O governo estadual considerava os animais domésticos mais úteis que os selvagens, sendo aqueles merecedores de proteção. Esse era o caso do gado bovino, defendido pelo poder público contra o ataque de jacarés, onças e morcegos; e das aves domésticas, defendidas contra a ofensiva de mucuras. O governo não pensava que os bichos domesticados estavam invadindo o hábitat das feras, mas o inverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, ocorrem movimentos em diversos países para criticar a matança de touros nas touradas. No México, ativistas protestaram contra as corridas se fingindo de mortos, cobertos com tinta vermelha para simular o sangue dos animais¹⁸. No Peru, uma manifestante invadiu a arena da praça de touros de Acho, em Lima, e mostrou os seios, nos quais se lia "toureiro, me mate". Simultaneamente, outro ativista levantou um cartaz com a frase "compaixão e justiça para os touros". Ambos gritavam palavras de ordem criticando a crueldade aos animais¹⁹. Na Espanha, em Madrid, dois ativistas de um grupo de manifestantes seguravam uma placa com a mensagem: "Tortura não é cultura. Diga não à proteção das touradas como sendo algo que faz parte da herança espanhola". O grupo pretendia coletar assinaturas contra o projeto de lei parlamentar que defendia o esporte como sendo algo do interesse nacional e parte da herança da Espanha²⁰. No mesmo país, em 2012, a Catalunha se tornou a segunda região da Espanha a banir as touradas, ao lado das ilhas Canárias, em 1991²¹.

Entre 1897-1911, em Belém, as touradas eram legitimadas por ações de caridade, refinamento de comportamento por meio da concepção de costume civilizado, e percepção de que o touro era um animal selvagem, bravo, devendo ser morto na arena onde se praticava esse esporte, como o Colyseu Paraense, diferentemente dos animais de tração, que eram úteis para o transporte de pessoas e mercadorias, ainda mais em uma sociedade cada vez mais movimentada por conta do apogeu da comercialização da borracha. Por conta disso, os maus tratos aos animais empregados em veículos não eram permitidos no Código de Posturas.

¹⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/02/ativistas-se-banham-de-sanguepara-pedir-o-fim-das-touradas-no-mexico.html>>. Acesso em: 03 fev. 2013

¹⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/10/ativista-protesta-contratourada-com-os-seios-nus-em-feira-do-peru.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

²⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/ativistas-se-cobrem-de-sangue-em-protesto-contratouradas-na-espanha.html>>. Acesso em: 21 maio, 2013.

²¹ Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/touradas-sao-proibidas-na-regiao-espanhola-da-catalunha-20100728.html>>. Acesso em: 28 julho, 2010.

REFERÊNCIAS

1) FONTES:

1.1) ÁLBUNS:

PARÁ. Governador, 1901-1909 (Augusto Montenegro). Álbum do Estado do Pará: oito annos do governo (1901 a 1909). Paris: Chaponet, 1908.

Disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará.

1.2) CÓDIGOS DE POSTURAS:

BELÉM. Conselho Municipal. Código de Policia Municipal. In: BELÉM. Conselho Municipal. Leis e Resoluções Municipaes (1900) ó Codificadas na Administração municipal do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Ca., 1901.

CÓDIGO de Posturas da Intendência Municipal de Belém (aprovado pelo decreto num. 247 de 18 de dezembro de 1890). Belém: Typ. dªA Republica, 1891.

Disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará.

1.3) JORNAIS:

CORREIO Paraense, 1892, 1893, 1894.

O DEMOCRATA, 1893.

DIARIO de Noticias, 1892, 1894, 1896.

IZQUIERDO, L. Um pouco de touros. Correio Paraense, 30 de maio de 1893, p. 1.

O JORNAL, 1900.

JUNIOR, Tinése. Toiradas. O Jornal, 22 de setembro de 1900, p. 2.

O PARÁ, 1897, 1900.

Disponíveis no Setor de Microfilmagem da Fundação Cultural Tancredo Neves, e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

1.4) LITERATURA:

CARVALHO, João Marques de. Hortência. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura, 1989 [1888].

Disponíveis no Setor de Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves.

1.5) PORTAIS DA INTERNET:

G1. *Ativista protesta contra tourada com os seios nus em feira do Peru*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/10/ativista-protesta-contratourada-com-os-seios-nus-em-feira-do-peru.html>>. Acesso em: 28 out. 2013.

G1. *Ativistas se banham de sangue para pedir o fim das touradas no México*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/02/ativistas-se-banham-de-sangue-para-pedir-o-fim-das-touradas-no-mexico.html>>. Acesso em: 03 fev. 2013.

G1. *Ativistas se cobrem de 'sangue' em protesto contra touradas na Espanha*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/05/ativistas-se-cobrem-de-sangue-em-protesto-contratouradas-na-espanha.html>>. Acesso em: 21 maio, 2013.

R7. *Belém têm 200 mil animais abandonados nas ruas: saiba como denunciar maus-tratos*. Jan. 2011. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/bichos/noticias/belem-tem-200-mil-animais-abandonados-nas-ruas-20110125.html>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

R7. *Touradas são proibidas na região espanhola da Catalunha*. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/touradas-sao-proibidas-na-regiao-espanhola-da-catalunha-20100728.html>>. Acesso em: 28 julho, 2010.

REZENDE, Thaís. *Carroças vão passar por fiscalização mais rigorosa em Belém*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/05/carrocas-vaopassarporfiscalizacao-mais-rigorosa-em-belem.html>>. Acesso em: 28 maio, 2012.

1.6) PUBLICAÇÃO COMEMORATIVA:

GOELDI, Emilio. *Reinos da natureza, encarados do ponto de vista pratico*. In: PARÁ. Governo do Estado. *O Pará em 1900*. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900. Disponível no Setor de Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves.

1.7) RELATÓRIOS DO INTENDENTE:

BELÉM. Intendente, 1897-1911 (Antonio José de Lemos). *O município de Belém: 1897-1902 ó Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902*. Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, 1902. v.1.

_____. _____. *O município de Belém: 1903 - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1904*. Belém: Typografia Alfredo Augusto Silva, 1904, v. 2.

_____. _____. O município de Belém: 1904 - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1905. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905.

_____. _____. O município de Belém: 1905 - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1906. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

_____. _____. O município de Belém: 1906 - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1907. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907.

_____. _____. O município de Belém: 1907 ó Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1908. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908.

_____. _____. O município de Belém: 1908 ó Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1909. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909.

2) BIBLIOGRAFIA:

BUADES, Josep M. *Os espanhóis*. São Paulo: Contexto, 2013.

CARCOPINO, Jérôme. *Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1990.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, v. 2.

_____. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis ó 1763-1808*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Federal, 2009.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, v. 1.

FORNARI, Claudio; CAMINHA, Lannes de S. *O cavalo: grandeza e legado: a família equídea e o que ela inspirou*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

MELO, Victor Andrade de. *Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil*. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de. *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

- MONZOTE, Reinaldo Funes. *Facetas de la interacción com los animales em Cuba durante el siglo XIX: los bueyes en la plantación esclavista y la Sociedad Protectora de Animales y Plantas*. Signos Históricos, n. 16, p. 80-110, 2006.
- MOREIRA, Eidorfe. *O primeiro romance belenense*. In: CARVALHO, João Marques de. Hortência. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura, 1989.
- PARÁ. Biblioteca Pública. *Jornais Paraoaras: catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1910)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- _____. *O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar ó Belém do Pará (1894-1900)*. In: MATOS, Maria Izilda et al. *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: EDUSC, 2008.
- _____. *A ãGalíciaã paraense: a imigração espanhola em Belém (1890-1910)*. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Penado; CHAMBOULEYRON, Rafael. *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açai, 2010.
- _____. *Memórias do ãVelho Intendenteã Antonio Lemos*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. Introdução. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

O “Rio Civilizador” e o “Vale do Cariri”: a eletrificação urbana do Sul do Ceará (1949-1961)¹

Assis Daniel Gomes²

RESUMO

Neste artigo, tencionamos introduzir uma análise das construções imagético-discursivas do Rio São Francisco, sua vinculação à história do Cariri e o cenário político-econômico para a criação da Companhia de eletricidade do Cariri (CELCA). Escolhemos como recorte temporal a criação do Comitê pró-eletrificação e industrialização do Cariri (1949) e da CELCA (1961). Nesse período, as questões econômicas, políticas e culturais imbricaram-se com a importância desse recurso natural nos discursos tanto a nível nacional como local. As (re) invenções, então, da imagem do Rio São Francisco na história do Cariri deram-se em uma correlação de forças entre o passado, presente e futuro.

Palavras-Chave: história do Cariri; eletrificação; Rio São Francisco.

ABSTRACT

In this article, we intend to introduce an analysis of the imagery-discursive constructions of the São Francisco River, its link to the history of Cariri and the economic environment for the creation of the Cariri electricity company (CELCA). Chosen as time frame the creation of pro-electrification and industrialization of Cariri Committee (1949) and CELCA (1961). During this period, economic, political and cultural issues are intertwined, forming with the importance of this natural resource in the speeches at national and local level. The (re) inventions, then the image of the San Francisco River in Cariri stories handed on a balance of power between the past, present and future.

Keywords: history of Cariri; electrification; São Francisco River.

¹ Artigo recebido em 10 de setembro de 2014 e aprovado em 29 de novembro de 2014.

² Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e bolsista da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP).

Depois da Segunda Guerra Mundial (1945) as políticas financeiras promovidas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pelos Estados Unidos da América (EUA), através do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) e Plano Marshall, respectivamente, não tinham meramente uma repercussão econômica nos países acertados por esses benefícios. Mas, mormente na vida cotidiana da população dos países galardoados por esse subsídio, fomentando, assim, uma maior propagação de novas maneiras de viver e o aditamento da aspiração de senhoreá-las, por exemplo, o alargamento da seguinte guisa: *American way of life*.

Esses planos econômicos objetivavam promover a (re) estruturação e (re) construção dos países afetados pelos infortúnios desse conflito mundial. Mas, outrossim, intentavam o fortalecimento de seus grupos, abarcando, assim, nessa política econômica os países pobres e necessitados de financiamentos com o propósito de medrá-los. Isso foi um dos elementos intensificadores do processo de industrialização e urbanização de alguns desses países, que até então tinham maior índice populacional na zona campestre em proporção com a citadina. Essa política almejava o robustecimento dos laços entre essas nações que defendiam uma economia de cunho capitalista ou socialista, encarnando-se, para isso, efetivamente essas ideologias em seus programas de chancelamento econômico.

O aumento demográfico da zona urbana, o investimento do capital estrangeiro e as descobertas tecnológicas acometeram a produção de bens duráveis. Concedem também um avolumamento desses artefatos e de suas empresas, propiciando melhores importes aos consumidores e brevidade na fabricação desses artigos. As fronteiras dos territórios foram acometidas pelas leis de mercado, pelos novos objetos que embeveciam os lares de uma classe mais apaniguada da sociedade. E, por conseguinte, despertavam expectativas e anelos aos mais pobres em possuir tais artefatos que encantavam os olhares das donas de casa pela forma-estilo e ideia de conforto grassada, por exemplo, nos anúncios em jornais³.

O aumento desse consumo tinha como principal marketing: *um conforto do lar e para o lar*. Como também a promoção de um tempo para o lazer no Brasil. A eletricidade tornou-se imprescindível também para o funcionamento desses artefatos de base elétrica e o avanço da industrialização. Logo, os problemas do país com o suprimento de energia

³ Para Giavara, o consumo de padrões norte-americanos instalados, por exemplo, nos países europeus pós-1945 vinculava aos objetos fabricados e divulgados como símbolo do mundo moderno as consequências ambientais e os impactos dessa nova forma de viver. Segundo ele, os “carros, televisores, aparelhos eletrônicos e tantas outras novidades do mundo moderno passaram a fazer parte do cotidiano de milhões de famílias na Europa. Mas, atrás disso, se escondiam problemas como a poluição e os limites dos recursos energéticos e do meio ambiente” (2011, p.579).

ininterrupta e potente, nos discursos arrolados à época, deveriam ser solucionados caso se ansiasse pela modernização do país.

Para Silva (2011), no Brasil duas empresas estrangeiras assumiam a incumbência de produzir e disseminar a energia às regiões, a saber, a *Light and Power* e *American and Foreign Power* (Amforp). Elas, sem embargo, não avistavam a região Nordeste e Norte do país como espaços lucráveis para a expansão de suas redes elétricas, dessarte os dispêndios nesse empreendimento não seriam em curto prazo ressarcidos, levando em conta a ínfima quantidade de consumidores existente nesses territórios.

Nessa época, a relação entre a industrialização e modernização estava vinculada com a chegada desse recurso que levaria consigo várias possibilidades de mutação, a saber, a vinda de novos objetos tecnológicos, que cambiavam o cotidiano das regiões e o fomento de um desenvolvimento de base industrial, símbolo de progresso e de um estilo de vida moderno. Visando resolver o problema energético do Nordeste e promover sua industrialização, o governo federal maquinou a construção da Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso (CHESF) em 1945⁴.

A partir disso, múltiplas imagens do Rio São Francisco foram sendo bricoladas, transformadas e (re) inventadas. Ele saiu da condição de um elemento da natureza que promovia o material necessário ao consumo humano, a água, para fornecer, através da manipulação e dominação do homem de sua força hídrica, a energia. Esse insumo produzido pela intervenção do homem na natureza do Velho Chico era imprescindível, à época, para utilização pelo país de objetos ditos modernos e à industrialização da região Nordeste, considerada pobre e atrasada tecnicamente.

Esse sonho do progresso via eletricidade também foi partilhado pela região do Cariri cearense, ou seja, os anseios da elite caririense de industrializar essa espacialidade foram projetados enquanto expectativas e utopias⁵ em favor de uma dada modernização.

⁴ Ressaltamos, contudo que esse projeto não fora aceito pacificamente pelas alas da sociedade civil, mas motivou estopins de tensões e acirramentos de disputas econômicas e políticas. Por exemplo, de acordo com Silva, os *privatistas* e os *tupiniquins* viviam em constantes tensões em relação a quem deveria fornecer esse recurso no país, às tarifas a serem cobrados pelo serviço, quem o faria (concessão) e “os financiamentos de sua expansão”. (2011, p.15).

⁵ Pensamos aqui utopia, como uma projeção ideal, mas também mobilizadora do presente que teria como meta um fim. Ou seja, na documentação analisada, para este artigo, encontramos demasiadamente o termo “marcha”. Essa palavra simbolizava fortemente a ideia teleológica de um fim e que esse fim era um processo de evolução. Nas tramas discursivas analisadas utilizava-se o discurso do passado para legitimar as mudanças e o “progresso”, mas também havia manipulações de traços da tradição que foram ressignificadas para simbolizar as particularidades identitária e fomentar o crescimento econômico da localidade. Por exemplo, no caso do Cariri cearense, lembramos o folclore, por exemplo, a Banda Cabaçal, e a religiosidade popular em padre Cícero Romão Batista. A utopia, então, seria as idealizações do futuro feitas pelas imagens de expectativas do porvir e suas relações como motivadoras de ações no presente em vista da efetivação

Nesse momento, os intelectuais desse território procuram (re) afirmar as suas particularidades, mas ligando-as ao discurso do moderno. Por exemplo, os que se congregaram ao Instituto Cultural do Cariri (ICC)⁶, buscaram reinventar e dar visibilidade aos elementos que a destacava dos lugares circunvizinhos, a saber, eles eram: natureza, história e folclore (SILVA; GOMES, 2011). Conforme Marques, a inserção da ideia de moderno no Cariri a partir de 1950, não veio como um furacão que assolou as práticas tradicionais da região, nem tampouco engendrou a exterminação dos pormenores locais. Ela fora, para esse antropólogo, uma “modernidade encarnada”, em que havia a “coexistência entre estes fluxos”, ou seja, o moderno e a “ideia de tradição”. (2008, p.196).

Para isso, a sua elite intelectual, política e econômica criou o Comitê pró- eletrificação e industrialização do Cariri a fim de pelear na seara política nacional por esse recurso em 1949. Depois de vários embates políticos estaduais e federais o Cariri logrou ser atingido pela expansão das redes da CHESF, sendo vital a fundação em 1961, em seu território, de uma empresa elétrica mista para administração desse recurso energético, sua venda e expansão regional, a saber, a Companhia de eletricidade do Cariri (CELCA).

Objetivamos, neste artigo, analisar o cenário político-econômico em prol da eletrificação do Cariri, algumas construções imagético-discursivas do Rio São Francisco, sua vinculação a história do Cariri e o cenário político-econômico para a criação da CELCA. Nesse sentido, buscamos, a partir de indícios, as teias de relações entre a expansão da energia da CHESF ao Cariri e a imagem do rio nos discursos oficiais do governo e de J. Figueiredo Filho⁷ (JFF).

A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA CHESF E SUA EXPANSÃO PARA O CARIRI CEARENSE

dessa projeção futura, ou seja, a relação ínfima entre utopia e ideologia. Por isso, a construção na região dos Institutos Culturais, Escolas, faculdades privadas, emissoras de rádio e em 1949 do Comitê pró- eletrificação e industrialização do Cariri visando à energia elétrica da CHESF. Consoante Baczko, ao comentar a relação de utopia e ideologia para Karl Mannheim, afirmou que as utopias “são as aspirações, ideias e sistemas de valores dos grandes movimentos sociais que se exprimem” e que elas imprimem “a sua marca ao conjunto da cultura de uma época, constituindo um factor essencial de qualquer movimento de massas e de qualquer transformação histórico e social radical” (1985, p.351).

⁶ O ICC foi fundado na cidade do Crato em 1953 e tinha como finalidade “o estudo das ciências, letras e artes em geral, e, especialmente, da História e da Geografia Política do Cariri” (ITAYTERA, n.I, 1955, p.181).

⁷ José de Figueiredo Filho (JFF) nasceu na cidade do Crato-Ce em 14 de julho de 1904 e morreu no dia 29 de agosto de 1973. Graduado em Farmácia pela Faculdade de Farmácias e Odontologia do Ceará, escritor, folclorista, historiador, membro da academia cearense de Letras, sócio-correspondente do Instituto do Ceará, professor do curso de história da Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), especificamente da disciplina de história do Cariri, um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri (ICC) em 1953 e da Revista Itaytera (1955). Escreveu as seguintes obras: Renovação (1941); Meu mundo é uma farmácia (1948); Engenhos de rapadura do Cariri (1958); O folclore do Cariri (1962); Folguedos infantis caririenses (1966); História do Cariri (v.1,v.2,v.3, v.4) (1964) e Patativa do Assaré: novos poemas comentados (1970).

No segundo governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), o país vivenciava um diferenciado cenário político em relação ao Estado Novo (1930-1945). Nesse o grupo dos nacionalistas tinha força na política brasileira e o momento em que se situava era de uma conjuntura internacional de tensões diplomáticas e de conflitos armados no estopim da Segunda Guerra Mundial⁸. Nos anos que Vargas voltou ao poder pela segunda vez foi o momento em que o Brasil presenciou e experimentou uma aceleração técnica, econômica e cultural. Isso se acarretou no cenário internacional pelo fim da Segunda Guerra (1945) e o início da Guerra Fria, que, por sua vez, fracionou em dois pólos o mundo: de um lado os capitalistas e do outro os socialistas. Na batalha entre esses dois grupos, em seu confronto indireto, por meio da corrida armamentista e tecnológica, as aplicações perpetram-se em pesquisas de ponta para a produção de armas e tecnologias avançadas⁹ à época.

O Brasil pós-1945 estava galgando política e economicamente os ideais de uma República Democrática de cunho liberal e algumas ações de desobstrução da economia aos investimentos estrangeiros. Essa tolerância e assimilação do mercado nacional ao capital exterior estavam arredadas aos escopos radicais alegados pelo grupo dos nacionalistas, nem tampouco uma possível ação intervencionista do estado no controle dessas empresas e suas atuações na plaga brasileira. Vargas se deparou, desse modo, em seu segundo governo com grupos políticos e empresariais defensores da restrição das atitudes protecionistas do estado na economia da nação. Para Barreto (2010), mesmo assim auferiu mover a construção de projetos nacionalistas. O primeiro cativou a população e a imprensa, pungindo a sua participação ativa nas ruas em prol de defender a campanha *o petróleo é nosso*, que, por sua vez, incorporava o projeto de edificação da Petrobrás (1953). Não obstante, sua ideia de conceber uma empresa nacional responsável pela produção de energia elétrica, a Eletrobrás, não foi bem recebida pelas empresas estrangeiras detentoras da concessão de uso, geração e venda desse insumo no país. Sendo, então, esse plano contestado e embargado no legislativo durante anos.

Criar a Eletrobrás para Vargas resolveria os entraves que se faziam urgentes para o país atuar no campo da energia elétrica através de sua intervenção e tutela na produção e expansão desse recurso. Para Leite (1996), o presidente já vinha pensando sobre a

⁸ Para Rémond, “na ordem dos sentimentos, a guerra e suas atrocidades, o “universo dos campos de concentração”, o extermínio sistemático de milhões de judeus deixam traços duradouros”. (1974, p.130).

⁹ Segundo Sevcenko, “após a guerra houve uma retomada do desenvolvimento científico e tecnológico, mas já era patente para todos que ele transcorria à sombra da Guerra Fria, da corrida armamentista, dos conflitos localizados nas periferias do mundo desenvolvido, dos golpes e das ditaduras militares no chamado Terceiro Mundo. Quaisquer que fossem os avanços, o que prevalecia era a sensação de um apocalipse iminente” (2006, p.16).

construção desse empreendimento desde a chegada ao seu gabinete, no dia 4 de abril de 1944, do projeto de constituição de uma hidrelétrica para atender a região do Nordeste.

Essa proposta tencionava uma intervenção do Estado nesse setor de serviços em prol dessa região, pois o Sul e Sudeste eram atendidos por dois grupos privados que possuíam a concessão para a realização desses serviços, a *Light* e Amforp. Essas empresas não viam o Nordeste com bons olhos para a realização deste alto investimento financeiro em prol do fornimento de energia elétrica. Uma dessas alegações de recusa feita pelas empresas estrangeiras foi que esse território despossuía um quadro oportuno de consumidores e, conseqüentemente, o retorno dos gastos com a expansão das redes não seria suprido em um curto espaço de tempo. Segundo Penteadó Júnior e Dias Júnior, nessa época,

O setor elétrico começava a conhecer uma série de crises, marcadas, inclusive, por períodos de racionamento. O Estado vê-se obrigado a intervir no setor. Foi significativa a criação, pelo governo federal, da Chesf, em 1945, para fornecer energia a projetos industrializantes no Nordeste, pela primeira vez, o estado lançava-se diretamente na construção de usinas hidrelétricas. (1994, p.253).

Para eles, a eletricidade estava imbuída pela associação desse recurso energético ao desenvolvimento de modernização e transformações econômico-sociais dos territórios que o recebiam. Juntavam-se também duas projeções de ideias. A primeira proveniente do século XIX, que vinculava a chegada da eletricidade ao progresso, portando, por exemplo, o Brasil, a partir desse advento, a caçar empresas de cunho privado e de iniciativas individuais para o fornecimento dessa energia. E, por fim, a edificada no século XX, que aventava o advento da energia elétrica em uma região ou país perante um ínfimo liame com o processo de industrialização. (1994, p. 253).

Nesse sentido, com a criação da CHESF em 1945 e o início da construção da Usina de Paulo Afonso I, encetada em 1955, os políticos carienses empeçam a visualizar a exequibilidade de sua região ser atingida pelas redes dessa hidrelétrica. A partir dessa expectativa cogitam que a eletricidade potente e ininterrupta produzida pelas turbinas de Paulo Afonso fomentaria a industrialização regional. Tal discurso fazia-se ressoar no próprio projeto de criação da CHESF pelo governo federal, que enfatizava como de grande importância e premência para o semiárido brasileiro tê-la. Para Lobo, a “Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF) também foi concebida pelo governo como agente modernizador do Nordeste, dentro de um programa nacionalista desenvolvimentista” (1997, p. 340).

Os estados que compunham essa região procuram também entrar na disputa política a fim de serem contemplados pelas redes de Paulo Afonso. Os políticos cearenses não ficam de fora dela e do levantamento de fundos financeiros para custear as obras de instalações das redes no estado, caso se obtivesse seu desenlace na seara nacional. Em relação a isso, o Ceará conseguiu emendas parlamentares e verbas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, de acordo com Jucá (2003), em maio de 1959 o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) dispôs em caixa a quantia de 20.000.000,00 de cruzeiros para a eletrificação estadual. Consoante Leite (1996), o mal estar da elite cariense foi logo após a entrevista realizada por Colombo de Sousa e assoalhada no Jornal *O Povo*. Nela mencionou que “embora a área de abrangência da concessão da CHESF, um círculo de 450 quilômetros a partir do local da usina, incluísse 25 municípios do sul do Ceará nenhuma palavra era dada sobre o assunto” (1996, p.216).

Ao saberem dessa má notícia um grupo de caririenses formado de líderes políticos, comerciantes e intelectuais (bacharéis, professores da Faculdade de Filosofia do Crato, padres da Diocese do Crato, radialista etc) organizou-se em um comitê pró- eletrificação e industrialização do Cariri em 1949. Para Leite (1996), os caririenses associam-se e arrumam-se politicamente para promover debates e encontros públicos para obter a eletricidade produzida pelas usinas de Paulo Afonso com o intento de iluminar a região do Cariri cearense. Esse comitê compôs-se por juazeirenses, barbalhenses e cratenses, tendo como presidente o Hildelgado Belém de Figueiredo¹⁰ e cerne, para a realização de suas plenárias, Juazeiro do Norte.

Em 1952 o presidente Getúlio Vargas inaugurou a primeira turbina da Usina de Paulo Afonso I, todos os estados do Nordeste procuram fazer uma caravana oficial para lhe falar e solicitar a necessidade daquele serviço energético para seus territórios. O Cariri, entretanto, fez uma comissão à parte do Ceará. O Comitê ficou confiante com a declaração do Presidente da República sobre a eletrificação do sul do Ceará e ameniza as suas ações em prol da eletrificação da região, pois a tinha como certa.

Os deputados Manoel Novais¹¹ e Virgílio Távora¹² conseguiram verbas para a eletrificação do sul do Ceará com o Departamento Nacional de Obras contra a Seca

¹⁰ Medico. Destacamos também que fez um estágio nos Estados Unidos da América.

¹¹ Nasceu em Floresta Pernambuco (PE) em de março de 1908 e morreu em 23 de janeiro de 1992. Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Possuidor de uma larga trajetória política, por exemplo, foi participante da Campanha Aliança Liberal (1929-1930), deputado pela Bahia (1933-1937), fundador do Partido Republicano da Bahia, eleito de Deputado Constituinte (1945-1952); (1954-1964) e através da Aliança Renovado Nacional (ARENA) se reelegeu deputado de 1964-1979 etc. Presidiu também a Comissão Permanente de Transporte e Cominações e a Comissão Especial da Bacia do São Francisco e da Comissão

(DNOCS), garantindo, assim, a participação do estado no projeto de expansão da CHESF, mas alegando que desconcordavam com a linha de força pensada para o Cariri de 135kv. Pois, para eles, a força dessa rede não permitia sua expansão ao restante do estado. Para Leite, “as forças políticas lideradas pelo deputado Virgílio Távora insistem que a linha de transmissão para o Cariri seja feita com tensão de 220 Kv” (1996, p.217). Conforme Silva Filho, essa bancada que defendia a eletrificação do Ceará, (re) afirmava, outrossim, a necessidade da terra cearense em se integrar ao “processo de modernização produtiva do país” fora “acentuado durante o governo de Juscelino Kubitschek” (2008, p.37).

Nesse neopalco de irresoluções e propostas por parte da bancada defensora da eletrificação do Estado, os caririenses inquietam-se com o plano de eletrificação total do Ceará e a especulação de um presumível abandono do *Sistema Cariri*. No ano de 1956, em meio a esse projeto do deputado Távora e das especulações sobre a permanência ou não do *Sistema Cariri*, os caririenses (re) organizam o comitê pró-eletrificação e industrialização de sua região e (re) compõem seu quadro de representantes. Que, de acordo com Leite, tinha a seguinte formação:

Presidente, Dr. Hildegardo Belém de Figueiredo; 1º vice, Dr. Décio Teles Cartaxo; 2º vice Ernani Brígido Silva; 1º Secretário, Dr. Geraldo Menezes Barbosa; 2º Secretário, Zilberto Fernandes Telles; 1º tesoureiro, Odílio Figueiredo; 2º tesoureiro, Elony Sampaio; comissão de propaganda: Wilson Machado (Rádio Araripe); Coelho Alves (Rádio Iracema); J.Lindemberg de Aquino (Rádio Araripe); Espedito Cornélio (Rádio Iracema); Dr. Antonio Fernandes Telles (associação comercial do Crato); Edmundo Morais (associação comercial de Juazeiro do Norte). Comissão de defesa: Prefeitos de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, Dr. Derval Peixoto, Dr. Geraldo Menezes Barbosa e Sr. Neroly Filgueira. (1996, p.217).

Consoante Leite (1996), o plano de eletrificação total do Ceará poderia suceder, para os caririenses coadunados nesse comitê, duas sequelas: o retardamento da chegada da energia elétrica ao Cariri ou um possível suprimento dessa obra por insuficiência de verbas, caso contemplasse todo o Estado. À vista disso, os discursos dos poderes públicos alegavam que se tinha conseguido recursos para a construção das linhas elétricas do Sistema Cariri, orçado em torno de 120 milhões de cruzeiros, e que para realizar o projeto de Távora era necessário o recurso financeiro de 610 milhões de cruzeiros.

Mista que tinha a finalidade de analisar a viabilidade econômico-financeira da Companhia do Vale do Rio Doce.

¹² Nasceu em Fortaleza-Ce em 27 de setembro de 1919 e morreu em 3 de junho de 1988. Em 1953 fez o Curso na escola superior de Guerra, sua trajetória política fora vinculada a União Democrática Nacional (UDN) e destacamos os seguintes cargos políticos que ocupou: Deputado Federal (1951-1959); no Governo de João Goulart foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas; em 1962 elegeu-se governador do Estado do Ceará.

As forças políticas da região do Cariri receberam essa notícia com pesar e empenham-se de todos os modos, via Comitê, roborar o movimento em prol da eletrificação do sul cearense. Nesse embate político que adquiriu proporções nacionais, o parlamentar estadual Wilson Roriz foi um dos defensores da região na Assembleia Legislativa. Segundo Leite, esse deputado em entrevista ao jornal *Unitário* em 24 de novembro de 1957 disse o seguinte: “se Fortaleza tiver, em 1960, energia de Paulo Afonso, terei o máximo prazer em me sentar numa cadeira elétrica em plena Praça do Ferreira, para receber toda a carga que ela jogar no Ceará. E quero que o Virgílio vá apertar o botão” (1996, p.218).

Virgílio Távora, então, passou a ser avistado como inimigo do Cariri ao perfilhar esse projeto, que, para o comitê, lesava e desservia o crescimento econômico e a industrialização do sul cearense. A Câmara Municipal de Juazeiro do Norte no dia 20 de setembro de 1956 discutiu na plenária uma nota alastrada pelo *Lins Club do Crato*¹³ que situou Virgílio Távora, como perseguidor da região e seu projeto como empecilho ao seu desenvolvimento econômico.

Os edis juazeirenses, nesse mesmo dia, requerem, com urgência, a remessa para todas as câmaras municipais do sul do Estado de uma carta de convocação para se congregarem em prol da luta e reivindicação em favor da eletrificação do Cariri aos órgãos competentes. Essa união, tencionada por essa câmara, era corroborada pela desavença contra um oponente comum (Távora), em favor do bem dos caririenses e com a finalidade de resguardar a participação da região no projeto de expansão da CHESF. Ressaltou também o vereador José Wilson que o *Lins Club de Juazeiro* deliberou algumas ações e negociações com as autoridades federais sobre esse assunto (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE (ACMJN), caixa 297, 20 de setembro de 1956, p.08b).

O comitê pró-eletrificação e industrialização se (re) organizou. Seu presidente o Dr. Hildegardo Belém Figueiredo requisitou o assentimento da Câmara Municipal de Juazeiro para representar os munícipes, pois se preparava para ir ao Rio de Janeiro a fim de proferir pessoalmente com o presidente da República e defender o plano de eletrificação do Cariri. Sua solicitação foi bem apreciada pelos edis, mas também o prefeito requisitou que em sua companhia, nessa função de mediação, fosse Dr. Antonio Conserva Feitosa¹⁴. Esse

¹³ Fundado no dia 22 de junho de 1937 e tinha como presidente Irineu Nogueira Pinheiro.

¹⁴ Nasceu em Triunfo-Pe no dia 14 de janeiro de 1907 e morreu 26 de dezembro de 2007. Em 1934 graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Pernambuco e em 1930 diplomou-se pela Escola Superior de

político não aceitou o invite, sendo, assim, disponibilizada essa autorização para o presidente do comitê. (ACMJN, caixa 297, 25 de setembro de 1956, p.13b).

O Comitê (re) bosquejou um itinerário de reuniões e sessões, sendo retomadas efetivamente em 30 de dezembro de 1956. No dia 29 de setembro do mesmo ano chegou à Câmara um ofício de Belém Figueiredo convidando os vereadores para essa plenária que ocorreu no domingo às 09h30min no Grêmio Monsenhor Joviniano Barreto. (ACMJN, caixa 297, 29 de setembro de 1956, p.17a). A tensão engendrada pelo presumível insucesso desse benefício proporcionou as discussões da Câmara de Juazeiro um teor de convocação e de arregimentação de soldados em prol da eletrificação e industrialização cariense. Para Silva Filho, essa “atmosfera atravessada por rápidas mudanças na economia, na cultura e na demografia” foi importante para que a questão energética assumisse uma “exponencial relevância- que ajuda a entender por que o referido projeto de um sistema elétrico exclusivo para o Cariri conseguiu promover tamanho mal-estar na seara política estadual”. (2008, p.57).

Nesse momento, as dessemelhanças intrarregionais colocam-se em segundo plano, os poderes públicos de Juazeiro, Crato e Barbalha passam a si visitar, constroem espaços de debates e idealizam ações tendo em vista a energização regional. Em visitação dos representantes da Câmara de Crato e Barbalha aos vereadores juazeirenses reforçam a importância da união dessas urbes para tutelar o esboço de eletrificação do Cariri, cuja abrangência era de 31 municípios. Nesse dia se propôs e deliberou a organização de mesas redondas a fim de levar essa discussão às cidades (ACMJN, caixa 297, 20 de outubro de 1956, p.29a).

Em 14 de outubro do mesmo ano fez-se uma mesa redonda em torno dessa temática, tendo como pauta o aprestamento da região para obtê-la e as especulações das possíveis lutas políticas pleiteadas a fim de consegui-la. Segundo Dr. Mozart Cardozo de Alencar¹⁵, nesse encontro, houve uma ênfase político-partidária. Por isso, solicitava aos presentes que os ânimos fossem concentrados exclusivamente para este objetivo: a

Guerra. Foi residir em Juazeiro do Norte a fim de exercer sua profissão no erário municipal em 1943 a 1950 e depois no Serviço de Assistência Médica (1953-1957). Médico do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) a partir de 1958-1966 e fincou moradia em Fortaleza em 1966. Foi presidente e um dos fundadores do *Rotary Club de Juazeiro do Norte*, deputado estadual em 1951-1954 e prefeito de Juazeiro do Norte (1959-1963). Segundo Bem Filho, “foi o representante do município de Juazeiro o Norte” junto a CHESF no ano “de 1947 a 1952” para viabilizar a eletrificação da região do Cariri (2000, p.78).

¹⁵ Conforme Bem Filho (2000), ele nasceu em Barbalha-Ce no dia 28 de maio de 1903 e morreu em 15 de dezembro de 1996. Médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi morar em Juazeiro do Norte (JN) em 1931, foi médico do Padre Cícero Romão Batista, vereador em JN (1948-1950) (1955-1958), prefeito de JN (1973-1975) e sócio do Centro Juazeirense de Cultura.

eletrificação do Cariri. Dr Francisco Augusto Tavares alvitrou organizar novamente uma mesa de debates sobre o assunto, mas desta vez composta por técnicos e especialistas sobre o tema. (ACMJN, caixa 297, 17 de outubro de 1956, p.25b).

A cominação do grupo político de Virgílio Távora, para os poderes públicos juazeirenses, reforçava-se a cada sessão. Nesse ritual do tornar presente e atual as notícias em torno das querelas desse movimento se liam manchetes de jornais da Capital e traziam-se objetos para causar comoção aos presentes. Tais liturgias políticas de sensibilização e reforçamento desse ideal coletivo motivavam-se pelo senso de pertença ao território do Cariri. Para isso, intensificava-se a necessidade da proteção do sul do Ceará contra as coações da Capital cearense, cujo objetivo, para os políticos do sul do estado, era atravancar a modernização e industrialização caririense. Por exemplo, em 1 de outubro de 1956 o edil Dr. Francisco Augusto Tavares, com dois volumes em suas mãos, mostrando aos presentes dizia que neles se defendiam o encerramento dos planos de eletrificação do Cariri. Dessa forma, para ele, “o Cariri está ameaçado passar mais 10 ou 20 anos às escuras, apelou ao povo do município e toda zona sul do estado, para intensificar seus esforços e trabalhar em prol da eletrificação do Cariri”. (ACMJN, caixa 297, 1 de outubro de 1956, p.19a).

Solicitava-se à Câmara Municipal de Juazeiro do Norte a edificação de um pelotão de defesa desse projeto cujos líderes seriam constituídos pelos poderes públicos das cidades que compunham o Cariri. Como também deliberam a expedição de telegramas, argumentando os pontos benfazejos desse esboço e seu mérito, ao General Teixeira Lott¹⁶, chefe da casa militar, e ao Nelson Melo¹⁷, presidente da Companhia Hidroelétrica de Paulo Afonso. Deixava discriminado, nessa documentação, que a proposta de Virgílio Távora era “um atentado a economia do Ceará” e, para o vereador Augusto Tavares, fazia-se necessário à formação e fundação de um grupo compacto e apartidário para defendê-lo, ou seja, robustecer o almejado *Sistema Cariri*. Ponderam, assim, a exiguidade regional desse insumo e a impossibilidade de esperá-lo por mais 5 ou 6 anos e aspiram que a sua vinda promoveria um avanço no processo de industrialização e modernização de sua terra. (ACMJN, caixa 297, 17 de outubro de 1956, p.25b). Nesse intento, a câmara enviou o seguinte telegrama aos deputados federais e estaduais cearenses:

¹⁶ Henrique Teixeira Lott nasceu em Sítio (MG) em 16 de novembro 1894 e faleceu em 19 de maio de 1984. Seguiu uma carreira militar, chegando a ser Ministro da Guerra. Realizou um golpe após a morte de Vargas (1954) a fim de assegurar a vaga da presidência ao candidato que seria eleito, ou seja, Juscelino Kubitschek.

¹⁷ Nasceu em Santana do Livramento (RS) em 20 de agosto de 1899 e morreu em 3 de janeiro de 1989. Militar e apoiou o golpe dado pelo General Teixeira Lott a fim de assegurar a eleição e manutenção de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

A Câmara Municipal de Juazeiro interprete do pensamento do povo deste município protesta energicamente o plano que visa modificar o sistema de eletrificação do Cariri desposado Vossa Excelência. Apelamos que reconsiderem essa atitude pt. Essas propostas visam protestar a vinda da energia de Paulo Afonso ao Cariri, são contrários aos justos anseios dessa populosa região. Consideramos extemporânea atitude e vosmecês gesto deselegante, anti-político, anti-econômico, lesivo aos interesses do próprio Ceará (ACMJN, caixa 297, 17 de outubro de 1956, p.25b).

No tocante a proposta de sondar os procedimentos e a burocracia técnica dos engenheiros da CHESF, que faziam a análise do Sistema Cariri e da instalação das redes de Paulo Afonso no Cariri, a Câmara Municipal alvitrou ao prefeito de Juazeiro do Norte titular uma comissão composta pelos membros do Comitê pró-eletrificação do Cariri para conversar e entender-se com eles. Objetivavam, outrossim, averiguar quais os possíveis empecilhos encontrados pelos engenheiros em relação à validação do plano financeiro de instalação das redes da CHESF na região. Na euforia das sessões da câmara, motivadas pelo desconhecimento das causas que estava retardando o resultado dessa análise técnica, o edil Francisco Augusto Tavares obsecrou a palavra e com o Jornal *O Povo*, em mãos, proferiu um editorial ratificando que o povo do Cariri corroborava com o projeto de Virgílio Távora. Essa fala do vereador provocou um mal estar entre seus pares, impelindo, destarte, o vereador Dr. Mozart de Alencar solicitar a casa um protesto oficial contra “as mentiras constadas no editorial”. (ACMJN, caixa 297, 18 de outubro de 1956, p.26b).

Os conflitos políticos de defesa do Sistema Cariri e do projeto de eletrificação total do Ceará eram tensos, estando à frente dessa disputa em favor da região caririense os deputados José Colombo de Sousa¹⁸ e Wilson Roriz. Para eles, segundo Silva Filho (2008), fazia-se primordial ao Estado à eletrificação do sul cearense, tendo em vista o incremento de sua infraestrutura e seu desenvolvimento econômico, como também a edificação de uma base competitiva em relação as suas circunvizinhanças. Esse serviço, portanto, foi essencial enquanto condição indispensável à instalação e suporte produtivo para as empresas na região. Levando em consideração, que possuíam uma maquinaria consumidora de uma energia elétrica ininterrupta e a necessidade de sua utilização para o impulsionamento da produção fabril.

As argumentações da Assembleia Legislativa ressoavam nas Câmaras Municipais do Cariri, por exemplo, em sessão da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte estimulou-se

¹⁸ De acordo com Bem Filho (2000), ele nasceu em Itapipoca-Ce no dia 03 de março de 1913 e morreu em 30 de agosto de 1987. Bacharelou-se em 1937 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, professor, historiador, desembargador e escritor, prefeito interino do Crato-Ce, deputado federal por três legislaturas e membro do Partido Social Progressista.

e fez-se um voto de pesar pelos ultrajes e enalços sofridos pelos defensores do Cariri naquela Casa do Povo. Iniciaram, dessa maneira, o forjamento da imagem dos soldados e mártires que se estavam sacrificando pelo bem da eletrificação caririense. Esses rituais políticos exprimidos pelas palavras procuram associar-se e localizar os personagens e a região em um quadro de tensões políticas e econômicas. Isso, por sua vez, envolvia-se pelas penumbras da dicotomia bem e mal, defensores e opressores, os que queriam a modernização e industrialização do Cariri e os que granjeavam retroceder as suas conquistas. Por exemplo, em sessão do dia 19 de outubro de 1956, os poderes públicos juazeirenses tecem uma homenagem ao parlamentar Wilson Roriz, que corajosamente intercedeu a favor do plano de eletrificação do Cariri e foi criticado na Assembleia Legislativa (ACMJN, caixa 297, 19 de outubro de 1956, p.28a).

Em 1957, esse mesmo deputado, em entrevista ao Jornal *Unitário*, disse de forma extrema que se Fortaleza conseguisse primeiro a energia de Paulo Afonso pegaria uma cadeira elétrica, instá-la-ia na Praça do Ferreira e chamaria o parlamentar Távora para apertar o botão de ligamento da máquina. Essas palavras ecoam e servem como discurso marcante para a invenção de mártires dessa causa. Esse deputado desprecisou cumprir essa promessa disseminada pela imprensa do Ceará, pois o Sistema Cariri foi aprovado pelos seguintes engenheiros da CHESF: Antonio José Alves de Souza e Octávio Marcondes Ferras. Mas rejeitado o plano original de 132 KV e aceita a proposta de Távora da potência de 210 KV. Dessa forma, também ocorreu a contemplação do projeto de eletrificação total do Ceará.

Em 1959 adveio a *Festa do Poste*, etapa essa em que o Cariri jubilava a inauguração do primeiro poste fincado em seu território, símbolo de expectativas das mudanças ansiadas após o funcionamento da Companhia de eletricidade do Cariri, que se sucedeu, efetivamente, em 28 de dezembro de 1961.

O RIO SÃO FRANCISCO E O CARIRI

Os discursos do governo federal de redenção do Nordeste doravante produção energética do rio São Francisco frisavam que tal empreendimento possibilitaria atrair indústrias à região para desenvolvê-la. Esses, por sua vez, permeavam-se pela (re) invenção da imagem do Velho Chico como civilizador. Sendo já nomeado de São Francisco, emblema Cristão-Católico que reforçava uma prédica de pobreza e caridade. Os discursos oficiais, dessa forma, empecam a asseverar outras imagens para validar a primeira ingerência do país nessa área de serviços dominada pelas empresas estrangeiras,

por exemplo, a *Light*. Empenhamos, portanto, neste tópico, averiguar como elas foram forjadas no Diário Oficial e, de uma maneira mais especial, as suas apropriações pelos intelectuais caririenses no desvelamento de edificar um elo de sentido entre a história do Cariri e o Velho Chico.

Para a constatação da expansão das redes elétricas da hidrelétrica de Paulo Afonso foi impreterível subjugar a proposta ao comitê de técnicos nacionais. Esse grupo do governo compôs-se por uma estafe especializada/mista Brasil e Estados Unidos. Isso representou a continuidade da dependência do país ao capital exterior, especificamente no projeto de construção dessa usina, sua ampliação e em relação com o financiamento estadunidense nos primeiros anos denominados de Guerra Fria. Para Silva (2011), essa postura do Segundo Governo de Vargas (1951-1954) fez-se na tentativa de conciliar os grupos dos tupiniquins e os privatistas que compunham as forças políticas do governo,

Sendo assim, a composição do centro diretivo de política econômica do governo, apesar da posição nacionalista do presidente, foi marcada pela característica já notória no seu primeiro governo (1930-1945): conciliar as diversas forças políticas do país presentes no governo. Tal centro foi dividido em dois órgãos: a Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República e o Ministério da Fazenda, no qual operou a partir de 1951 a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU). (2011, p.70).

O financiamento estadunidense conectava-se aos acordos de diplomacia, de apoio mútuo em questões políticas e econômicas. Para isso, o controle dessa verba fazia-se através da conjectura de uma equipe norte-americana que buscava verificar a rentabilidade e a pertinência do investimento nas regiões designadas para a expansão das redes da CHESF.

Esses técnicos-engenheiros eram funcionários do Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e chegam ao Nordeste em 1955 para inspecionar as obras dessa hidrelétrica em Recife e Salvador, como também ao Cariri em vista de constatar a possibilidade e viabilidade do *Projeto Cariri*. Para isso, segundo o Diário Oficial publicado no dia 6 abril de 1955, os técnicos da comissão mista solicitaram a seguinte petição: “1-Programa de expansão do sistema de Paulo Afonso; 2- estudo dos Sistemas do Cariri e do São Francisco” (1955, p.5970). Essa notícia da vinda desses técnicos a região e detentores de tais objetivos vivificam e tonificam as expectativas da elite caririense congregada no comitê pró-eletrificação e industrialização do Cariri.

Antes disso, tencionamos analisar a construção de imagens sobre o rio e seu nexos com o Nordeste no Diário Oficial. Esse documento de afirmação oficial delimita, convoca,

unifica e notifica através do poder da escrita às decisões que afetam a vida cotidiana, as necessidades básicas da população, suas questões políticas e econômicas. A relação entre natureza e cultura, nesse documento, estava concatenada à dominação, disciplinarização e controle pelo homem, através da técnica, das fúrias das águas do São Francisco. Essa ideia não se enleava somente a finalidade de levar esse insumo às regiões em prol de industrializá-las, mas também se bricolava pelas construções imagético-discursivas do ideário de conforto que proporcionaria ao Nordeste pós-eletrificação.

Veja-se o contraste da cachoeira, antes e depois desta intervenção disciplinadora. Ontem, era o rio livre e rebelde, a precipitar-se num esbanjamento de força e a ostentar um espetáculo em que somente a beleza compensava a sensação da riqueza desperdiçada. Hoje está aí um São Francisco diferente, parcialmente domado em seus impostos e colocados a serviço do homem, como fornecedor de energia e bem-estar. (DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL, 17 de janeiro de 1955, p.754).

A história foi evocada em sua ideia de progresso, força de cessação do ciclo da natureza através da ação do homem e andejar desse em direção ao fito de uma presumível bonança. O rio São Francisco perdeu a sua áurea de deus para ser manipulado e controlado pelas forças humanas a fim de acentuar um processo civilizatório¹⁹, suas produções e transformações materiais. Sendo assim, “agora o que já mais impressiona aqui não é o quadro da natureza, mas o inspirado no deslumbramento da paisagem, surge uma poesia de novo tipo, em que a eletricidade aparece como fonte de uma civilização nova e manancial de melhores dias para os habitantes do Nordeste” (DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL, 17 de janeiro de 1955, p.754).

O ciclo natural do flume, sua atuação e intervenção na vida rotineira das populações dependentes de suas águas mudam em fins da década de 1950. Em tempos passados o flúmen promovia a abundância através de suas cheias, umidificando os seus vales e possibilitando o plantio aos camponeses nordestinos. Em 1955 os discursos dos poderes públicos defendiam a sua restrição pela técnica moderna para transmutar a força hídrica em energia elétrica. Esse projeto passou a ser versado, com base nas imagens e discursos propalados pelo Diário Oficial, como instrumento impar para a irradiação de “múltiplas formas de industrialização e progresso” (DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO

¹⁹ Consoante Elias, “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Mas, evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa “civilização”, pretendendo efetivá-la gradualmente através de medidas conscientes, “racionalis”, deliberadas. Claro que “civilização” não é, nem o é a racionalização, um produto da “ratio” humana ou o resultado de um planejamento calculado a longo prazo”. (1994, p.193).

FEDERAL, 17 de janeiro de 1955, p.754) e incrementar a união nacional no âmbito político e econômico. O Velho Chico foi utilizado também enquanto um elemento natural, como via de unidade geopolítica do país. O forjamento, assim, da ideia de remição econômica do Nordeste através da eletricidade produzida pela CHESF balizou-se pelo ideal de progresso e industrialização.

Para a União, a industrialização e construção de um mercado consumidor de bens duráveis para essa região era imprescindível, sendo para isso elementar o guarnecimento da energia elétrica. Com esse intento de aditar a produtividade e o mapa dos consumidores expõem-se pelos poderes públicos, na fonte aqui analisada, como alicerce para a intervenção do Governo Federal nessa seara de serviço. A eletricidade produzida pela CHESF provocaria, segundo a ideologia liberal contida na escrita do Diário Oficial,

A elevação do nível de vida do nordeste através da melhor a capacidade aquisitiva de seu habitantes e do seu ritmo de produtiva de seus habitantes e do seu ritmo de produtividade, será sob todos os aspectos um excelente negócio para os homens do sul, ao mesmo tempo que descortinará para as populações locais, novos horizontes de prosperidade e conforto. (DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL, 17 de janeiro de 1955, p.754).

Nessa fonte, delimitou-se, outrossim, a zona de atuação e prolongamento da CHESF, a saber, o chamado *Polígono das Secas*. De acordo com esses discursos dos poderes públicos, a eletricidade a possibilitaria inserir um maquinário tecnológico que viabilizaria a irrigação da terra e rarearia o êxodo rural. Destacamos três expectativas dos discursos expostos nesse documento oficial tendo em pauta a criação da Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso: 1- a eletricidade produzida pela CHESF levaria a Civilização ao Nordeste; 2- que esse recurso o colocaria no mesmo patamar de igualdade material a região Sul-Sudeste; 3- provocaria o crescimento econômico e industrial do país de uma forma igualitária.

Para pensarmos como esses discursos foram apropriados pela elite caririense, analisamos o discurso feito por J. Figueiredo Filho. Ratificamos a propensão do discurso produzido por esse intelectual, pressupondo seu *lugar social* e sua consolidação no *campo* de pesquisa da história do Cariri à época. Por exemplo, foi professor de História do Cariri da Faculdade de Filosofia do Crato²⁰, única faculdade na região na década de 1950, e um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri (ICC). A publicação dessa matéria

²⁰ Fundada no dia 6 de dezembro de 1959 e em 1986 incorporada às outras instituições de ensino superior existentes na região do Cariri para a fundação da Universidade Regional do Cariri (URCA).

propagou-se na Revista do ICC, Itaytera, em 1956. Como, então, JFF, em sua (re) escrita da história do Cariri relacionou o Cariri ao São Francisco? Como ele se apropriou da imagem da eletrificação produzida pela CHESF?

O título dela sugere um pouco como JFF colocou-se sobre esse discurso oficial. Ele era o seguinte: “A civilização que veio pelo São Francisco” (ITAYTERA, n.II, 1956, p.7). Esse intelectual no forcejamento de (re) escrever a história da região do Cariri, a partir das expectativas de progresso econômico e modernização regional, marcou-se pelo discurso de participação do Cariri no aproveitamento do insumo energético da CHESF. As questões do presente fizeram-no (re) construir toda a história do Cariri, buscando colocar em relação essa espacialidade e o Rio São Francisco. Esse engendramento do passado serviria para corroborar e sancionar que essa região desde tempos remotos beneficiou-se do Velho Chico. Primeiramente, por meio da determinação natural, do seu convívio com os Índios Cariris, dos percursos fornecidos aos desbravadores do sertão e a colonização pelos brasileiros brancos e mestiços dessa terra. Segundo ele,

O Cariri cearense é filho da expansão povoadora, vinda pelo rio S. Francisco e seus afluentes, entre os séculos XVII e XVIII. Foram Brasileiros brancos e mestiços da Bahia, Sergipe e Pernambuco, os primeiros portadores da civilização, a penetrarem nesta sub-região, atraídos pelo sortilégio de novas pastagens para o gado. O silvícola, encontrado na terra pelo civilizador, também chegara, entre os séculos IX e X, depois de Cristo, pelas mesmas estradas apontadas, pelos afluentes do S. Francisco. (ITAYTERA, n.II, 1956, p.7).

Para testificar a ideia do Rio São Francisco como civilizador do Cariri se evocou, para isso, as imagens-discursivas criadas sobre o mito da origem da região. Esse dispositivo foi fundamental para (re) construir a identidade regional a partir de 1950 e dar sentido aos seus empreendimentos de tecer uma nova história do Cariri a partir de seu elo com esse rio. Para isso, JFF aquiesceu com os estudos feitos por Tomás Pompeu Sobrinho²¹ em seu trabalho sobre “As origens dos Índios Cariris”. Sobrinho, nessa análise, criticou o etnólogo alemão Von Martius²², pois o mesmo afirmara que os Índios Cariris habitavam até a região do Acaraú no Ceará. Segundo ele,

²¹ Nasceu em 16 de novembro de 1880 na cidade de Fortaleza- Ce e faleceu em 9 de novembro de 1967. Engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto, geógrafo, antropólogo e historiador. Membro efetivo do Instituto do Ceará. Exemplificando as várias obras publicadas por ele, tanto como artigos na Revista do Instituto do Ceará e livros, temos a seguinte: A “Proto-história cearense” publicada em 1946.

²² Nasceu em 1794 em Munique e faleceu em 1868. Médico, botânico e antropólogo. Chegou ao Brasil na comitiva da Grã-duquesa austríaca Leopoldina e publicou a monografia “Como se deve escrever a história do Brasil”.

Apesar de já ter sido satisfatoriamente demonstrado que estes ameríngos, no Ceará, não habitaram as regiões centrais, limitando o seu domínio ao sul Estado, especialmente ao Vale do rio Salgado e a zona fresca do vale que tomou a denominação tribal, conspícuos divulgadores da história do Brasil continuam propagando noções erradas a respeito do habitat deste povo (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1950, v. LXIV, n.LXIV, p.318).

Percebemos que a concepção de JFF do São Francisco legitima a sua imagem de “rio civilizador” e sua ligação com a formação do Cariri, vinculando-se, assim, diretamente as correlações entre as determinações naturais e culturais. Segundo ele, “a missão do grande rio é eminentemente civilizadora, não só para o Vale caririense como importante trecho para nosso Brasil” (ITAYTERA, n.II, 1956, p.14). As etnias que chegaram ao território do sul do Ceará para habitá-lo, para esse intelectual, foram por meio também desse rio. A primeira era a simbiose do silvícola ao ambiente, que se considerava parte desse organismo vivo, um pedaço do sistema de equilíbrio da mãe terra, não apenas respeitava a natureza, mas era parte dela, cuidava-a como estivesse cuidado de si mesmo, dos seus. Dessa forma, deixava-se levar pelos ciclos naturais, pois as formas simples da técnica de sobrevivência que tinham e o desconhecimento das causas dos fenômenos da natureza os colocavam a mercê da força desse ambiente.

Procurando ressignificar as imagens bíblicas do paraíso da terra e a terra onde emana leite e mel, os intelectuais em torno do ICC enobrecem a natureza da região, sua beleza e riqueza agenciando indícios construídos no século XIX, a título de exemplo, os relatos de viajantes e naturalistas que vieram à região como o George Gardner, que se encantara com a beleza do Vale do Cariri e sua serra do Araripe. Para Pinheiro²³, “há mais de cem anos o naturalista escossês George Gardner, em um raptó de lirismo, exprimiu as sensações que lhe vincaram a alma para sempre no dia em que chegou ao Crato [.....]. Tanto mais lhe deleitaram os olhos as paisagens caririenses quanto acabara ele de viajar do Aracati a Crato” (2010, p.07) . No fim da citação de Gardner, Irineu Pinheiro concluiu desta forma: “É verdade podemos considerar o Cariri uma zona à parte no interior do Nordeste” (2010, p.07). Segundo as impressões de Gardner,

Partimos às quatro horas. Passámos a noite em um engenho chamado Guaribas, ao pé da Serra de Araripe, cerca de léguas e meia ao oeste de Crato. Ao clarear da manhã seguinte de novo nos pusemos a caminho e

²³ Nasceu em Crato no dia 6 de janeiro de 1881 e faleceu em 1954. Em 1910 graduou-se em medicina pela Faculdade de Rio de Janeiro. Fundador e primeiro presidente do *Rotary Club do Crato*, sócio-correspondente do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras, Sócio-fundador e 1º presidente do ICC. Destacamos as seguintes obras desse intelectual: *O Juazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914* (1938) e *O Cariri* (1930).

pouco depois subimos a serra debaixo de forte chuva e sobre uma parte bem mais baixa que a de poucas léguas a leste. A serra tem aqui cerca de trinta milhas de largura. A primeira parte era muito semelhante às outras já por mim visitadas- bem plana, descampada, com arvores grandes mas raras, e coberta em muitos lugares de numerosos arbustes. A árvore aqui mais comum era uma bela espécie de vachysia, que só mui raramente eu encontrara antes, e de magnífica aparência com suas folhas verde-escuras e brilhantes e com suas vergonhas de vivas flores amarelas na ponta dos raminhos.

A parte mais ocidental é densamente coberta de pequenas arvores; grandes tratos delas são queimados anualmente para mais abundantes suprimentos de pastagens para o gado e os cavalos que para ai se mandam durante a estação da seca. (1975, p.184).

O JFF (re) afirmava essa cunhagem imagético-discursiva do Cariri através das seguintes palavras: “Foram aqueles silvícolas que os colonizadores, também vindos da banda do São Francisco, encontraram como donos dessas terras dadivosas, parecendo mais outra Canaã dos tempos bíblicos, verdadeira ilha de vegetação exuberante, perenemente verde, no meio da caatinga bravia” (ITAYTERA, n.II, 1956, p.8). Nessa viagem ao sul do Ceará, esse alemão relatou o seu estranhamento com a beleza e riqueza natural que possuía a região, como também denunciou o avanço destruidor, segunda relação demarcada por JFF, da Serra do Araripe pelos fazendeiros da região. Ou seja, a dominação da natureza a fim de interesses econômicos e políticos, dava visibilidade às novas relações vivenciadas entre o homem caririense e a natureza, aquele não se sentia mais um órgão do grande organismo que era a Chapada do Araripe, mas seu dono.

Os intelectuais caririenses também se apropriam das imagens discursivas do rio São Francisco, como civilizador e promotor da unidade nacional. Para JFF, reduzindo a escala espacial na tentativa de (re) inventar a imagem do Cariri, colocou também o rio como promotor da integração das etnias que chegaram à região e formaram a população do Cariri, a importância em sua economia de base agrícola e pecuarista. Contudo, ele destacou duas etnias: a indígena e “depois povoadores da Bahia e de Sergipe, mais tarde o gado Zebo e holandês” (ITAYTERA, n.II, 1956, p.14). Há silêncio, destarte, nessa narrativa, sobre as contribuições culturais, biológicas e técnicas das etnias africanas na formação do Cariri.

A (re) invenção da história do Cariri por JFF motivou-se pelas expectativas da vinda da energia da CHESF. Consoante ele, esse acontecimento promoveu a inauguração de outro momento para a história regional. Que, por sua vez, teria como baliza o prelúdio das primeiras mudanças econômicas e materiais no sul do Ceará a partir da instalação das redes de Paulo Afonso. As expectativas de Filho se vinculam aos processos de

transformações da cultura material na região, o crescimento econômico, o avanço técnico e a modernização do território através do processo de industrialização via eletricidade. Segundo ele, “em 1960 chegarão ao Vale Caririense, os fios redentores da CHESF, criando novas riquezas especialmente com apreciável surto industrial”. (ITAYTERA, n.II, 1956, p.14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisamos o cenário político-econômico da construção da CHESF e a expansão de suas redes ao Cariri cearense. Esse embate político, na seara nacional e estadual, estava embasado na expectativa de levar às regiões pertencentes ao *Polígono das Secas* a industrialização, a modernização, o avanço das técnicas e uma cultura material moderna. A elite caririense procurou ser atingida por esse recurso por dois motivos: 1- a promoção da industrialização e modernização da espacialidade; 2- a manutenção e aumento de seu mercado consumidor.

Investigamos a história da eletricidade do Cariri cearense, os embates políticos, que se misturavam com o ritual repleto pelas ideias econômicas contraditórias do período, por exemplo, tinha-se a produção de artigos em jornais e sua encenação nos ambientes políticos do Cariri. Os anseios para o crescimento econômico regional de base industrial movia-se com as expectativas de absorver os produtos tecnológicos que promoviam o conforto dos lares domésticos e a massificação da produção através de máquinas acionadas a energia elétrica. As classes sociais mais abastadas do Cariri (re) afirmam esses sentimentos em suas viagens às regiões possuidoras desse avanço material no Brasil, como São Paulo, e no recebimento dos periódicos e revistas que traziam em suas páginas as propagandas desses artefatos tecnológicos.

O rio São Francisco foi tomado pelos discursos dos poderes públicos, em nível estadual e federal, como redentor desse Nordeste. Imbricando, assim, imagens e discursos da seara econômica e política. Uma dada salvação dessa região do país não se dava pós-1945 apenas com a construção de açudes e outros projetos em prol de auxiliar essa região marcada pela seca. Mas também, o discurso-imagético da seca atrelou-se, à época, as possibilidades de industrializar esse território a partir da eletricidade. Levar a energia para uma localidade seria carregar ao mesmo tempo os vários benefícios modernos mobilizados por esse insumo. As relações entre a natureza e cultura se modificam, transformam-se enquanto expectativas de transposição de etapas e corte do ciclo determinista da natureza. Enquanto a seca foi colocada como elemento fundamental de justificativa natural do atraso

dessa região, a eletrificação através da CHESF promoveria o corte histórico nesse ciclo e o avanço da cultura material. Viabilizando, assim, a transformação do sertão em uma terra de abundância e riqueza.

Os intelectuais do Cariri, especialmente, J. Figueiredo Filho, mestre de toda uma geração de folcloristas e historiadores no sul do Ceará, (re) inventou a história do Cariri a partir da expectativa da chegada das redes da CHESF à região. Nesse sentido, procurou forjar novas teias de sentido, relacionando a construção da história do rio e seu vínculo a do Cariri, doravante fazendo um esforço de regressão às origens da região. Correlacionando, outrossim, em sua narrativa o futuro como progresso material e de prosperidade, o hoje enquanto corte do passado e o ontem como resquício de uma época, de uma cultura material rudimentar, mas fundamental para medir os avanços do presente e projetar esperanças melhores para o porvir.

Enfim, buscou esse *mito fundador* em seu contato mútuo entre o diferente, que era o emergir de múltiplos sonhos para o futuro a partir da eletrificação da região, elemento de afirmação da identidade local, e os laços que uniam a história do Velho Chico e do Cariri cearense. Dessa maneira, para afirmar tais imagens e discursos pensou a correlação simbiótica entre os silvícolas e a serra do Araripe até as modificações do contato do homem com a natureza a partir do incremento da vida material da população ali existente. Dessa maneira, a eletricidade serviria para inaugurar um novo momento para a história do Cariri, por meio de uma dada *revolução industrial* nessa espacialidade, que vivia a mercê de uma indústria de bases artesanais antes de 1961.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: A arte de inventar o passado*. Bauru- São Paulo: Edusc, 2007.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2006.

BARRETO, William de Miranda. *Eletrobrás: o embate por trás de sua criação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dissertação de mestrado.

BACZKO, Bronislaw. Utopia. In: Enciclopédia Einaudi. *Anthropos-Homem*. Portugal: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1985, p.333-396.

BEM FILHO, Mario. *Dados Biográficos dos Homenageados em Logradouros Públicos de Juazeiro do Norte* (v.1; v.2). Fortaleza: Editora ABC, 2000.

BONATO, Tiago. Construindo a paisagem da América Portuguesa. In: SALES, Jean Rodrigues et AL. *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010, pp.219-233.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DEL PRIORE, Mary. *História do cotidiano e da vida privada*. VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.376-398.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.

GARDNER, George. *Viajem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

GIAVARA, Eduardo. *Os Annales e a História ambiental: das ruas de Paris à História Nova*. Cad.Pes. Cdhis, Uberlândia, v.24, n.2, 2011, p.577-586.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2003.

LEITE, Ary Bezerra. *História da Energia no Ceará*. Fortaleza: Fundação Democrática, 1996.

LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p.167-232.

LOBO, Eulália L. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.317-149.

MARQUES, Roberto. *Seja moderno, seja marginal: engenhos e artimanhas da contracultura no Cariri*. Revista Sociedade e Cultura. v.11, n.2, 2008, p.191-198.

_____. *Contracultura, tradição e oralidade: (re) inventando o sertão nordestino na década de 70*. São Paulo: Annablume, 2004.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. De “Juazeiro” à Juazeiro do Norte: crescimento e expansão da cidade (1930-1980). In: PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. *Centro, centralidade e cidade média: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro/Ce*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2014, p.74-113. (Dissertação de Mestrado).

QUEIROZ, Fabio José Cavalcanti de. *Padre, Coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militar 1964-1985*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Tese de doutorado.

RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

SCHORSKE, Carl e. A ideia de cidade no pensamento europeu: Voltaire a Spengler. In: SCHORSKE, Carl e. *Pensando com a história: indagações na passagem para a modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.53-72.

SEMEÃO, Jane. Revista “Itaytera”, natureza e Cariri cearense: a (re)invenção de uma identidade (1955-1980). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH- São Paulo*, 2011, p.1-14. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acessado em: 10/01/2014.

SEMEÃO, Jane; GOMES, Assis Daniel. O Instituto Cultural do Cariri e a (re) construção identitária caririense (1950-1970). *Anais da XIII Semana de Iniciação Científica da URCA*, 2011, p.1-8. CD-ROM.

SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio*. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.513-620.

_____. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. *Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Tese de doutorado.

SILVA, Marcelo Squinca. *Energia Elétrica: estatização e desenvolvimento, 1956-1967*. São Paulo: Alameda, 2011.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Estudos Avançados. V.24, n.68, 2010, p.81-101.

VARGAS, Milton (org). *História da técnica e tecnologia no Brasil*. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na História e Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991, p.198-215.

***História e Natureza:
mudanças ambientais no norte
de Goiás em relatos de cronistas
e viajantes naturalistas no século XIX¹***

Raimundo Nonato Ribeiro Santana²

RESUMO

O século XIX é marcado por inúmeras visitas feitas por viajantes naturalistas ao Brasil. Destaco aqui Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Francis Castelnau, os quais visitaram com suas expedições a Província de Goiás. Os relatos desses viajantes são documentos que permitem entender a transformação da paisagem ao longo dos séculos e a História e Geografia regional. A metodologia utilizada foi: leitura de textos sobre a historiografia da História e Natureza; leitura dos relatos dos viajantes naturalistas europeus do século XIX referentes à Província de Goiás, buscando assim compreender a mudança da paisagem e a navegação do Araguaia nos relatos de viagens.

Palavras-Chave: Viajantes naturalistas; Paisagem; Araguaia.

ABSTRACT

The nineteenth century was marked by numerous visits by naturalists travelers to Brazil. I highlight here Auguste François César Provençal Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner and Francis Castelnau, who visited with his expeditions Province of Goiás. The reports of these travelers are documents that allow us to understand the transformation of the landscape over the centuries and regional history and Geography. The methodology used was: reading texts on the history and historiography of Nature; Reading the accounts of European travelers of the nineteenth century naturalists concerning the Province of Goiás, thus seeking to understand the changing landscape and the navigation of the Araguaia in travel accounts.

Key words: Traveling naturalists; Landscape; Araguaia.

¹Artigo recebido em 29 de abril de 2014 e aprovado em 21 de junho de 2014.

²Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Grupo de Estudos do Sertão.

INTRODUÇÃO

Entre os primeiros desbravadores que legaram descrições sobre a natureza, a cultura e a sociedade brasileira estão os cronistas e os viajantes-naturalistas que adentraram o interior do Brasil em fins do século XVIII e ao longo de todo o XIX. No decorrer desses mesmos séculos, em relação à transformação da paisagem, destacamos na perspectiva da história ambiental, os registros de devastação ambiental na região norte de Goiás.

Nesses registros aparecem relatos de devastação da natureza. Nos escritos de cronistas estrangeiros e viajantes, como Auguste Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Francis Castelnau encontramos informações referentes às grandes queimadas no período de estiagem, entre julho e setembro, na região norte da Província de Goiás, multiplicavam-se os focos de incêndios provocados pela ação humana para renovar pastagens ou regenerar florestas. Queimadas isoladas, aliadas ao clima seco, transformam-se em incêndios florestais de grandes proporções e, conseqüentemente, a transformação da paisagem que dava lugar às lavouras de subsistência e às pastagens para a criação de gado.

Este artigo³ também aborda a transformação da paisagem e a navegação do Araguaia em relatos de cronistas e viajantes numa perspectiva da História Ambiental, que compreende a segunda metade do século XIX na região do antigo norte de Goiás (Estado do Tocantins).⁴ Diferente da exuberante Mata Atlântica é a paisagem do Cerrado, formada por pequenas árvores de troncos torcidos e de folhas grossas, esparsas, em meio a uma vegetação rala e rasteira. Por esta razão, Auguste Saint-Hilaire (1819); Johann Emmanuel Pohl, (1817-1821); George Gardner (1839-1840) e Francis Castelnau (1844), quando estiveram nessa região, em vez de descreverem essa paisagem, optaram pela descrição de elementos isolados da fauna e flora. As araras azuis, os buritis e até o pequi, fruta símbolo do Cerrado, foram curiosidades registradas no diário desses viajantes. Com a decadência da mineração e o avanço da pecuária ao longo dos séculos, a paisagem foi sendo transformada com o decorrer do tempo.

³Esse trabalho é fruto de uma pesquisa enquanto bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq entre meados de 2012 a meados de 2013, com ênfase na História da Natureza.

⁴O Estado do Tocantins é um dos nove estados que formam a região Amazônica. Sua vegetação de cerrado divide espaço, sobretudo, com a floresta de transição amazônica. Mais da metade do território do Tocantins são áreas de preservação, unidades de conservação e bacias hídricas, onde se incluem santuários naturais como a Ilha do Bananal, os parques estaduais do Cantão, do Jalapão, do Lajeado e o Monumento Nacional das Árvores Fossilizadas, entre outros.

Em relação à Bacia do Araguaia⁵, ela está inserida na região hidrográfica do rio Tocantins e ocupa uma área de 270.000 km². Nasce nas vertentes da Serra do Caiapó e segue no sentido sul para o norte, percorrendo os estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins, com a foz no rio Tocantins já no Estado do Pará. Tem seu limite na direção leste do território, sendo seus principais afluentes na região os rios das Mortes, Tapirapé e Crisóstomo. Esse rio possui uma extensão de, aproximadamente, 2.115 km, sendo que sua extensão navegável é de cerca 1.818 km, formando uma grande rede hidrográfica que liga a região Centro-Oeste ao Norte do País e detém uma grande importância histórica e cultural, bem como relevância econômica e política para a região que perpassa. Configurando-se como um espaço natural que serviu de escoadouro econômico e integrador cultural entre regiões onde passava.

Durante o seu percurso, o rio se divide em dois braços formando a Ilha do Bananal. Esta é a maior ilha fluvial do mundo, com cerca de vinte mil quilômetros quadrados de extensão, cercada pelos rios Araguaia e Javaés. A mesma ilha é considerada um dos santuários ecológicos mais importantes do país. Por estar na faixa de transição entre a Floresta Amazônica e o cerrado, possui fauna e flora bastante diversificadas e é de grande importância para o Brasil, pois sua fauna e flora incluem muita biodiversidade, sua conservação é fundamental para o equilíbrio ecológico. Na época das Bandeiras era chamada Ilha de Santa Ana e povoada por nações indígenas.

A discussão historiográfica proposta no artigo insere-se na vertente da História da Natureza, tendo como aportes teóricos o historiador ambientalista José Augusto Paduá (2002), na tentativa de compreender as preocupações ambientais que se faziam crescentes na sociedade brasileira da época (séculos XVIII e XIX), Paulo Henrique Martinez (2006) no intuito de entender o sentido da devastação para a história ambiental, Ely Bergo de Carvalho (2005), a fim de compreender melhor a obra de Warren Dean “*A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*”, Luiz Francisco de Albuquerque de Miranda (2007), que contribui para o entendimento das representações do sertão pelos viajantes.

⁵Conforme consta do site oficial da ANA-Agência Nacional das Águas a Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia possui uma área de 918.822 km² (11% do território Nacional) e abrange os Estados de Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4%) Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%). Grande parte situa-se na região Centro-Oeste, desde as nascentes dos rios Araguaia e Tocantins até a segunda confluência. Disponível em:<<http://www.ana.gov.br/mapainicial/pgMapaC.Asp>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

O presente artigo foi desenvolvido com o objetivo de compreender a transformação da paisagem na região norte da Província de Goiás, onde hoje compreende o Estado do Tocantins, com base nos relatos de viajantes e cronistas que estiveram aqui fazendo narrativas sobre a flora, a fauna, a utilização da terra e seus recursos, os quais conformavam o cenário visualizado e relatado pelos viajantes e cronistas. O diário de viagem (1863) de José Vieira Couto Magalhães, presidente da Província de Goiás e empresário da navegação a vapor no Araguaia, e os *Relatórios de Presidente de Província* da época foram usados como fonte de pesquisa por permitir a compreensão da navegação no Araguaia. Uso ainda o periódico *Informação Goyana* (1917-1935), revista que em suas publicações traz relatos e comentários sobre os viajantes e cronistas que percorreram a região, bem como descrições sobre a ilha do Bananal. Destaco também documentos impressos nas revistas do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa instituição foi fundada em 1838 com o objetivo de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos” relativos à História e à Geografia do Brasil (Extracto dos Estatutos, RIHGB nº 1, 1839, p. 18).

Em relação aos diários de viajantes naturalistas estrangeiros que percorreram a Província de Goiás destaca-se *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás* de August Saint-Hilaire (1819). Essa obra permite a compreensão da devastação ambiental na região da província goiana por meio de relatos, uma vez que, o mesmo percorreu o território numa fase de transição entre o declínio da mineração e a consolidação da pecuária como carro-chefe da receita goiana. Também cabe evidenciar os relatos de viagens dos naturalistas: Johann Emmanuel Pohl, (1817-1821), George Gardner (1839-1840) e Francis Castelnau (1844), que estiveram na região norte de Goiás e descreveram seus recursos naturais, a flora, a fauna, as práticas agrícolas, bem como o modo de vida dos habitantes de toda a Província.

HISTÓRIA DA NATUREZA

A história ambiental é um campo relativamente novo do conhecimento surgido na década de 1970, simultaneamente ao início dos movimentos ambientalistas e das conferências mundiais sobre a crise ambiental, nascendo de um objetivo moral (WORSTER, 1990). Entretanto, já na década de 1950, Aldo Leopold destacava a importância de uma interpretação ecológica da história, na qual a ecologia seria

empregada para compreender como o passado do ambiente desenvolveu-se até os dias atuais (WORSTER, 1990). A história ambiental destina-se a estudar, dentre outros assuntos, como os seres humanos eram afetados pelo ambiente natural em que viviam e como, em contrapartida, afetavam-no também.

Nas últimas décadas é crescente a preocupação com a natureza e com os problemas que o mau uso e destruição dela podem acarretar. Desta forma, estudos já buscam compreender a degradação e seus efeitos para a sociedade. Martinez pontua que

nas últimas décadas, diante do quadro decrescente insustentabilidade da situação mundial, no tocante ao suporte do planeta para manter e reproduzir os atuais padrões de extração e consumo de recursos naturais, seria fundamental compreender a degradação ambiental provocada pelo ser humano e os seus efeitos sobre o mundo natural e as sociedades. (MARTINEZ, 2006, p.73).

A paisagem da região norte de Goiás começou a se transformar ainda no século XIX, mudanças essas que são percebidas hoje quando já então se adquiriu a autonomia e o norte de Goiás se tornou Estado do Tocantins. As matas e florestas vão dando lugar a pastagens, lavouras e a plantações em grande escala e a transformação na paisagem natural com uma reorganização do uso capitalista da terra com grandes efeitos no mundo natural.

No norte de Goiás a paisagem na região transformava-se de acordo com a exploração econômica dos recursos naturais. Com a agricultura e pecuária vieram as queimadas, agravadas pela especificidade do clima extremamente seco da região, dificultado ainda pela ausência de chuvas em determinadas épocas do ano. A degradação do território derivava da utilização de práticas tecnológicas e sociais rudimentares originadas no passado colonial. Uma prática muito comum no norte de Goiás era a agricultura de coivaras, criticada por Sant-Hilaire devido ser prejudicial à natureza. Ely Bergo de Carvalho (2005) argumenta em sua obra *“Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A Ferro e Fogo”* que Warren Dean apontava esta mesma prática como uma das grandes responsáveis pela destruição da Mata Atlântica, na medida em que afeta a capacidade regenerativa da floresta e o seu ecossistema ao longo dos tempos.

Sobre a destruição da natureza, José Bonifácio, que era crítico à devastação ambiental, escrevia:

Como, pois, se atreve o homem a destruir, em um momento e sem reflexão, a obra que a natureza formou em séculos, dirigida pelo melhor conselho? Quem o autorizou para renunciar a tantos e tão importantes benefícios? A ignorância, sem dúvida. [...] Destruir matas virgens, como até agora se tem praticado no Brasil, é crime horrendo e grande insulto feito à mesma natureza. Que defesa produziremos no tribunal da Razão, quando os nossos netos nos acusarem de fatos tão culposos? (ANDRADA E SILVA, 1973b [1821], p. 41-42).

A partir dessa citação, somos levados a pensar nas transformações no meio ambiente e em como o meio ambiente afetou o homem e vice versa, bem como a consciência dos problemas ambientais futuros na colônia. Pádua, em “A profecia dos desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio” (PÁDUA, 2000, p. 01) pontua que Bonifácio já previa em suas obras em, 1821, que o Brasil se transformaria em um deserto semelhante ao da Líbia em dois séculos, caso continuasse com o ritmo de degradação que estava na época e demonstrava grande preocupação com a questão ambiental, especialmente com o problema do desflorestamento:

A natureza fez tudo a nosso favor, nós porém pouco ou nada temos feito a favor da Natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados. Nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas. Nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruidor da ignorância e do egoísmo. Nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes que favoreçam a vegetação e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos aramos e desertos áridos da Líbia. Virá então este dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos. (ANDRADA E SILVA, 1973d [1825], p. 38).

Ao longo do século XIX, nomes como o de John Emmanuel Pohl, Alfredo d'Escagnolle Taunay, George Gardner, Francis Castelnau e Auguste de Saint-Hilaire percorreram os sertões do interior do Brasil, realizando levantamentos de seus recursos naturais. Descreveram e representaram o antigo norte goiano, hoje Estado do Tocantins. Os primeiros estudos referentes à região são anteriores ao século XIX, quando houve a

abertura dos portos para as nações ligadas a Portugal, para o comércio e também para pesquisas científicas.

Os viajantes naturalistas do século XIX foram de grande importância no que se refere às representações geográficas, históricas e socioculturais dos brasileiros, pois é através de seu olhar e discurso que foi possível o contato com a realidade do interior do país, assim como a construção da história regional. Chaul (2002) destaca que os viajantes não imaginavam que iam encontrar a Província de Goiás em uma fase de decadência da mineração:

Chegavam à terra imaginando um Goiás em esplendor devido à mineração, que atrelara a região a cadeia da produção capitalista, elo presente na corrente do progresso, mas se deparavam com uma província onde a crise imperava em seus múltiplos aspectos. Os olhares dos viajantes europeus conseguiam ver apenas um deserto de homens, sem comércio e sem perspectivas, com estradas fantasmas e ócio ocorrendo nas veias do povo mestiço, longe por demais dos exemplos e do labor anglo-saxões. (CHAUL, 2002, p. 51).

Os interesses desses viajantes eram estudos e pesquisas de caráter botânico, geomorfológico, zoológico, antropológico, bem como conhecer os recursos naturais, a natureza virgem e o homem. Suas viagens eram marcadas por contemplações e observações da natureza ainda pouco transformada pela ação do homem que contribuiu para a análise da realidade. Quando passaram pela Província de Goiás, a mesma encontrava-se em crise devido à decadente atividade aurífera. Os viajantes viam essa crise econômica, principalmente no norte de Goiás, como decadência e por não compreenderem a realidade local acabavam por emitir juízo de valor a partir de seus olhares etnocêntricos. Os mesmos estavam descobrindo um “outro mundo” até então desconhecido ao olhar europeu, o que fazia com que se sentissem “civilizados” em relação aos habitantes da Província de Goiás.

No início do século XIX usava-se a palavra sertão para definir áreas desérticas e de solidão, uma área vasta e ainda pouco conhecida. Miranda afirma que “a travessia do sertão, repleta de riscos e maravilhas, testa a perseverança do cientista, pois oferece experiências que podem reafirmar ou colocar em cheque suas convicções e seus compromissos”. Jesus e Padovan (2013, p. 286) no texto “*O sertão real e imaginário nas construções historiográficas regionalistas*” pontuam que palavra sertão, tornou-se uma construção linguística para expressar o “desconhecido” ou “inabitado”.

Janaina Amado (AMADO, 1995, p. 5) pontua que a palavra sertão começou a ser utilizada pelos portugueses no final da Idade Média para referir-se a áreas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa. Desta forma, a partir do século XV, usaram-na para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas, desconhecidas, sobre as quais pouco ou nada sabiam. A palavra tem origem na Idade Média para nomear áreas fora do controle da Coroa Portuguesa. No período colonial, o termo foi usado largamente pelas autoridades lusitanas na América para designar áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios selvagens e animais bravios, continua Amado (1995, p. 6).

Em seus relatos os viajantes apresentavam os “longínquos sertões” de Goiás como um lugar desabitado e isolado e caracterizava o mesmo por “região desértica”. Saint-Hilaire (1819, p. 61) define a capital da então província de Goiás, Vila Boa, como “um Oasis no meio do deserto”, onde os viajantes podiam ter um pouco de conforto após dias de viagem. Os viajantes do século XIX viam o sertão como uma área inexplorada, bruta, que exigia a intervenção europeia. Essa impressão de deserto se dava pela ausência da agricultura, pecuária, comércio que ainda não era grande em Goiás, tal como pela baixa densidade populacional no interior do Brasil.

Luiz Francisco Albuquerque assegura que representar repetidamente o sertão como deserto, mesmo deixando entrever os indícios da presença humana, significa escamotear a cultura e as formas de subsistência dos sertanejos (MIRANDA, 2008, p.11).

A PAISAGEM EM RELATOS DE VIAGEM

Saint-Hilaire percorreu o território goiano no ano de 1819. Nesse período, a Província de Goiás vivia uma fase de transição entre o declínio da mineração e a consolidação da pecuária como principal força da receita goiana.

Quando esteve na província de Goiás (entre maio e setembro de 1819), época de estiagem e de preparação do solo para plantação, o viajante não poupou as críticas à maneira em que cultivavam a terra, às derrubadas das matas, até mesmo às formas socioeconômicas e culturais. Ele não chegou a percorrer a região onde hoje corresponde ao Estado do Tocantins, mas os problemas ambientais que ocorriam na capital da província eram os mesmos que ocorriam na região norte de Goiás, principalmente por ter sido bastante explorada no ciclo da mineração em Goiás. Saint-Hilaire insistia na

necessidade de se abandonar as técnicas rudimentares na forma que se cultivava o solo, defendendo as vantagens do arado e da utilização do bagaço da cana como fertilizante natural. Em diversos momentos o viajante denuncia a prática da derrubada de florestas para fazer roças e pastagens para a alimentação do gado, e ainda, como as queimadas acabavam transformando a paisagem natural da Província:

Atravessando um trecho de terreno coberto, de arbustos, os quais, por serem mais ramalhudos desde a base e muito juntos uns dos outros, me fizeram lembrar os carrascais de Minas Gerais (...) Um exame mais atento me fez ver que esses arbustos eram os mesmos que constituíam a maior parte das árvores encontradas nos campos, os quais deviam provavelmente seu estado de degenerescência não só à natureza do solo pedregoso e arenoso, mas principalmente ao fato de terem sido cortados centenas de vezes pelos negros da cidade. Além disso, seus novos rebentos vieram sendo consumidos constantemente pelo fogo durante a queima dos pastos. (SAINT-HILAIRE, 1819, p. 44).

Descreve ainda paisagens onde o fogo havia sido ateado a matas inteiras para o estabelecimento de pastagens, pois durante o período das secas, nos campos queimados ficavam as cinzas que se transformavam em sais minerais necessários para crescer a pastagem que alimentava o gado o que resultava em longos trechos de campos queimados e troncos cortados:

Tão logo é queimada uma pastagem natural começam a brotar no meio das cinzas algumas plantas raquíticas, geralmente felpudas, de folhas sésseis e mal desenvolvidas, as quais não tardam a florescer. Por muito tempo acreditei que essas plantas pertenciam a espécies diferentes, típicas das queimadas (...). Durante a seca – época em que se atea fogo aos campos – o desenvolvimento da maioria das plantas fica de certa forma interrompido, e suas hastes apresentam-se com aparência ressequida. Não obstante, deve acontecer ali o mesmo que sucede em nosso clima; nesse período de repouso as raízes provavelmente se enchem de seiva para alimentar novos rebentos. (SAINT-HILAIRE, 1819, p. 30).

No decorrer de sua passagem pela província goiana, Saint-Hilaire fez um estudo geral a respeito da área, seu povoamento, sua extensão, seus limites, a vegetação, o clima, a população, o cultivo das terras, os costumes, entre outros aspectos. O objetivo de sua viagem foi, principalmente, explorar a flora brasileira, mas também deixou muitas impressões a respeito da sociedade, das dificuldades e surpresas que essas

viagens trouxeram. Por meio de seus relatos pode-se perceber a maneira errônea como se dava a utilização da terra, não apenas em solo goiano, mas em toda a Coroa Portuguesa na América.

Outro viajante que percorreu a província de Goiás foi Johan Emanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico austríaco que escreveu *Viagem no interior do Brasil*. O naturalista percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás entre os anos de 1817 e 1821. Na segunda parte da obra, iniciada em 1819, o viajante começou seu percurso pelo sertão de Goiás, com destino à Capital Vila Boa, onde visitou diversos arraiais para posteriormente percorrer, explorar e estudar os arraiais do norte.

Durante sua passagem pelo norte de Goiás, Emanuel Pohl percorreu diversas áreas como a região do Jalapão, dentre outras regiões, a saber: as localidades de Porto Nacional, Monte do Carmo, Natividade e Arraias. Desta forma, o naturalista descreveu aspectos da natureza, do clima, dos hábitos e costumes do povo da região, passando por arraiais, povoações, vilas, fazendas e engenhos.

Segundo este viajante naturalista, assim como muitos outros, o norte da Província de Goiás era representado por características negativas, como uma terra longínqua, inóspita, carente, isolada e atrasada e deixa claro esse posicionamento em seus relatórios de viagens. Quando estava na região norte do território goiano, os viajantes não deixavam de reconhecer a força e a exuberância da natureza, descrevendo a natureza e também elementos isolados da flora e da fauna.

Em sua passagem pela região, Pohl destaca a beleza dos buritizeiros e até mesmo o pequi, fruta símbolo do cerrado em meio à paisagem de grandes árvores, arbustos e narra a beleza dos campos isolados: “foram os nossos olhos recompensados dos campos desolados que havíamos atravessado, e alegrados com a vista de vários grupos de majestosos buritizeiros que à margem de um riacho elevavam as suas pomposas coroas” (POHL, 1976, p. 211).

Muitas foram as dificuldades enfrentadas por Emanuel Pohl durante o período que esteve no norte de Goiás, dificuldades estas ocasionadas pela própria ação da natureza, entre elas o sol forte, o calor, o tempo, o clima, as chuvas e a decadência que se encontrava a região devido a má administração e o isolamento da região. Segundo ele, à medida que se adentrava na região, os problemas aumentavam e dificultava até mesmo a coleta de plantas para a realização de seu estudo.

A coleta de plantas tornou-se cada vez mais escassa. Em parte, haviam sido queimadas grandes extensões das pradarias. [...]. Sentíamos, às vezes, incômodos diversos, como por exemplo, dor de cabeça, congestão, hemorragia nasal, náusea, vômito; até borbulhas nos brotavam no rosto. (POHL, 1976, p. 178-179).

Por fim, descreve sua viagem pela Província, suas descobertas botânicas, espécies da fauna, os habitantes e seus hábitos e valores, qualificando-os como preguiçosos e índoles ao trabalho. Pohl, em seus escritos, menciona a força da natureza que o cercava “Em toda parte, a viçosa força renovadora da natureza, em sua atividade eterna, livre e incessante, extirpa as marcas da civilização, como se indignada pela violação de seus domínios” (POHL, 1976, p. 172).

O botânico George Gardner também percorreu a Província de Goiás. Chegou ao Brasil em julho de 1836 e permaneceu no país até maio de 1841. Durante o período sua expedição percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Piauí, Maranhão, Goiás e Minas Gerais. Nessas regiões estudou o ambiente e fez observações sobre a fauna, a flora, os hábitos e costumes dos habitantes e realizou estudos geográficos.

Gardner interessava-se pelas províncias do norte, ainda pouco exploradas por outros naturalistas. Sentiu-se atraído pela riqueza e diversidade da espécie animal e vegetal brasileira, descreve em detalhes o cotidiano de suas viagens com atenta observação para os personagens com os quais se relacionava. Na Província de Goiás, de outubro de 1839 a maio de 1840, visitou as regiões que hoje compreendem os municípios de Natividade e Arraias. O viajante, assim como todos os outros, menciona as dificuldades para se chegar à Província de Goiás, devido ser um lugar isolado, atrasado, desértico e de extrema pobreza.

As dificuldades encontradas eram diversas, e as principais eram as limitações impostas pela própria natureza. Gardner também menciona o pouco rendimento dos animais durante a viagem, devido à característica arenosa do solo, do sol excessivamente forte e da falta de água durante o seu percurso (GARDNER, 1942, p. 259). Enquanto percorria a região registrou os encontros com animais mortos nas estradas devido à falta de água e alimento. Salienta que “muitos esqueletos de bois e cavalos jaziam em ambos os lados da estrada, restos, sem dúvida, de animais que, ao atravessar estes desertos, haviam tombado exaustos, perecendo de sede” (GARDNER, 1942, p. 259).

Não diferente dos demais, Gardner teceu comentários a respeito dos homens e suas localidades, caracterizando-os como pobres e preguiçosos, segundo ele a maioria dos habitantes só era pobre ou passava necessidade por falta de coragem, pois tanto o clima quanto o solo na região eram propícios ao plantio; e, por não gostarem de trabalhar preferem depender diretamente da natureza: “Em vez de qualquer labor manual dessa espécie preferem vagarear ociosos em redor da casa ou entrar na moita, de machado e espingarda, em busca de caça ou mel silvestre” (GARDNER, 1942, p. 267).

Gardner, que era um botânico defensor da natureza, da flora e da fauna, representava a natureza como um bem a ser explorado ao máximo pelo homem em seu uso e benefício, o que era bem diferente da maneira como os habitantes se relacionam com a mesma, destruindo de forma descontrolada conforme ele expõe em seus relatos.

Francis de la Porte, Conde de Castelnau, chegou ao Brasil em 17 de junho de 1843 e permaneceu no país até março de 1847. Fez expedições sob os auspícios de D. Pedro II. Durante sua estada na província de Goiás, os membros de sua expedição se ocuparam em realizar excursões botânicas, estudos geológicos, zoológicos e meteorológicos, e se dedicaram aos preparativos para a extensa viagem que empreenderiam as regiões centrais da América do Sul. Em *Expedições às regiões centrais da América do Sul (v. I e II)*, o geógrafo e naturalista Francis de Castelnau percorreu o Brasil, Paraguai, Bolívia e o Peru entre os anos de 1843 e 1847. No território brasileiro, a expedição explorou regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Ao percorrer a Província de Goiás, onde permaneceu de fevereiro a dezembro de 1844, passou pela Vila de Catalão, desceu pelo rio Araguaia e subiu pelo Tocantins, fazendo em sua empreitada um estudo minucioso de descrição da região: população, história e comércio. Tinha preferência pelo norte da Província, pois segundo ele, tinha sido menos explorada pelos geógrafos e cronistas.

Castelnau entra no território goiano tendo por objetivo fazer levantamentos e estudos com o propósito de ativar as vias de navegação do rio Araguaia e do rio Tocantins, pois seria a falta dessa navegação um dos motivos de atraso e decadência de Goiás. O viajante descreve várias localidades, expõe, assim como os viajantes anteriormente apresentados, da miséria em que viviam os habitantes, dando o exemplo de três famílias que moravam numa mesma casa que “não era formada senão de um mau teto, cobrindo recinto fechado por gradeado largo de madeira, inteiramente aberto ao tempo” (CASTELNAU, 1949, p. 213).

As dificuldades encontradas por sua expedição não foram deferente das expedições dos outros viajantes, era grande a falta de água, alimento e de estradas que davam acesso às vilas, povoados e arraiais, a viagem de exploração pelo território goiano se tornava mais difícil à medida que se aproximava da região norte da Província. A revista Informação Goiana (que publica parte de seu relatório de viagem de Castelnau) mostra as duras dificuldades impostas pela natureza, os perigos da floresta por serem fechadas, o sol quente e as chuvas que geravam lamaçais e atoleiros que demoravam bastante tempo até serem atravessadas. “Atoleiros a cada passo, onde os animais afundavam até os joelhos. Três dias durou a travessia daquela enorme floresta que cada vez mais ostentava as magnificências da vegetação” (TAUNAY, 1934, p. 7). Mesmo com todas as dificuldades encontradas ainda relatava a grandiosidade e maravilha da natureza:

Disseminadas nessa praia, viam-se aléias formadas quase exclusivamente de uma magnífica espécie de malpigiúcea de folhas reluzentes, como as da árvore da cânfora, e cujas flores alvas formavam longos cachos na extremidade dos ramos. [...]. Derreados pelos trabalhos do dia, havia eu me retirado para descansar a certa distância, no campo, contemplando os encantos de uma natureza tão virgem ainda ao contato do homem civilizado [...]. (CASTELNAU, 1949, p. 297).

Castelnau não poupava as críticas aos habitantes e às acomodações por onde passava, mas também falava com grande esplendor da força e da exuberância da natureza, das paisagens, da fauna e de como essa mesma natureza estava em estado bruto e intocado pelo homem, além de descrever elementos isolados da flora e da fauna e relatar o esplendor do rio Araguaia.

O RIO ARAGUAIA E A ILHA DO BANANAL EM RELATOS DE VIAGEM

Durante o período que foi presidente da Província de Goiás (08 de janeiro de 1863 a 05 de abril de 1864), Couto de Magalhães tentou implantar a navegação a vapor no rio Araguaia, por vezes se arriscando a estudar os habitantes que ali viviam nas margens, seus costumes, índole, ora vendo como desenvolver a zona central do império, fazendo propaganda da Corte nos sertões de Goiás.

Em 1863, Couto de Magalhães redige a obra “*Viagem ao Araguaia*” onde defende a ideia de que o melhoramento da navegação fluvial pelo rio Araguaia poderia contribuir para o desenvolvimento econômico da Província de Goiás. Enquanto o litoral era o espaço das elites, da corte e da civilização, o interior da colônia se constituía no imaginário do brasileiro como espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados. Esse autor trata das considerações administrativas e econômicas, e os meios mais propícios para desenvolver a navegação do Araguaia. Desta forma:

A prosperidade desta província depende do Araguaia, esse imenso rio, que constitui uma verdadeira maravilha, já por sua beleza, já por a fertilidade da região que atravessa, já por oferecer uma navegação por cerca de 700 léguas. Para aí o Goiano deve dirigir suas vistas, como o Israelita as dirigia para a coluna de fumaça que o guiava à terra da promessa. O futuro é garantido com a navegação do Araguaia, sem Ela tudo é rachitico e mesquinho, como tem sido até o presente. (MAGALHÃES, 1863, p. 01).

A navegação a vapor do rio Araguaia era de suma importância para a Província de Goiás, a partir disso foram apresentados projetos para desenvolver a navegação com o intuito maior de estreitar as relações comerciais com o Pará que em sua maioria comercializava açúcar, sal, aguardente, café etc.

Diversos autores e viajantes defendiam a ideia de que o Araguaia era como o Nilo, onde fertilizam as terras, de modo a serem imensamente produtivas. Em seus escritos, Frei Jacintho Lacomme demonstrava grande paixão pelo rio Araguaia, a natureza, a flora e a fauna:

Da sua beleza encantadora, que é que diremos senão que o Araguaia pode rivalizar com os rios mais formosos do mundo inteiro? Se há no mundo um rio formoso, diremos com Escragnoille Taunay falando no Aquidauana de Matto-Grosso, e com mais razão, certamente é o rio Araguaia. Quem o contempla, como nós o contemplamos tantas vezes, volvendo com uma majestade regia as suas águas, ora plácidas como um lago tranquilo, ora agitadas e convulsionadas como verdadeiramente massas oceânicas, por mil meandros ao longo de praias extensas e lindíssimas, de áreas alvíssimas como as áreas do mar, ou de ilhas verdejantes e perfumadas, afagando as suas ribas sombreadas por magníficas florestas virgens, orladas de altos e esbeltos juncos ou ondulantes e delicada relva; aqui abundantes fontes de cloreto de sódio nas quase completamente inapropriadas salinas de S. José; ali madeiras rara e preciosíssimas perdidas naquelas indescritíveis selvas; mais longe, campinas virentes onde pastam manadas de veados. (LACOMME, 1917, p. 20).

Couto de Magalhães, que para muitos é considerado o pai da navegação a vapor do Araguaia, afirmava que “de todos os grandes rios que tenho visto, nenhum oferece nem de longe a majestade do Araguaia... Há na grandeza destas águas uma calma tão serena, como aquela que se observa no Oceano visto ao longe”. (LACOMME, 1917, p. 6).

A Informação Goiana cita que Castelnau, quando estava estudando o rio Araguaia para resolver o problema da navegação, ficou maravilhado com a beleza do rio e expõe sua visão acerca do mesmo: “Entramos no majestoso Araguaia, cuja a magnificência e nobreza é além de toda a descrição; as suas águas tão puras resvalam tranquilidade pelo meio das vastas solidões que o bordam de todas as partes” (INFORMAÇÃO GOIANA, 1933, vol. XVII, p. 11).

Durante o seu percurso, o rio Araguaia se divide em dois braços formando a ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo que foi primeiramente conhecida como ilha de Sant’ Anna, por que a primeira missa celebrada pelo missionário Frei Francisco da Victoria ocorreu no dia consagrado pela liturgia católica à referida santa. Nessa mesma época a ilha era habitada por povos indígenas:

Nesta Ilha de SANT’ Anna não há morador civilizado algum, mas apenas índios Javaés, ainda inteiramente selvagens. No entanto, o interior da Ilha que mede aproximadamente a área de Portugal inteiro, oferece ótimas terras de cultura, matas virgens, lagos riachos e campinas extensíssimas (REBOUÇAS, 1918, p. 93).

A ilha do Bananal, como é geralmente conhecida, foi reconhecida em 1755 por uma bandeira organizada em Trairás sob a direção do sertanista José Machado que seguiu por terra para o Araguaia em procura das fantásticas minas dos “Martyrios de Araes”, que se diziam além do grande rio, para além de uns serros azuis. Nesse mesmo ano foi explorada em parte pelo Alferes de dragões José Pinto da Fonseca, que percorreu pelos sertões a procura de índios que seriam vendidos como mercadoria o mesmo lhe deu a dominação de Sant’ Anna do Bananal. A cerimônia religiosa foi assistida pelos indígenas insulares, e que deveria ser tão solene como a primeira celebrada no Brasil. Os índios ocupantes da ilha, após o ato religioso, fizeram o ato de fidelidade a El-Rei de Portugal, sendo o termo de juramento assinado (“de cruz” pelos

caciques “Aboénoná” e “Acabedúani” da valorosa nação Carajás) (REBOUÇAS, 1918, p. 93).

O nome da ilha foi mudado pra ilha do Bananal devido aos longos e densos bananais existentes ali. Em 1774, José de Almeida Vasconcelos, o Visconde da Lapa, instalou na Ilha um presídio para início da colonização, a fim de garantir a navegação no rio Araguaia. Esse presídio serviria de apoio à navegação. O projeto não deu certo e o presídio caiu no abandono.

A ilha do Sant’Anna ou bananal era vista como um lugar misterioso, por sua beleza, sua flora e sua fauna e suas riquezas naturais:

A grande ilha goiana excede em belezas de paisagens paradisíacas das mais encantadoras dentro e fora do país, guardando no fundo dos seus misteriosos lagos e lagoas perolas de subido valor, como por exemplo aquela que nos tempos coloniais mandaram para a metrópole portuguesa e a qual rezam as crônicas desse tempo “era belíssima e do tamanho de uma avelã”. (TAUNAY, 1923, p. 4).

Em 1850 foi criada por Dom Pedro II a Lei 601⁶ proibindo a exploração florestal nas terras descobertas, a lei foi ignorada, e o desmatamento continuou para implantação da monocultura de café.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos ou lhes puseram fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréos confinantes. (Art. 2º da LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850).

A revista Informação Goiana (1932, vol. XVI, p. 06) menciona que em 1876 já havia uma grande preocupação com a preservação da Ilha do Bananal, ideia essa que foi sonhada por André Rebouças, que propôs a criação de um parque nacional para fins de perpetuar a fauna e a flora do sertão do Brasil a exemplo dos que fizeram os norteamericanos nos vales de Yellowstone em 1870. Porém, esse projeto só foi efetivado em 1950, quando o governo Federal transformou a ilha do Bananal em Parque Nacional do Araguaia.

⁶ Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lim%20601-1850?OpenDocument>. Acesso em: 07 jan. 2014.

André Rebouças, ao lançar essas propostas de criação desse parque nacional, não levou em consideração que na ilha do bananal existiam populações indígenas, agricultores e mineiros, e nem levou em consideração os poderes e saberes locais. Sua proposta tinha como objetivo maior favorecer setores da sociedade brasileira e estrangeira que poderiam ir para a região e desfrutar dos vapores que iam navegar o rio Araguaia. Os interesses locais e o impacto da criação de um parque nacional nos grupos sociais locais também não foram considerados. Rebouças preocupava-se apenas com a preservação da fauna e da flora, mas não com o impacto dos vapores nos rios e do turismo na ilha, o impacto que esse turismo ia causar na natureza. O seu principal objetivo com a criação do Parque Nacional era viabilizar mais lucros para o país.

Nessa mesma época já havia grande preocupação com os problemas ambientais e os desflorestamentos que já se faziam crescentes na Província de Goiás.

Se os vossos esforços juntos aos dos poderes públicos, já preocupados com a insana devastação das nossas florestas, se congregam de defesa conjunta na preservação intacta de tal patrimônio, que poderemos mostrar ao mundo como sabemos zelar o futuro reservatório das ciências do nosso país... A guarda da ilha do Bananal como parque nacional não será unicamente a salvaguarda de nossa flora, da ação do fogo e do machado, mas também a salvação de nossa fauna. (TAUNAY – INFORMAÇÃO GOIANA 1932, vol. XVI p. 6).

Todos os viajantes e cronistas que estiveram NA ilha retratam sua beleza paradisíaca, ainda intocada pela ação do homem e descrevem sua fauna e sua flora. Defendem que a ilha deveria ser guardada:

Deve ser guardada antes que a ganância, a cobiça, o mercantilismo e a ignorância dela se apodere para que depois não sejamos constrangidos ao contrário de especialistas estrangeiros para estudar o reflorestamento de nossas terras devastadas (TAUNAY – INFORMAÇÃO GOIANA 1932, vol. XVI p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Ambiental emergiu na década de 1970, e teve os EUA como centro dos debates ambientais e com o objetivo de responder as questões de seu tempo. Surge como foco a ampliação do horizonte da pesquisa historiográfica.

É crescente o número de ameaças que o planeta vem sofrendo devido à interferência direta do homem na natureza para a extração de seus recursos naturais e matéria prima. As preocupações com os efeitos dessas intervenções já se faziam crescentes na sociedade brasileira desde os tempos de Brasil- Colônia e já havia grande preocupação com as questões ambientais e do desflorestamento como aponta José Augusto Pádua ao estudar as obras de José Bonifácio que apontava as críticas sociais negativas na destruição do ambiente natural.

Márcio Luiz Quaranta-Gonçalves, pontua que o nível de intervenção do homem na natureza é tão grande que se torna quase impossível encontrar natureza ou ecossistemas puros. “[...] Há vestígios da ação humana por toda parte, muitas vezes criando belas paisagens que parecem naturais; e também locais feios, desarmônicos, como as imensas monoculturas” (GONÇALVES, 2007, p. 47).

Os relatos dos viajantes do século XIX são elementos fundamentais para compreender a mudança da paisagem no norte de Goiás, a sua transformação ao longo dos séculos e também na construção da identidade nacional. Em seus relatos, o eixo central era a natureza, pois primeiramente tratavam das belezas da flora, da fauna e da Geografia para depois tratarem de outros assuntos como os habitantes e as formas socioculturais.

O interesse de se realizar viagens de caráter científico nessa Província foi devido ao fato de a mesma ser, no período em análise, um território pouco explorado e que oferecia inúmeras possibilidades de pesquisa, principalmente para os botânicos.

Castelnau relata em seus escritos sua passagem pelo rio Araguaia, na sua concepção o desenvolvimento da navegação proporcionaria a integração comercial entre as Províncias de Goiás, Mato Grosso e Pará, acreditando-se que a navegação poderia contribuir para o desenvolvimento econômico do território e o livramento dos problemas econômicos que vinha afetando devido à queda da mineração. Foram diversas as tentativas de consolidar a navegação do Araguaia, e com essa estruturação colheram bons resultados, a população passou a morar nas margens formando assim os presídios, como o de Leopoldina entre outros. A navegação foi próspera até virar monopólio pessoal, a partir disso houve a estagnação do comércio e o despovoamento que tinham se formado as margens do rio.

Gradualmente, a navegação a vapor do rio Araguaia foi caindo em decadência. Vários fatores contribuíram para isso: a pouca fidelidade do empresário no cumprimento das cláusulas estipuladas; a falta de

regularidade nas viagens por parte do empresário; a quase impossibilidade de o governo exercer uma rigorosa fiscalização no serviço; o abandono dos serviços por parte dos oficiais devido à má remuneração, bem como pelo atraso de pagamento salarial e a falta de pessoal qualificado para os serviços de conservação do material flutuante e fixo. (ANDRADE, BASTIANI, 2012, p. 11).

Na altura do médio Araguaia ele se divide em dois braços, formando a ilha do Bananal. Há relatos que desde o ano de 1876 já havia uma grande preocupação com a preservação da ilha, e o medo da mesma cair nas mãos da ganância, da cobiça, do mercantilismo e da ignorância, para que depois não precisasse estudar o reflorestamento das terras devastadas.

O Parque Nacional do Araguaia onde se situa a ilha do Bananal é de grande importância, pois está situado em zona ecotonal entre os dois maiores biomas brasileiros floresta amazônica e cerrado com grande biodiversidade com muitas espécies que vem sendo ameaçadas de extinção. Sobre a História da Natureza, muita história foi contada e muita história será contada. A História não se esgota.

Nessa perspectiva este artigo espera ter contribuído para os estudos da paisagem na região, além de mostrar as possibilidades da utilização da história ambiental como vertente de pesquisa em outras fontes, por exemplo, os diários de viagens e as possibilidades de releitura. Nos diários ainda é possível encontrar subsídios para estudos atuais referentes às questões ambientais, tendo em vista, por exemplo, a devastação da natureza e as queimadas registradas como práticas na região desde o século XIX.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995. <Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf>. Acesso: 27 jan. 2014.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: Atito*. Goiânia: Ed. da PUC de Goiás, 2010.
- ANDRADE, K. S.; BASTIANI, C. *Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás: levantamento de topônimos indígenas*. Antares: Letras e Humanidades, v. 4, 2012, p. 169-184.
- A *INFORMAÇÃO GOYANA*. Governo do Estado de Goiás. Goiânia: AGEPEL, 2001. (Reprodução fac-similar da coleção completa da revista publicada no Rio de Janeiro por Henrique Silva e America no do Brasil, no período de agosto de 1917 a maio de 1935).
- BORGES, Barsanulfo G. *A rodovia Belém-Brasília e a integração do norte goiano*. Revista de História (UNESP), Franca, v. 5, n. 2, 1998, p. 149-171.
- CHAUL, N. N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- CASTELNAU, F. *Expedições às regiões centrais da América do Sul v. 1 (1949)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/expedicao-as-regioes-centrais-da-america-do-sul-v1/pagina/208/texto>>. Acesso em: 25 dez. 2012.
- CARVALHO, Ely Berço. *“Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A Ferro e Fogo”*. Esboços, v. 13, Florianópolis, 2005,
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo. Companhia as letras. 1996
- DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 4, (8), 1991.
- JESUS, W. C. ; PADOVAN, R. C. . O sertão real e imaginário nas construções historiográficas regionalistas. *Historien (Petrolina)*, v. 04, p. 283-295, 2013.
- GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do Ouro e do Diamante, nos anos de 1836 a 1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-pelo-brasil-principalmente-nasprovincias-do-norte-e-nos-districtos-do-ouro-e-do-diamante-durante-os-anos-de-1836-1841>>. Acesso em: 10 jan.2012
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Arquivo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* RIHGB. [S.d.] Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: 14 de nov. 2012.
- MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaya*. Typographia provincial: Goyaz, 1863.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. *Viajantes do início do século XIX e a representação do sertão brasileiro*. In: X Simpósio Internacional do Processo Civilizador - Sociabilidades e Emoções, 2007, Campinas. Cd-Rom: X Simpósio Internacional Processo Civilizador - Sociabilidades e Emoções. Campinas: UNICAMP - FEF, 2007.

- MAURO, Victor F.; EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Violência e expropriação fundiária na chegada da frente pioneira à micro-região do Médio Tocantins-Araguaia*. Entre-Lugar, v. 2, p. 93-118, 2010.
- PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-1-v/pagina/1/texto>>. Acesso em: 21 dez. 2014.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil*. In.: Octaciano Nogueira (org.), *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. In.: Octaciano Nogueira (org.), *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal.
- SOUZA, Fabíula Sevilha de. *Fragments da Devastação: uso e aproveitamento da terra goiana no relato do Saint-Hilaire*. In: XXIV Semana de História "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior", 2008, Assis. Anais da XXIV Semana de História "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior", Vol. XXIV, 2008.
- PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins Colonial*. Goiânia: Ed. UFG, 2007.
- REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- QUARANTA-GONÇALVES, Márcio Luiz. *Pequeno histórico da relação homem natureza: da physis à teoria de Gaia, o empobrecimento da noção de ser humano*. In.: *Filosofia, ciência e vida*. São Paulo, nº. 13, Abr, 2007.
- WOSTER, Donald. *Para fazer uma história ambiental*. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 1990.

*Reflexões sobre a questão
indígena no Seridó:
entre a história e o patrimônio cultural*¹

Helder Alexandre Medeiros de Macedo²

RESUMO

O ensaio propõe uma reflexão acerca da questão indígena no Seridó norte-rio-grandense. Reflexão que se constrói à medida que partilhamos a ideia de que, embora não haja índios vivendo nessa região, sua herança se faz presente na história – sobretudo na história das relações com os luso-brasílicos, negros e mestiços – e na cultura. Isto é, a história e a cultura indígena fazem parte do patrimônio cultural dos seridoenses. Essa reflexão encaminha-se a partir da constatação da presença indígena em mananciais de documentos da região, do século XVIII ao XX; em testemunhos materiais presentes em sítios arqueológicos; em testemunhos monumentais do período de choque da cultura nativa com a ocidental, bem como na toponímia; na tradição oral.

Palavras-chave: Seridó. História indígena. Patrimônio cultural.

ABSTRACT

The essay proposes a reflection about the indigenous question in the Seridó. Reflection that builds as we share the view that, although there are Indians living in that region, its heritage is present in the story – especially in the history of relations with the luso-brasílicos, blacks and mestizos – and in culture. That is, the indigenous history and culture are part of the cultural heritage of Seridó people. This reflection forwards from the realization of indigenous presence in fountains of documents of the region, of the 18th century to the 20th; in testimonies materials present in archaeological sites; in monumental testimonies of shock period of native culture with the West, as well as in toponymy; in oral tradition.

Key-words: Seridó. Indigenous history. Cultural heritage.

¹ Artigo recebido em 08 de setembro de 2014 e aprovado em 20 de outubro de 2014.

² Doutor em História pela UFPE; Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o patrimônio cultural na interface com a questão indígena é temática mais que oportuna, sobretudo pela constante emergência de territórios étnicos no âmbito do Rio Grande do Norte, demanda que requer um cuidado especial dos cientistas que estudam o homem e a sociedade. Estamos nos referindo às comunidades que, sobretudo da última década em diante, têm se mostrado interessadas em retomar sua identidade étnica: os Eleotério, do Catu, situados entre os municípios de Canguaretama e Goianinha; os Mendonça, do Amarelão, no município de João Câmara; os Caboclos, no município de Açu; os Banguê, às margens da Lagoa do Piató, também no município de Açu, e os Potiguara, em Sagi, município de Baía Formosa¹. A respeito das duas primeiras comunidades, já existem trabalhos importantes desenvolvidos em nível de mestrado (SILVA, 2007; GUERRA, 2007).

No que tange às comunidades quilombolas, o número é bem maior no território norte-rio-grandense. Algumas delas, inclusive, encontram-se no Seridó, como os Negros do Riacho, no município de Currais Novos (ASSUNÇÃO, 1994; SILVA, 2009); os Negros da Boa Vista, no município de Parelhas (CAVIGNAC, 2008, 2009; SANTOS, 2008), e os Negros da Macambira, no município de Lagoa Nova (PEREIRA, 2008). Dizendo em outras palavras, tais demandas orientam o foco de análise para as alteridades e nos direcionam para um diálogo imprescindível e sempre atual da História com a Antropologia (e vice-versa)², tomando-se como atributo o princípio da interdisciplinaridade, já cultivado desde os pais fundadores da Escola dos Annales (BURKE, 1992).

Partindo dessas premissas, procuramos contribuir com uma reflexão acerca da questão indígena no Seridó norte-rio-grandense³. Essa reflexão constrói-se à medida que partilhamos da ideia de que sua herança se faz presente na memória e na história das relações dos índios com os luso-brasílicos, negros e mestiços. Isto é, a constatação de que a memória e a história sobre os índios fazem parte do patrimônio cultural dos seridoenses.

¹ Os nomes das comunidades e suas localizações estão baseados em entrevista concedida por Jussara Galhardo Aguirres Guerra, coordenadora do Grupo Paraupaba, ao Diário de Natal (VILAR, 2011).

² No campo dos estudos sobre os povos indígenas, é salutar que se referencie a obra de CUNHA (1998) como um exemplo de salutar encontro entre a História e a Antropologia. No Rio Grande do Norte, os estudos da antropóloga Julie Cavignac têm feito, nos últimos anos, importantes conexões entre esses dois campos do conhecimento (vide, especialmente, CAVIGNAC, 2003; CAVIGNAC, MACÊDO, 2013).

³ Estamos considerando, para fins deste trabalho, o Seridó como sendo a porção centro-meridional do Rio Grande do Norte, cujas principais cidades são Caicó e Currais Novos.

Essa afirmação pode gerar, inclusive, desconforto, já que a palavra *patrimônio*, em sua etimologia, remete à acumulação de bens em herança, transmitidos hereditariamente por linha paterna. O patrimônio histórico, por sua vez, corresponderia a todos os bens destinados ao usufruto de uma comunidade, constituídos pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam, por seu passado comum. No período pós-Revolução Francesa, na França, segundo o que era apregoado pela Primeira Comissão dos Monumentos Históricos, de 1837, três tipos de monumentos compunham o patrimônio histórico nacional: bens remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos. Durante muito tempo esse foi o conceito que predominou: o de que patrimônio histórico era apenas pedra-e-cal. Agregavam-se, também, as obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas. Depois da Segunda Guerra Mundial, novos bens entraram para o rol do patrimônio histórico, como a arquitetura menor, a vernacular e a industrial, bem como edifícios individuais, aglomerados de edificações, casas, bairros e aldeias (CHOAY, 2001, p. 11-7).

Na década de 1930, no Brasil, durante a Era Vargas, têm início, oficialmente, as políticas públicas destinadas a preservar o patrimônio brasileiro. Tais políticas consubstanciaram-se na criação de um órgão público federal, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) –, por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Esse órgão tinha como missão, preconizada no decreto-lei citado, cuidar da preservação de todos os bens considerados de valor inestimável para a nação, móveis e imóveis, avaliados pelo critério artístico e de anciandade.

A posição encetada pelo Governo Federal, assim, retomava as ressonâncias das primeiras noções de *patrimônio histórico e artístico*, provindas da França da época da Revolução de 1789, que tinham como corolário a ideia de que a memória de um Estado se conservava à medida em que também se preservassem os testemunhos concretos de seu processo histórico de formação: os bens imóveis e as obras de arte. No Brasil da Era Vargas, desse modo, privilegiou-se, como representativo da herança formadora da identidade nacional, o patrimônio histórico e artístico, que, nos anos posteriores ao Decreto-Lei nº 25/37, ficou conhecido, sobretudo entre os críticos dessa concepção, de patrimônio da *pedra-e-cal*. Isso ocorreu por valorizar com preponderância, até mesmo em função da terminologia adotada, os elementos tangíveis da cultura, sobretudo os bens imóveis (igrejas, casas de fazenda, palácios e palacetes, fortalezas, prédios

públicos, jazidas arqueológicas) e as obras de arte eruditas (quadros, retábulos, esculturas).

Nos anos setenta do século XX ocorreu uma redefinição na política promovida pelo Estado com relação à preservação da herança formadora do Brasil. Trata-se de uma época em que os acontecimentos em níveis mundial e nacional concorreram para que houvesse essa mudança. No campo da historiografia, sem a pretensão de sermos exaustivos, podemos anunciar que se constrói, na França, uma dada perspectiva de escrita da história, influenciada fortemente pela Antropologia, que tem como campo temático as mentalidades, os gestos cotidianos, os costumes, a alimentação, o vestuário, as técnicas e ofícios, além dos temas em migalhas, como criticou François Dosse (DOSSE apud REIS, 2000, p. 112-23). É momento, também, de crise da modernidade, da presença de uma “comunidade científica mais independente, estruturada e diversificada” (FONSECA, 1997, p. 15) e, particularmente, no Brasil, da desestruturação gradativa e abertura do regime ditatorial, instalado em 1964.

Internacionalmente, o órgão oficial da Organização das Nações Unidas (ONU) para assuntos da Educação, da Ciência e da Cultura, a UNESCO, passou a utilizar, gradualmente, o conceito de *patrimônio cultural* em substituição ao de *patrimônio histórico e artístico*, por compreender que a herança da cultura da humanidade sobrepõe-se aos valores da ancianidade ou apenas da arte. Falava-se, agora, de patrimônio cultural como a síntese da herança das diferentes sociedades espalhadas pelo globo, composta por três elementos: os da natureza, os do saber-fazer e os bens culturais propriamente ditos (LEMOS, 1987, p. 7-10).

Somente no final dos anos 1980, todavia, o Brasil pôde ter assegurado, por meio de diploma legal, a consideração de que o seu patrimônio cultural não é apenas a *pedra-e-cal*, amplamente valorizada nos anos 1930 e, mesmo, posteriormente. O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 assegura a noção de patrimônio cultural brasileiro aos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Especifica, portanto, a também natureza imaterial – ou intangível, na expressão corrente da UNESCO – da cultura brasileira, ao privilegiar, como elementos desse patrimônio, as formas de expressão, dentre as quais a literatura, e os modos de criar, fazer e viver. Esses elementos estão intimamente relacionados à tradição oral, seja como fonte para o conhecimento acerca das referências patrimoniais, seja como própria expressão dessas referências.

Afinal de contas, a tradição oral é veículo privilegiado para a transmissão, atualização e reatualização da memória coletiva e individual, bem como dos ofícios, dos saberes, dos fazeres, das técnicas, dos processos de preparação de alimentos, apenas para citar exemplos (MÜLHAUS, 2004, p. 63).

Daí em diante o Governo Federal promoveu, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) diversas iniciativas com o intuito de integrar essa política de valorização do patrimônio imaterial no Brasil, que culminaram com a edição de uma legislação própria: o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) (TAMASO, 2006). Esse decreto estabeleceu o patrimônio imaterial em quatro categorias, objetivando seu registro em livros específicos: os saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades), as celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), as formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e os lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas) (SANT'ANNA, 2000).

Tal abertura no que diz respeito ao entendimento do conceito de *patrimônio* leva-nos a crer, junto com o pensamento de Julie Cavignac, que a memória e a história podem ser consideradas, assim, patrimônio imaterial de um povo (CAVIGNAC, 2009a, p. 69-94). No caso da região do Seridó, os processos de transmissão da memória acerca do passado nativo ocorreram, principalmente, a partir dos documentos escritos deixados pelos conquistadores luso-brasílicos e das tradições orais rememoradas pelos descendentes dos índios, que passamos a examinar.

DOS DOCUMENTOS MANUSCRITOS À TRADIÇÃO ORAL

Para tratarmos de como os índios foram registrados nos documentos manuscritos da região, é necessário que possamos discutir as questões que envolvem o seu *desaparecimento* da história regional. Desde o nosso tempo de criança,⁴ o entendimento sobre o assunto da história indígena oscilou bastante. Aprendemos, na segunda série do “primário”, que os Kariri tinham sido os primeiros habitantes de Carnaúba dos Dantas e

⁴ Referimo-nos, aqui, à década de 1980, em se tratando do *lugar* familiar do autor e, do ponto de vista espacial, ao município de Carnaúba dos Dantas, situado na região seridoense.

que eles tinham desaparecido quando o *fundador* do município, Caetano Dantas Corrêa, “fundou” sua fazenda de criar gado.

O nosso entendimento entrou em tumulto um ano depois, em 1988, quando, de férias num sítio, vimos pela primeira vez um sítio arqueológico com pinturas rupestres, que um amigo e guia afirmou serem “pinturas dos índios”. Com a mente confusa, começamos a perguntar a todas as pessoas no sítio se era verdadeira a afirmação do garoto que nos acompanhara até a Casa de Pedra, já que, em nossa cabeça, ainda retumbavam os ensinamentos da professora acerca do desaparecimento dos nativos em função da chegada de um colonizador branco, cuja estátua repousa em lugar central na principal praça da cidade de Carnaúba dos Dantas.

Anos mais tarde, pesquisando sobre história e genealogia local, percebemos que esse *fundador* era mestiço, filho de pai português e mãe *mameluca* (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 116). O mais curioso é que em praticamente todos os sítios arqueológicos por onde temos andado desde então, no Seridó potiguar, os moradores dos arredores costumam associar os vestígios pintados ou gravados nas rochas como sendo de procedência dos índios. Denominações como *furna dos caboclos*, *casa dos caboclos*, *pedra dos índios*, portanto, não são mera coincidência, a julgar pelas representações que esses moradores fazem da ancestralidade que se encontra inscrita na geografia.

A historiografia regional⁵, com a qual entramos em contato a partir dos anos de 1990, também corroborava essa opinião sobre o “desaparecimento” dos índios (AUGUSTO, 1940; 1954; 1961; DANTAS, 1941; LAMARTINE, 1965; LAMARTINE, 1980; MONTEIRO, 1945), enxergando-os como elementos fossilizados da história da região, restritos praticamente ao período colonial e, mais, tomados como verdadeiros bastiões de uma resistência à ocidentalização⁶ – vencida no contexto das *bárbaras guerras* que mancharam de sangue o sertão da Capitania do Rio Grande entre o fim do

⁵ Estamos tratando *historiografia regional* como sendo a produção do conhecimento histórico de determinada região (o Rio Grande do Norte e o Seridó, em particular) a partir da literatura impressa, não necessariamente de autoria de historiadores acadêmicos, incluindo, portanto, o importante trabalho dos eruditos (TAKEYA, 1994).

⁶ Entendemos *ocidentalização*, na perspectiva de análise de Serge Gruzinski, como o processo de ocupação das terras situadas na outra margem do Atlântico pelas potências mercantilistas da Europa Ocidental, que acarretou a conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo (GRUZINSKI, 2001, p. 63).

século XVII e início do século XVIII⁷, a quem se imputava, em grande parte, a invisibilidade dos nativos no Seridó dos primeiros tempos da colonização.

Contudo, o trabalho de pesquisa de dom José Adelino Dantas Dantas (1979), Sinval Costa (1999) e Olavo de Medeiros Filho (1984; 2002) em remexer os arquivos da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (hoje, Paróquia de Sant’Ana, de Caicó) ofertou-nos pistas sutis de que a realidade não havia sido tão cruel, unívoca e unilateral como pensávamos. Nossa caça ao tesouro começou quando nos demos conta, assim, de que ser historiador era menos ressuscitar os mortos, como afirmou Michelet, que reescrever o passado a partir das preocupações do mundo hodierno, tendo em vista que a realidade vivida se nos apresenta como uma colcha rasgada em milhares de retalhos, dos quais só conseguimos costurar pequenas tramas esfiapadas com o olhar interessado, arbitrário e parcial dos arautos de Clio.

Numa luta constante contra garatujas esmaecidas e oxidadas pelo tempo, a caça ao tesouro realizou-se no arquivo da Freguesia do Seridó, onde examinamos os livros nos quais eram assentados os ritos de passagem dos cristãos desse espaço desde fins do século XVIII pelos vigários: os batizados, os casamentos e os enterros. Confirmando o que os historiadores acima mencionados haviam apontado em suas pesquisas, o levantamento que efetuamos, inspirado no instrumental teórico-metodológico da Demografia História francesa (HENRY, 1977; CARDOSO, 1983, p.107-203), resultou na (re)descoberta de uma razoável quantidade de índios participando desses ritos e sendo registrados nos livros da freguesia. Do ponto de vista quantitativo, essa população de “índios cristãos” chegou, em números redondos, a 3% do total de moradores da Freguesia do Seridó, em relação ao período que foi devassado em função da disponibilidade de fontes (1788 a 1811) (MACEDO, 2002).

Encarnamos a figura de um garimpeiro percorrendo uma banquetta escura, gélida e espinhosa à busca de uma luz que – pretensamente – tinha se apagado fazia muito tempo, da qual não restariam mais que microscópicos filetes. Essa foi nossa impressão quando, no final dos anos de 1990, iniciamos pesquisas acerca dos índios no contexto da ocidentalização na Capitania do Rio Grande. Impressão justificada, em parte, já que as ações dos índios frente a esse processo de escala global – o da ocidentalização – não tiveram registros de sua própria lavra, até onde temos conhecimento. Obteve triunfo, assim, o peso dos registros escritos dos conquistadores, que expuseram, quase sempre, a

⁷ Referimo-nos, aqui, à “Guerra dos Bárbaros”, conflitos que, na Capitania do Rio Grande, decorreram de 1683 a 1725, aproximadamente (MEDEIROS FILHO, 1984; PUNTONI, 1998).

sua superioridade cultural frente aos nativos encontrados no sertão do Rio Grande, nominados nesses mesmos registros apenas quando se fazia referência a seu modo de vida *bárbaro*, à sua *gentilidade* e, por fim, à sua incorporação iminente frente ao projeto colonial.

Bebendo em tais fontes, os homens que escreveram a história do Rio Grande do Norte na primeira metade do século XX reproduziram essa ideia de inferioridade dos índios e, ainda mais, apregoaram o seu *desaparecimento* depois que as estruturas do poder colonial foram instaladas nas povoações, freguesias e vilas (LEMOS, 1912; LIRA, 1982; POMBO, 1922; CASCUDO, 1984) – da mesma maneira como o fizeram alguns dos homens que se dedicaram a escrever a história do Seridó, já referenciados. Esse estigma do *desaparecimento*, devido à circulação que essa historiografia teve, acabou tornando-se chavão e discurso recorrente até mesmo nos estabelecimentos de ensino – como as ideias que recebemos de nossos professores, nos anos de 1980.

Os historiadores que há pouco mencionamos – dom José Adelino Dantas, Sinval Costa e Olavo de Medeiros Filho – permitiram, com os indícios de seus estudos, que penetrássemos naquela banqueta escura e avançássemos até as brenhas onde poucos haviam estado, procurando a claridade há tanto tempo obscurecida pela vitória do registro escrito e por uma maneira *ocidentalizante* de escrever a história.⁸

Essa investida somente foi possível porque compartilhamos: 1) junto com Serge Gruzinski, a ideia de que a *ocidentalização* não apenas desestruturou as sociedades ameríndias, mas, também, realçou suas singularidades e ofereceu terreno para que, por meio das mestiçagens, elas sobrevivessem (GRUZINSKI, 2001; 2003); 2) com a ideia de Maria Sylvia Porto Alegre, de que o “desaparecimento”, citado com recorrência nos relatórios dos presidentes das Províncias do Norte durante o século XIX e presente na historiografia clássica do Rio Grande do Norte, se constitui enquanto um discurso construído para justificar a expropriação dos territórios nativos em função dos interesses das elites agropecuaristas oriundas dos tempos coloniais (PORTO ALEGRE,

⁸ A crítica ao paradigma eurocentrista tem sido feita, nos últimos anos, por intelectuais da área das Humanidades, que o abordam, em linhas gerais, como uma estrutura mental fundada na crença de uma suposta superioridade do *modus vivendi* e do ritmo do desenvolvimento da Europa (verificar, a exemplo, SAID, 1990; AMSELLE, 2008; WALLERSTEIN, 2007). A crer-se no paradigma eurocentrista, no âmbito global teríamos um permanente “centro” geográfico, avançado e inovador, irradiador de cultura e de modos de vida, da mesma forma que teríamos uma “periferia”, atrasada e arcaica, sempre pronta para receber inovações e se “modernizar” ao estabelecer laços com o “centro” e a imitá-lo. Esse pensamento de um “difusionismo eurocêntrico”, que tende a enaltecer a superioridade europeia, encontra uma crítica ferrenha por parte de James Blaut, que propõe aos historiadores a escrita de uma “história ao avesso”, ou seja, uma versão da história em que não esteja presente, espacial e temporalmente, a convicção de que os europeus têm qualidades especiais de raça, cultura, ambiente, mente ou espírito (BLAUT, 1993).

1992/1993; 1993; 1998); 3) a premissa de que, ao invés de pensarmos em *desaparecimento*, é mais salutar refletirmos sobre o *encobrimento* (MEDEIROS, 2000) ou *ocultamento* (LOPES, 1999, 2005) das populações indígenas, definições tomadas de empréstimo de Ricardo Pinto de Medeiros e Fátima Martins Lopes, respectivamente, que correspondem a um processo historicamente construído de tentativa de negação da identidade nativa face à investida colonial; 4) juntamente com Eduardo França Paiva, Serge Gruzinski e Berta Ares Queija, o entendimento de que alguns dos índios engolfados pelo fenômeno da ocidentalização conseguiram montar estratégias de sobrevivência nesse *mundo novo* que ia sendo construído no *Novo Mundo*, ao tornarem-se agentes mediadores entre a cultura nativa e a cultura ocidental, demonstrando sua capacidade de agirem como sujeitos históricos de seu próprio tempo e espaço (PAIVA, 2001; PAIVA; ANASTÁSIA, 2002; ARES QUEIJA; GRUZINSKI, 1997).

Nesse percurso constatamos que os registros escritos, mesmo sendo oriundos daqueles que impulsionaram a ocidentalização nos trópicos e, portanto, contendo seus filtros e concepções de mundo, apresentavam certos pormenores capazes de nos ajudar a refletir sobre a questão indígena. Mapas, crônicas, cartas trocadas entre autoridades coloniais e metropolitanas, petições de sesmaria, demarcações de terra, livros de notas cartoriais e de tombo, assentos paroquiais, inventários *post-mortem*, justificações de dívida: cruzando as informações desses registros entre si, com amparo em bibliografia de apoio, pudemos penetrar nas suas entrelinhas em busca do que não estava evidente ou que parecia improvável, seguindo as linhas do método indiciário, problematizado por Carlo Ginzburg (1989).

Os documentos produzidos no âmbito da Justiça e da Igreja durante o período posterior à criação da Freguesia do Seridó, mostram, de maneira fragmentária, a coexistência da população indígena junto aos brancos, negros e mestiços. É evidente que essas populações passaram por terríveis processos de envolvimento nas guerras de conquista, de exposição a doenças, de escravização e de redução em aldeamentos missionários. Reduzidas a pedaços, portanto, pelos agentes da ocidentalização, não se torna difícil entender, dessa maneira, o fato dos registros escritos posteriores às *bárbaras guerras* serem tão lacunosos (MONTEIRO, 2001, p. 53-78), ora caracterizando um indivíduo como “índio”, ora como “pardo” e, em algumas vezes, simplesmente omitindo o designativo de sua *qualidade*.

Os índios que sobreviveram às guerras e viveram na Freguesia do Seridó foram imersos, pela própria dinâmica impositiva da ocidentalização, no cristianismo.

Encontramos esses índios registrados nos documentos do século XVIII e do início do século XIX, sempre com nomes luso-brasílicos, participando dos ritos de passagem da cristandade e recebendo seus sacramentos – ou negando-se a recebê-los, como aconteceu em alguns casos. Mediante a análise e a reflexão desses registros escritos, pudemos inferir que as populações indígenas que habitavam no território da freguesia tiveram suas histórias de vida inter cruzadas com as dos brancos, as dos negros e, principalmente, as dos mestiços. Sendo impossível, portanto, de nossa parte, querer reconstituir uma *pureza original* ou encontrar índios isolados, totalmente avessos à construção – pela força violenta da cruz e da espada, diga-se de passagem – do mundo colonial sobre os territórios onde habitavam antes que pudessem ter escutado o mugido do gado e visto as árvores da caatinga serem derrubadas para servirem de mourão aos currais. Adotar uma posição como esta seria o mesmo que negar, veementemente, a ideia de que a cultura é dinâmica e que, conforme Guillaume Boccara, mesmo em situações trágicas de opressão, os povos envolvidos estabelecem trocas ou misturam suas vidas, saberes e representações (BOCCARA, 2001).

Dessa maneira, além do processo depopulativo acarretado pelas guerras de conquista, um contingente das populações indígenas e seus descendentes – como os *curibocas* – que habitavam o Seridó, sobretudo nas primeiras décadas do século XVIII, provavelmente compunha parte da mão-de-obra escrava usada nas fazendas ou nas roças situadas nas chãs das serras, como os índios Anastácio, Domingas, Bibiana da Cruz e Florência, que tiveram seu estatuto de escravos possibilitado pelos dispositivos legais da *guerra justa* (MACEDO, 2008). O vocábulo *curiboca*, com diversas variações nos tempos coloniais, designava o mestiço cuja parte da ascendência era indígena. Schwartz, ao discutir as hostilidades, interações e miscigenação ocorridas entre negros e índios durante os tempos coloniais, assegura que os termos *tapanhuns* (em tupi, para designar os primeiros africanos chegados ao Novo Mundo) e *negros da terra* (que se referia aos cativos indígenas) foram sendo suplantados, gradativamente, por novas terminologias. Assim, cafuzos, *curibocas* e *caborés* foram categorias usadas pelos colonos para remeterem aos descendentes mestiços, fruto do contato afro-índio, evidência de que o “regime colonial apresenta uma tendência à criação de novas categorias sociais e espaciais em que o nascimento, status hereditário, cor, religião e

concepções morais contribuíram para a criação de categorias étnicas ou pseudo-raciais com atributos definidos” (SCHWARTZ, 2003, p. 15)⁹.

Outros nativos, conquanto livres ou *forros*, mesmo não absorvidos oficialmente pelas malhas da escravidão, trabalharam como fâmulos, fábricas¹⁰ ou mesmo vaqueiros nessas fazendas, em regime de trabalho servil, na dependência de senhores de terra para sobreviver, como exemplificam as histórias de Francisco Gomes, Agostinho e José Pereira de Souza. Afora os índios imersos no mundo do trabalho, outros viveram o resto dos seus dias perambulando pelas fazendas, povoações e vila da freguesia, sem lugar próprio para morar, dependendo dos favores dos fazendeiros ou da caridade dos que tinham assento no tecido urbano. Pela sua condição de errantes foram chamados de *vagabundos* e *assistentes*, caracterizadores da extrema penúria em que viviam daí o fato dos registros de seus enterros conterem a averbação de *grátis*, indicando a não existência de posses para o pagamento ao vigário. Essa foi a história de Damásia, Filipe, João dos Santos e Damiana Maria.

Determinados índios, no entanto, conseguiram resistir aos impactos da ocidentalização, nutrindo-se da habilidade que tiveram em transitar pelos dois mundos que se chocaram durante as guerras de conquista, o ocidental e o nativo. Mateus de Abreu Maciel, Tomé Gonçalves da Silva e Policarpo Carneiro Machado (este, filho da índia Bibiana) vivenciaram um novo estilo de vida, compósito, meio europeu, meio índio – mestiço, usando a formulação de Sérgio Buarque de Holanda e Serge Gruzinski (HOLANDA, 1994; GRUZINSKI, 2001).

Embora fossem diferenciados do restante da população como índios ou por terem ascendência autóctone, conseguiram sobressair-se pelo fato de ocuparem cargos militares (Mateus de Abreu possuiu o título de *capitão*) ou civis (Tomé Gonçalves, exerceu o cargo de *porteiro do auditório do senado da câmara*). Sem contar com o exemplo de Policarpo Carneiro, que recorreu aos mecanismos da Justiça Pública a fim de requisitar uma herança paterna que lhe havia sido negada por não ser filho *legítimo*. Esses índios, percorrendo os meandros do universo colonial e mantendo conexões com sua origem autóctone, tornaram-se agentes mediadores entre esses dois mundos,

⁹ As variações no que tange ao significado desses vocábulos (*curiboca*, *caboclo*, *mameluco*, *pardo*, por exemplo), segundo Jocélio Teles dos Santos, configuram-se como um resultado do sistema linguístico escravocrata, que, dependendo da situação, “permitira rearranjos conceituais e indicava uma flexibilidade do uso de categorias no Brasil colônia” (SANTOS, 2005, p. 118).

¹⁰ Os termos *fâmulos* e *fábricas* eram utilizados para designar postos subordinados ao vaqueiro, dentro do universo social do trabalho na faina pecuarística. O primeiro, mais genérico, significava criado, empregado. O segundo, por sua vez, referia-se ao ajudante direto do vaqueiro na lida com o gado.

contribuindo para permeabilizar as suas fronteiras e para demarcar seus próprios espaços de sociabilidade (MACEDO, 2007).

Os documentos judiciais, eclesiásticos e civis dos quais pinçamos as informações do tópico anterior, existentes nos arquivos de Caicó e Acari, embora escritos pelos colonizadores, fazem menção expressa a índios convivendo com os demais grupos sociais da ribeira e constituindo “agrupamentos familiares”, com ou sem a bênção da Igreja Católica. De 1850 em diante, esses documentos deixam de mencionar *índios* e passam, gradativamente, a falar de *caboclos* – que, na opinião de Edson Silva, seria uma categoria historicamente construída para designar os índios sem terra, obscurecidos pela invisibilidade étnica e social no contexto da política de apropriação de suas terras, em curso na segunda metade do século XIX (SILVA, 2003).

Corroborando essa opinião, os recenseamentos oficiais dessa época apresentam dados sugestivos. Em 1872, dos cerca de 30 mil indivíduos recenseados nos municípios do Seridó, a composição no critério *raça* anotou 5% de caboclos, 10% de pretos, 29% de pardos e 53% de brancos. Na contagem populacional de 1890, de um total de 40 mil indivíduos cadastrados, 6% eram caboclos; 25%, mestiços; 6%, pretos e 61%, brancos (IBGE, 1872; 1890).

Todavia, é necessário que também consideremos os testemunhos de atuais moradores das cidades do Seridó potiguar, que, em suas memórias, admitem ser descendentes de *caboclos* e *caboclas-brabas*, indígenas que, ao escapar dos processos de extermínio nas guerras de conquista, teriam sido envolvidos no universo colonial por meio, na maioria dos casos, da violência. É recorrente, em praticamente todos os municípios do Seridó, histórias contadas pelos mais velhos acerca da figura de uma *cabocla-braba*, *pega a dente de cachorro e casco de cavalo*, que, além de arredia e valente pela sua própria natureza, após ter sido *domesticada*, teria casado com um vaqueiro ou fazendeiro, sendo considerada tronco genealógico de muitas famílias (MACEDO, 2005, p. 145-57).

Para Julie Cavignac, essas narrativas não são mero folclore, mas, a rememoração de uma situação trágica – muitas vezes, ocorria o estupro dessas caboclas – que pode ser encarada como uma versão nativa da história da região, onde estão presentes elementos do período colonial: o vaqueiro e o fazendeiro (e a remissão à pecuária como atividade econômica motor da expansão colonial pelo sertão), a cabocla (remissão à população nativa, entendida como obstáculo à ocidentalização) e o processo de submissão da

alteridade pela violência – o amansamento, o estupro, a domesticação (CAVIGNAC, 1995; 2000).

Em busca de maiores informações sobre essas histórias que narram o apresamento de caboclos e caboclas-brabas, entramos em contato com mais de quarenta narrativas que colhemos com descendentes desses índios e índias nos municípios seridoenses de Acari, Carnaúba dos Dantas, Caicó, Cruzeta, Currais Novos, Jardim do Seridó, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, São José do Seridó, São João do Sabugi e Serra Negra do Norte. De maneira geral, essas narrativas relembram o estado de “vida selvagem” em que viviam os caboclos e caboclas, perambulando pelo mato, cozinhando em panelas de barro, colhendo mel de abelha e usando-o como alimento acessório junto à caça e aos frutos da caatinga, falando língua de difícil compreensão pelos “brancos”; o processo de encontro desses índios e índias com vaqueiros e/ou fazendeiros, geralmente ocorrido nas proximidades de fontes d’água (olhos d’água, lagoas, poços) ou de serras e caracterizado, em quase todos os casos, pelo uso da violência para a “captura” das mulheres – daí o uso corrente, nas narrativas contemporâneas, da expressão “dente de cachorro e casco de cavalo” – e “domesticação”; o estado de “vida civilizada” a que os caboclos e caboclas – sobretudo estas, cuja presença é mais comum nas narrativas – eram submetidos, deixando de comer “insosso” e passando a fazer parte da sociedade colonial e cristã – casando, no caso das mulheres, em algumas vezes, com os vaqueiros que as capturaram, ou vivendo como amásias dos fazendeiros que ordenaram a “pega” no mato¹¹.

O exemplo mais conhecido e divulgado pela tradição oral é o da índia Micaela, que teria sido “pega a dente de cachorro e casco de cavalo” pelos vaqueiros de Caetano Dantas Corrêa na Serra da Rajada e, depois de amansada, tornado-se esposa do coronel e mãe de seus filhos. Os documentos oficiais, por outro lado, narram que Caetano Dantas foi casado com dona Josefa de Araújo Pereira, filha do português Tomás de Araújo Pereira, mencionando Micaela como sendo, apenas, o nome de uma filha desse casal. Esse é um caso típico problematizado por Maurice Halbwachs em seus estudos sobre a memória coletiva, onde contrapõe uma *história vivida* – fomentada pelas narrativas familiares, que, no caso analisado, corresponde à rememoração da índia

¹¹ Afora as narrativas que colhemos nesses municípios a partir de descendentes desses caboclos e caboclas-brabas, é preciso considerar, também, os trabalhos de CAVIGNAC (1995; 2000), SOARES e PEREIRA (2000), TAVARES e MORAIS (2000) e GOMES e MEDEIROS (2000), que mantiveram contato com outros(as) descendentes de caboclos e caboclas e discutiram a temática de sua participação nas árvores genealógicas dos moradores do Seridó.

Micaela como tronco ancestral – a uma *história canônica*, esta, baseada nos documentos oficiais, isto é, referindo-se ao casamento de Caetano Dantas com a filha de um português, em relação ao caso tratado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos documentos escritos e das tradições orais, é necessário acrescentar, também, o uso que as populações dessa região fazem da memória inscrita no espaço, especificamente, nos sítios arqueológicos e nos lugares que foram palco de embates entre índios e tropas coloniais no contexto das Guerras dos Bárbaros.

O primeiro dos elementos diz respeito aos testemunhos materiais. Os sítios arqueológicos do Seridó contendo pinturas, gravuras, material lito-cerâmico e enterramentos, não obstante remetam a um passado pré-histórico e milenar – a julgar pelas poucas datações de C-14 –, representam, para as populações contemporâneas das proximidades, resquícios de um passado indígena. Mesmo que os índios não estejam mais vivendo na região, pinturas, gravuras, artefatos e ossos encontrados nas furnas e abrigos dos vales, além de povoarem o imaginário local, reafirmam sua presença entre nós – ainda que, reiteramos, como testemunho residual de um passado perdido no tempo (MARTIN, 1999, 2003; MARTIN, BORGES, SENA, SALDANHA, ALMEIDA, NOGUEIRA, BARBOSA, 2008; BORGES, 2010). Poderíamos falar, portanto, de lugares de memória onde a presença indígena se faz presente na contemporaneidade – ideia que teve como inspiração a leitura de Pierre Nora (1993, p. 7-28).

Os testemunhos monumentais são o segundo elemento. Costumeiramente os inventários e os levantamentos de patrimônio cultural no Seridó fazem remissão a casas de fazenda, igrejas e edificações urbanas, descuidando-se em lembrar que existem monumentos onde se desenrolaram os acontecimentos angustiantes da “Guerra dos Bárbaros”. Os lugares a que nos referimos são os prováveis alicerces da Casa-forte do Cuó (MACEDO, 2004/2005), em Caicó, onde se alojaram tropas de terços militares enviados para combater os tapuias e ainda as serras da Acauã (MEDEIROS FILHO, 1984, p. 122), em Currais Novos; da Rajada (MACEDO, 2000, p. 19-22), em Carnaúba dos Dantas e do Mulungu (MEDEIROS FILHO, 2002, p. 13), em São João do Sabugi, que os documentos coloniais mencionam como lugares de massacre de índios no final do século XVII. Trata-se de lugares que, conquanto relembrem a tentativa de subjugar e

exterminar as populações indígenas, devem ser lembrados como marco de sua resistência à difusão da atividade pecuarística pelas ribeiras sertanejas.

Os mais de trezentos anos que separam os moradores do Seridó do início das pelejas e tormentas da “Guerra dos Bárbaros”, ainda que esta tenha deixado a paisagem do sertão manchada do sangue dos indígenas, não conseguiram extinguir totalmente a população autóctone – mesmo que esta tenha ficado *invisível* sob a denominação de *cabocla* – e tampouco apagar suas referências na memória e no conhecimento histórico produzido a partir desta (MACEDO, 2002; 2007).

Esses mais de trezentos anos também não permitiram que a própria maneira ocidentalizante de registrar a história da região, consubstanciada nos documentos oficiais da Igreja Católica e do Estado, tenha omitido indicações da presença indígena convivendo com luso-brasílicos, negros e mestiços (MACEDO, 2013) após o surgimento das fazendas, arraiais, povoações e vilas. É preciso, portanto, repensar o lugar dos índios no processo de construção da história sertaneja, já que o patrimônio cultural do Seridó não está representado apenas por casas de fazenda, templos, praças, cemitérios e, a exemplo, escolas. A memória sobre os índios – que morreram e/ou resistiram ao avanço da colonização e se misturaram com outros grupos sociais –, transmitida pelos documentos escritos e pela tradição oral e inscrita nos cenários das guerras de conquista, é, também, importante elemento do patrimônio cultural dos seridoenses.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. DPA, 2003.
- AMSELLE, Jean-Loup. *L'Occident décroché: enquête sur les postcolonialismes*. Paris: Stock, 2008.
- ARES QUEIJA, Berta; GRUZINSKI, Serge (coord.). *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997 (Anais do 1º Congresso Internacional sobre Mediadores Culturais, de 1995).
- ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. *Jatobá – ancestralidade negra e identidade*. Natal: Edufrn, 2009.
- ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. *Os Negros do Riacho: estratégias de sobrevivência e identidade social*. Natal: UFRN/CCHLA, 1994.
- AUGUSTO, José. *A região do Seridó*. Natal: Edições Cactus, 1961.
- AUGUSTO, José. *Famílias Seridoenses [1940]*. 2.ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002.
- AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.
- BLAUT, James M. *The colonizer's modelo of the world: geographical diffusionism and Eurocentric history*. New York/London: The Guilford Press, 1993.
- BOCCARA, Guillaume. *Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización*. Mundo Nuevo/Nuevos Mundos, n. 1, 2001a, Paris. Disponível em <www.ehess.fr/cerma/Revue/debates.htm>. Acesso em: 28 jan. 2005.
- BORGES, Fábio Mafra. *Os sítios arqueológicos Furna do Umbuzeiro e Baixa do Umbuzeiro: caracterização de um padrão de assentamento na área arqueológica do Seridó – Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- BURKE, Peter. *Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro*. In: _____. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 7-19.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. História demográfica. In: *Os métodos da história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 107-203.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.
- CAVIGNAC, Julie Antoinette. *A etnicidade encoberta: Índios e negros no Rio Grande do Norte*. Mneme - Revista de Humanidades, Caicó, v. 4, n. 8, 2003.

- CAVIGNAC, Julie Antoinette. *Os 'troncos velhos' e os 'quilombinhos': memória genealógica, território e afirmação étnica em Boa Vista dos Negros (RN)*. *Ruris* (Campinas), v. 4, p. 22-35, 2009.
- CAVIGNAC, Julie Antoinette. *Os filhos de Tereza: narrativas e religiosidade na Boa Vista dos Negros/RN*. Tomo (UFS), v. 11, p. 77-102, 2008.
- CAVIGNAC, Julie Antoinette. *Visões e abusões: patrimônio cultural e questão étnica no Rio Grande do Norte*. *Iluminuras*, v. 22/4, 21p, 2009b.
- CAVIGNAC, Julie. *A índia roubada: estudo comparativo da história e das representações das populações indígenas no Sertão do Rio Grande do Norte*. *Caderno de História*. Natal, EDUFURN, v.2, n.2, p. 83-92, jul/dez. 1995.
- CAVIGNAC, Julie. *Um mundo encantado: memória e oralidade no sertão do Seridó*. In: GODOI, Emilia Pietrefesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo: Edunesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009a. p. 69-94 (Volume I: Construções identitárias e sociabilidades).
- CAVIGNAC, Julie. *Vozes da tradição: reflexões preliminares sobre o tratamento do texto narrativo em Antropologia* (2000). *Mneme – Revista de Humanidades*. Disponível em <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/>>. Acesso em: 24 jan.2009.
- CAVIGNAC, Julie. MACÊDO, Muirakytan K. de (orgs.). *Tronco, ramos e raízes! História e patrimônio cultural do Seridó negro*. Brasília: ABA; Natal: Flor do Sal/EDUFRN, 2014.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.
- COSTA, Sinval. *Os Álvares do Seridó e suas ramificações*. Recife: ed. do autor, 1999.
- CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998.
- DANTAS, José Adelino. *De que morriam os sertanejos do Seridó antigo?* *Tempo Universitário*, v.2, n.1, p. 129-36, jan/jun.1979, Natal, UFRN.
- DANTAS, Manoel. *Homens d'outrora*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941 (Bibliotheca de Historia Norte-Riograndense, IV).
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Enelli; MEDEIROS, José Lucena de. *Caboclos brabos: o imaginário indígena no Vale do Sabugi*. Caicó, RN: 2000. 23p. Mimeo (dissertação apresentada à disciplina História do Rio Grande do Norte I).

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. *Os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

HENRY, Louis. O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias. In: MARCÍLIO, Maria Luíza (org.) *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento do Brasil (1872). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=Recenseamento_do_Brazil_1872&titulo=Recenseamento%20do%20Brazil%201872>. Acesso em: 25 maio 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Synopse do Recenseamento do Brasil de 31 de dezembro de 1890. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_coлеcao_digital.php?titulo=Synopse%20do%20recenseamento%20do%20Brazil%20de%2031%20de%20dezembro%20de%201890&link=Synopse_Recen_do_Brazil1890>. Acesso em: 25 maio 2010.

LAMARTINE, Juvenal. *Velhos costumes do meu sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LAMARTINE, Oswaldo. *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEMOS, Vicente de. Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, 1912.

LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese (Doutorado em História do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

LOPES, Fátima Martins. *Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó*. Mneme – Revista de Humanidades, v. 5, n. 13, dez.2004/jan.2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Desvendando o passado índio do sertão: memórias de mulheres do Seridó sobre as caboclas-brabas*. Vivência, n. 28, 2005, p. 145-57, Natal.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 449-62, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Quando o sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da história do Seridó colonial*. O Galo – Jornal Cultural, ano XI, nº 4, abril/maio de 2000. p. 19-22, Natal, Fundação José Augusto.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Vivências índias, mundos mestiços: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2002.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MARTIN, Gabriela. *Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre do Seridó RN*. Clio - Série Arqueológica, Recife, v. 15, n. 1, p. 14-28, 2003.

- MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 5. ed. atual. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.
- MARTIN, Gabriela; BORGES, Fábio Mafra; SENA, Vivian Karla de; SALDANHA, Rafael; ALMEIDA, Marcellus de; NOGUEIRA, Mônica; BARBOSA, Caio. *Levantamento arqueológico da área arqueológica do Seridó - Rio Grande do Norte - Brasil: Nota Prévia*. *Clio – Série Arqueológica*, v. 2, p. 01-18, 2008; BORGES, Fábio Mafra. Endocanibalismo na Área Arqueológica do Seridó? *Clio – Série Arqueológica*, v. 1, p. 18-35, 2009.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002 (Mossoroense, Série C, v.1268).
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *A redescoberta dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese (Doutorado em História do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsídios para a história completa do município*. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.
- MONTEIRO, John. *Entre o etnocídio e a etnogênese: identidades indígenas coloniais*. In: Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Concurso de Livre Docência na área de Etnologia, subárea de História Indígena e do Indigenismo). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 53-78.
- MÜLHAUS, Carla. *Para além da pedra e cal*. *Nossa História*, nov. 2004.
- NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993, São Paulo.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia (Minas Gerais, 1716-1789)*. Minas Gerais: EdUFMG, 2001.
- PAIVA, Eduardo França; ANASTÁSIA, Carla M. J. (orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver (séculos XVI a XIX)*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume /PPGH-UFMG, 2002 (Anais do IV Congresso Internacional sobre Mediadores Culturais, de 2000).

- PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes. *Terra dos Lázarus: etnografia, historiografia e processo quilombola na Serra de Santana (RN)*. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. Anais... Caxambu, 2008.
- POMBO, Rocha. *Historia do Estado do Rio Grande do Norte*. Portugal: Renascença Portuguesa; Rio de Janeiro: Anuario do Brasil (Almanak Laemmert), 1922.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da “cultura de contato”* In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio; PRANDI, Reginaldo (orgs). *CIÊNCIAS Sociais hoje*, 1993. São Paulo: ANPOCS, HUCITEC, 1993. p. 195-218.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Cultura e história: sobre o desaparecimento dos povos indígenas*. Revista de Ciências Sociais, v. 23/24, n. 1/2, p. 213-25, 1992/1993, Fortaleza.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas*. Ethnos – Revista Brasileira de Etnohistória, n. 2, p. 21-44, Recife, 1998.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – A inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANT’ANNA, Márcia. *Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília, 2000.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. *De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX*. Afro-Ásia, n. 32, p. 115-37, 2005.
- SANTOS, Sebastião Genicarlos dos. *História e identidade no território de Boa Vista dos Negros*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart. *Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas*. Afro-Ásia, n. 29-30, p.13-40, 2003.

SILVA, Claudia Maria Moreira da. *“Em busca da realidade”*: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, Edson. *Povos indígenas no Nordeste*: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. Mneme – Revista de Humanidades, Caicó, v.4, n.7, fev./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme>>. Acesso em: 21 maio 2005.

SILVA, Joelma Tito da. *As Eras e o Riacho*: memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra no Seridó potiguar. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SOARES, Gilberd; PEREIRA, Veranilson. *Os caboclos brabos*: memória de família e imaginário seridoense. Caicó, RN: 2000. 39p. Mimeo (dissertação apresentada à disciplina História do Rio Grande do Norte I).

TAKEYA, Denise Monteiro. *História do Rio Grande do Norte*: questões metodológicas – historiografia e história regional. Caderno de História – UFRN, v. 1, n. 1, p. 8-11, jul./dez 1994, Natal.

TAMASO, Izabela. *A expansão do patrimônio*: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. Brasília: UnB, 2006. (Antropologia, 390).

TAVARES, Rosicleide; MORAIS, Valcácia. *Caboclos brabos*: memória e orgulho de famílias sabugienses. Caicó, RN: 2000. 18p. Mimeo (dissertação apresentada à disciplina História do Rio Grande do Norte I).

VILAR, Sérgio. *Hoje é dia de índio*. Diário de Natal, Natal, 28, junho, 2011. Caderno Muito.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu*: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

Theatrum Mundi:
Antônio Vieira
*e a comédia de Deus*¹

Gil Eduardo de Albuquerque Macedo²

RESUMO

Polêmica e, por vezes, mal compreendida as profecias da História do Futuro, obra escrita pelo jesuíta Antônio Vieira, tratam da emergência do Quinto Império, projeto de teor político-teológico, cujo intuito seria o de alçar Portugal a condição de centro da expansão cristã pelo mundo. Escritas no século XVII, a obra é reveladora dos desejos e anseios de um dos homens mais emblemáticos da cultura ibérica. Nela, o jesuíta fez uso da metáfora do Teatro do Mundo, espacialidade com a qual representou a vida em sociedade, o tempo e o espaço em um mundo marcado por crises e instabilidades. Dito isso, o objetivo desse artigo é compreender no processo de construção da metáfora teatral como Antônio Vieira definiu o homem e sua postura diante o mundo.

Palavras-chaves: Quinto Império; Antônio Vieira; Teatro do Mundo.

RESUMEN

Polémico y mal interpretado, las profecías de la Historia del Futuro, escrito por la obra jesuita Antonio Vieira, que trata de la aparición del Quinto Imperio, contenido político y teológico proyecto, cuya finalidad sería la de elevar la condición de centro de Portugal de la expansión cristiana en todo el mundo. Escrito en el siglo XVII, la obra revela los deseos de uno de los hombres más emblemáticos de la cultura ibérica. En ella, el jesuita hizo uso de la metáfora del "teatro del mundo", con la espacialidad que representaba la vida en sociedad, el tiempo y el espacio en un mundo marcado por la crisis y la inestabilidad. El objetivo de este trabajo es entender el proceso de construcción como la metáfora teatral Antônio Vieira planeó el hombre y su postura delante del mundo

Palabras clave: Quinto Imperio; Antonio Vieira; Teatro del Mundo.

¹ Artigo recebido em 10 de setembro de 2014 e aprovado em 04 de outubro de 2014.

² Mestre em História ó Programa de Pós-graduação em História ó Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes ó Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), CEP: 59078-790, Natal, Rio Grande do Norte ó Brasil. E-mail: gileduardo7@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

É este mundo um teatro; os homens as figuras que nele representam, e a história verdadeira de seus sucessos uma comédia de Deus, traçada e disposta maravilhosamente pelas ideias de sua Providência. (Antônio Vieira, *Livro Antepimeiro*)

À primeira vista, temos a impressão de que a vida de Antônio Vieira seria tema de uma típica tragédia. Certamente essa impressão não é vaga; basta recordarmos os desgostos e as perseguições experienciados em seus longos anos de vida. Mesmo diante dos infortúnios e dos problemas que frequentemente emergiam, Vieira falava em esperanças, em uma realidade passível de mudanças. Apesar da inquestionável tonalidade dramática presente em seus escritos, podemos inferir, sem cair em qualquer afirmação precipitada, que o constante desejo pelo futuro esteve nutrido, a todo o momento, pela perspectiva de uma realidade otimista e gloriosa; essa é, sem dúvida, uma tópica constante no pensamento vieiriano. Entre o aparente teor trágico de sua vida e a projeção de um tempo marcado pela vitória divina, logo nos vem à mente a perigosa armadilha de deduzir tudo a partir da explicação essencialista do barroco, isto é, pensar a contradição como uma condição ontológica, fonte irradiadora para toda experiência histórica. Visando a nos desvencilhar dessa antítese, procuraremos desmontá-la e entender como ela se processa no discurso vieiriano.

Leonel Ribeiro dos Santos, na belíssima obra *Melancolia e apocalipse*, que articula a melancolia aos assomos e anseios apocalípticos, apresenta dois ensaios sobre o jesuíta. No primeiro deles, o autor investiga a concepção de história e a vivência do tempo em Antônio Vieira e, partindo dessa linha de análise, afirma que a concepção de mundo vieiriana encontra-se entre a tragédia e comédia. Para corroborar sua argumentação, o historiador faz uso de um conhecido discurso, *As lágrimas de Heráclito*, no qual o jesuíta revela a face assombrosa da realidade humana: “Que é este Mundo, se não um mapa universal de misérias, de trabalhos, de perigos, de desgraças, de mortes? E à vista de um teatro imenso, tão trágico, tão funesto, tão lamentávelo (VIEIRA, 1951, v. XV, p. 434-435). Para ele a realidade histórica é palco de horrores e injustiças, um desconcerto de atrocidades, imagem recorrente em Vieira nos momentos que antecedem a escrita de sua profecia.

É curioso notarmos que apesar desse quadro pessimista, Vieira enxergou adiante um futuro glorioso, tempo vigorado pela paz e pela harmonia. Todavia, perguntamo-

nos: se é essa, a realidade vieiriana, um poço de desilusões, quais as razões para os atos da fé missionária, já que tudo parece estar fadado à desgraça e à perdição?

À medida que sua vida aparenta ganhar valor trágico, maior é seu desejo cômico. Para compreender isso, teremos de examinar mais de perto de que forma o padre concebeu a ideia de comédia, já que precisamos partir dela para entender sua percepção temporal. Sobre esse tema, o jesuíta escreve: "É este mundo um teatro; os homens as figuras que nele representam, e a história verdadeira de seus sucessos uma comédia de Deus, traçada e disposta maravilhosamente pelas ideias de sua Providência" (VIEIRA, 2005, p. 250). Para ele, o século XVII é parte de um drama determinante para a história universal; com isso, acreditava que a providência divina e a ação dos homens eram propulsoras do seu desenvolvimento. Vieira ainda prossegue na definição do enredo:

E assim como o primor e subtileza da arte cômica consiste principalmente daquela suspensão de entendimento e doce enleio dos sentidos, com que o enredo os vai levando após si, penderes sempre de um sucesso para outro sucesso, encobrando-se de indústria o fim da história, sem que se possa entender onde irá parar, senão quando já vai chegando e se descobre subitamente entre a expectativa e o aplauso, assim meus, soberano Autor e Governador do Mundo e perfeitíssimo exemplar de toda a natureza e arte para manifestação de sua glória e admiração de sua sabedoria, de tal maneira nos encobre as cousas futuras, ainda quando as manda escrever primeiro pelos profetas, que nos não deixa compreender nem alcançar os segredos de seus intentos, senão quando já têm chegado ou vêm chegando os fins deles, para nos ter sempre suspensos na expectativa e penderes de sua providência. (VIEIRA, 2005, p. 250).

Talvez a referência a Hayden White nos seja oportuna, pois fornece uma valiosa chave de interpretação teórica: "a comédia é a forma que a reflexão assume após ter assimilado a si mesmo as verdades da tragédia" (WHITE, 1995, p. 107). Ao associarmos ao nosso objeto de estudo a concepção do teórico estado-unidense, percebemos que, ao assumir tal enredo, Vieira envereda pela valoração de uma temporalidade sucessiva de fatos, cujo fio condutor se sustenta em uma trama vitoriosa, tratando as vicissitudes humanas enquanto parte de um processo otimista. Nesse sentido, sob toda adversidade, as vicissitudes históricas que se apresentam ao jesuíta o estimulam ainda mais na crença de um futuro revigorante; para todos os efeitos, as dificuldades foram incorporadas como estágios até conquistar a vitória divina. Consideramos, portanto, a comédia uma reação otimista de uma crise, resposta às tensões históricas vivenciadas em dado

momento. Podemos certamente afirmar que a ansiedade profética vieiriana é adubada com sementes do caos, cujos frutos nutrem a esperança de uma reviravolta.

Notemos de que maneira se desenha o processo histórico. Para o autor, no momento que antecede a virada para o *Millennium* existe uma quebra radical que inaugura o futuro e o institui em matéria. No entanto, não podemos tomar o estudo dessa temporalidade de uma forma simplista, já que a noção de progresso conforme pensada pela modernidade oitocentista não se adéqua ao nosso objeto de estudo. O fato é que Antônio Vieira enxergou o desenvolvimento temporal a partir de duas escalas de análise: a macrotemporalidade e a microtemporalidade.

Vejamos, então, como as escalas apresentadas se processaram na experiência histórica do padre seiscentista. Observamos nos capítulos anteriores que a descoberta da América, a expansão ultramarina lusitana e o final da União Ibérica, por exemplo, tornaram-se indícios de um desenvolvimento que, a longo prazo, deflagrou a proximidade com o Reino de Cristo em Terra. Se, a longo prazo, as continuidades históricas são evidências de um futuro glorioso, de outro modo, as rupturas manifestadas em curta escala de tempo também o são.

Esse processo ocorre da seguinte maneira: na década de 1640, entre os anos de 1646 e 1647, quando se idealizou a profecia do *Quinto Império*, Antônio Vieira gozava de uma privilegiada posição social; o apoio real e a influência perante o monarca marcaram o primeiro momento de seu anseio profético. Nesse contexto, mesmo vivendo um delicado período de restauração política, o jesuíta era o homem de frente na política lusitana, trabalhando diretamente em seu processo, seja na condição de diplomata, seja de pregador régio ou de confessor.

Talvez o grande baque inicial para Vieira tenha surgido com as primeiras ameaças inquisitórias no ano de 1649, fato que conseqüentemente o levou às missões do norte da colônia, nas quais vivenciou as dolorosas tensões entre colonos e indígenas, estando próximo a mortes e suportando o limite de sua condição humana. Não é exagero afirmarmos que o padre pôde experimentar a face cruel da realidade humana, beber da seiva que alimenta o desânimo humano: a descrença em qualquer futuro otimista. Vale lembrar que acompanhado disso ainda veio à tona, em 1656, a notícia da morte de D. João IV.

Quando retornou a Portugal em 1661, período da regência de D. Luísa Gusmão, ele se deparou com um cenário de intensas disputas políticas internas que comprometeram a unidade da corte e foram consideradas por Vieira como heresia. O

estopim da crise sobreveio quando D. Afonso VI e parte da corte articularam um golpe que destituiu a regente, o que, por conseguinte, tornou Vieira um alvo fácil do Tribunal do Santo Ofício. Poderíamos pensar que a sequência desses fatos comprometeria a crença em um tempo próspero; no entanto, desvelou para Vieira um momento de ebulição, expectativa que precede o início do *Millennium*.

Vejamos como, em longa escala de análise, o jesuíta cria uma temporalidade ascendente, mas, quando se chega às vésperas do então esperado *Millennium*, uma súbita tensão lhe causa expectativa dos ânimos; trata-se de uma cruel expectativa, cujos fins são a vitória e a glória. É nisso que consiste a comédia vieiriana, uma resposta à confusa tensão dos acontecimentos que antecedem o ano de 1666 ó ãsem que se possa entender onde irá parar, senão quando já vai chegando e se descobre subitamente entre a expectativa e o aplauso. A própria condição de crise evidencia em Vieira a existência de um novo tempo, pois todo o nascer do sol é precedido pela tenebrosa escuridão ó ãssim como antes de se acabar de todo a noite, pelos resplendores da aurora se conhece a vizinhança do Sol, antes que ele se veja descoberto nos horizontes (VIEIRA, 2005. p. 249). É dessa forma que os prognósticos do futuro também são lidos próximos a sua realização; esse é o momento chave que permite ao jesuíta a precisão de sua profecia.

Nesse estado de agudo impacto, Antônio Vieira projetou nas suas profecias as respostas de suas angústias, depositando nelas as esperanças de um porvir, mas isso só foi possível através de um investimento simbólico. Para transformar o tempo e a tragédia em comédia, o padre antes teria de encontrar no espaço, o ãMundo, as condições necessárias para isso. Em outras palavras, para abordar o tempo nos moldes de um enredo, o profeta precisaria conceber a realidade como um teatro, e isso pressupõe a delimitação de um palco e a pré-definição de papéis de representação, cuja natureza, como veremos mais adiante, se desdobra a partir da maestria de Cristo, fonte irradiadora de providência.

No elucidário anexado à História do Futuro, editado por José Carlos Brandi Aleixo, temos a seguinte definição: ãEsta imagem é utilizada na História do Futuro onde os homens são apresentados como figurantes e a História como uma comédia onde Deus aparece como supervisor absoluto, traçando o destino dos homens pelas idades fora (FERREIRA, 2005, p. 506). A partir desse trecho podemos perceber o valor da metáfora para o pensamento do jesuíta, que por meio dela transcendentaliza a sua própria realidade material: a vida em sociedade, a coroa e a corte portuguesas e a sua vivência

histórica. É nesse ponto que a ideia de teatro ganha vida e integra a prática e o pensamento vieiriano.

Com este artigo procuramos esgarçar as possibilidades de relações históricas em que podemos investir a partir dessa temática. Sendo assim, nosso objetivo consiste em perceber qual é o funcionamento das metáforas dentro do discurso vieiriano e quais efeitos o autor almeja produzir, com o emprego delas, para os seus interlocutores. Para tanto, passamos a entender a teatralidade enquanto fonte de alegoria social, pois, a partir dela, Antônio Vieira cria o modelo de coletividade humana. Com isso, distanciamos-nos da ideia de teatro enquanto expressão cultural responsável pela clivagem entre realidade e arte, ao passo que ingressamos em um plano de análise pelo qual a podemos compreender como uma forma de conceber a vida, a sociedade, Deus, o mundo!

Vale destacar que mesmo que teatro vieiriano esteja presente somente em metáfora, o jesuíta, ao empregá-la, leva em conta os efeitos que produzidos por seu uso. Partimos, então, da hipótese de que o recurso à teatralidade foi utilizado por Vieira para que se pudessem transpor os elementos textuais da profecia para a vida e para a realidade dos seus leitores, um convite ao espetáculo iminente. Os livros da História do Futuro são, portanto, roteiros, diretrizes para um teatro que se vive em sociedade, em meio ao *õMundoö*, pois encenar é um estado inerente à própria vida.

Para chegarmos a esse ponto da discussão, caminharemos por três vias de análise. A primeira delas investiga brevemente a integração da metáfora no pensamento vieiriano, qual seu estatuto e suas finalidades. No segundo, compreenderemos como os conceitos seiscentistas de representação e de figura se inserem em um plano de relação mística entre homem e Deus, por meio da qual se idealiza a postura do homem enquanto imitação da figura de Cristo, isto é, mediante essa personificação, o jesuíta teatraliza a sua realidade como uma encenação contínua. Endossando nosso posicionamento, dialogaremos com os *Exercícios espirituais* de Inácio de Loyola, uma obra de orientação espiritual comum a todos os membros da Companhia de Jesus. Visto isso, passaremos a compreender de que modo Antônio Vieira se apropriou dessa premissa e produziu a imagem de um teatro, cujas encenações são desdobramentos da natureza de Jesus Cristo.

No terceiro e último momento, investiremos em nossas análises a partir da premissa vieiriana de que a relação transcendental com Deus deve ser experimentada coletivamente. É por meio dessa perspectiva que Antônio Vieira considera o *õMundoö* um grande teatro, pois vislumbra a sociedade portuguesa como um palco onde seria

iniciado o espetáculo universal, incitando os portugueses a tomarem o protagonismo que lhes era de direito natural. Acreditamos, então, que, utilizando-se do recurso à teatralidade, o padre almeje desempenhar a sua função pedagógica, pois objetiva trazer os leitores da História do Futuro para um movimento coletivo, atuando sob diretrizes pré-estabelecidas. Não é coincidência o fato de que essa metáfora esteja presente com mais afinco no *Livro Antepimeiro*, uma obra destinada ao público leigo, cuja maior função é a divulgação entre a sociedade lusitana. Com isso, Vieira define palco e atores, a fim de que seu discurso interceda em uma transformação direta da realidade social portuguesa e, conseqüentemente, planetária.

OPÔR SOB OS OLHOS: A METÁFORA E A IMAGEM EM VIEIRA.

A obra de Alcir Pécora, *Teatro do Sacramento*, publicada em 1994 apresentou uma série de rupturas com a historiografia escrita sobre o padre jesuíta. Nela, Pécora critica grande parte dos estudos sobre a retórica vieiriana por conduzirem à ideia de que Vieira era literato moderno, um beletista, cujas obras só serviriam para o gozo literário. Nessa perspectiva, pressupunha-se que a retórica do jesuíta poderia ser explicada a partir de sua finalidade estritamente ornamental, apartando-a de preocupação historiográfica, já que os aspectos retóricos pouco teriam a oferecer ao conhecimento histórico.

Parte dessa recusa deve-se, segundo Ricoeur, à dissociação promovida já no século XIX entre retórica e filosofia, sendo aquela considerada uma área do conhecimento fútil, cujo uso foi associado aos eloquentes discursos de manipulação política. Até certo ponto, essa concepção já nasce na Grécia com a crítica de Platão aos sofistas, por acreditar que a retórica é nada mais que a arte do engano, uma dissimulação da verdade. Em contrapartida, o seu discípulo, Aristóteles, em defesa da retórica, criou o vínculo entre a persuasão e o conceito lógico de verossimilhança. Seguindo os rastros da teoria aristotélica, podemos nos libertar da acepção limitada de retórica e compreendê-la historicamente como uma forma a partir da qual os homens produzem suas verdades formulares. A concepção simplista produzida no XIX, responsável por afastá-la da filosofia é nada mais que uma simplificação da retórica clássica, que pressupunha não só a teoria da eloquência, mas a teoria da argumentação e a da composição do discurso. O òfalar bemö ou òpersuadirö não é uma técnica que se

justifica por si só, haja vista a estreita ligação existente entre o seu propósito e os fundamentos epistemológicos de uma dada realidade.

Sabemos que a retórica para um cristão seiscentista representava o meio por que a relação transcendental com Deus é substanciada. A partir do século XVI, a publicação e a edição de livros como as *Partições oratórias* e o *De oratore*, de Cícero; *Retórica*, de Aristóteles; a *Instituição oratória*, de Quintiliano; ou a *Retórica para Herênio* (autoria desconhecida), evidenciam as demandas intelectuais das quais a teologia necessitava para suprir os novos desafios implementados pela Contrarreforma. A finalidade do seu ensino não se destina ao prazer puramente estético, mas à expressão do sagrado materializado em linguagem humana. Por isso não devemos considerar Vieira um precursor parnasiano ou isolar sua retórica de qualquer funcionalidade e pragmatismo espiritual.

Dito isso, devemos nos desprender da concepção de que as metáforas são apenas frutos de uma retórica estritamente ornamental; em Antônio Vieira, elas despertam o sentido da fé, tornam aparente o que não pode ser visto a olho nu, mas que pode ser enxergado com os olhos da alma. O jesuíta sabe que o "Mundo" não é literalmente um teatro ou um corpo, mas o pensa dessa forma, pois suas metáforas conseguem tornar significativa e ilustrada a abstração da verdade cristã.

A potência da metáfora está atrelada a sua propriedade fundamental: criar imagens. Segundo Ricoeur, "pôr sob os olhos" não é, nesse caso, uma função acessória da metáfora, mas, antes, próprio da figura (RICOEUR, 2000. p. 60). Isso é bem significativo, se pensarmos o valor da imagem para a Idade Moderna, em especial para a Contrarreforma, que reforçou o seu uso na doutrina cristã. Não é por menos que Heidegger acredita que a mudança da Idade Média para a Moderna assinalou uma transformação substancial: foi a primeira vez que as concepções de mundo se converteram em imagem (HEIDEGGER, 1995. p. 75-109). É evidente que o filósofo alemão parte de uma extensa escala de análise, mas a referência a ele nos permite refletir como os textos proféticos de Vieira se inserem em um contexto em que as produções literais estão criando exaustivamente efeitos visuais em seus leitores.

Besselaar já afirmava que "Vieira não queria só argumentar, mas também impressionar, comover, ativar e estimular, tanto na *História do Futuro*, como nos *Sermões*" (BESSELAAR, 1975. p. 79). Nessa perspectiva, podemos notar que a imagem tornou-se um efeito particularmente expressivo para as manifestações barrocas. Fazendo

uso didático³ pelo conceito de barroco, nós o definimos como õarte da coisa vistaõ⁴, manifestação cultural que surge na Europa pós-tridentina e que hierarquizou a visão como primeiro sentido para se entender a realidade⁵. Quanto a isso, afirmou Vieira: õMais verdadeiro e mais próprio mundo era este mundo aparente que o mundo verdadeiro; porque o mundo aparente eram aparências verdadeiras, e o mundo verdadeiro são as aparências falsasö (VIEIRA apud SARAIVA, 1980. p. 44).

No *Sermão da Sexagésima*, pregado em 1655, o padre jesuíta já escrevia o seguinte: õa nossa alma se rende muito mais pelos olhos do que pelos ouvidosö. Essa citação é fundamental para refletirmos conceitualmente o que definiria um õhomem barrocoö. Em nosso esforço reflexivo chegamos ao consenso de que a imagem é o repositório de sua verdade formular, instrumento para a leitura de seu cosmos. Nas profecias do jesuíta, elas espacejam, criam representações de cenas, lugares ou paisagens, meios pelos quais o leitor possa formalizar mentalmente o processo de argumentação do autor a respeito das imagens. Elas não são aparatos de uma estética ornamental, como ainda as tomam alguns historiadores, mas sim as categorias de percepção comum aos homens da Idade Moderna⁶.

³ Os embates teóricos em torno do que se convencionou denominar õbarrocoö, possuem diversas posições. A obra de José Maravall, õA Cultura do Barrocoö, como uma manifestação cultural manifestada no século XVII e que representou uma reação as crises de seu tempo, conformando uma tendência literária, artística e filosófica de expressão. Em contraponto a isso, João Adolfo Hansen descobriu o conceito e nos aponto um fato interesse: sua construção no século XIX. Para o autor, barroco não é um conceito de época e foi inventado em um momento em que as produções artísticas do século XVII passaram por profundas críticas, associando a ideia de imperfeição e irracionalidade. Diante dessa orientação conceitual outras foram construídas, sempre no sentido de homogeneizar as expressões artísticas em padrões de estilos, o que não corresponde a complexidade das manifestações culturais do século XVII. Hansen ainda prossegue na crítica e afirma que criou um psicologismo em torno das análises, um reducionismo e generalização interpretativa. No extenso debate que ainda se segue, não é nosso objetivo colocar a questão como ponto crucial de nosso trabalho, mas entendemos que o emprego do conceito de barroco ainda pode ser utilizado de forma didática. Não criamos critérios de estilos e nem uniformizamos o amplo contexto cultural do século XVII, mas acreditamos que uso das imagens e sua relação com a sacralidade divina, especialmente em um momento em que a Contrarreforma consolida o estatuto da imagem na doutrina católica, seja um elemento comum das manifestações culturais no espaço ibérico do século XVII. MARAVALL, José Antônio. A Cultura do Barroco. Análise de uma estrutura histórica. São Paulo: EDUSP, 1997. HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e Outras Ruínas. *Estudios Portugueses*, Salamanca, v. 3, p. 171-217, 2003.

⁴ BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁵ Até meados da Baixa Idade Média, a audição ainda era hierarquizada como primeiro sentido e a visão manifestava as dimensões profanas do mundo. Ver em: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *Os discursos do descobrimento*: 500 e mais anos de discursos. São Paulo: FAPESP, 2000. P. 21.

⁶ Frances Yates, autora da õArte da Memóriaö, em um extenso estudo sobre as técnicas de memorização percorre a as mnemotecnias nos oradores gregos, atravessando a época medieval e sendo reprocessado no século XVII. O fato é que a utilização de um sistema de imagens pela cristandade sempre foi motivo de controvérsia, mas a *Ars memorandi* de Tullius já teria incidido grande influência na escolástica. Alerto Magno (1193-2080), segundo Yates, em uma incorporação parcial teria reconhecido a potência das imagens em sua dimensão transcendente, mas estaria a imagem metafórica em uma posição de superioridade quando comparada a imagem própria, pois as primeiras õsensibilizam mais a alma, e por

As incidências dos recursos imagéticos estão presentes amplamente no discurso vieiriano, que como explica Antônio Saraiva õpassa a ser um elo que não se pode tirar sem quebrar a corrente. Não é um desvio dispensável, mas uma etapa na estrada real da demonstração (SARAIVA, 1980, p. 53). Para o linguista, tanto a imagem pode se desdobrar do conceito quanto o inverso também é verdadeiro, um duplo movimento que amplia o desenvolvimento dos sentidos possíveis no texto do padre. Mesmo que sob a aparência de um recurso puramente estético, o jogo entre imagem e conceito explica-se pela própria compreensão que o jesuíta tem de que a organicidade da natureza divina quando envolvida pela materialidade secular do Mundo toma contorno variados, assumi diferentes formas. O fato é que a estrutura do discurso de Vieira está atrelada ao estatuto que a imagem assume no seu pensamento. A sua incorporação como um dos pontos fundamentais se explica porque é através dela, a imagem, que se costura a intercessão entre homem e Deus. É na pluralidade das aparências mundanas que se esconde a substância divina.

Como bem atesta João Adolfo Hansen, o uso das representações metafóricas, além de criar elo entre homens, é mediado por uma dada transcendentalidade:

Nenhum Anjo é poeta, pois é a significação de uma coisa por outra ó a metáfora ó que fundamenta a poesia, a pintura e a representação em geral. Quando doutrinam a representação humana por meio da comparação do intelecto com o intelecto angélico, Vieira e seus contemporâneos acreditam, com Aristóteles, que uma inteligência superior se caracteriza pela capacidade de estabelecer relações rápidas e inesperadas entre conceitos, representando-os exteriormente em signos agudos. Sendo católicos contra reformistas, sempre lembram a Autoridade que fundamenta a representação, propondo que, para demonstrar que a natureza humana não é angélica, Deus inventa na Bíblia uma Escada que sobe ao Céu, um Livro fechado com Sete Selos, um Pão voador e mais imagens que atuam metaforicamente na mente extática de seus Profetas e dos homens que os ouvem. Deus sabe que o homem ama o que admira e que só admira a verdade vestida, não a verdade nua, que é amarga. Por outras palavras, o amor

isso, melhor a memóriaã MAGNO, Alberto apud YATES, Frances *A arte da Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p.90. Mas a pesquisadora ainda alerta que por mais que o recurso da imagem tenha se consolidado na escolástica, a sua incorporação através dos textos de Tullius ainda era tímida, já que a sua posição teria sido reservada a parte inferior das artes liberais. Foi então no Renascimento, através de Giulio Camillo e de Ramon Llull, e na contrarreforma, instituído pelo concílio de Trento, que a incorporação da imagem na cultura ocidental parece ter alcançado elevado grau de profundidade, fortemente atrelado aos jesuítas como um importante recurso didático, período em que o estudo da retórica teria alcançado ganhado mais espaço na formação eclesiástica. Ver em: YATES, Frances. *A arte da Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2007. ROSSI, Paolo. *A Chave Universal: artes da memorização e lógica combinatória desde Lúlio até Leibniz*. Bauru: EDUSC, 2004. FLOR, Fernando de la, *Teatro de la Memoria: Siete ensayos sobre mnemotecnia española de los siglos XVII y XVIII*. Salamanca, Junta de Castilla y León, 1996.

das imagens é a causa eficiente e instrumental das representações agudas produzidas pelos homens (HANSEN, 2009, p. 138-139).

Por mais que seja construída uma fundamentação de natureza metafísica, para o jesuíta as imagens também possuem funções pragmáticas, sem as quais se esvai o sentido essencialista explicado anteriormente; afinal elas foram empregadas textualmente para cumprir sua função didática, compartilhar com os seus interlocutores as mesmas categorias de percepção, convidando-os a um lugar comum em que o leitor se sinta envolvido, a santidade de Deus torne-se aguda e a verdade cristã esteja latente. Ao questionarmos as razões que levaram Vieira à escolha específica das duas metáforas, chegamos a um ponto que, em parte, só pode ser respondido pela presença delas na cultura ibérica do século XVII. Esse estudo já foi feito por Fernando Rodríguez de la Flor, que investiga, no pensamento barroco, suas raízes culturais (FLOR, 1999). O que o historiador espanhol, em um dos seus belíssimos ensaios, aborda é o fato de que tanto o corpo como o teatro tornaram-se metáforas produzidas em decorrência de uma nova racionalidade histórica, cujo princípio se funda na ambiciosa necessidade de controlar e esquadriñar a realidade. Em outros termos, as metáforas da corporalidade e da teatralidade têm em comum o desejo de ordenar os problemas da vida em sociedade. Vieira se apropria desse recurso e convida os seus interlocutores a caminharem pelas metáforas, pois sabe que seus efeitos facilitam a compreensão, conseguem estimular e atingir os ânimos dos leitores.

O TEATRO DE CRISTO

E quando o mundo, para nos levar após si, faz público e pomposo teatro aos olhos de tudo o que o engenho e novidade pôde inventar agradável e deleitoso, elle, pelo contrário, debaixo d'aquelles disfarces esconde todos os thesouros de sua formosura; confiando na nossa fé e do nosso amor, que invisível será adorado; que não visto será assistido; e que escondido e encoberto será descobertamente amado: *Ut palam Fiat, utrum diligatis eum?*. (VIEIRA, 1951, v. VI, p. 58)

Os metaforismos teatrais estão presentes na filosofia e na teologia ocidental e têm em Platão, Horácio, Cícero, Clemente de Alexandria e Agostinho alguns de seus maiores expoentes. Para Ernst R. Curtius, é com a obra de João de Salisbury, *Policraticus*, publicada em 1159, que a metáfora "Teatro do Mundo" ganha notável

repercussão, difundindo-se amplamente entre os séculos XVI e XVII. Parte disso se deve à difusão de seus exemplares nas principais bibliotecas europeias, sendo reeditada inúmeras vezes (1476, 1513, 1595, 1622, 1639, 1664 e 1667), o que nos revela a importância dada à obra. Segundo Curtius, Salisbury inova a metáfora ao alargar ãinda mais com a extensão do palco a todo o globo terrestre. Finalmente nova ó e última ó ampliação: da terra ao céu, onde estão sentados os espectadores da representação divinaö (CURTIUS, 2013. p. 190). Entretanto, é importante relevarmos o contraponto defendido por Antonio Rey Hazas y Florencio Sevilla Arroyo, que defende a ideia que a grande difusão do tema se deve a obra de Erasmo de Rotterdam⁷

A influência da obra de Salisbury também se resvalou na forma com que Giulio Camillo produziu a sua noção de teatro, fonte para um projeto de anfiteatro, denominado pelo autor renascentista de ãTeatro da Memóriaö, cuja pretensão seria desenvolver um grande espaço enciclopédico, onde o espectador entraria em contato com textos e imagens sobre filosofia, religião, arte e ciência (ALMEIDA, 2005). É importante destacarmos que na noção de teatro de Camillo, os homens são colocados somente enquanto espectadores, são invadidos pela substância das imagens, o que o diferencia de Vieira, quando para esse os homens são personagens-espectadores, como explicaremos mais adiante. No mais, é importante apontarmos que a concepção de Camillo sobre o ãteatro da memóriaö aproxima-se, em partes, da ideia de *teatrum sacrum*, comum a cristandade contrarreformista, isto é, ãpôr em cenaö, uma inclusão das artes, retórica, política, filosofia e teologia como vias para compreensão da realidade (HANSEN, 2008), (HANSEN, 2009), (PÉCORRA, 2008).

A sacralidade investida na metáfora teatral, uma reelaboração feita por Salisbury dos escritos de Cícero, também manifesta-se brilhantemente em um dos mais proeminentes autores da Companhia de Jesus, Baltasar Gracián. Em *Críticon* (1651), o jesuíta espanhol nomeou o segundo capítulo de *El gran teatro del universo*, descrevendo a ãNatureza como cena da vidaö (CURTIUS, 2013, p.191). Nele, Gracián teatraliza e

⁷ Para Antonio Rey Hazas e Florencio Sevilla Arroyo o termo resultou primeiramente da leitura feita por Erasmo de Roterdã às *Epístolas* de Sêneca e aos *Diálogos* de Luciano de Samósata. O *Crotalón*, obra renascentista composta por volta de 1552 ou 1553 foi o primeiro escrito espanhol que fez uso explícito do tema, e que mais tarde se desdobraria em obras como *Diana enamorada*, de Gaspar Gil Polo, *Guzmán de Alfarache*, de Mateo Alemán, *Comédia intitulada Doleria*, de Pedro Hurtado de la Vera (1572), Shakespeare em *The merchant of Venice*, 1596 ou 97, e *As you like it*, c. 1599, John Milton em *Comus*, *Paradise Lost*, *Paradise Regained*, *Samson Agonistes*, Jean de Rotrou em *Le Véritable Saint Genest* (1644-46). HAZAS, Antonio Rey; SEVILLA, Florencio Arroyo. *Introducción a El gran teatro del mundo*. Barcelona: Planeta.1991.

reveste de transcendentalidade a realidade -- a vida em sociedade e seus personagens -- uma antecipação da natureza divina.

O que tanto Salisbury quanto Gracián estabelecem é a transposição da metáfora para as dimensões concretas da vida em seu contínuo e integral estado de relação transcendente. As metáforas envolvendo teatro e mundo são inúmeras e não é nosso objetivo esgotá-las, os exemplos citados anteriormente ainda não dão conta de toda a sua amplitude histórica, mas esses já nos sugerem importância de elas para a Europa quinhentista e seiscentista. Isto é, os metaforismos teatrais tornaram-se capazes de extrair da materialidade mundana os sentidos e os desígnios divinos, um recurso vital para o entendimento de mundo da sociedade e intelectualidade do século XVII.

Ao retomarmos a epígrafe de nosso artigo, averiguaremos que a metáfora do *Teatro do Mundo* está estreitamente relacionada à concepção tradicional de representação: *“É este mundo um teatro; os homens as figuras que nele representam”* (VIEIRA, 2005, p. 250). Temos a consciência de que o conceito tradicional de representação assentou-se na ideia de que, ao representarmos algo, estamos reproduzindo uma realidade, fazendo-a acontecer novamente. Essa aceção esteve profundamente ligada à influência do *logos*, princípio cósmico, em estabelecer a existência de uma ordem que transcendesse a realidade humana. Nessa perspectiva, representar é nada mais que a continuidade do *logos* na realidade humana, como defendidas por Salisbury, Gracian e Vieira a partir da sacralidade divina. Isso já nos permite pensar a representação como desdobramento do plano espiritual divino.

Atrelado ao conceito de representação, a própria noção de figura é reveladora de outro sentido bastante significativo. Como bem notado por Alfredo Bosi, o dicionário de Antônio Moraes e Silva, obra que reúne o uso da língua portuguesa dos autores clássicos, traduz o termo da seguinte forma: *“imagem significativa de coisa futura”* (BOSI, 1997, p.167). Isso nos permite especular que a própria ideia de representação vieiriana esteja possivelmente relacionada à de futuro. É com essa premissa que encaminhamos o estudo do nosso tópico, procurando compreender os significados que a existência humana constrói no discurso do jesuíta, pois a partir dela poderemos apreender o propósito e o significado das figuras, personagens do *Teatro do Mundo*.

Nos anos de 1642, 1645, 1662 e 1672⁸, Antônio Vieira prega o *Sermão do Santíssimo Sacramento*. Em todos os textos, a matéria tratada explora o sacramento, do

⁸ Temos de salientar que todos os textos partem de uma mesma premissa epistemológica, mas foram escritos de forma diversa, com exemplos e desenvolvimento textuais distintos. Essa é uma preocupação

latim *sacramentum*, que significa sinais de Deus, para pensar a manifestação de Jesus no plano temporal. Assim, a simbologia existente na litúrgica da eucaristia, com base na qual o homem se funde ao corpo e à alma de Cristo, metaforiza-se nas mais diversas dimensões da realidade humana. Vejamos um trecho do sermão pregado em Roma no ano de 1672:

No teatro do Thabor representaram-se sucessivamente duas scenas muito diversas. Na primeira appareceu a magestade de Christo, como o sol resplandecente, descoberto e coroado de raios: *resplenduit ejus sicut sol*. Na segunda desceu e atravessou-se uma nuvem que eclipsou toda aquella gloria, e a encobriu aos olhos dos Apostolos: *Nubes obumbravit cós*. E que disse agora Pedro? Nada. Pois agora é que elle havia de dizer: Bonum est nos hie esse: porque querer estar com Christo, quando se mostra e deixa ver com toda a sua glória e magestade, nem é fé, nem é amor, nem é pensamento digno da Cabeça da Igreja. Por isso a mesma nuvem, que lhe tolheu o sentido da vista, lhe abriu e despertou logo o sentido da fé: *Et ecce de nube, dicens: ipsum audite*. A prova da verdadeira fé, e a fineza do verdadeiro amor, não é seguir ao sol quando elle se deixa ver claro e formoso com toda a pompa de seus raios, senão quando quando se nega os olhos, escondido e encoberto de nuvens. Vêde-o no espelho da natureza. (VIEIRA, 1951. v. VI, p. 54-55).

Acredita-se que o fenômeno da transfiguração de Cristo tenha ocorrido no monte Tabor, localidade próxima à Galileia, onde Jesus metamorfoseou-se em Deus para três de seus apóstolos: João, Tiago e Pedro. De acordo com a teologia cristã, esse é um dos marcos da doutrina, uma vez que representa um estágio em que a natureza humana se funde a Deus; em II Pedro 1:16-18, Lucas 9:32 ou Mateus 17:2, podemos encontrar referência para esse fenômeno. Segundo Vieira a presença de Deus só foi sentida por Pedro quando esse não pôde ver Jesus transfigurado. Em outros termos, para o jesuíta a glória e a natureza de Cristo se encontram encobertas, escondidas na materialidade do mundo e nisso consiste o grande exercício da fé, encontrar Deus quando esse não se mostra aparente.

Se não o pode ver, como alcançá-lo? Acreditamos que uma das chaves para a resposta a essa pergunta encontra-se na metáfora do teatro, pois foi a partir dela que Vieira idealizou a relação entre os homens e Deus: ao personificar a natureza de Cristo, o homem desvela a graça divina em um simulacro terreno, transforma o invisível em vistoso, em imagem. É nisso que consiste a teoria da imagem vieiriana, pois, antes de se

existente em todos os Sermões, pois Vieira os produz tendo em vista sempre a especificidade do seu público.

fazer imagem, é o sentido da fé que a aguça e a preenche de sentido; a fé permite que o invisível torne-se vistoso: o que invisível será adorado; que não visto será assistido (VIEIRA, 1951. v. VI, p. 54-55). É dessa forma que defendemos o pressuposto de que o simulacro criado pela teatralidade não é vazio de substância, ao fundo dele se deposita a graça divina.

Não podemos negar que algumas de nossas análises são desenvolvidas a partir da contribuição deixada por Alcir Pécora, que explora o modo sacramental como fonte propulsora para todo o conjunto do discurso vieiriano. No entanto, investigaremos mais de perto os significados que a teatralidade constrói, a começar pelo seu funcionamento na matriz do pensamento jesuítico, destacando os *Exercícios espirituais* de Inácio de Loyola, um dos alicerces que sustentam o engenhoso pensamento do padre Antônio Vieira.

A MIMESIS INACIANA

Em *Teatro de la memoria*, Fernando Rodríguez de la Flor nos mostra como as mnemotecnias barrocas foram configuradas a partir de três espacialidades: o templo, o palácio e o teatro. Por meio dessa última, firma-se um dos alicerces paradigmáticos comuns aos membros da Companhia de Jesus. Tem-se associado aos *Exercícios espirituais*⁹ a construção de uma imaginação teatral ó Roland Barthes foi um dos intelectuais a constituir essa analogia¹⁰ ó isso se deve ao fato de que Loyola, ao formular

⁹ A obra *Exercícios espirituais*, formulada por Loyola entre as décadas de 1540 e 1560, é considerada uma das mais importantes documentações jesuíticas, reunindo quatro textos que visam a orientar a experiência espiritual de um jesuíta em um momento de retiro. Cada texto é pensado para ser exercitado no tempo de uma semana. A primeira delas destina-se à via purgativa, um exame das transgressões e dos pecados do homem; a segunda é destinada à iluminativa, quando o exercitante já purificado é iluminado com a graça divina e está apto a compreender as verdades da fé; por fim, a terceira e quarta semana destinam-se à contemplação plena de Deus, quando homem e divindade se fundem em uma só unidade. Para isso, formula-se um roteiro de orientações cujo objetivo é estimular o comportamento prático e a meditação, ou seja, junto às orações mentais é instituída uma série de procedimentos responsáveis por envolver inteiramente o dia do exercitante: unir, sob a prescrição de um isolamento fechado, posturas, alcance do olhar, hábito recatado. Os Exercícios são praticados, sem exceção, por todos os jesuítas no noviciado e, mesmo depois que saem dele, continuam a praticá-los durante um período de 1 a 2 anos. A razão para praticá-los é regulamentar a manutenção da espiritualidade jesuítica, um processo contínuo.

¹⁰ A obra de Roland Barthes, *Sade, Fourier e Loyola*, reúne três autores que viveram em épocas distintas. Segundo Barthes, tais pensadores foram responsáveis por instituir cada um uma língua e, em cada uma delas, existe um ponto de interseção, que é o recurso à teatralidade. Quanto a isso, o autor escreve: O que é teatralizar? Não é enfeitar a representação, é limitar a linguagem. [...] Sade já não é um erótico, Fourier já não é um utopista e Loyola já não é um santo: em cada um deles não resta senão um cenógrafo: aquele que se dispersa através dos bastidores que planta e escalona até o infinito BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 9-10.

seus textos, dispõe de um material com o qual os jesuítas personificam a figura de Cristo e circunscrevem-na em um cenário de paisagens que elevam os ânimos a um estado de interlocução direta entre homem e Deus.

Nessa personificação, o jesuíta se apropria da memória de Cristo, uma memória antes de tudo virtual¹¹, construída a partir de um processo seletivo, cuja finalidade consiste em criar uma ideia básica do Messias. O que nos intriga é o seguinte questionamento: o que essa imitação proporciona aos membros da Companhia de Jesus? Como esse processo se engendra no discurso vieiriano? E, por fim, perguntamo-nos: qual Cristo é imitado por Vieira, ou seja, quais aspectos são selecionados para compô-lo?

Partiremos do primeiro questionamento, pelo qual se desdobrarão os demais. Temos de ter em vista a potencialidade existente nesse processo de imitação. A identidade jesuíta pressupõe antes de tudo o esvaziamento da personalidade secular de cada um dos seus membros; nesse vácuo se instaura a natureza de Cristo, uma idealização de seus comportamentos e de sua personalidade. Para que se compreenda melhor nosso ponto de vista, tentaremos explicar como a ideia de imitação foi concebida pela tradição clássica ocidental, pois dela deriva a perspectiva vigente na Idade Média e na Moderna.

As concepções de arte e retórica que emergiram da cultura Clássica sofreram importantes adaptações, devido ao fato de que a arte clássica era considerada um instrumento da moral¹². Essa posição não foi unânime para o pensamento Clássico: Platão destilou severas críticas aos seus fundamentos e finalidades, pois encorajavam e estimulavam as paixões: transgressões que afastam o homem do plano perfeito das ideias. Adotando uma postura distinta, Aristóteles, em *Poética*, defende que a arte se desenvolve de maneira análoga à natureza, em um processo corrente no qual o artista,

¹¹ Nos processos mnemotécnicos que permitem a um religioso personificar Jesus Cristo, é necessário antes de tudo que o indivíduo se aproprie de uma memória que ele não viveu, mas que passa a ser incorporada a sua identidade pessoal. Isso é o que Fernando de la Flor denomina *memória artificial*. Aos que se interessam pela temática, aconselhamos a leitura do seu livro: FLOR, Fernando de la, *Teatro de la memoria: siete ensayos sobre mnemotecnia española de los siglos XVII y XVIII*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1996.

¹² Sabemos da existência de uma perspectiva tradicional do teatro grego que considera a arte um instrumento da moral. Tomamos como exemplo as produções do dramaturgo grego Ésquilo. Poucas foram as peças que se preservaram para a nossa contemporaneidade, mas o pai da tragédia, conforme é comumente reconhecido, foi essencial para implementar nos fundamentos do teatro Ocidental a instrumentalização pedagógica do teatro. Antes de qualquer consideração prematura, precisamos levar em conta a existência de outros posicionamentos, a exemplo do de Eurípedes, para quem a arte era revelação da realidade, sem ser necessário admitir uma defesa diante da ética ou da moral. Ver em: CARLSON, Marvin. *Teorias do teatro: estudo histórico-crítico, dos gregos à atualidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 13.

ao observar parcialmente a natureza, consegue antecipar a sua completude (CARLSON, 1997, p.15). Para o filósofo grego a arte ou a retórica manifesta o conhecimento universal, é uma das vias mais proeminentes que o homem dispõe para revelar a essência da natureza.

O conceito de imitação vigente no pensamento inaciano é apropriado da cultura Clássica. Aproximamos, então, à perspectiva inaciana a concepção de mimeses aristotélica. De forma estrita, o termo mimeses refere-se ao ato de imitar; no entanto, Aristóteles acrescentou-lhe o fato de que um artista, ao descrever, pintar ou representar um objeto da natureza, não o faz de modo a reproduzir o que aparentemente é, mas o que deve ser. Isso permite que a arte supere as formas e os conteúdos apresentados materialmente, pois transforma seu produto final em algo mais belo do que ele, objetivamente, é. Dessa forma, as esferas da arte, dentre elas o teatro, antecipam a perfeição da natureza, desvelam ao homem ordinário formas e substâncias que a realidade sensível direta não pode lhe mostrar.

Toda a carga do pensamento grego foi processada pela retórica barroca, influenciada pelas concepções de Quintiliano e Cícero¹³, em uma apreensão que eleva as pinturas, as esculturas e os recursos linguísticos a um estado de relação imediata com o sagrado. Por isso advertimos que o uso do termo *õarteö* ou *õimitaçãö* para um homem barroco possui a potencialidade desse sentido¹⁴. A obra de Tomás Kempis, *A imitação de Cristo*, é considerada um importante sustentáculo do pensamento inaciano; nela, manifesta-se a ideia da *õgrande arteö*, um elo entre o homem e Deus: *õHe grande arte saber conversar com Jesus, e grande prudência saber possuir a Jesusö* (KEMPIS, 1819, p. 129). O diálogo entre divindade e homem se evidencia a partir da imitação de Cristo, uma apropriação da mimeses aristotélica revestida em contornos cristãos:

1. Quem me segue não anda nas trevas, diz o Senhor. São estas palavras de com que Jesus Cristo nos exorta à imitação de sua vida e

¹³ A título de exemplificação, percebemos a influência desses autores nos *Exercícios espirituais* de forma muito clara. A presença de expressões como *composición, lugar, vista de la imaginación, representación del lugar* é encontrada literalmente em *Ad Herennium*, de Marco Túlio Cícero, e nas *Instituciones Oratorias* de Quintiliano.

¹⁴ Já na segunda metade do século XVI, os jesuítas definiram as letras e as artes como *theatrum sacrum*, espaço no qual a linguagem encena a sacralidade dos preceitos teológico-políticos definidos pelo contexto da Reforma Católica (Concílio de Trento). Exemplo disso foi a *Ratio Studiorum*, publicada em 1599, importante documento jesuítico responsável por instituir um manual de estudos ministrados pela Companhia de Jesus. Nele, o curso de Retórica sistematizou o ensino da *õdisciplinaö* em associação com a teologia e a filosofia. A sua retomada por parte da Igreja, em clima cointarreformista, deve-se ao fato de que a palavra de Deus não é por si só persuasiva, como acreditavam os teólogos do alto medievo, mas se faz necessário um bom preparo oratório e teológico.

de seus costumes. Se quisermos ser verdadeiramente ilustrados, e livres de toda a cegueira do coração, o nosso estudo deve bem meditar a vida deste Senhor.

2. A doutrina de Cristo excede a de todos os santos. Quem tiver o seu espírito, nella achará o Maná escondido. (KEMPIS, 1819. pp. 1-2)

Vejam os como a imitação revela ao cristão uma natureza encoberta, um maná escondido nas intempéries do mundo. O propósito de Kempis é difundir uma prática devocional sob a perspectiva de vida monástica, uma constante negação dos vícios e a reafirmação da humildade e do sacrifício humano. A obra se apoia na ideia de que a vida de Cristo conduz o homem à negação das cousas do mundo, uma vez que a passagem do Filho de Deus pelo mundo é exemplo de sua total abdicação. Para se salvaguardar das armadilhas mundanas, o cristão deve recolher-se interiormente, evitando a vida em sociedade, pois é nela que o pecado e a transgressão se manifestam.

Quando esteve em Manresa, Loyola teve acesso à obra de Kempis, mas isso não significa que a influência dela tenha tornado Loyola um adepto do claustro religioso, pois a finalidade da Companhia de Jesus nunca se limitou à reclusão em monastérios. Loyola retirou da obra de Kempis a premissa de que o exemplo da vida de Cristo é a principal via de aperfeiçoamento cristão. Diferente do padre alemão, o fundador da Companhia vislumbrou a vida do Messias como um modelo para a vida em comunidade. A obra *Exercícios espirituais* institui guias para meditação interior, por isso a consideramos um laboratório no qual são arquitetadas e projetadas orientações para a vida, em suas vicissitudes e peripécias. A finalidade dela é, portanto, desenvolver, preparar o jesuíta para a vida em sociedade: o claustro jesuítico estende-se a todo o mundo.

A influência de Loyola ultrapassa sua obra; sua vida é uma das referências, referência para todos os jesuítas. Segundo Spencer Custódio Filho, o fundador da Companhia de Jesus acreditava que a sua experiência de vida era tomada por um valor universal, o que legitimava propô-la a outros (CUSTÓDIO, 2004. p. 14). É importante lembrarmos que Loyola foi um membro do exército até a batalha de Pamplona, na qual se acidentou (por esse motivo, decidiu seguir a vida espiritual). Nesse momento ímpar, o livro escrito pelo monge cisterciense Jacob Varazze, *Legenda Áurea*, conhecido por fazer uma analogia entre o serviço de Deus e a prática cavalheiresca (responsável por formular a concepção do jesuíta enquanto um soldado de Cristo), se funde à leitura da *Imitação de Cristo*. Com isso, o exemplo da vida do Messias excede a passividade de outrora e o Cristo que se deve imitar passa a ser aquele que veio a terra para curar os

enfermos e doentes, não abdicando, pois, do convívio com as pessoas. Isso o fez crer que a passagem de um religioso pelo mundo deve ser realizada sob a perspectiva do sacrifício missionário: doar-se em prol do desenvolvimento cristão, entregar-se à batalha, entendendo as vicissitudes como meio para o aperfeiçoamento individual e, sobretudo, coletivo.

Sabemos que a obra de Loyola é uma via seminal para a compreensão que os jesuítas formulam de sua realidade e a importância dos escritos ocupa um lugar central para a dinâmica institucional da Companhia, uma vez que sua aplicação é sistematizada sob uma rígida organização hierárquica da instituição¹⁵. Não devemos subestimar o efeito que a meditação inaciana surte, pois, mesmo sendo um exercício interior, ele é pensado como uma ponte entre o plano espiritual e a materialidade terrena. É dessa forma que a metáfora toma vida, ganha texturas em um espaço no qual a fronteira entre a interioridade e a exterioridade humana permuta seus signos.

A teatralidade retórica barroca em seus adornos, alegorias e figuras majestosas tem como objetivo revestir o pragmatismo da vida social em espiritualidade, fazer com que a mais dura vicissitude humana possa ser vista como manifestação dos propósitos divinos. Isso se constitui em uma tentativa de o jesuíta (exercitante) imaginar-se em um plano composto de elementos espirituais e terrenos. Segundo Roland Barthes, esses procedimentos permitem a interlocução entre o plano espiritual e o material, meio pelo qual o jesuíta pode obter de Deus uma resposta: ãInácio dá ao método de oração mental uma finalidade bem diferente: trata-se de elaborar tecnicamente uma interlocução, isto é, uma língua nova que possa circular a divindade e o exercitanteö (BARTHES, 1990. p. 46). Estamos tratando aqui de um processo analógico, ou seja, por meio de um êxtase místico, o exercitante passa a entender a imaginação mental como uma mensagem divina:

¹⁵ Hoje os Exercícios estão disponíveis a toda a sociedade. Quando Loyola o formulou, sua divulgação seguia um rigoroso mecanismo de distribuição. Até então não eram todos os jesuítas que dispunham do texto original, somente o Padre Geral, os províncias e os diretores de retiros. Os Exercícios eram emitidos diretamente para os diretores do retiro, que os reformulavam em quatro textos, cada um respectivo a uma semana de atividade. Nesse processo de reformulação, eram levadas em conta as necessidades de sua administração, tratando o texto original e adaptando-o a fim de repassá-lo a núcleos de organização particulares, produzindo, assim, um texto *adaptado*, que atuava como argumento do original. Essa dinâmica consistia em parte do fundamento de adaptação jesuítica a diferentes contextos políticos, sociais e culturais em que atuaram. Os Exercícios funcionavam como orientação flexível, uma vez que era constantemente reelaborado. Nesse sentido, Loyola percebeu as diferentes condições históricas com que as missões se deparavam e formulou um esquema que possibilitasse a expansão do projeto jesuíta a diversos espaços. Ver: BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 44.

Os exercícios espirituais são uma pedagogia espiritual mediante a qual se dá espaço para que o Espírito Santo possa atuar, instruindo, movendo e robustecendo o praticante. O Espírito Santo deve ser o mestre interior que orienta a pessoa, ora chamando atenção dela para algum aspecto do assunto que está sendo estudado, ora despertando sua memória, iluminando-a ou propondo algo para a sua vida. (LOYOLA, 2004. p. 29)

Esse processo se torna possível a partir de um conjunto de técnicas, que são apropriadas de elementos teatrais básicos, como a composição de um cenário e a personificação de um papel. Todo esse aparato técnico tem a finalidade de envolver o jesuíta em um espaço mental no qual a encenação lhe permita transplantar o imaginado para o real. Enganam-se aqueles que pensam que a influência psíquica desse método só se manifesta circunstancialmente; não é absurdo pensarmos que a repercussão desses procedimentos mentais ressoa em diferentes dimensões da experiência jesuítica. Nesse caso, entenderemos encenação não como "fingimento" ou representação a par da vida, mas enquanto estado inerente à condição jesuítica, pois encenar é viver em palco aberto. É por meio desse recurso que os discursos são espacializados em contornos teatrais; trata-se de preencher o espaço confuso e disperso da dura e complexa realidade humana em uma substância espiritual. Essa teatralidade responde à penúria da existência humana com elementos que a tornam coerente e significativa.

Vejamos de que forma esse processo é pensado e organizado por Loyola. A primeira introdução de cada exercício consiste em compor o lugar imaginado, um plano de fundo para as encenações. Para compreendermos como se define o pressuposto básico desse passo, segue um trecho do texto inaciano:

É a visualização mental (composição) do local onde transcorre a ação. É preciso destacar que na contemplação ou na meditação sobre realidades visíveis ó como, por exemplo, quando a pessoa contempla a figura de Cristo, nosso Senhor, do qual já tem uma imagem formada ó a composição consistirá em ver, com os olhos da imaginação, o lugar físico onde se encontra Jesus ou Nossa Senhora no episódio sobre o qual ela quer refletir, caso de um templo ou de uma montanha. (LOYOLA, 2004. p. 49)

Segundo Fernando Rodríguez de la Flor, as técnicas que permitem ao jesuíta compor esse cenário mental envolvem o exercitante em condições necessárias para que se imagine tal qual Cristo. Para cada exercício existe uma orientação específica de composição:

Lo esencial en el método de la composición de lugar gira en torno a las reglas que facilitan la meditación en la Pasión Christi. Estas reglas tienden a configurar la representación mental bajo las características de una plástica exaltada; al mismo tiempo, las imágenes así forjadas se estratifican en escenas inmutables. (FLOR, 1996. p. 84)

Ao compor o lugar imaginado, o jesuíta constrói um plano de fundo, elemento necessário para criar a ambientação que se espera em um processo de encenação, cuja finalidade consiste em harmonizar-se com a personificação de Cristo. A prática da imaginação despossui o jesuíta de toda a sua personalidade; nesse teatro quem atua não é Manuel da Nóbrega, José de Anchieta ou Antônio Vieira, mas Jesus. Dessa forma, o exercitante personaliza a figura de Cristo, incorporando o conjunto de seus hábitos: ãEnquanto estiver comendo, considerar que vê Cristo, nosso Senhor, comer com seus apóstolos. Imaginar como ele bebe, como olha, como fala e procurar imitá-lo (LOYOLA, 2004. p. 96).

São inúmeras as passagens em que a imitação de Cristo se faz presente e essa perspectiva inaugura o caráter pedagógico que a sua vida fornece aos cristãos, transformando-a em modelo que os orienta. Uma vez personificada a figura de Cristo, o jesuíta deve agir conforme ele o fez: ser forte frente às tentações, pregar e disseminar a palavra divina sob qualquer condição, ir aos confins da terra. Toda essa experiência é comum aos jesuítas e certamente também foi a Antônio Vieira.

Sabemos que, sob a perspectiva inaciana, a imitação de Cristo é uma forma de alcançar a sua natureza; todavia, essa premissa não é incorporada antes de ser complexificada pelo padre seiscentista. Tentaremos, pois, responder de que forma essa orientação religiosa foi apropriada e reelaborada. Para tanto, primeiramente, averiguaremos a crítica do jesuíta àqueles que imitam a pobreza e o desapego:

E quanto ao reparo da pobreza e desprezo das cousas temporais que Cristo veio ensinar ao Mundo, nós nos contentaremos com que os autores deste escrúpulo, por santos e espirituais que sejam, se contentem com o que se contentou este Monarca temporal do Mundo: imitem a pobreza de Cristo, pobre no nascimento, pobre na vida, pobre na morte, e pobre sobretudo na eleição de pais pobres, e não queiram mais pobreza, nem mais exemplo em Cristo. Muitos há que querem parecer pobres; alguns que o querem ser; mas quem queira ser e parecer filho de pobres: Quis est hic et laudabimus eum? Só Cristo e quem tem muito de Cristo. (VIEIRA, 2005. p. 455)

Para Vieira, existem duas naturezas a serem imitadas, tendo em vista que o mesmo Cristo comporta dois modelos de cristandade. Isso se deve a uma peculiar

circunstância: a união hipostática entre o plano espiritual e o material, a partir da qual Cristo viveu em terra, conforma a ambivalência de sua natureza, pois o Messias foi, ao mesmo tempo, homem e Deus. A questão que nos incomoda é: que natureza o homem deve imitar? O Jesus desapegado às materialidades ou o Cristo Rei, dono legítimo de todo o mundo?

Primeiramente, é Cristo Rei e universal Monarca do Mundo por natureza, porque por meio da união da divindade à humanidade, a qual se inclui essencialmente na natureza de Cristo, sem algum outro concurso ou condição extrínseca, da parte de Deus nem da parte dos homens, pertence ao mesmo Cristo enquanto homem o domínio e império universal de tudo o que é criado, e por ela fica constituído, ou por ela (sem ninguém o constituir) é Rei e Senhor e Monarca supremo de todos os reis, de todos os reinos e de todos os impérios do Mundo. Por isso Cristo no Apocalipse trazia o título de *Rex regnum e Dominus dominantium*, escrito, como diz o texto, in femore, que significa a geração humana, para mostrar que o ser rei de todos os reis e senhor de todos os senhores lhe convinha e era seu por sua própria natureza. E por isso o nome que lhe puseram na circuncisão foi de Jesus, que quer dizer salvador, e não o de Cristo, que quer dizer ungido, porque o ser ungido por Rei e universal Monarca do Mundo não lhe pertencia por imposição divina ou humana, senão por natureza própria sua, ou por ser quem era. Salvador por obediência, mas ungido por natureza. E assim como antigamente se faziam ou consagravam os reis pelo óleo que eram ungidos, assim a união hipostática em Cristo foi uma verdadeira e própria unção com que juntamente com o ser e a natureza recebeu o poder e a Monarquia do Mundo. (VIEIRA, 2005. p. 406)

Essa citação foi retirada do segundo livro da *História do Futuro*, volume destinado a justificar o fundamento do *Quinto Império*, no qual Antônio Vieira afirma que o Império profetizado será a extensão do Reino de Cristo. Para isso, torna-se legítima a posse do domínio temporal, pois é ela uma dimensão da natureza de Jesus.

A emblemática questão em que Vieira se debruça parte do fato de que muitos teólogos defendem o exemplo de Cristo como fundador das noções de desapego material e de pobreza, servindo de modelo para toda a cristandade. De acordo com o padre, Jesus não negou o uso do domínio temporal, mas privou-se dele para dar exemplo aos homens, pois seu uso deve ser moderado. Com base nisso, tornam-se legítimas as práticas imperiais:

[...] digo outra vez que na pobreza de Cristo, quanto à renúncia do domínio, havia outra razão mais forçosa e necessária, que era ser este ato incompatível com a natureza e essência do mesmo Cristo. Porque aquele domínio supremo e universal de todas as coisas fundava-se

imediatamente, como dissemos, na união hipostática, e era não só propriedade inseparável, senão parte intrínseca dela; e assim como Cristo não podia renunciar nem abdicar de si a própria natureza, assim (diz o Padre Vasquez) não podia renunciar nem demitir de si o direito soberano domínio. O que podia só fazer Cristo era privar-se do uso dele, e assim o fez tão perfeita e perfeitissimamente como sabemos. Quanto mais que ainda no caso em que fora possível na pessoa de Cristo a renunciação do domínio temporal de todas as cousas, porventura que era mais conveniente ao mesmo exemplo do Mundo conservar o domínio sem o uso, que renunciar o uso e mais o domínio; porque Cristo, como mestre e exemplar da perfeição evangélica, não só devia dar exemplo aos religiosos que professam renunciar o domínio dos bens temporais senão também aos prelados e bispos, e ao supremo bispo e supremo prelado, cujo estado, sendo de maior perfeição, conserva o domínio e administração dos bens e só periga ou pode perigar na imoderação ou excesso do uso deles. Foi logo convenientíssimo que em Cristo se ajuntasse o sumo domínio e o sumo desprezo e abstinência das cousas do Mundo, para que no mesmo exemplar aprendessem os religiosos a mortificação do uso e os prelados a moderação do domínio. (VIEIRA, 2005. p. 456-457)

Vejamos de que maneira o exemplo do Messias, assim como a própria ambivalência de sua natureza, cria dois modelos de prática cristã. Para a comunidade eclesial, pede-se a mortificação do uso temporal, pois somente o Cristo e quem tem muito de Cristo (VIEIRA, 2005, p. 455) devem abdicar dele para ensinar ao restante dos homens que não o excedam. Em contrapartida, a comunidade leiga deve procurar, de forma moderada, o domínio da materialidade terrena, porque ela é uma herança deixada por Cristo, manifestação de sua natureza temporal. Nesse sentido, a imitação de Cristo bifurca-se em dois eixos, e o que Antônio Vieira explora a partir disso é a ideia de que a imitação de Jesus pressupõe também práticas de cunho político, pois elas correspondem à parte da natureza do Messias. Em outras palavras, assim como a união hipostática com Cristo pulsa união e salvação, os homens, atores do Teatro do Mundo, devem atuar conjuntamente no exercício espiritual e temporal, tendo em vista que, a partir dessa união, a natureza cristã pode ser antecipada e os homens podem materializar o Reino de Cristo em terra: uma realização que funde espiritualidade e materialidade.

A UNIÃO CONSUMADA ENTRE HOMENS

Podemos considerar a imitação de Cristo um processo de deificação, termo derivado do pensamento místico-devocional, que em linhas gerais significa a união

entre homem e Deus: trata-se de personalizar a natureza de Cristo em vida humana. Essa temática também é explorada em alguns dos sermões de Vieira. Vejamos como no *Sermão de Santa Teresa*, pregado em 1644, a união mística afluída entre Deus e Santa Tereza é um ponto de partida que o padre Vieira toma para pensar a unidade entre materialidade e espiritualidade:

Dizia Santa Tereza que estava tão individualmente unida com Jesus, seu esposo, que podia dizer como São Paulo: ó Vivo eu, já não eu, porque vive em mim Cristo: ó Oh! Que divina implicação: Eu não eu! Se sois vós, como não sois vós? Sou eu considerada em Cristo; não sou eu considerada em mim. Considerada em Cristo, sou eu, porque Cristo vive em mim e considerada em mim, não sou eu, porque eu vivo em Cristo. [...] De sorte que estavam tão transformados estes dois corações que, reciprocando as vidas, viviam um no outro, e tão unidos na mesma transformação que, deixando cada um de ser outro, eram um só e mesmo: *ambo unum*. (PÉCORA, 2008. p. 77).

Nessa perspectiva, Antônio Vieira enxerga em São Francisco outro exemplo de deificação¹⁶ (estágio espiritual no qual a personalidade de um religioso é evadida pela força divina). A referência a São Francisco e à Santa Tereza nos parece, em um primeiro momento, um tanto quanto confusa, pois Vieira compartilha uma tradição teológica próxima aos tomistas e neoescolásticos. No entanto, Alcir Pécora nos fornece uma boa justificativa para a engenhosa articulação entre essas duas correntes de pensamento cristão. De acordo com Pécora, o jesuíta não procura apropriar plenamente dos métodos pelos quais esses místicos constituíram a união com o divino, mas retira deles um argumento que sustente a possibilidade de um contato transcendente abrangente. Para o jesuíta, a união mística não é resultado de uma condição excepcional, como queriam os místicos radicais, mas exemplo cuja abrangência pode ser estendida a todos os homens, desde que consumam o sacrifício por meio da Eucaristia¹⁷: *õQuem come o meu corpo e*

¹⁶ O *Sermão das Chagas de São Francisco* foi pregado no ano de 1672 em Roma. Na ocasião, Vieira toma a vida do santo como exemplo da união mística possível com Deus. Nesse ponto há uma convergência entre São Francisco e Santa Tereza, pois ambos compartilham a mesma entrega espiritual. Ver em: VIEIRA, Antônio. *Sermão das Chagas de São Francisco*. In: _____. *Sermões*. Lisboa: Lello e Irmão, 1951. v. VIII, p. 277-319.

¹⁷ No sentido vieiriano, o heroísmo não está vinculado a uma atitude pontual de martírio. Para isso, Deus se consuma no sacramento da eucaristia, um sacrifício diário e renovado. Segundo Vieira, no *Sermão do São João Batista*, de 1644: *õE como Cristo amava tão extremamente aos homens, e via que, morrendo na cruz, se acabava a matéria e suas finezas, que fez? Inventou milagrosamente no Sacramento um modo de morrer sem acabar, para morrendo, poder dar a vida, e, não acabando, poder repetir a morte. Esta é a vantagem que leva em Cristo o amor que nos mostrou no Sacramento ao amor que nos mostrou na cruz. Na cruz morreu uma vez, no Sacramento morre cada dia, na cruz deu a vida, no Sacramento perpetuou a morteõ*. Ver em: VIEIRA, Antônio *apud* PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-*

bebe o meu sangue (Diz Christo) está em mim, e eu estou nølleö (VIEIRA, 1951. v. VI, p. 127).

Em termos litúrgicos, comer o pão e tomar o vinho significa entrar em unidade com Cristo, partilhando de seu sacrifício deixado na cruz. Devemos levar em consideração que o exercício simbólico da eucaristia funciona como manutenção da memória do Messias. Vale lembrar que o ÕFilho de Deusö desceu dos céus para cumprir um importante designo (salvar o mundo) e que, nessa empreitada de sofrimento e entrega, sua vida foi sacrificada em prol da salvação dos homens. Comer o pão e tomar o vinho é também reforçar essa memória, em um constante exercício de apropriação da vida de Jesus, valendo-se de sua natureza em um ponto de unidade com a Trindade santa. Dessa forma, a ideia de sacrifício extrapola a dimensão corporal e física, usual entre os místicos devocionais, tornando-se um procedimento ritualístico estritamente simbólico. Com isso, a relação unitiva com o divino, antes uma condição extraordinária dos santos, é universalizada àqueles que se entregam em vontade e espírito à liturgia do sacramento eucarístico.

Nesse processo de unidade transcendental, o desejo humano deve alcançar um grau de conformidade com o desejo de Deus. No *Sermão da Exaltação da Santa Cruz*, pregado em Lisboa no ano de 1645, o padre nos mostra como o esvaziamento da personalidade é uma via indispensável para a união sacramental:

Digo que o religioso está livre de toda vontade humana: da própria, porque a sua vontade é a do Prelado; da alheia, porque verdade do prelado é de Deus. Assim que, o Religioso não está sujeito à vontade humana, senão à Divina. E de estar o Religioso sujeito só à vontade de Deus, que se segue? Segue-se que em premo de despir-se de sua vontade, a está sempre fazendo. Não é paradoxo, se não verdade clara. Que remédio para fazer um homem sempre a sua vontade? O remédio é querer o que Deus quer; e se eu quero o que Deus quer, sempre faço a minha vontade. (VIEIRA, 1951. v. VIII, p. 273-274).

No esvaziamento da personalidade e da vontade humana deve se instaurar a vontade de Deus. No entanto, podemos questionar: de que modo Vieira concebe tal vontade, qual é o seu fundamento? É a partir dessa questão que explicaremos a forma pela qual o jesuíta reelaborou a deificação mística, articulando-a ao matiz de pensamento neoescolástico. Pensar a relação transcendental com Deus como um

retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: EDUSP, 2008. p. 83.

processo conduzido de forma individual e estritamente interior não corresponde ao que estamos explicando ao longo do nosso trabalho. Para Vieira, essa ideia vai de encontro a algumas premissas do desejo divino: a salvação de almas, a pregação e a difusão da Palavra. Marina Massimi nos mostra como essa perspectiva já surge com os *Exercícios espirituais*: “Em todas as etapas dos Exercícios, o desejo move o sujeito, enquanto desejo de conhecer Deus e de servi-lo, desejo de salvação de almas, desejo do bem” (MASSIMI; PRUDENTE, 2002, p. 27). Segundo Vieira, o desejo divino conflui para a prática missionária e essa depende da formação de uma dada coletividade: pregar a Palavra é fazê-la em união com os demais homens. Foi essa a vontade que o jesuíta perseguiu ao longo de sua vida.

Vieira entende a comunhão do sacramento não só como forma de estabelecer a unidade com Cristo, mas dela se congrega a unidade com quem a compartilha: “Porém o corpo de Cristo, a quem comungamos, como é um só e o mesmo em todos os que comungam, a mesma unidade que tem e conserva comido, comunica a todos que o comem.” (VIEIRA, 1951. v. VI, p. 155). Não podemos ignorar o efeito que essa liturgia surte no pensamento católico: o ritual desempenha uma função vital para a cristandade católica, pois é entendido como intermédio para Deus. A partir da liturgia, o jesuíta reforça a ideia de unidade cristã, fundamentando a transcendentalidade como algo inerente às fundações coletivas.

De acordo com Vieira, é impossível pensar a relação com Deus sem ela estar condicionada a instituições temporais, que fornecem um “caminho natural para Deus”, pois toda a “possibilidade de união” estaria dependente do assentamento do espírito individual nessa estrutura transparente de fundações divinas (PÉCORA, 2008. p. 85). Com base nisso, o padre jesuíta chegou à conclusão de que se elevar a Deus em união consumada é, antes de tudo, reunir-se em comunidade, uma vez que na própria comunhão com Deus é imprescindível também a unidade entre os homens. O que permite a unidade desse grupo é a realização mútua dela, pois, conforme mencionamos, os homens, ao estarem em união mística com Deus, devem unir-se em uma única e só voz e compartilhar do invariável desejo de Cristo, isto é, consumir o seu Reino em Terra.

Dessa forma, chegamos ao final do nosso primeiro tópico com a consideração acerca do que Vieira entende por “representar”, uma vez que o padre pensa o “Mundo” como um teatro. Devemos nos recordar que o significado de representação para o século XVII ainda estava preso à velha noção de “fazer presente novamente”, ou seja, encenar

ou figurar significava antes de tudo reproduzir a essência de algo, de um *logos* que em Vieira é investido da sacralidade cristã. Para compreendermos isso, tivemos de caminhar por entre as minúcias de suas imbricações teológicas, pelas quais pudemos perceber que a natureza e a graça de Cristo vivem ãencobertasö, constituindo um maná escondido entre as querelas do ãMundoö. Diante desse pressuposto, o jesuíta acreditou que tanto a imitação de Cristo, um processo de personificação criada nos *Exercícios espirituais* e que também se desdobra em Vieira, quanto a simbologia da eucaristia esvaziavam o cristão de si, permitindo que a natureza de Cristo se fizesse presente, que o *logos* habitasse a matéria humana.

A segunda consideração que devemos retomar diz respeito à ideia de que a união mística ganha em Vieira dimensão coletiva e ativista; é nisso que consiste o espetáculo do futuro, um ato encenado em comunhão com Deus e os homens. Toda a expectativa criada para o futuro depende dessa condição; o jesuíta defende veementemente a unidade do gênero humano em torno da fé cristã, pois é só a partir dela que a humanidade pode alçar o estágio de unidade comum. Todavia, não nos enganemos, pois nesse imenso teatro somente um povo haverá de ocupar o mais alto lugar do palco: o de protagonista da comédia divina.

REFERÊNCIA

- ALMEIDA, Milto José de. *O Teatro da Memória de Guilio Camillo*. Cotia: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: FAPESP, 2000.
- BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BESSELAAR, José Van den. Erudição, espírito crítico e acribia na História do Futuro de Antônio Vieira. *ALFA: revista de linguística*, Marília, v. 20-21, p. 43-79, 1975.
- CARLSON, Marvin. *Teorias do teatro: estudo histórico-crítico, dos gregos à atualidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai, São Paulo, Hucitec: Edusp, 1996.
- CUSTÓDIO, Spencer Filho. *Os exercícios espirituais de Santo Inácio de Loyola: um manual de estudo*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- FERREIRA, João. Elucidário de palavras, expressões, conceitos e notas para melhor leitura da História o futuro. In: VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*. (org. José Carlos Brandi Aleixo). Brasília: UNB, 2005.
- FLOR, Fernando Rodríguez de la. Las sedes del alma. In: *La península metafísica: arte, literatura y pensamiento en la España de la Contrarreforma*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1999.
- _____. *Teatro de la Memoria: Siete ensayos sobre mnemotecnica española de los siglos XVII y XVIII*. Salamanca, Junta de Castilla y León, 1996.
- HANSEN, João Adolfo . Barroco, Neobarroco e Outras Ruínas. *Estudios Portugueses*, Salamanca, v. 3, p. 171-217, 2003.
- HANSEN, João Adolfo. Pressupostos metafísicos e teológicos políticos na obra de Vieira. In: DUARTE, Leite Pereira; ALVES, Maria Theresa Abelha (orgs.). *Padre Vieira: 400 anos depois*. Belo Horizonte: ED. PUC Minas, 2009. p. 138-139.
- HAZAS, Antonio Rey; SEVILLA, Florencio Arroyo. *Introducción a El gran teatro del mundo*. Barcelona: Planeta.1991.
- HEIDEGGER, Martin. La época de la imagen del mundo. In: *Caminos del bosque*. Madrid: Alianza Editorial, 1995. p. 75-109.
- KEMPIS, Tomás de. *A imitação de Christo*. Rio de Janeiro: [S.I.], 1819.
- LOYOLA, Inácio de. *Exercícios espirituais*. Santana: Madras, 2004.

MARAVALL, José Antônio. *A Cultura do Barroco*. Análise de uma estrutura histórica. São Paulo: EDUSP, 1997.

MASSIMI, Marina; PRUDENTE, André Barreto. *Um incendiado desejo das índias*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico - retórico - política dos sermões de Antônio Vieira*. 2ªed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo EDUSP, 2008.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. 2. ed. Edições Loyola: São Paulo, 2000.

ROSSI, Paolo. *A Chave Universal: artes da memorização e lógica combinatória desde Lúlio até Leibniz*. Bauru: EDUSC, 2004.

SARAIVA, Antônio J. *O discurso engenhoso*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Lisboa: Lello e Irmão, 15 vol, 1951.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

YATES, Frances. *A arte da Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

*À procura das infâncias
perdidas: espaço, poesia
e sensibilidades saudosistas
em “Evocação do Recife”,
de Manuel Bandeira (1925-1936)¹*

Felipe Alves Paulo Cavalcanti²

RESUMO

Este artigo trata da elaboração de um espaço poético na obra de Manuel Bandeira, fruto da memória e da figuração: o Recife. Em particular, este artigo visa lançar luz sobre as formas de pensar e sentir a saudade (consciências e sensibilidades saudosistas) que atuaram na criação do poema “Evocação do Recife”, de Manuel Bandeira, feito a pedido de Gilberto Freyre para publicação em 1925 no livro comemorativo de cem anos do Diário de Pernambuco, também conhecido como “Livro do Nordeste”. Além disso, tentou-se examinar aqui a atuação destas consciências e sensibilidades saudosistas na recepção deste poema entre alguns dos intelectuais do campo literário pernambucano e nordestino nas décadas de 20 e 30, como o próprio Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo e Jorge de Lima.

Palavras-chave: Recife, Manuel Bandeira, Saudade, Gilberto Freyre, Nordeste.

ABSTRACT

This article discusses the elaboration of a poetical space in the works of Manuel Bandeira, born of memory and figuration: the Recife. Particularly, this article aims to examine the forms of thinking and feeling nostalgia [saudade] acting in the creation of the poem “Evocação do Recife” (Evocation of Recife), composed at Gilberto Freyre’s request for publication on the commemorative book of a hundred years of Diário de Pernambuco (Pernambuco Daily), also known as Livro do Nordeste (The Northeast book). Also, this article brings up an analysis of these forms of feeling and thinking nostalgia [saudade] present in the reception of “Evocação do Recife” among some intellectuals from the literary milieu of Pernambuco and the Brazilian Northeast in general over the decades of 1920 and 1930, like Gilberto Freyre himself, José Lins do Rêgo and Jorge de Lima.

Keywords: Recife, Manuel Bandeira, Saudade, Gilberto Freyre, Brazilian Northeast.

¹ Artigo recebido em 08 de agosto de 2014 e aprovado em 26 de outubro de 2014.

² Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição.

EM DEFESA DA SAUDADE

Outubro de 1965. Gilberto Freyre publica no Jornal do Comércio um artigo intitulado “Em defesa da saudade” (FREYRE, 1965)³. Como assim, defender a saudade? Defendê-la de quê? Ou de quem? O que levaria alguém a atacar um sentimento, em especial um sentimento tão ubíquo, pretensamente tão presente na vida de todos os homens?⁴ Por estranho que pareça à primeira vista, é disso mesmo que se trata: a despeito dos ataques à saudade e aos saudosistas, Freyre rebate as afirmações de que o *saudosismo* é coisa de “mulher velha”, de “indivíduo doente” ou de um povo fraco e incapaz de encarar o futuro. A saudade seria uma forma de preservar o que haveria de melhor no passado para criar um novo tempo; ela seria uma forma de salvar os tempos, de fazê-los sobreviver aos homens, de imortalizá-los; de criar um tempo que, futuramente, no prefácio de seu pretense diário de infância e primeira mocidade, Freyre (1975) viria a chamar de *transtempo*. Mais do que apenas um sentimento direcionado ao passado, a saudade em Freyre “informa o próprio presente, uma saudade que se manifesta mesmo antes de ser tempo para haver saudade desse mesmo momento que se está a viver e que de alguma forma já se esgotou” (FREYRE, 1975, p. 12). É uma forma de relacionar-se com o tempo e de explicar o mundo, um sentimento que implica em determinadas posturas intelectuais e políticas. Posturas que atraem ataques e defesas.

O artigo de Gilberto Freyre foi escrito à guisa de resposta às investidas de um “distinto homem público” contra a saudade, que se encontrava então alijado do poder pela instauração do regime de arbítrio no Brasil. Escrito um ano e sete meses após o golpe civil-militar de 1964, o texto parece inserir-se em um acerto de contas entre os ganhadores e os perdedores de um longo combate entre conservadores e progressistas, entre aqueles que defendiam para o futuro os valores sociais de um passado (que pode nunca ter existido) e os que viam no porvir a possibilidade da mudança, da ruptura e de novos horizontes para o país. A defesa da saudade, neste sentido, liga-se a uma defesa das tradições cristãs e ocidentais e do nacionalismo que precederam ao golpe de

³In: DIAS, Silvana Morelli Vicente. Cartas provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira. 2007. 591 fls. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – FFLCH, USP – São Paulo, 5 de março de 2008, p. 392-395. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-10072008-110515/pt-br.php>>. Data de acesso: 20 nov. 2013.

⁴Uma versão anterior deste artigo pode ser encontrada em: À procura das infâncias perdidas: uma análise de sensibilidades saudosistas em Manuel Bandeira (1917-1930). In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - Sessões de Graduandos, 2013.

1964; defesas que foram, segundo Durval Muniz (2011[a], p. 6) “uma das pedras de toque dos discursos de sustentação do regime”.

O que significa, então, falar de uma *história da saudade*? De fins do século XX, a saudade dá margem a uma relação particular com o tempo no Brasil e em Portugal: uma forma de ver o passado que vai motivar a recriação ou a recuperação de determinados parâmetros de orientação temporal, social e cultural que a modernidade tratou de desmanchar no ar. Neste período,

A saudade é um sentimento pessoal de quem se percebe perdendo pedaços queridos de seu ser, dos territórios que construiu para si. A saudade também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar toda uma comunidade que perdeu suas referências espaciais ou temporais, uma classe social que perdeu historicamente a sua posição, que viu os símbolos de seu poder esculpidos no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da história. (ALBUQUERQUE JR, 2011(b), p. 79)

Angústia diante do novo e tentativa de recuperar o antigo, esta forma particular de sentir a saudade é um sentimento compartilhado por diversos grupos sociais que reagem ferozmente contra a chegada da modernidade, buscando um retorno a uma era dourada que já se foi, ou mostrando profunda consternação frente ao anúncio dos novos tempos. Este sentimento estabelece ligações com uma série de outros conceitos emergentes neste período, como a “tradição” e a “região”, que tentam salvar do ocaso discursos, práticas e costumes em vias de desaparecimento. Sentimento que faz emergir até mesmo um novo espaço no seio da nação, o “Nordeste”, que engendraria a “verdadeira brasilidade” que desaparecia com a chegada da modernidade burguesa; espaço contraposto ao projeto de modernização que tomava lugar no “sul”.

Dentre os vários exemplos de afirmações construtivas da saudade elencados em sua defesa da saudade, Freyre coloca que “a saudade de Pernambuco inspirou ao pernambucano Manuel Bandeira sua evocação imortal do Recife” (FREYRE, 1965, p. 365). Curiosamente, o mesmo nome de um poeta ainda hoje considerado um dos líderes do movimento modernista no Brasil, figura noutro texto: no Manifesto Regionalista, “movimento de que mestres autênticos como o humanista João Ribeiro e o poeta Manuel Bandeira vão tomando conhecimento” (FREYRE, 1996, p. 47) em um discurso pretensamente pronunciado em 1926 - porém elaborado somente nos idos da década de cinquenta (PONTES, 1984) - em que estaria firmado o compromisso de uma série de intelectuais com a conservação, através deste arcabouço regional, de uma miríade de

práticas, imagens e enunciados de um passado aristocrático foi dando lugar a um mundo moderno.

Recuemos um pouco mais.

EVOCANDO O RECIFE

Agora, estamos em 1925. Estamos também no período de consolidação da poética daquele que viria a ser um dos poetas mais conhecidos da poesia brasileira do século XX, poética que se manifesta em na procura de uma linguagem desobediente à métrica rígida do parnasiano-simbolismo que ainda vigorava entre os poetas da Rua do Ouvidor, em versos que fossem capazes de dizer “desde as coisas mais simples e menos intencionais” até “a paixão dos suicidas que se matam sem explicação”⁵, mantendo a naturalidade da fala e potencializando o sentido pela contenção das palavras. Poética que tem suas raízes em uma *atitude humilde*⁶, que se traduz “num desejo de despojamento e redução ao essencial, tanto nos temas quanto na linguagem [...] em que o modo de ser se converte num modo de ver a vida e a poesia, numa concepção do fazer”, como bem apontou Davi Arrigucci Jr. (ARRIGUCCI JR. 1987, p. 9-10).

Para aprendê-la, além dos livros e de tantos poetas amigos, teve a vida como escola. Nascido em 1886, filho de uma tradicional família do Recife em franca decadência - os Sousa Bandeira -, Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho deixa o Recife com a família em 1890 e retorna em 1892, vivendo até 1896 o período que chamou de “formação de sua mitologia”, interrompido por uma nova mudança para o Rio de Janeiro. Parte para São Paulo em 1903 com vistas a carreira de arquiteto (influência do pai) até descobrir-se físico em 1904 (BANDEIRA, 1954). Obrigado a viver em certo estado de invalidez, passa a escrever versos para combater o ócio forçado. Embarca para a Europa e interna-se no sanatório de Clavadel, na Suíça, em 1913. Com a chegada da “Grande Guerra” em 1914, retorna ao Brasil. De 1916 a 1920, tem de aprender a conviver com a “indesejada das gentes”, que além de assombrá-lo por conta da física, leva embora sua mãe, sua irmã e seu pai. Durante este período, publica dois livros de poemas: “A Cinza das Horas”, em 1917; e “Carnaval”, em 1919. O primeiro

⁵ Citações retiradas do poema “O último poema”, de Manuel Bandeira, publicado no livro *Libertinagem* (1930).

⁶ Ver: ARRIGUCCI JR, Davi. *O humilde cotidiano de Manuel Bandeira*. In: _____. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

livro passa quase despercebido pela crítica, mas o segundo é recebido com entusiasmo por certa geração de paulistas que clamava por uma renovação nas artes.

Em 1920, convive também com a pobreza. Muda-se para um “velho casarão quase em ruína” na Rua do Curvelo, em Santa Teresa, onde diz ter reaprendido “os caminhos da infância” e conhece Ribeiro Couto. Elegendo seus anos de infância no Recife como os de maior “densidade emocional”, começa a elaborar, na década de 20, uma poesia baseada na reminiscência e na ausência (ARRIGUCCI JR, 1987; ROSENBAUM, 1993). Conhece Mário de Andrade em 1921. No ano de 1922, apesar de não participar da Semana de Arte Moderna, tem seu poema “Os Sapos” lido no evento e em 1924 publica, junto à coletânea “Poesias”, o livro “O Ritmo Dissoluto”, que denota uma maior aproximação com a poesia de vanguarda.

Neste mesmo ano, Manuel Bandeira inicia seus contatos com certo escritor recifense, que fora diplomado *master in arts* pela Universidade de Columbia não havia muito tempo. Envia-lhe uma carta, elogiando-o pelos artigos que escrevia ao *Diário de Pernambuco*; “artigos sobre coisas de Pernambuco, do Recife, do Norte”, como “a paisagem”, os “nomes de rua”, e a “cozinha tradicional do Norte do Brasil”⁷. Pouco depois, recebe deste mesmo Gilberto Freyre um pedido inusitado - cuja carta infelizmente se perdeu - lembrado pelo próprio Freyre em tom jocoso anos depois: “estranhou que alguém lhe encomendasse um poema para edição especial de jornal como quem encomenda um pudim ou sobremesa para uma festa de bodas de ouro. Não estava acostumado – me escreveu de Santa Teresa – a encomendas dessas” (FREYRE, 1936, p.173) a fazer um poema sobre suas memórias de infância no Recife. É do quarto da velha pensão da Rua do Curvelo, lugar onde diz ter reaprendido os caminhos da infância ao ver a meninada jogando bola, que o poeta extrai a matéria-prima que logo haveria de transfigurar em arte. E é à procura de um paraíso perdido no tempo e no espaço, reduzido a um canto da memória, que Bandeira parte para a escrita de um de seus poemas mais famosos.

Para evocar o Recife da infância e diferenciá-lo de outros Recifes, como a “Mauritstaad dos mercadores das Índias Ocidentais” e mesmo o “Recife das revoluções libertárias” que diz ter aprendido a amar depois, era preciso também uma nova forma de fazer poesia. É o que parece nos mostrar Eduardo Coelho, quando aponta que, em

⁷Sobre a correspondência entre Freyre e Bandeira, ver: FREYRE, Gilberto. Manuel Bandeira e o Recife. In: ANDRADE, Carlos Drummond de; FREYRE, Gilberto; REGO, José Lins do (et. al.). *Homenagem a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Oficinas typographicas do Jornal do Commercio, 1937, p. 87-88

“Evocação do Recife”⁸, a infância é tomada como princípio de arte poética e de experimentalismo, podendo o poema ser visto como a “carta-coringa” da poética bandeiriana, já que a partir dela é possível identificar diversos princípios criativos que percorrem a obra do autor: “abrasileiramento da sintaxe, aplicação de brincadeiras da infância como técnica de construção vésica, prática do discurso intertextual, recurso biográfico para concepção do seu lirismo, coloquialidade, entre outros” (COELHO, 2009, p. 34), colocando em evidência também uma série de técnicas modernas de composição, como o uso do verso livre – em que a musicalidade do poema é obtida por outros meios que não as rimas - e a disposição tipográfica irregular.

Ao evocar a cidade da infância, Bandeira afasta de sua obra qualquer imagem prévia da cidade. No lugar das imagens do Recife produzidas pela história local e pela poesia romântica do século anterior, como a “Veneza Americana transportada, boiante sobre as águas” de Gonçalves Dias, Bandeira vai colocar o Recife vivido. Se ele evoca o Recife, ele o faz dizendo um *não* à cidade da cultura bacharelesca do século XIX (ARRAIS, 2007). Fazia-se necessário, portanto, privilegiar a memória como uso do passado para fazer vir à tona um Recife que ainda não havia sido evocado, já que apenas ela parecia ter o poder de resgatar esse mundo onde reinam o vivido e o espontâneo: o Recife de sua infância. Bandeira começa, então, uma reconstrução dos seus anos em Pernambuco, possivelmente surgida da necessidade de recuperar o tempo de uma experiência que não se aprende nos livros, mas se vive em cada alumbramento⁹.

A meninice entra em cena: as brincadeiras no meio da rua, em que começa a ser elencado o panteão da “mitologia da infância” do poeta¹⁰, composto por figuras como Aninha Viegas e Totônio Rodrigues; as cantigas de roda; o relato de um incêndio e sua insatisfação com sua condição de criança, que o impedia de ver o fogo; e mesmo a descrição de seu primeiro alumbramento ao ver uma menina nua no banho. Coisas que poderiam parecer banais, cotidianas e mesmo aborrecedoras para uma criança do Recife,

⁸ Ver anexo deste artigo.

⁹ O alumbramento é, certamente, um conceito-chave da poética bandeiriana, talvez aproximável ao conceito de “epifania” em James Joyce. Sobre ele, Yudith Rosenbaum (1996) aponta que se trata de um desvelamento do universal através da visão da nudez feminina, o que é visível tanto em “Evocação do Recife” como em “Alumbramento”, de Carnaval (1919) e no poema-paródia “Teresa”, publicado em *Libertinagem* (1930). Davi Arrigucci Jr. (1990), em seu turno, estende-o a um conceito a partir do qual é possível desentranhar toda uma teoria da poesia e da imaginação simbólica baseada na totalidade do instante. Ainda há muito a dizer sobre esta forma conceber o acontecimento da imagem poética e apreender o real; fazê-lo, no entanto, exigiria extrapolar o objetivo deste artigo.

¹⁰ A esse respeito, ver: BANDEIRA, Manuel. *Itinerário de Pasárgada: de poetas e de poesia*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

mas não aos olhos daquele que lembra - um adulto assombrado pelos fantasmas da solidão, da doença e da pobreza. Por meio de *flashbacks*, versos de memórias esparsas, bricoladas em um mosaico coerente (o poema), Bandeira vê no Recife de sua infância o verdadeiro contraponto de sua vida adulta: esse mundo em que abundam as possibilidades, em que viveu anos de “inesgotável emoção”, muito mais densos e felizes do que aqueles de sua vida de adulto.

Certamente, o procedimento não é novo. A construção de um mundo subjetivo da criança pela justaposição de imagens foi, muito provavelmente, tomado emprestado de um dos poetas de maior impacto sobre o modernismo brasileiro: Blaise Cendrars¹¹. Como aponta Eduardo Coelho (2009), as semelhanças entre as estrofes iniciais de “Evocação do Recife” e aquelas do poema “*Le Panama ou les aventures de mes sept oncles*”, de Cendrars, são marcantes. Ambos os poemas começam com uma negação de imagens prévias sobre os espaços que procuram recriar, seja a recusa do Panamá vindo dos livros e noticiários financeiros ou a negação às imagens do Recife produzidas pela história local e pela poesia romântica, para no final ressaltar a imagem que se quer encenar – a da infância:

Des livres
Il y a des livres qui parlent du Canal de
Panama
Je ne sais pas ce que disent les catalogues
des bibliothèques
Et je n'écoute pas les journaux financiers
Quoique les bulletins de la Bourse soient
notre prière quotidienne
Le Canal de Panama est intimement lié à mon
Enfance...¹²

Explicitada a recusa das imagens consolidadas nos dois poemas, as reminiscências ganham lugar na recriação dos espaços, em que as banalidades da

¹¹Blaise Cendrars (1887-1961), poeta franco-suíço cujas obras possuem grande impacto no movimento modernista paulista. A respeito da influência de Blaise Cendrars sobre a obra de Manuel Bandeira, ver: COELHO, Eduardo, *op. cit.*, p. 126-139 e ARRIGUCCI JR, Davi. *Humildade, paixão e morte: a poesia de Manuel Bandeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹² Tradução nossa: Livros / Há livros que falam do Canal do Panamá / Não sei o que dizem os catálogos das bibliotecas / E eu não escuto os noticiários financeiros / Embora os boletins da bolsa sejam nossa prece cotidiana/ O canal do panamá está intimamente ligado à minha infância... In: CENDRARS, Blaise. *Du monde entier*. Paris: Gallimard, 1919, p. 85. 2 ed.

infância ganham volume e significado aos olhos dos dois poetas adultos. Contudo, é preciso ressaltar que, em Bandeira, não há cópia, e sim uma apropriação: ao invés de lançar mão das técnicas poéticas de Cendrars, como a cinematográfica e a *Kodak*, o poeta pernambucano utiliza uma linguagem mais prosaica e de sintaxe mais tradicional, mais adequada à “naturalidade da fala”, uma de suas diretrizes poéticas, em consonância com a ideia bandeiriana de “plágio”¹³: apropriar-se da técnica de autores diversos, sejam modernistas ou clássicos, e readaptá-las conforme as necessidades e particularidades do poeta sem a eles fazer menção.

Ao longo do poema, o cotidiano de um Bandeira-menino ressoa como a lembrança do éden ainda intocado pelo declínio: espaço da saúde, da riqueza e da ingenuidade, o Recife de Manuel Bandeira se materializa como um lugar de utopia onde o poeta descobriria a vida e nasceria o germe de sua poesia. É também na infância que se baseia o esboço daquilo que viria a ser a obra maior de Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, inicialmente projetada como uma História do Brasil vista a partir dos olhos das crianças. Uma ego-história, ou neste caso, uma história do “eu” menino, alastrada a quase todos os outros: “uma espécie de autobiografia ou de memórias de um indivíduo estendidas em histórias ou em memórias de todos os meninos do Brasil” (FREYRE, 1979, p. 197). A infância parece ser um tempo perdido, a ser recuperado seja pelo saber sociológico de Freyre, ou pela poesia tísica de Manuel Bandeira; é um objeto comum ao qual a saudade se dirige em diversos meios intelectuais (notadamente no tradicionalismo regionalista e seus simpatizantes) no início do século XX.

As recordações do poema ligam-se a uma experiência anterior à modernidade urbano-industrial. Os banhos de rio, como os da moça “nuinha no banho” do sertãozinho do Caxangá, davam lugar aos banhos de praia; os vendedores de rua e seus pregões (“dez ovos por uma pataca!”), aos mercados. É na infância que o autor coloca um fundamento de sua poética: o da naturalidade da fala, da aproximação de um vernáculo popular aprendido quando a vida não chegava a ele “pelos jornais, nem pelos livros”. Mesmo a mudança na toponímia não escapa aos olhos de Bandeira nem de Freyre: o temor do poeta de que a Rua do sol tivesse sido mudada para Rua Dr. Fulano de Tal estava em consonância com um dos artigos para imprensa que Freyre diz terem sido elogiados por Bandeira, em que nomes cheios de significado teriam sido substituídos por “nomes de patriotas secundários e de datas secundariamente

¹³A respeito do “plágio” como mecanismo poético na obra de Bandeira, ver: COELHO, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 87-91.

revolucionárias”¹⁴; ela sentencia o desaparecimento de toda uma relação com os lugares em um momento em que a imobilidade do regime patriarcal, centrado na vida rural, era solapada pela dinamização da cidade do Recife. Trata-se apenas de um exemplo dos desaparecimentos de ruas, sobrados e outros pontos de referência que, com poucas surpresas, levam Gilberto Freyre a afirmar que vivia em outro Recife, que seu Recife era outro.

A evocação termina com a morte do avô, do Recife da infância, desse universo “tão impregnado de eternidade”. Sintomática dos discursos regionalistas, a figura do avô é o símbolo maior de um regime patriarcal e escravista que se encontrava em franco declínio desde o final do século XIX, sendo aos poucos solapado pela chegada da Modernidade Urbano-Industrial no Brasil. Propulsionada pela Revolução Científico-Tecnológica da segunda metade do século XIX, ela vai impor uma nova cadência para as mudanças, que passam a acontecer numa velocidade vertiginosa - especialmente em comparação com a imobilidade das chamadas “sociedades tradicionais” – além de novos padrões para a produção e o consumo, que cada vez mais se pautavam pelo ritmo das massas. Este conflito foi percebido por Davi Arrigucci Jr (1990) na análise de “Profundamente”, poema que também seria compilado em *Libertinagem*, livro de 1930: nele, o embate é simbolizado pelo contraste entre o ruído do bonde no meio da noite - o símbolo da modernidade que se firmava - e os silenciosos balões de São João, que marcam o fim de uma festa cujas origens remontam ao Brasil Colonial. No período em que compôs o poema, Bandeira ainda não tinha voltado ao Recife, mas sabia exatamente a cidade que queria reencontrar. O Recife de Manuel Bandeira é o espaço que funda de uma poética baseada na ausência e na reminiscência: boa parte da obra de Manuel Bandeira baseia-se não no Recife modernizado, com suas avenidas, arranha-céus e seus monumentos aos deuses da modernidade, e sim numa outra cidade, governada por outros deuses cultuados em outros tempos, que por acaso também se chamava “Recife” (“Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!”¹⁵).

Ao fim do poema, ocupando o restante da página do livro comemorativo dos cem anos do Diário de Pernambuco, a sugestiva ilustração de uma negra com uma cesta de frutas, como aquela que passava todas as tardes na Rua da União portando um “xale

¹⁴A respeito deste e de outros ataques à urbanização da cidade do Recife, ver os artigos de Gilberto Freyre publicados em 1925 para o Diário de Pernambuco em: FREYRE, Gilberto. In: _____. *Tempo de aprendiz*, v. 2. São Paulo: IBRASA, 1979.

¹⁵Trecho do poema “Minha Terra”, de Manuel Bandeira, publicado pela primeira vez no livro “Belo Belo”, de 1948.

vistoso de pano da costa” para fazer pregões. A ilustração de Manoel Bandeira, pintor pernambucano homônimo do poeta, não parece ter sido ali inserida gratuitamente: ela remete aos tempos idos de senhores e escravos, de casas-grandes e senzalas, de sobrados e mucambos que são a referência do *Livro do Nordeste*; ela estabelece um elo entre as memórias de Bandeira e o passado que o projeto Freyreano queria recobrar, um passado “tradicional” de cujas ruínas não apenas Manuel Bandeira, mas uma plêiade de escritores como Gilberto Freyre, Ascenso Ferreira, Alfredo de Carvalho, Mário Sette, Joaquim Cardozo, Jorge de Lima, Antônio Austragésilo e outros mais recolheriam a matéria prima com que preencheram suas obras. Ao silêncio após o festejo, contrapõe-se o rangido do bonde. Ao fim do “passado tradicional”, sucedia-o a modernidade.

Banido da existência material, o Recife de Bandeira e de tantos outros teve o mesmo destino de Zora, uma das cidades invisíveis de Calvino (CALVINO, 1990, p.20): “obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo”. Mas não por eles: transformaram-na em uma cidade de memória, em um Recife “suspenso no ar”.

O *ENNUI* BANDEIRIANO

Neste mesmo ano de 1925, pouco antes da publicação de “Evocação do Recife” no Livro do Nordeste, surge o primeiro texto de Gilberto Freyre a respeito da poesia de Manuel Bandeira. O artigo “A propósito de Manuel Bandeira”, escrito para o Diário de Pernambuco, é um elogio da *doença* desde o parágrafo de abertura: “versos cheios da dolorosa volúpia de ser doente, os versos do Sr. Manuel Bandeira trazem para a nossa pobre poesia toda uma onda de sangue vivo e jovem: uma riqueza toda nova de emoção” (FREYRE, 1925, p. 361). Contraponto da infância, a *doença* se constitui em outro núcleo biográfico na obra de Bandeira, misturando-se a uma sensibilidade muito particular à produção literária ocidental do século XIX: o *ennui*¹⁶.

Segundo George Steiner (1979), durante o período que data de cerca da segunda década do século XIX até o começo do século XX, uma estrutura simbólica se faz presente na arte europeia: a de uma idade de ouro em que as agitações, as mudanças e as expectativas de progresso e revolução teriam atingido o zênite, situada em meio ao calor

¹⁶A palavra francesa *Ennui* é um difícil caso de tradução por ser indicativa de sensibilidade específica. Geralmente, é vertida para o português como “Tédio”, embora essa palavra não abarque a dimensão da palavra original. Por isso, preferimos mantê-la.

da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas. Esta idade mítica, de curta duração e grandes mudanças, acabaria por tornar-se um fardo nas costas das próximas gerações: ela seria o espelho no qual toda uma época se veria como inerte e estática, carregando o fardo de uma paz interminável. Sobre o século XIX, abate-se uma “onda aterradora” de tédio e marasmo, “um grande *ennui*”, sensibilidade que teria se estendido de Schopenhauer a Freud, passando por Baudelaire, Poe e outros renomados artistas e poetas do século XIX, e mesmo do início do século XX.

A doença de Bandeira será confrontada pela prática da poesia e reelaborada por ela: apesar de já fazer poesia antes mesmo da tísica. Como o próprio Bandeira deixa em linhas claras no seu relato autobiográfico de 1954, a poesia só se torna um projeto de vida após a doença, como uma luta contra a “vazia inutilidade” de sua vida de quase invalidez (BANDEIRA, 1957). A arte de fazer versos surge, pois, como o mecanismo que opera uma transformação subjetiva em Bandeira: o Bandeira-arquiteto - uma vida que poderia ter sido e foi levada embora pelo bacilo de Koch - será uma imagem nostálgica constante em sua obra poética, passando a fazer parte de um processo de elaboração de “uma arte que transmuta e transfigura o mau destino”.

Durante esta fase inicial de sua obra poética, é possível perceber aquilo que pode ser chamado de um *ennui* muito particular; em especial, um *ennui* “bandeiriano”, sensação de “vazia inutilidade”, de “tédio” e “mágoa vã” que, apesar de ser intimamente relacionado ao *ennui* que assolou as sensibilidades europeias durante o século XIX e mesmo no início do XX (STEINER, 1971), não pode a ele ser reduzido. Decerto, Bandeira teve grande contato com obras de escritores decadentistas do final do século XIX, eles também afetados por esta sensibilidade. Durante *A Cinza das Horas*, *Carnaval* e *O Ritmo Dissoluto*, as referências a poetas decadentistas são recorrentes, inclusive com poemas dedicados a românticos como Nikolaus Lenau e simbolistas Antônio Nobre (também vítima de tuberculose, com quem dialoga ao longo dos versos) e Maurice Maeterlinck, autor do poema “Âme de nuit” (“Alma de noite”), do qual Bandeira se valeu para fazer uma epígrafe para a primeira edição de *A Cinza das Horas*, retirada de todas as edições posteriores:

Mon âme en est triste à la fin,
Elle est triste enfin d'être lasse

Elle est lasse enfin d'être en vain...¹⁷

A poesia simbolista, em oposição ao biologicismo do século XIX, é centrada em um “eu” que visa comunicar percepções únicas e fugidias, sendo a sua imagética marcada pela decadência e pela iminência da morte (ROSENBAUM, 2002). Traços muito recorrentes nestes três primeiros livros de Manuel Bandeira, ligados a um desdobramento do movimento simbolista que voga entre o final do século XIX e o início do século XX: o *penumbrismo*. “Mais tendência poética do que grupo propriamente dito”, aponta Norma Goldstein (1983, p.5), “ele se caracteriza por uma melancolia agridoce, pelos temas ligados ao cotidiano, por uma morbidez velada – atitude doentia de perplexidade em face do progresso e da técnica, traduzida, no plano afetivo, por uma atenuação dos sentimentos”. Além disso, Nestes três primeiros livros de Manuel Bandeira, a tuberculose e o *ennui* são um só ser: inicialmente situado em um estado muito próximo ao da invalidez por sua condição de *doente*¹⁸, um Bandeira quase alheio ao mundo dos sãos vai cantar, na fase inicial de sua obra, a vida vã e mórbida que levava. Assim, nas primeiras obras de Bandeira, a doença, o marasmo e a poesia caminhavam de mãos dadas.

Tal como no caso de José Lins do Rêgo e Gilberto Freyre, na fase inicial da poesia de Manuel Bandeira, a saudade é um elemento organizador de sua subjetividade: ela se constitui como um *topos* nesta parte de sua obra e atende a um objeto bastante específico, porém distinto de Freyre e José Lins: a vida que lhe fora tirada pela tuberculose ou, para colocar nos termos do poeta, a vida de menino “feliz” e “bem-nascido” que lhe fora tirada pelo “mau destino”, que levou “tudo de vencida” e “rugiu como um furacão”. É notório como, apesar das diferentes circunstâncias, Bandeira se une a estes intelectuais na medida em que adota uma prática de escrita que faz do ato de escrever um bálsamo para a decadência que sobre eles se abatia, seja ela dos costumes ou da saúde. Como observa Durval Muniz (2008), a doença aparece como um motivo central na escrita destes homens que, com as mudanças nas sociabilidades e

¹⁷ Tradução nossa: “Minha alma é triste ao fim / Ela é triste, enfim, por estar cansada/ Ela está cansada, enfim, de ser vã”. In: BANDEIRA, Manuel. *A Cinza das Horas*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1917, s/p.

¹⁸ Sobre a experiência de Manuel Bandeira com a tísica, ver: PÔRTO, Ângela ‘A vida inteira que podia ter sido e que não foi: trajetória de um poeta tísico’. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, VI (3): 523-550, nov. 1999-fev. 2000.

sensibilidades trazidas pela emergência da sociedade urbano-industrial, passam a sentir-se débeis, frágeis e impotentes, tendo na escrita um bálsamo para suas mazelas.

Estes escritores como compartilham não só a fragilidade perante os novos tempos, mas também a *consciência de que há um vão entre o passado e o presente, uma fenda que separa o tempo querido e o tempo vivido*. Neste sentido, a “Evocação do Recife” de Bandeira pode ser vista como a criação de um *transtempo* Freyreano: ela tenta salvar da ruína o mundo da infância, tenta fazê-lo sobreviver aos homens e imortaliza-lo, nascido de uma saudade que procura informar o próprio presente e implica em uma dada forma relacionar-se com o tempo e de fazer poesia. Não por acaso, em seu artigo de homenagem aos cinquenta anos de Manuel Bandeira, José Lins do Rego coloca que “os seus versos são tristes, profundamente tristes, mas de uma tristeza que alimenta, que fecunda, que nos dá substância para a alma e para os sentidos. E aí que o poeta pernambucano mais cresce” (REGO, 1937, p. 106).

Porém, diferentemente de Gilberto Freyre, José Lins do Rego e outros intelectuais ligados ao processo que fora denominado de “A invenção do Nordeste” (ALBUQUERQUE JR, 2011b), o poeta recifense, apesar de simpatizante da “tradição” e do “provincianismo” (que, ironicamente, seria um dos elos que o ligaria a Freyre), não milita a favor uma cultura ameaçada ou de modelos culturais de uma classe aristocrática que dá seus últimos suspiros na nova ordem republicana. O olhar do poeta inclina-se mais para a vida do que poderia ter sido e não foi do que para a vida de fausto dos antepassados que estava se perdendo ou já havia se perdido, caso de muitos que assinaram artigos para o *Livro do Nordeste* (1925) e, principalmente, daquele que o idealizou. Assim, podemos dizer que enquanto a saudade de homens como Freyre e José Lins é uma saudade *reativa*, uma recusa da nova ordem capitalista e burguesa que se anunciava no país, a saudade em Manuel Bandeira não adquire um tom de reação, mas de *melancolia*: tal como na obra de Dürer, em que o Anjo se encontra afastado das coisas mundanas e as olha de longe, Bandeira parece estar alheio a esse mundo centrado na casa do avô. Contempla-o como quem o vê à distância.

No entanto, embora sejam distintas as suas obsessões pelo passado, a forma com que Bandeira experimenta a saudade, ao menos durante este período, se encontra com as saudades desta classe de intelectuais provenientes de famílias outrora abastadas e no centro do poder através de um espaço comum: um mundo de relações ainda patriarcais e não-burguesas, sem indústria ou padronizações que pusessem fim aos modelos de vida enraizados no patriarcalismo e no escravismo em que viveram suas infâncias. As

saudades destes homens acabam por se cruzar sobre o “Recife Antigo”, ou ainda, “Recife de Outrora”. Saudade do que poderia ter sido ou saudade do que já deixou de ser, ambos elegem o “Recife de outrora” como um espelho em negativo: é sempre em comparação com esta cidade - morta, boa e brasileira como a casa assobradada do avô de Manuel Bandeira - que constata a decadência material e social em que se encontram estes homens mazelados e feminizados frente à pujança dos patriarcas de outrora, obrigados a aceitar a nova ordem burguesa e industrial que se instaurava no país.

Dito isto, não é por acaso que o Recife das reminiscências de Bandeira terá uma recepção calorosa entre os intelectuais saudosistas do dito “Nordeste”, e será considerada como a grande descrição poética da infância, do avesso da ruína que procuraram resgatar. Em “Homenagem a Manuel Bandeira”, livro de homenagens ao poeta publicado em 1936, Freyre fala de Evocação do Recife como poema *sui generis*, representativo “daquilo que a geografia lírica do Brasil tem de maior” (ANDRADE et. al, 1937, p. 88); Jorge de Lima, em texto para a mesma obra, diz ter sido Evocação do Recife “a primeira poesia moderna grandemente divulgada de Bandeira” (ANDRADE et. al, 1937, p. 103), que teria passado a “odiar menos o modernismo”, uma “diminuição de ódio” que representava “o começo de uma conversão” à poética modernista (ANDRADE et. al, 1937, p. 104). José Lins do Rêgo, em um livro de divulgação sobre a “literatura do nordeste”, de 1957, fala de Manuel Bandeira, a despeito de seu desprezo pelo modernismo paulista, como “o menino da Rua da União, do Recife, que ‘evocou a terra dos avós e ligou o moderno ao eterno’” (REGO, 1957, p. 20-21).

O LEITE DERRAMADO

Para Ecléa Bosi (2005), a memória íntima do indivíduo, a memória-sonho, é sempre um ponto de vista da memória coletiva, e dela não se desliga: através de um *trabalho* de memória, o objeto da memória ganha substância quando é trabalhada pela linguagem, quando é reafirmada dos outros e sancionada pelas testemunhas (“eu também lembro!”). Da mesma forma, ao fazer poesia, Bandeira trabalha suas reminiscências mais íntimas, fazendo do trabalho da poesia um trabalho de memória: o Recife das brincadeiras de menino de Bandeira que aparece em Evocação do Recife é recriado não só junto a Freyre, como *a pedido* dele. Este Recife traz consigo o olhar de Freyre de um Recife pré-moderno, afinal de contas, “o grupo é suporte da memória se

nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado” (BOSI, 2005, p. 414). As memórias do tempo são elaboradas por uma linguagem moderna que torna possível recontar um passado de uma forma que ainda não fora contado; passado distinto daquele das imagens do Recife estabelecidas pela história local ou pela poesia dos românticos.

O Recife que Manuel Bandeira tenta fazer sobreviver à voragem do tempo junto a outros “carpidores de um Recife desaparecido”, para usar a expressão de Raimundo Arrais (2004), não é nada menos do que o espelho em que estes viam a decadência que se abatia sobre eles e suas famílias. *Recife Antigo*, *Recife Tradicional*, *Recife de Outrora*, são estes os termos pelos quais se tentará recuperar o espaço da abundância, da saúde e da virilidade perdidas; são estes os termos em que se cruzam diferentes saudades: seja a saudade dos tempos de glória das histórias dos avós e do Recife semi-feudal dos relatos dos viajantes¹⁹, seja a saudade da meninice feliz e da vida que poderia ter sido e que não foi, ambas encontram alento num *outro* Recife, bom e brasileiro como a casa do avô de Bandeira, metonímia do Nordeste e baluarte da nacionalidade contra as forças modernizadoras. Saudades que vivem lado a lado no *Recife Antigo* e no *Livro do Nordeste*: a Evocação do Recife de Bandeira está a poucas páginas do artigo “Vida social no Nordeste”, escrito por um iracundo Gilberto Freyre a atacar as usinas “arrivistas da paisagem, fumando insolentemente charutos negros enormes” (FREYRE, 1975, p. 25); as modificações urbanísticas orientadas pela “linha reta à americana, que por completo alterou, em vários bairros do Recife, o à vontade antigo das ruas” (FREYRE, 1975, p. 25) e até mesmo a invasão do cinema americano, “que hoje vai plasmando no Brasil a imaginação do menino” (FREYRE, 1975, p. 85); isso sem falar, é claro, nos *good old days* de relações dóceis e afetuosas entre senhores e escravos.

Respeitadas as nuances individuais deste sentimento, está longe de ser absurdo dizer que a saudade possui uma dimensão social e histórica. Em meio a sua “defesa da saudade”, Freyre pergunta: “Como, então, dizer-se mal da saudade, vendo-se nela sentimento rasteiro e lamentavelmente “reacionário”? Como condenar-se na saudade o que nela é ternura pelo que há de bom no passado – o passado do indivíduo e o passado do grupo a que ele pertence?” (FREYRE, 1965, p. 393). Talvez a resposta adequada a esta indagação tenha a ver com uma nova postura em relação ao passado em um tempo

¹⁹Gilberto Freyre, em sua dissertação de mestrado sobre o século XIX, atesta já no primeiro parágrafo a influência da história dos avós sobre seu objeto de estudo: a ordem social do Brasil dos “*good old days*”. Para analisa-lo, vale-se das descrições de viajantes estrangeiros, como Henry Koster, Daniel Kidder e James Fletcher. A este respeito, ver: FREYRE, Gilberto. *Social Life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century* *The Hispanic American Historical Review*, Durham, p.597-630, 1922. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2506062>>. Data de acesso: 03 nov. 2011.

de euforia do progresso, encarnados nos “cinquenta anos em cinco”; tempo que vê nascer uma geração que, ao invés de procurar uma rota de saída destes tempos modernos, nele fincou os pés, misturou o jazz ao samba, trocou a “fossa” pela “bossa” e disse “chega” a essa saudade que faz força para o tempo parar e que a roda viva tratou de carregar pra lá. A mesma geração que, em breve, descobriria novas saudades: saudades no exílio, saudades dos parentes e amigos desaparecidos; saudades que mostram que o passado que nem sempre é desejável, nem sempre é libertação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de; FREYRE, Gilberto; REGO, José Lins do (et. al.). *Homenagem a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Oficinas typographicas do Jornal do Commercio, 1936.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. As Sombras do Tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo. In: ERTZOGUE, M. H; PARENTE, T. G. (orgs.) *História e sensibilidades*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

_____. Escrita como remédio: erudição, doença e masculinidade no Nordeste do começo do século XX. In: _____. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

_____. *Nem mulher velha, nem indivíduo doente: a defesa da saudade feita por Gilberto Freyre no contexto dos anos sessenta do século XX*. Trabalho apresentado na IV Semana de História de Picos, 2011(a)

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011(b)

ARRAIS, Raimundo. *A Capital da Saudade: desconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo*. Recife: Bagaço, 2006.

ARRIGUCCI JR, Davi. *Humildade, paixão e morte: a poesia de Manuel Bandeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O humilde cotidiano de Manuel Bandeira. In: _____. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BANDEIRA, Manuel. *A Cinza das Horas*. Rio de Janeiro: Typographia do jornal do Commercio, 1917.

_____. *Itinerário de Pasárgada: de poetas e de poesia*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CENDRARS, Blaise. *Du monde entier*. Paris: Gallimard, 1919, p. 85. 2 ed.

COELHO, Eduardo dos Santos. *Arqueologia da composição: Manuel Bandeira*. 2009. 219 fls. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – IFCS, UFRJ – Rio de Janeiro, Março de 2009.

DIAS, Silvana Morelli Vicente. *Cartas provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*. 2007. 591 fls. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – FFLCH, USP – São Paulo, 5 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-10072008-110515/pt-br.php>>. Data de acesso: 20 dez. 2013

FREYRE, Gilberto (et. al.). *Livro do Nordeste*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1975. Edição fac-similar do livro original, de 1925.

_____. Social Life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, p.597-630, 1922. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2506062>>. Data de acesso: 03/11/2011.

_____. *Tempo morto e outros tempos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. *Tempo de aprendiz*, v. 2. São Paulo: IBRASA, 1979.

_____. Manifesto regionalista. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>>

FREYRE, Gilberto; MOTA, Mauro (Orgs). *Livro do Nordeste*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1975, p. 75. Fac-similar do original de 1925.

GOLDSTEIN, Norma. *Do penumbrismo ao modernismo: o primeiro Bandeira e outros poetas significativos*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

PONTES, Neroaldo. *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: EdUFPB, 1996.

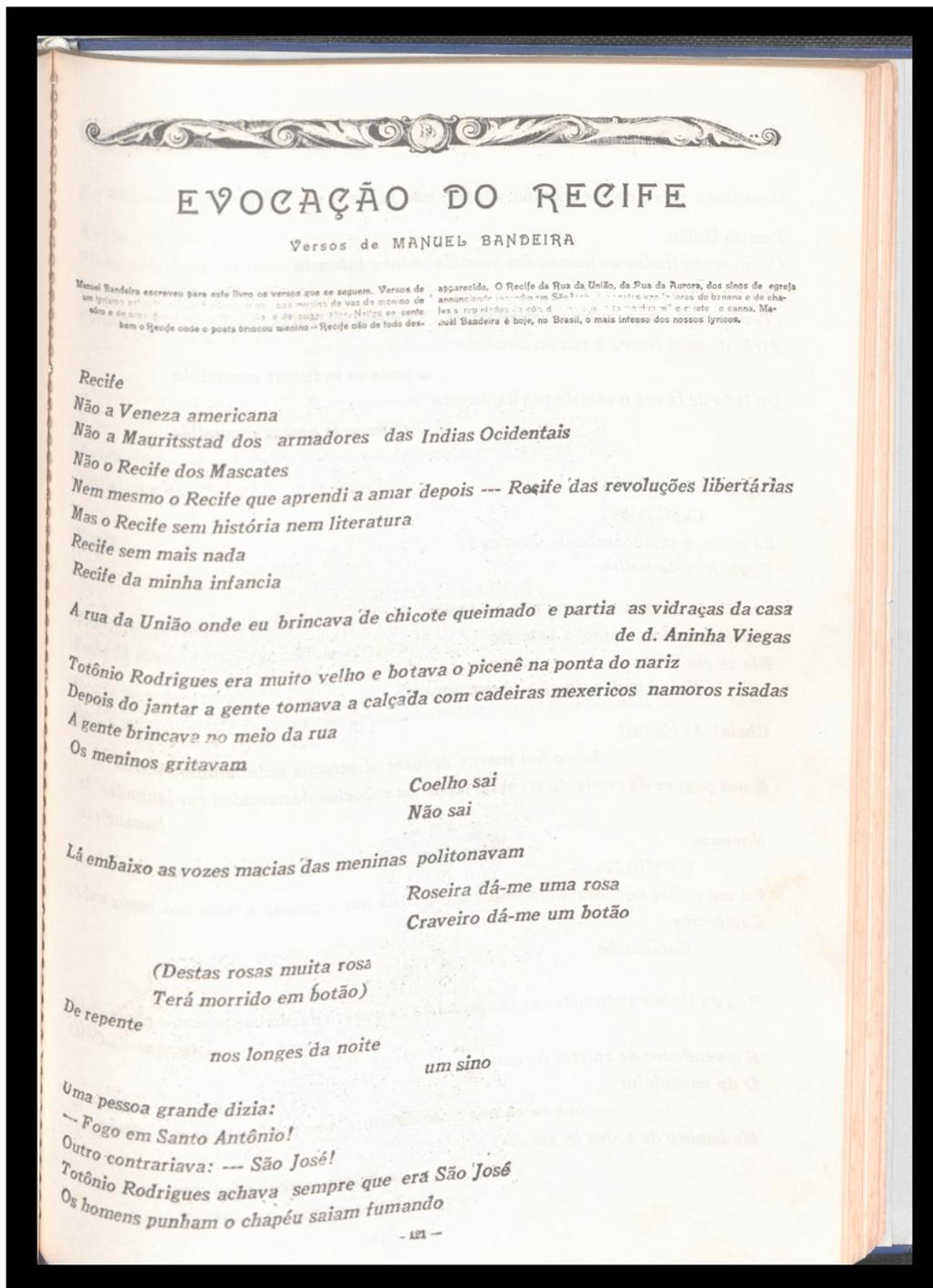
PÔRTO, A. 'A vida inteira que podia ter sido e que não foi: trajetória de um poeta tísico'. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, VI (3): 523-550, nov. 1999-fev. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702000000400003&script=sci_arttext>. Data de acesso: 07/01/2012.

REGO, José Lins do. *Presença do Nordeste na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa nacional, 1957.

ROSENBAUM, Yudith. *Manuel Bandeira: uma poesia da ausência*. São Paulo: EDUSP, 2002.

STEINER, George. *In Bluebeard's Castle: some notes towards the redefinition of culture*. New Haven: Yale University Press, 1971.

Anexo:
EVOCAÇÃO DO RECIFE²⁰



²⁰ BANDEIRA, Manuel. Evocação do Recife In: FREYRE, Gilberto (et. al.). *Livro do Nordeste*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1975, p. 121-124. Fac-similar do original de 1925.



E eu tinha raiva de ser menino porque não podia ir ver o fogo

Rua da União

Como eram lindos os nomes das ruas da minha infancia

Rua do Sol

(Tenho medo que hoje se chame do dr. Fulano de Tal)

Atrás de casa ficava a rua da Saudade

... onde se ia fumar escondido

Do lado de lá era o cais da rua da Aurora

... onde se ia pescar escondido.

Capiberibe

Capibaribe

Lá longe o sertãozinho de Caxangá

Banheiros de malha

Um dia eu vi uma moça nua no banho

Fiquei parado o coração batendo

Ela se riu

Foi o meu primeiro alumbramento.

Cheia! As cheias!

barro boi morto árvores destroços redemoinho: sumiu

E nos pregões da ponte do trem de ferro os caboclos destemidos em jangadas de bananeiras

Novenas

Cavalhadas

Eu me deitei no colo da menina e ela começou a passar a mão nos meus cabelos

Capiberibe

Capibaribe

Rua da União onde todas as tardes passava a preta das bananas com o chale visto-

E o vendedor de roletes de cana

so de pano da Costa

O de amendoim

--- que se chamava midubim e não era torrado era cozido

Me lembro de todos os pregões

*— "Ovos frescos e baratos
Dez ovos por uma pataca"*



Foi há muito tempo

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros

Vinha pela boca do povo na língua errada do povo

Língua certa do povo

Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil

Ao passo que nós

O que fazemos

E macaquear

A sintaxe lúscida

A vida com uma noção de coisas que se não estendia bem

Terras que eu não sabia onde ficavam

Recife

Rua da União

A casa de meu avô

Nunca pensei que ela acabasse

Tudo lá parecia impregnado de eternidade

Recife meu avô morto

Recife morto Recife bom Recife brasileiro como a casa de meu avô



Relatos de viagens, mapas e noticiário de Guerra: representações do Nordeste brasileiro no The New York Times antes das instalações militares norte-americanas (1940-1941)¹

João Gilberto Neves Saraiva²

Resumo: Este trabalho trata das representações do Nordeste brasileiro produzidas nas páginas do jornal *The New York Times* no recorte temporal imediatamente anterior ao ingresso oficial dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, nos últimos dias de 1941. Se apropria das discussões sobre representação e espaço para pensar nas formas como a região é apresentada nas páginas desse diário norte-americano. Analisa alguns dos suas notícias, reportagens e resenhas literárias evidenciando em textos e mapas as imagens de um Nordeste ligado a diversos temas, de oportunidades de negócios até ações subversivas do Eixo passando pelo turismo internacional. Também dá conta das aproximações e distanciamentos com espaços variados, incluindo Oeste norte-americano, o Nordeste freyriano, a Amazônia e o Sul dos imigrantes italianos e alemães. Também relaciona essas representações com as visões da América Latina que circulavam nos Estados Unidos, a conjuntura da guerra e as ações do governo norte-americano em torno da aproximação com o Brasil.

Palavras-chave: Nordeste, The New York Times, Segunda Guerra Mundial.

Abstract: This paper analyzes the representations of the Brazilian Northeast produced in the pages of *The New York Times* in the context immediately preceding the official entry of the United States in World War II, on the last days of 1941. It appropriates the discussions about representation and space to think about ways in which the region is represented on pages of such newspaper. Examines news, reports and book reviews, some texts and maps showing images of a Northeast linked to various topics including business opportunities, Axis subversive actions and international tourism. Also it construes similarities and differences between various spaces, including the West, the Northeast of Gilberto Freyre, the Amazon and the Brazilian South of Italian and German immigrants. In addition, relates these representations with the visions of Latin America that circulated in the United States, the situation of war and the actions of the US government approximation with Brazil.

Keywords: Northeast, The New York Times, World War II

¹ Artigo recebido em 10 de julho de 2014 e aprovado em 10 de agosto de 2014.

² Este trabalho é um esboço de parte da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob orientação do Prof. Dr. Henrique Alonso de A. R. Pereira. Ela trata das representações do Nordeste brasileiro nas páginas do *The New York Times* na era da Política da Boa Vizinhança (1933-1945) e conta com bolsa da CAPES. Atualmente o pesquisador inicia sua pesquisa de doutorado em História na Universidade Federal Fluminense.

Os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) consagraram o Nordeste brasileiro como um recorte espacial de suma importância para os Aliados no desenrolar do conflito global contra as forças do Eixo. A partir do acordo entre o Brasil e os Estados Unidos no final de 1941, se instalaram diversas bases navais e aéreas na costa nordestina que se projeta sobre o Oceano Atlântico – a mais conhecida delas é *Parnamirim Field*, instalada no Rio Grande do Norte³. Essas instalações militares em que trabalharam brasileiros e norte-americanos garantiram que os aviões estadunidenses realizassem uma ponte entre a América do Norte e as frentes de combate na África e na Europa. Há uma extensa historiografia que dá conta do amplo destaque que a região recebeu em documentos que circulavam diversas esferas das forças armadas e governo dos Estados Unidos - como também na imprensa - em relação a posição estratégica das bases militares e sobre o esforço de guerra bilateral que estaria se desenvolvendo nelas⁴. No entanto, ainda não há uma pesquisa historiográfica que dê conta das formas como o Nordeste do Brasil era visto nos Estados Unidos antes do seu ingresso nos planos dos estrategistas bélicos, esse trabalho busca ser um primeiro passo nesse sentido. Dentro das limitações de um artigo, optamos por deixar de lado os despachos consulares oficiais e nos focamos na imprensa, nosso objeto de investigação são as matérias do influente jornal norte-americano *The New York Times* (*NYT*). Inquerimos suas notícias, artigos e reportagens preocupados como através de uma diversidade de textos e imagens se representou um recorte espacial dentro do território brasileiro, o Nordeste, no momento anterior a entrada oficial dos Estados Unidos no conflito junto aos Aliados nos últimos dias de 1941⁵. Nesse contexto foram publicadas no *Times* diversificadas representações da região, de parada nas rotas aéreas do turismo internacional a lugar de oportunidades para o empresariado norte-americano.

Ao analisar as matérias publicadas pelo *NYT* nos aproximamos da perspectiva proposta por Edward Said para tratar do par Oriente-Occidente. Nesse sentido atentaremos para que:

³ Conforme destaca Moniz Bandeira (1978, p. 281), depois do ataque japonês as forças norte-americanas instaladas em Pearl Harbor, no Havaí, em dezembro de 1941, Vargas autorizou o envio de militares e técnicos norte-americanos para bases brasileiras nas cidades de Natal, Recife e Belém.

⁴ Entre eles estão pesquisas como as de Frank McCann Jr. (1973), Clyde Smith Jr. (1993) e Sonny Davis (1996).

⁵ Os Estados Unidos entraram oficialmente no conflito com uma declaração de guerra ao Japão aprovada no congresso em 08 de dezembro de 1941. No dia anterior havia ocorrido o grande ataque japonês as forças navais norte-americanas instaladas em Pearl Harbor, no Havaí. Depois do ingresso oficial dos Estados Unidos no conflito começaram a circular na imprensa norte-americana notícias sobre as bases na costa nordeste brasileira que passaram a receber grande quantidade de militares estadunidenses.

Todo aquele que escreve sobre o Oriente deve localizar vis-à-vis ao Ocidente; traduzida no seu texto, essa localização inclui o tipo de voz narrativa que ele adota, o tipo de estrutura que constrói, os tipos de imagens, temas, motivos que circulam no seu texto – todos os quais somam para formar os modos deliberados de se dirigir ao leitor, de abranger o Oriente e, enfim, de representa-lo ou falar em seu nome. (SAID, 2007, p. 50)

Nos preocupamos com as narrativas sobre o espaço, a forma como ele é escrito, os temas e imagens utilizados nesse processo. São também relevantes os deslocamentos e posicionamentos daqueles que o escrevem porque é a partir desses lugares eles produzem recortes espaciais que atendem a demandas específicas. Nos aproximamos de Edward Said quando este investiga a geografia imaginativa do Oriente, mas enquanto ele percorreu a literatura e produção científica europeia, nós seguimos a trilha das páginas do *The New York Times* para inquirir as representações do Nordeste brasileiro. Nesses caminhos não tivemos como prioridade verificar se o *Times* refletia uma imagem mais ou menos fiel do Nordeste, nos importamos em pensar que Nordeste é esse fabricado pelos jornalistas, que temáticas e representações utilizadas e em que conjuntura isso se deu.

Ao analisar esses conjuntos de recorrências pensamos no que Stephen Greenblatt (1996, p. 22) chama de representações acumuladas, um conjunto de imagens dotadas de poder de reprodução que são aglomeradas em livros, arquivos, centros culturais, memórias, etc. e que são acessadas para formar novas representações. O crítico literário Stephen Greenblatt e o historiador Roger Chartier (1990, p. 26) se aproximam ao pensar alguns aspectos que consideramos essenciais para utilização dessas representações. O primeiro deles é que o representar é uma prática de apropriação muito distante da neutralidade, indivíduos e grupos articulam o seu capital mimético ou suas leituras – para ficar nos termos utilizados pelos dois respectivamente – para atender aos seus interesses específicos. Outro ponto é que os esses novos discursos não são espelhos das relações sociais nem apenas produtos delas. Para Greenblatt e Chartier as representações são práticas que constroem as relações entre os indivíduos, são formas de relacionar um conhecimento prévio e se posicionar no mundo, através delas é possível investigar as hierarquias, tensões, aproximações e distanciamentos que compõem as relações sociais.

O *Times* é um jornal diário publicado desde 1851 que ao longo do século XX consolidou uma das maiores redes de cobertura da imprensa mundial. Ao tratar de um dos maiores e mais influentes jornais dos Estados Unidos, é relevante lembrar o alerta de

Noam Chomsky e Edward Herman (2002, p. XI) de que os grandes veículos de imprensa estadunidenses se vinculam com poderosos grupos econômicos e políticos. Ao longo do século XX, o *The New York Times* ao tratar de temas da economia e política geralmente apoiou agendas liberais e o Partido Democrata. Entretanto, o mesmo jornal já declinou candidatos democratas e preferiu republicanos, por exemplo, na eleição presidencial de 1956, quando apoiou o candidato republicano Dwight D. Eisenhower. O *NYT* se auto define politicamente como um jornal liberal⁶, no entanto mais pertinente do que pensar nesses rótulos políticos, nos aconselha Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007, p. 264), é avaliar historicamente os posicionamentos e articulações para perceber projetos e alinhamentos diversos em cada conjuntura.

Uma série de tensões e conflitos atravessavam o plano internacional desde a década de 1930. Em sua história da Europa no século XX, Mark Mazower (2001, p. 77) nos apresenta um interessante quadro de transformações no recorte temporal até o começo dos anos 1940. Ele inicia na quebra da bolsa de valores Nova York de 1929, o chamado *crack* lançou os mercados mundiais que já estavam em dificuldade no fundo do poço. Acompanhando essa conjuntura de decréscimo econômico, houve uma série conflitos e mudanças políticas. Em 1931 ocorreu a invasão japonesa da Manchúria e no outro ano se iniciou em Genebra a Conferência do Desarmamento da Liga das Nações que fracassou. O historiador britânico avaliou a ascensão ao poder da extrema direita alemã com a eleição de Adolf Hitler em 1933 como um marco para a mudança na balança de poder europeia. Ao longo da década ela deixou de pender para a França e a Inglaterra, a Alemanha passou a ser o centro econômico, militar e político da Europa. Se iniciou em 1935 a Crise da Abissínia que resultou na invasão do território etíope por tropas da Itália chefiada por Mussolini, no ano seguinte a Guerra Civil Espanhola que possibilitou a instauração de um regime ditatorial de influência fascista. No ano de 1936 a Alemanha nazista e o Japão imperial assinaram um acordo contra a União Soviética, o chamado Pacto Anti-Comintern. A Itália aderiu ao tratado pouco depois, estava formada a base das forças do Eixo que atuou na Segunda Guerra Mundial. A expansão territorial desses países continuou nos anos finais da década, as forças japonesas invadiram novos territórios da China continental dando origem à Guerra Sino-Japonesa em 1937. Nos idos de 1938, a Alemanha hitlerista invadiu a Áustria e a Checoslováquia. Quando em setembro de 1939 o exército alemão adentrou as

6 Em 2004 o editor do NYT Daniel Okrent escreveu um editorial sobre os posicionamentos políticos do jornal. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/07/25/opinion/the-public-editor-is-the-new-york-times-a-liberal-newspaper.html>> Acesso em: 14 fev. 2014.

fronteiras da Polônia – aliada da França e da Inglaterra – propiciando as declarações que iniciaram formalmente a Segunda Guerra, boa parte do mundo já estava envolto em um clima belicoso.

Nesse cenário global de ebulição de conflitos dos anos 1930, os governos do continente americano promoveram iniciativas em torno de uma agenda política comum, entre elas se destaca as Conferências Pan-Americanas promovidas pelos Estados Unidos. Se tratavam de reuniões periódicas com representantes de todos os países americanos em torno de temas relevantes para o continente que começaram a ocorrer ainda na década de 1880⁷. Gerson Moura (2012, p. 45) aponta que os encontros da segunda metade da década de 1930 se dedicaram especialmente a questões relativas a defesa militar. O presidente dos Estados Unidos – Franklin Roosevelt – esteve presente na conferência realizada em Buenos Aires em 1936. Nela se definiu que um ataque a qualquer nação do continente, seria considerada uma ameaça a todas as nações americanas. Dois anos depois, na Conferência de Lima, foi acordado um sistema de consultas e um pacto continental de segurança. Já em setembro de 1939 – logo após o início da guerra – foi realizada uma reunião de ministros das relações exteriores do continente no Panamá. Nesse encontro ficou decidido a neutralidade do continente na guerra e o princípio de neutralidade das águas territoriais americanas. Isso significava que não poderiam haver combates numa faixa de 300 milhas náuticas – cerca de 556 quilômetros – da costa. Além de definir um distanciamento legal para os combates no Oceano Atlântico, ainda segundo Moura (2012, p. 46), essa medida era uma forma de ajudar a Inglaterra colocando possessões britânicas no continente oficialmente fora do alcance da marinha alemã.

A manchete da edição de 02 de março de 1940 – NAVIO REPORTA ATAQUE DE SUBMARINO NA ZONA DOS EUA⁸ – informou aos leitores do *The New York Times* que os acordos da Conferência do Panamá falharam em manter a guerra distante das águas continentais. Abaixo das letras garrafais do título, a matéria apresentou uma série eventos beligerantes dentro da faixa neutra estabelecida ao redor do continente americano no ano anterior, e na sua continuação - três páginas depois - um mapa (Figura 1). Nele temos uma parte do continente, da Costa Leste norte-americana até a metade do território argentino, onde estão destacadas algumas cidades – Nova York, Rio de Janeiro,

⁷ A historiografia sublinha essas conferências iniciadas ainda no século XIX como uma tentativa dos Estados Unidos em dispersar a influência europeia – notadamente a da Inglaterra – e ampliar a norte-americana sobre a América Latina. Elas deram origem a Organização dos Estados Americanos, criada em 1948. Para um aprofundamento ver Luís Claudio Santos (2004).

⁸ Todos os trechos do jornal citado foram traduzidos pelo autor. Segue em nota de rodapé a versão original em inglês de cada uma delas. “SHIP REPORTS U-BOAT ATTACK IN U.S. ZONE”

Montevideo, Buenos Aires e Rio Grande do Sul⁹ – e pontos no Oceano Atlântico. Se trata um planisfério, uma representação gráfica em uma malha de meridianos e paralelos numerados a partir da Linha do Equador e do Meridiano de Greenwich. Conforme o manual de navegação de Pires Mingues (2000, p. 22), essa é uma carta náutica produzida a partir da projeção de Mercator que é utilizada comumente por sua facilidade de georreferenciar pontos no globo terrestre. Esse é o objetivo do mapa, identificar a zona de neutralidade estabelecida na conferência meses antes e localizar os incidentes que teriam violado seus limites.



Figura 1. Mapa dos incidentes dentro da zona de neutralidade (NYT, 02 mar. 2014, p. 4).¹⁰

A sua legenda informa que os círculos com números demarcam onde haveriam ocorrido os quatro eventos de descumprido da neutralidade das águas americanas apresentados na matéria. No primeiro ponto a fragata inglesa Southgate havia sido atacada por submarinos alemães, a manchete faz referência a esse incidente. O número 2 corresponde ao local no qual o navio Troja, de bandeira alemã, havia sido afundado por um

⁹ Uma possível confusão entre o nome do estado e sua capital, Porto Alegre.

¹⁰ Mapa reproduzido na escala original da página do jornal.

cruzador inglês. O terceiro círculo marca onde um navio de guerra e dois submarinos alemães foram avistados na costa sul do Brasil, já o número 4 localiza uma frota aliada avistada na costa uruguaia. O texto e o mapa se complementam na apresentação de dois focos de atividades beligerantes dentro da zona de neutralidade continental, um nas ilhas da América Central e outro no sul da costa sul-americana. A matéria delinea assim espaços no Oceano Atlântico em que a neutralidade do continente americano afirmada na conferência do ano anterior estaria ameaçada. Ela estabelece uma cartografia da aproximação do conflito das Américas e da comunhão do continente contra isso centrada nos Estados Unidos, no mapa o nome do país recebe o mesmo destaque que a América do Sul. Assim como, Nova York, onde se localiza sede do jornal e maior centro comercial norte-americano, tem seu nome em negrito e maior que as demais. O Nordeste do Brasil não estava incluído – por enquanto – nesse teatro de guerra como um foco de ações militares, a única parte do território brasileiro inserida nele estava no sul, já próximo à fronteira do Uruguai. O que não significa afirmar que o Nordeste brasileiro fosse apresentado nas matérias do *The New York Times* no início dos anos 1940 completamente ausente do cenário belicoso que se estaria desenhando na América do Sul.

Dois meses após a matéria sobre as violações da zona neutra das águas continentais, o diário publicou uma reportagem enviada do seu escritório no Brasil sobre um encontro de diplomatas japoneses da América do Sul que estava para ocorrer em poucos dias. O texto chama a atenção para a cidade escolhida para sediar a reunião - o Rio de Janeiro - uma vez que ela acarretaria despesas para locomoção do corpo diplomático espalhado pelo continente maiores do que se ele fosse realizado em Santiago ou Buenos Aires. O correspondente do jornal no país – Frank Garcia – apresenta uma motivação estratégica na opção pela capital brasileira, o governo japonês aproveitaria o encontro para apresentar uma proposta de acordo comercial bilateral baseado em câmbio de montantes iguais¹¹. Garcia sublinhou a importância do Japão para o Brasil, ele era o principal comprador de algodão, um produto muito importante para a economia do país¹². A matéria coloca também outros dois países no páreo por negociações bilaterais com o governo

¹¹ Nesse tipo de pacto os países se comprometem a negociar produtos entre si de forma a manter uma balança comercial estável, o que significa valores aproximados entre o que cada um vende e compra do outro. No caso, seria um acordo lucrativo para o Japão, já que naquela conjuntura ele comprava muito mais do que vendia ao Brasil.

¹² Segundo a Câmara de Comércio e Indústria Japonesa no Brasil, na segunda metade dos anos 1930 houve uma grande expansão da produção de algodão no Brasil, nessa época as negociações desse produto com os japoneses atingiram seu ápice. Elas culminaram na criação da Associação Comercial Japonesa no país em 1940, ela foi fechada já no ano seguinte depois do ataque japonês a Pearl Harbor. Informações disponíveis em < <http://pt.camaradojapao.org.br/camara/entidade/>> Acesso em: 19 nov. 2014.

brasileiro, a França e a Inglaterra. Apesar de se deter exclusivamente em informações econômicas, a reportagem tangencia questões sobre a guerra. Além de se referir a franceses e ingleses como Aliados, o correspondente destaca que a abertura do Brasil a novos pactos econômicos era motivada pelos desdobramentos do cenário internacional. Os conflitos em curso teriam produzido bloqueios ao comércio em diversas regiões do globo que estariam restringindo os lucros brasileiros no mercado mundial. Ele conclui que o Japão possuía uma carta na manga na costa brasileira para conseguir fechar o negócio, nas palavras dele:

Que o Japão acredita que será bem sucedido em sua oferta comercial é perceptível por sua última jogada, a perspectiva de inauguração de um serviço de navio a vapor em todo o nordeste brasileiro, é a primeira vez que isso é tentado por qualquer nação estrangeira. (NYT, 04 mai. 1940, p. 30)¹³

A possível criação de serviço de navios ligando a região é apresentada como um trunfo nas mãos dos japoneses para obter sucesso na conclusão do seu acordo com o Brasil. O Nordeste brasileiro não foi apresentado no diário na qualidade de um espaço de conflitos entre potências externas ao continente – como as ilhas do Caribe e a divisa entre o Brasil e o Uruguai na matéria anterior – e sim enquanto uma peça no tabuleiro de xadrez das negociações internacionais do governo brasileiro. Ao dar relevo o oportunismo da proposta japonesa, o texto delinea o *northeast*, como um lugar oportuno para investimentos que garantissem um pacto para vultosas transações comerciais com o Brasil. Ele apresenta o projeto japonês de ligar o Nordeste com os navios como uma iniciativa ousada e de forte apelo com o governo brasileiro, apesar disso o acordo bilateral e a instalação dos vapores não chegaram a ser concretizados. Conforme a análise de Gerson Moura (2012, p. 17), a partir do início da guerra - e especialmente depois do ataque japonês a Pearl Harbor e a entrada dos Estados Unidos no conflito em 1941 - não havia condições políticas para o governo chefiado por Vargas firmar acordos com as potências do Eixo.

Se nas páginas do *Times* o Japão tinha planos para oferecer ao Brasil a integração da região pelo mar, os Estados Unidos já haviam concretizado essa conexão pelo ar, é o que informava a extensa matéria de julho de 1940 assinada por Frederick Graham. Atuando como editor e colunista do *NYT* especializado em aviação, ele

¹³ “Japan believes she will be successful in her trade offer is seen by her latest move, the prospective inauguration of steamship service to the entire Brazilian northeast, the first time it has been attempted by any foreign nation”.

costumava escrever na seção 10 das recheadas edições dominicais do diário, um caderno específico sobre viagens¹⁴. Na capa da seção estava o texto de Graham que iniciava da seguinte forma:

Uma vez, toda semana, um enorme *strato-clipper* quadrimotor da *Pan American Airways* levanta voo graciosamente para fora do aeroporto municipal de Miami, aponta seu grosso nariz para a costa norte da América do Sul e sobe de forma constante até que se estabiliza convenientemente a meio caminho entre o Caribe azul e o céu igualmente azul (NYT, 28 jul. 1940, p. 1)¹⁵



¹⁴ O jornal até hoje é organizado em seções numeradas que correspondem a cadernos temáticos. O sobre viagens, chamado *Travel*, continua sendo publicado nas suas edições de domingo, só que ele não mais se localiza na seção 10 e sim na de número 5.

¹⁵ “Once every week a huge four-engined strato-clipper of Pan American Airways lifts gracefully off the runway of Miami municipal airport points its stubby nose toward the northern coast of South America and climbs steadily until it levels off, seemingly midway between the blue Caribbean and the equally blue sky”.

Figura 2. A excursão pela América do Sul e demais voos da Pan American Airways (NYT, 28 jul. 1940, p. 4)¹⁶

A matéria era um misto de relato de viagem e propaganda, nos moldes dos que encontramos hoje nas revistas distribuídas por empresas aéreas. No caso o jornalista tratava tanto dos novos quadrimotores da *Pan American Airways*, quanto da sua nova linha aérea que saindo de Miami se integrava em rotas que permeavam a América Central e do Sul. O mote do texto era uma excursão pelo continente sul-americano realizada em quatorze dias através dos voos de primeira classe da empresa norte-americana. Entre os destinos da viagem estavam grandes capitais - Buenos Aires, Quito, Lima, Santiago e Rio de Janeiro – e também cidades menores como Guayaquil, Recife e Belém. Frederick Graham apresenta todo o trajeto e suas paradas, as paisagens e pontos turísticos para serem vistos, com destaque para Santiago e Rio de Janeiro. Elas possuem uma figura ilustrativa e um tópico específico sobre cada uma, no sobre a capital fluminense, por exemplo, ele aconselha a visita ao Pão de Açúcar, o Cristo Redentor e a Baía de Guanabara que são representados também na imagem.

Há também uma imagem (Figura 2), se trata de um quadrimotor sobre um globo terrestre no qual se expõe um mapa das Américas, da Patagônia aos Estados Unidos. Nesse produto cartográfico, as rotas disponíveis pela empresa estão em pontilhado e as conexões de voo do tour pelo América do Sul marcadas por linhas. Entre elas estão os que ligam o Rio de Janeiro a Belém passando por Salvador, Recife e Natal, totalizando cinco paradas em território brasileiro. A imagem apresenta uma visão da América diversa da carta náutica publicada quatro meses antes. Uma diferença primordial entre elas é que essa pensa o continente numa perspectiva comercial enquanto a outra um viés político e bélico. Naquele mapa os limites da zona de neutralidade demarcam um continente unido contra a guerra, nesse as rotas aéreas delineiam uma América conectada, o quadrimotor é símbolo da integração continental pelos ares. A cartografia dos eventos beligerantes apresenta uma aproximação política entre Estados – ele separa os territórios e apresenta algumas capitais sul-americanas - já na dos voos comerciais há espaço para uma variedade de cidades espalhadas na América Latina. O texto de Graham apresenta parte delas, ao tratar da diversidade de paisagens para quem estivesse disposto a realizar a excursão pela América do Sul nos quadrimotores da empresa aérea. Para além das capitais, ele se dedica a apresentar outras porções do território sul-americano. Uma delas é o que ele chama de

¹⁶ A imagem pertence ao acervo do *NYT* e a extinta *Pan American Airways*, não foi possível identificar seu autor. Foi reproduzido em escala de 1/3 em relação a página do jornal respeitando as proporções originais.

“corcunda” da costa brasileira na qual se chega a partir do voo saindo do Rio de Janeiro. Segundo o jornalista:

Ferventes selvas verdes, rios lamacentos desaguando no oceano e pequenas aldeias marcam a rota para Recife, ou Pernambuco, na "corcunda" saindo em direção a África. O avião chega à tarde para uma pernoite e há um tempo considerável para ver a cidade velha e suas muitas igrejas. Na manhã seguinte, o voo continua em torno da protuberância para Belém. Belém, na imponente Amazônia, é uma cidade que alcançou sua maior glória quando foi o ponto de embarque para a maior parte da borracha do mundo. (NYT, 28 jul. 1940, p. 4)¹⁷

O colunista do *Times* sobre a viagem em direção a Pernambuco como se estivesse observando a paisagem a partir da janela do avião, a partir desse ponto de vista ele sublinha a natureza. O verde da selva, a lama dos rios que se encontram com o mar e as aldeias formam um cenário onde a presença humana é apenas um detalhe. Esse tipo de representação da costa nordeste do Brasil não é uma exclusividade do editor de aviação do *The New York Times*. Investigando a revista *Seleções do Reader's Digest* no mesmo recorte temporal do início dos anos 1940, Mary Anne Junqueira (2000, p. 130) identificou representações da Amazônia e do Nordeste brasileiro como um território selvagem e vazio, habitado apenas por uma pequena população esparsa. A historiadora também apontou as referências as florestas tropicais como algumas das mais constantes na publicação analisada para se tratar da América do Sul e dotadas de intensa carga simbólica. Ao evocar a aldeia, a selva verde e o laço entre as águas de mar e de rio no caminho para Recife, a reportagem de Frederick Graham posicionou a região enquanto um espaço exótico para o turista americano conhecer.

Esse tipo de representação aciona estereótipos que são recorrentes para se pensar a relação entre norte e latino-americanos. A pesquisa de Frederick Pike (1992, p. XIII) expôs que um dos mitos perpetuados pelos norte-americanos para delinear e ao mesmo se opor a América Latina é o de que esta seria o espaço dominado pela natureza, enquanto os Estados Unidos o da civilização. Nesse sentido, muitas vezes a América dos estadunidenses se auto representa como lugar do progresso, enquanto a “outra América”

¹⁷ “Steaming green jungles, muddy rivers emptying into the ocean and tiny villages mark the route to Recife, or Pernambuco, on the "hump" sticking out toward Africa. The plane arrives in the afternoon for an overnight stop and there is considerable time to see the old city and its many churches. Early the next morning the flight continues around the hump and toward Belem. Belem, on the mighty Amazon, is a city that reached its greatest glory when it was the shipping point for most of the world's rubber”.

cabe o papel de espaço atrasado e dominado da natureza¹⁸. Se pensarmos a matéria no *Times* enquanto uma propaganda de uma viagem turística, faz todo sentido apresentar a “corcunda” do território brasileiro em direção a África pela natureza exótica, que chama a atenção daqueles que estão acostumados a civilização das grandes cidades como Nova York. O jornalista vai no mesmo sentido ao descrever Belém, a posiciona dentro da imponente Amazônia e também sublinha sua decadência. O editor do caderno de viagens estabeleceu uma geografia do país em que se destacam três porções distintas: o Rio de Janeiro e seu entorno; a Amazônia; e o recorte espacial entre Salvador, Recife e Natal que Frederick Graham chama de corcunda em direção a África.

Depois de estabelecer todas as paisagens e paradas da excursão de duas semanas pela América do Sul, a reportagem informou quanto o turista interessado em realiza-la teria que desembolsar, mil e duzentos dólares. Essa cifra ia muito além do que pessoas comuns podiam despende em 1940, quando o salário mínimo nos Estados Unidos estava na casa dos trinta centavos pela hora de trabalho¹⁹. Pedro Tota (2014, p. 70) nos informa que esses voos da *Pan America Airways* saindo da Flórida eram frequentados por figuras como os multimilionários da família Rockefeller - ases do mercado mundial de petróleo - quando vinham realizar visitas aos seus empreendimentos no continente sul-americano. Havia também alternativas muito mais econômicas para quem quisesse conhecer um pouco mundo abaixo da fronteira do Texas, como ler matérias em jornais e revistas ou escutar notícias e programas musicais no rádio. Uma extensa variedade de imagens, sons e palavras sobre a América Latina eram vinculados nos Estados Unidos nos idos de 1940.

A profusão de visões do continente latino-americano que circularam pelo país tem a ver com as movimentações no cenário político dos Estados Unidos da virada para os anos 1940. Além da mobilização da política externa em torno de uma agenda comum para toda a América, o governo chefiado pelo presidente democrata Franklin D. Roosevelt realizou outras iniciativas de aproximação com os países do continente. Maria Ligia Prado (1995, p. 58) nos esclarece, por exemplo, que seu governo mantinha laços estreitos com a

¹⁸ O pesquisador norte-americano ressaltou que não obrigatoriamente essa oposição entre civilização e natureza significou uma visão negativa dos latino-americanos. Pike (1992, p. XIV) deu relevo há atuação de intelectuais, artistas e ativistas norte-americanos que entre as décadas de 1950 e 1970 posicionavam a América Latina como um lugar privilegiado do globo onde as pessoas haviam conseguido viver de forma harmônica e intensa com a natureza, um exemplo de modernidade alternativa para os Estados Unidos.

¹⁹ Segundo os dados fornecidos pelo Departamento do Trabalho norte-americano, mil e duzentos dólares era a quantia que alguém que recebesse o salário mínimo obtida ao longo de cerca de dois anos de trabalho. Até hoje o salário mínimo no país é calculado por hora de trabalho, desde julho de 2009 ele é de 7,25 dólares. Disponível em < <http://www.dol.gov/whd/minwage/chart.htm> > Acesso em: 17 nov. 2014.

Pan American Airways, e autorizou subsídios para a empresa estabelecer esses novos voos que conectavam os Estados Unidos a América Central e do Sul. Uma outra ação governamental relevante foi a criação do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics* em agosto de 1940²⁰. Se tratava de uma agência federal encarregada – como o próprio nome diz – do incentivo as relações comerciais e culturais do continente. Da sua fundação até seu fim em 1946, a agência esteve sob a batuta de um dos passageiros ilustres dos quadrimotores em direção a América do Sul, o empresário Nelson Rockefeller. Ao órgão chefiado pelo herdeiro do império da *Standard Oil* e conselheiro do Museu de Arte de Moderna de Nova York cabia no mesmo passo afastar a influência alemã do continente e estreitar laços com os países vizinhos, potenciais aliados dos Estados Unidos. Conforme a pesquisa de Antônio Pedro Tota (2000, p. 93), estava incumbido no plano da política cultural desse esforço de guerra uma ação em dois sentidos em relação à América Latina. Por um lado convencer os latino-americanos que os Estados Unidos eram seus parceiros históricos, por outro tonar a América Latina conhecida para o público norte-americano difundindo uma imagem positiva dela. Para realização de sua estratégia, foram mobilizados profissionais e empresas dos mais diversos meios, como da música, da literatura, do rádio, do cinema, das artes plásticas, entre outros.

A imprensa escrita não estava fora desse esforço de guerra, explicita Rodrigo Zagni (2011, p. 292) ao comentar a organização interna da agência. Entre os seus diversos setores estava a Divisão de Imprensa e Publicações que se encarregava da atuação integrada do OCIAA com jornais e revistas dentro e fora dos Estados Unidos. Além do intercâmbio de notícias consideradas favoráveis a causa norte-americana, a agência comandada por Rockefeller também promoveu intercâmbio entre jornalistas e periódicos dos dois lados do Rio Grande. A divisão possuía duas sedes – uma em Washington e outra Nova York – e era uma das maiores do *Office*, cerca de duzentos funcionários. Os seus elos com a grande imprensa eram estreitos, ela foi chefiada por nomes de peso no jornalismo norte-americano, primeiro John M. Clark e depois Francis A. Jamieson, respectivamente ligados ao *The Washington Post* e a *Associated Press*. Entre os países que receberam maior atenção dos burocratas do *Office* e os veículos de imprensa estadunidenses estava o Brasil, país considerado um aliado estratégico para o governo norte-americano por sua importância política, econômica e posição geográfica. Tratando das relações bilaterais em

²⁰ Escritório de Coordenação de Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas. Optamos pelo nome original em inglês por ele ser a opção mais comum mesmo na historiografia brasileira. Em 1941 sua atuação foi ampliada e a agência recebeu um novo nome, *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, em português, Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos.

1940, Frank McCann Jr. (1973, p. 128) grifou editoriais do *Times* favoráveis a Vargas e a aproximação entre os países. Já Pedro Tota (2000, p. 108) destacou o investimento por parte do governo brasileiro para que fossem vinculadas imagens positivas do Brasil que incluíam o patrocínio de programas de rádio e propagandas em jornal impresso, entre eles o *NYT*.

O Brasil passou também a ser recorrente nas páginas dos cadernos culturais do *The New York Times* no início da década 1940. O diário deu ampla cobertura, por exemplo, para o festival de música brasileira promovido pelo Museu de Arte Moderna de Nova York. Se tratou de um grande evento que ocorreu entre 16 e 20 de outubro de 1940 e foi transmitido por rádio tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. O país recebeu atenção também da seção de livros que fazia parte das edições dominicais do *Times*. Nela foram publicadas as avaliações de diversos relatos de viagem e ensaios sobre o Brasil, uma alternativa para conhecer o país bem mais econômica que os voos da *Pan America Airways*. Por três dólares o leitor poderia adquirir *Seven Keys to Brazil* – em português, Sete chaves para o Brasil - um livro da norte-americana Vera Kelsey que morou três anos no país. Segundo a resenha não assinada, se tratava de um livro de 314 páginas impresso com letras muito pequenas e em papel de baixa qualidade como outros livros sobre a América do Sul, mas que chamava atenção pelo conteúdo. Na avaliação do diário, “o texto da senhorita Kelsey tem excelente frescor, acuidade e amplitude de visão; seu livro é tanto bem embalado quanto cheio de sabor” (*NYT*, 12 jan. 1941, p. 3)²¹. Para além de um simples relato de viagem, o livro seria também uma interpretação que consideraria o país uma união de três raças - branca, negra e indígena - mais a religião católica. O resenhista explica que as sete chaves da escritora norte-americana correspondem a regiões variadas, diversos “Brasis” que formariam o mosaico geográfico que era o país.

O velho Nordeste colonial é a primeira delas, o açúcar foi plantado nos anos 1530 em uma ilha da costa, e em breve os senhores feudais estavam fundando um império sobre a cultura da cana-de-açúcar. Senhorita Kelsey é sábia em começar com este registro fascinante e sugestivo e não com uma visita ao Rio de Janeiro. (*NYT*, 12 jan. 1941, p. 3)²²

²¹ “Miss Kelsey's text has outstanding freshness, acuteness and breadth of view; her book is both full-packed and full-flavored”.

²² “The old colonial Northeast is the first of these: sugar was planted in the Fifties Thirties on an island off that coast, and soon feudal lords were founding an empire on the culture of sugar cane. Miss Kelsey is wise to begin with this fascinating and suggestive record rather than with a visit to Rio de Janeiro”.

Uma das chaves do livro de Vera Kelsey era o Nordeste colonial, não há qualquer referência a Gilberto Freyre na resenha do *Times*, mas a influência do trabalho do sociólogo brasileiro nas representações da região é notável²³. As referências ao caráter definidor da mistura das raças e o peso do catolicismo e também aos senhores de engenho como senhores feudais se aproximam do capítulo sobre a colonização do Brasil de *Casa-grande & Senzala* (1933)²⁴. Esse Nordeste adaptado de Freyre é também exótico como a corcunda da costa brasileira em direção a África, mas não é pautado nas imagens da natureza que comumente permeiam as representações da América do Sul. O seu registro é fascinante e sugestivo, *Seven Keys to Brazil* faz circular por Nova York um Nordeste de “n” maiúsculo formulado no Brasil, o dos senhores feudais e do império da cana-de-açúcar. A resenha apresenta aos leitores uma região histórica, que dataria das primeiras décadas do século XVI, quando o país ainda era colônia de Portugal.

Depois de tratar da Nordeste, o resenhista vai para as outras chaves do Brasil propostas no livro. A segunda seria uma das maiores capitais do continente, o Rio de Janeiro, as fazendas de café em São Paulo corresponderiam a terceira chave, já a quarta seria Minas Gerais e sua rica história. Depois uma surpresa, um topônimo se repete no mosaico geográfico da escritora norte-americana: “a quinta-chave é o ‘outro Nordeste’, que a autora resume como ‘uma região turbulenta e pouco conhecida, o equivalente do ‘sem lei e incivilizado’ Oeste da América do Norte” (*NYT*, 12 jan. 1941, p. 3)²⁵. Para explicar o que é o “*other Northeast*”, o resenhista citou a comparação de Vera Kelsey com o Oeste norte-americano. A estratégia é definir o recorte espacial dentro território brasileiro por meio de elos com uma geografia imaginativa dos Estados Unidos, aproxima-lo de um elemento que os leitores conheçam. O Oeste citado não é simplesmente uma porção de terra identificada pelos pontos cardeais, a expressão “wild and woolly” é utilizada desde a metade do século XIX nos Estados Unidos para se referir a pessoas e lugares considerados incivilizados²⁶.

²³ Já no livro de Vera Kelsey sim, nas páginas disponíveis na internet encontramos diversas referências ao sociólogo brasileiro, bem como *Casa Grande & Senzala* e *Nordeste* (1933) na bibliografia dele. Trechos de *Seven Keys to Brazil* disponíveis em <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=QZ4jAAAAMAAJ&focus=searchwithinvolume&q=Freyre>> Acesso em 17 nov. 2014.

²⁴ Nos referimos ao capítulo “Características gerais da colonização portuguesa no Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida” do livro mais conhecido de Freyre. Na edição da obra que pesquisamos, de 2003, ele inicia na página 64 e termina na 155.

²⁵ “The fifth key is that ‘other Northeast’ which the author sums up as a turbulent and little-known region, the equivalent of North America’s ‘wild and woolly’ West”.

²⁶ Informações obtidas em um dicionário de significados de expressões em língua inglesa. Disponível em <<http://www.phrases.org.uk/meanings/411900.html>> Acesso em 25 nov. 2014.

A pesquisadora Lúcia Lippi Oliveira (2000, p. 131) retomou as discussões do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner²⁷ para pensar a conquista da fronteira do Oeste como um elemento essencial da identidade que permeia o imaginário político norte-americano. A tese de Turner aposta na experiência da expansão da fronteira, da chegada dos pioneiros ao Novo Mundo a conquista do território até o Oceano Pacífico, como um elemento definidor da excepcionalidade americana. Ainda segundo Oliveira, a fronteira seria o lugar para a realização das virtudes americanas: a democracia, o individualismo e autogoverno, bem como a vontade de Deus. Mesmo que não existisse desse o final do século XIX enquanto fato físico, ela permaneceria como um fato simbólico associado a um mundo de aventura, coragem, revitalização e gênio inventivo norte-americano. Levando em conta esses aspectos, o outro Nordeste não seria apenas uma região incivilizada, pouco conhecida e turbulenta, mas ao mesmo tempo um recorte espacial a ser conquistado, um lugar de oportunidades como o Oeste norte-americano.

A referência ao “outro Nordeste” também aciona uma geografia imaginativa da região produzida no Brasil que foi apenas tangenciada na avaliação do *The New York Times*. Na bibliografia do livro de Vera Kelsey estão dois livros que propõem uma visão do Nordeste dividido em dois recortes distintos, são eles: *Nordeste* (1937) de Gilberto Freyre e *O outro Nordeste* (1937) de Djacir Menezes. A obra de Freyre trata de um Nordeste marcado pelas árvores frondosas, plantações de cana-de-açúcar, engenhos, etc. Já o outro Nordeste, o da paisagem dura, dos sertões secos, do cangaço e da superstição – entre outros elementos – é o objeto de estudo de Djacir Menezes²⁸. O livro de Vera Kelsey adere a estas representações de um Nordeste bipartido, a partir delas trata de dois *Northeast* em separado, um como a primeira e outro como a quinta chave para se conhecer o Brasil. Por sua vez, o resenhista do *Times* optou por apresentar o Nordeste da primeira chave da forma como Vera Kelsey o apropriou de Freyre, já em relação ao “*other Northeast*” a estratégia foi outra. Sobre esse “outro Nordeste” a resenha se limitou a recuperar a conexão com o Oeste americano do século XIX, mais próxima do seu leitor do que as visões da terra seca presente em *Seven Keys to Brazil*.

A resenha termina com as duas últimas peças que completariam o quebra-cabeça do Brasil de Vera Kelsey, a regiões Norte e Sul do Brasil. A descrição da primeira

²⁷ Seu texto “O Significado da Fronteira na História Americana” apresentado na reunião da *American Historical Association* de 1893 é considerado um dos mais influentes ensaios da historiografia americana.

²⁸ Para um aprofundamento na forma como a região do Nordeste foi gestada no Brasil como uma unidade criada a partir de uma multiplicidade de falas, práticas e histórias desde final do século XIX, ver Durval M. Albuquerque Junior (2009)

delas – a sexta chave – se aproxima do relato de viagem de Frederick Graham, sublinha que a Amazônia domina o recorte espacial. Já sobre a região Sul, o resenhista considera que:

Talvez este seja um lugar tão bom quanto qualquer outro para apontar para breves observações, mas suficientemente fortes da senhorita Kelsey sobre a presença de uma "Quinta Coluna" no Brasil. Quando ela chega à sua sétima chave, ela também escreve sobre as colônias alemãs, bem como a grande população italiana, no Sul do Brasil. (*NYT*, 12 jan. 1941, p. 3)²⁹

A partir do relato de viagem da escritora estadunidense, o jornal estabelece a região Sul do país como uma ameaça. No cenário de conflito bélico no globo, a forte presença alemã e italiana no Sul é encarada como uma possível força oculta inimiga dentro do território brasileiro. No livro de Vera Kelsey a referência a uma possível “Quinta Coluna” no Sul é apenas uma pequena passagem dentro capítulo sobre as características culturais e atrações turísticas da região, já no comentário da obra publicado no *Times* é o aspecto central sobre ela. Podemos relacionar o enfoque nesse ponto com a movimentação da imprensa em torno da guerra. Como vimos, apesar de oficialmente os Estados Unidos assumirem uma posição de neutralidade, os grandes jornais e o governo já estavam em pleno vapor na mobilização em torno da guerra pelo menos desde a metade do ano anterior. Seis meses antes o Sul do país foi posicionado pelo diário nova-iorquino em uma cartografia da aproximação do conflito por conta das movimentações da marinha alemã, agora ele é também o lugar de uma “Quinta Coluna” alemã e italiana. A ameaça está então centrada na região Sul, está distante do Nordeste da cana-de-açúcar e do “outro” Nordeste parecido com o Oeste dos Estados Unidos.

Três meses após o texto sobre *Seven Keys to Brazil*, o *The New York Times* publicou em sua seção de livros sobre um novo relato de viagem ao país escrito pelo empresário e propagandista norte-americano Jack Harding. O início da avaliação de *I Like Brazil* dá as credenciais do seu autor, ele era marido de Bertita Harding, uma escritora de sucesso que havia vivido muitos anos no México e que dois anos antes teve um dos seus livros transformados em filme³⁰. A senhora Harding era figura recorrente nesse caderno do

²⁹ “Perhaps this is as good a place as any to point to Miss Kelsey's brief but sufficiently forceful remarks on the presence of a ‘Fifth Column’ in Brazil. When she comes to her seventh key, too, she writes of the German colonies, and also the large Italian population, in South Brazil”.

³⁰ Em 1939 foi lançado *Juarez* pelo estúdio *Warner Bros* baseado na biografia do imperador do México, Maximiliano, e sua esposa Carlota escrita por Harding. Sobre a vida e obra da escritora ver a cronologia da

Times, talvez isso tenha garantido um bom espaço para seu marido³¹. O livro de Jack custava os mesmos três dólares e tinha praticamente o mesmo número de páginas que o de Vera Kelsey, só que recebeu uma coluna a mais e uma imagem retirada do relato de viagem, uma família de antes a frente de uma folhagem.

A resenha esclarece o leitor que *I Like Brazil* parte do ponto de vista de um turista interessado em contatos em relações comerciais e amizades nos círculos da política e alta sociedade. Entre os locais visitados estavam os rios da Amazônia – de onde possivelmente deve ter saído a ilustração das antas –, a capital Rio de Janeiro, o setor aurífero de Minas Gerais, as fazendas de café de São Paulo e a costa nordeste, “a região ‘do produto brasileiro em veloz crescimento, o algodão’” (*NYT*, 20 abr. 1941, p. 01). Por meio da cotonicultura a costa nordeste é inserida junto de outros recortes dentro do Brasil como um espaço relevante para contatos e trocas comerciais. Segundo o resenhista, para o autor do livro a maior parte dos norte-americanos estariam “dormindo”, explica ele, “para as oportunidades ilimitadas dentro do nosso próprio hemisfério, dormindo para a verdadeira boa vizinhança que devíamos estar construindo desde que nos tornamos um país” (*NYT*, 20 abr. 1941, p. 01)³². A perspectiva suscitada pela resenha é que Jack Harding considera que as pessoas do seu país não estão atentas às inúmeras chances de boas trocas comerciais e as relações com os demais países do continente. Essa visão é bem conveniente para o OCIAA - criado no ano anterior - enxergar a América Latina como terra de oportunidades e a necessidade de laços mais estreitos com a mesma. No entanto, a aproximação com os países latino-americanos no plano comercial, está presente na literatura de viagem norte-americana pelo menos desde o século anterior. Essa é uma das conclusões de Ricardo Salvatore (2006, p. 78) em sua investigação das representações da América do Sul produzidas nos Estados Unidos entre 1890 e 1945. Segundo o historiador argentino, comerciantes norte-americanos desde então produziram diversos relatos que tratavam, entre outros temas, de oportunidades de negócios, um “conhecimento útil” sobre o continente. Salvatore (2006, p. 139) sublinha a interação entre empreendimento comercial e de saber em iniciativas norte-americanas para conhecer a América do Sul no recorte temporal de sua pesquisa. Nesse sentido, na resenha de *I Like Brazil* há espaço para

editora mexicana *Nortesur*. Disponível em
 <http://www.editorialnortesur.com/cronologias/Harding_Cronologia.pdf> Acesso em 25 nov. 2014.

³¹ Entre 1934 e 1941 o diário se referiu a Bertita Harding em mais de 60 matérias. Pesquisa no banco de dados do jornal disponível em
 <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch/#/bertita+harding/from19340101to19410101/allresults/1/allauthors/oldest/>> Acesso em 25 nov. 2014.

³² "Asleep," he explains, "to the limitless opportunities right in our own hemisphere, asleep to real good neighborliness we should have been building up ever since we became a country".

o exótico – como os peixes e outros animais vistos no Rio Amazonas – mas o elemento central é uma visão do país sob a ótica de um interesse mercantil e político. A partir dela formulada uma geografia de oportunidades de negócios na qual a costa nordeste se insere graças a crescente produção de algodão.

A parte final do comentário do *Times* sobre o relato de viagem do empresário norte-americano trata da política externa norte-americana, mais especificamente das relações entre os Estados Unidos e o Brasil. O texto avalia que opinião do marido da escritora Bertita Harding sobre as relações bilaterais é que o país não é um parceiro dos norte-americanos, e sim é um amigo do qual os Estados Unidos têm que ter orgulho. Mas,

as riquezas do país pode também ser um prêmio para "gananciosos de mãos vazias". E "a temida Quinta Coluna existe", sem dúvida. Este homem de negócios americano tem a sua própria receita rápida: "Vamos parar de falar sobre uma Quinta Coluna atuando no Brasil, e amarrá-lo tão forte ao nosso próprio eixo que ele não consiga fugir mesmo que tente. (*NYT*, 20 abr. 1941, p. 01)³³

A resenha não especifica que mãos seriam essas que cobiçavam as riquezas do Brasil, mas não é preciso muita imaginação para entender o recado, elas se refere aos países que formavam a Eixo. A publicação chama atenção para as movimentações da Itália, da Alemanha e do Japão – que foi tema do correspondente do jornal no Rio de Janeiro cerca de um ano antes – em busca de parcerias econômicas com o Brasil. Na avaliação do livro de Vera Kelsey, já se havia tratado da existência de um movimento oculto de apoio ao Eixo no país que agora apontado indubitável. Na seção de livros publicada três meses antes, essa “Quinta Coluna” se restringiria na região Sul, espaço onde se concentravam a colônia alemã e a italiana. Já no comentário de *I Like Brazil*, se atesta apenas – e o efeito é maior por isso – que a ameaça existe e está em pleno funcionamento no país, não há especificações sobre onde dentro do território brasileiro ela estaria. Para que essas mãos ávidas não tomassem conta das riquezas do amigo do qual os norte-americanos deviam ter orgulho, a solução seria simples: estreitar os laços com o Brasil. A citação do texto de Jack Harding está afinada com a avaliação da agência estatal comandada por Nelson Rockefeller, é necessário que os Estados Unidos se aproximem do Brasil demais países latino-americanos.

³³ “But the country's riches may also be a prize for ‘covetous have-nots’. And ‘the dread Fifth Column exists’, undoubtedly. This American business man has his own brisk recipe: ‘Let's stop prating about Fight Columnists at work in Brazil, and tie her so closely to our own axis that she won't even be tempted to break way”.

A última linha da resenha aconselha o leitor a encarar a recém-publicada obra do empresário norte-americano essencialmente como um livro de viagens, o que – ironicamente – não poderia ser mais contrário ao que é apresentado dele. O livro *I Like Brazil* se trata de um relato das viagens de Jack e Bertita Harding pelo país pormenorizado em mais de trezentas páginas e algumas fotografias. Nele há dicas sobre comidas, passeios, pontos turísticos, informações sobre a cultura e organização social, fauna e flora dos quatro cantos do Brasil³⁴. O comentário dele na seção de livros do *NYT* intensifica a estratégia já utilizada na resenha de *Seven Keys to Brazil* meses antes, centrar-se em aspectos políticos das relações bilaterais e no que seria a ameaça do Eixo. Em tempos de guerra e mobilização da imprensa norte-americana em torno dela, a resenha do *Times* representa um Brasil de riquezas e oportunidades – como o algodão da costa nordestina – mas que está ameaçado por mãos gananciosas e inimigos ocultos no seu próprio território. Para que esta ameaça não se tornasse realidade, se fazia necessário a intervenção norte-americana, trazer para mais próximo de si o Brasil.

A partir de 1940 as referências ao Nordeste brasileiro nas páginas do *The New York Times* se tornam mais frequentes em matérias sobre temas também variados. A região não está inicialmente na cartografia da aproximação do conflito das Américas produzida pelo jornal, ao contrário do Sul do Brasil, ela está fora do mapeamento de violações da neutralidade em águas continentais. No entanto, apesar de não ser palco de eventos bélicos o Nordeste não está ausente das movimentações em torno do conflito. O recorte espacial se faz presente no tenso jogo de cartas das negociações de pactos econômicos do governo brasileiro com os países beligerantes, a proposta da instalação de um serviço de navios a vapor na região seria um trunfo na mão dos japoneses. Se a integração pelo mar era ainda um projeto, ela era realidade pelos ares no anúncio de uma empresa aérea norte-americana. A matéria sobre o tour nos voos da *Pan American Airways* lançou mão de uma cartografia de uma América unida, só que não pela linha de neutralidade no conflito mundial, e sim pelas rotas aéreas. Entre os destinos turísticos da excursão pelo continente sul-americano estava a corcunda da costa brasileira em direção a África. Uma vista da paisagem pela janela do avião contemplava a selva verde, a lama do encontro do rio com o oceano e as pequenas aldeias. Incrustado nessa natureza exótica, o Recife não é o centro de poder militar, econômico, político do Nordeste sobre o qual escrevia Frank Garcia, e sim uma

³⁴ O livro está disponível para pesquisa por palavras no acervo do *Google Books*. Disponível em <http://books.google.com.br/books/about/I_like_Brazil.html?id=VLczAQAIAAJ> Acesso em 25 nov. 2014.

cidade antiga com muitas igrejas. Nessa geografia turística do recorte espacial levantada nas páginas do caderno de viagens não havia lugar para assuntos de guerra.

A partir da atuação do *Office*, a agência federal comandada por Nelson Rockefeller, os países da América Latina passaram a ser um assunto cada vez mais recorrente nos Estados Unidos. Quem não pudesse desembolsar a alta quantia necessária para embarcar nos *strato-clippers* rumo a América do Sul, podia conhecer o Brasil por meio das resenhas na seção de livros do *The New York Times*. A avaliação de *Seven Keys to Brazil*, apresentava o país como um mosaico geográfico, entre as partes que o formavam estava o *Northeast*. Este espaço seria a primeira chave para se entender o país, era demarcado pelo império da cana-de-açúcar e seus senhores feudais como o Nordeste freyriano. Havia também o turbulento e pouco conhecido “outro Nordeste”, uma versão brasileira do incivilizado e sem lei Oeste norte-americano do século XIX. Ambos os recortes espaciais estavam distantes do perigoso Sul, a porção de terra onde se concentravam as colônias alemã e italiana – a ameaça da Quinta Coluna – e onde havia atividades da marinha do Eixo. A guerra ronda o Nordeste brasileiro, o lugar que levantaria preocupação por enquanto era o Sul. Já a avaliação do relato de viagem de Jack Harding apresenta as riquezas de um Brasil parceiro dos Estados Unidos, entre elas está o algodão produzido na costa nordeste. A resenha de *I Like Brazil* apresenta o país amigo como a terra de oportunidades e abundância para qual os norte-americanos não estão prestando a devida atenção. A Quinta Coluna existiria sem sombra de dúvidas, essa ameaça estaria agindo no Brasil sem designação de um lugar específico. Na seção de livros uma conclusão digna de página editorial: as riquezas do Brasil estariam no alvo das cobiçosas mãos de forças inimigas, cabia aos Estados Unidos apertar os laços com o país, não deixá-lo fugir mesmo que ele tentasse. Essa certamente era a mesma opinião dos burocratas da Casa Branca e do Departamento de Estado. Poucos meses depois da resenha do livro de Harding, uma extensa gama de técnicos, representantes diplomáticos e militares desembarcavam no país, uma das suas áreas centrais de atuação era a região que ficou conhecida como o “Trampolim da Vitória” dos Aliados sobre as forças do Eixo.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward D. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Patheon Books, 2002

CRUZ, Heloisa F; PEIXOTO, Maria do R. da Cruz. “Na oficina do historiador conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, 2007.

DAVIS, Sonny B. *A brotherhood of arms: Brazil-United States military relations 1945-1977*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2003.

GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: EDUSP, 1996.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande - imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

MAZOWER, Mark. *Continente sombrio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MCCANN JR, Frank D. *The Brazilian-American Alliance: 1937–1945*. Princeton: Princeton University, 1973.

MINGUES, Altineu Pires. *Navegação: a ciência e a arte – navegação estimada, costeira e em águas restritas*. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2000.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1950): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PIKE, Fredrick B. *The United States and Latin America: myths and stereotypes of civilization and nature*. Austin: University of Texas Press, 1993

PRADO, Maria Ligia. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. *Revista USP*, São Paulo. Dossiê 50 anos do final da Segunda Guerra, n 26, 1995.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALVATORE, Ricardo. *Imágenes de um império: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2006.

SANTOS, Luís Claudio Villafane. *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SMITH JUNIOR, Clyde. *Trampolim para a vitória*. Natal: EDUFRN, 1993.

TOTA, Antônio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ZAGNI, Rodrigo Medina. *Integração e identidades em conflito: as políticas culturais dos Estados Unidos para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial e a montagem do moderno Sistema Pan-Americano (os casos de Brasil, México e Argentina)*. São Paulo: USP, 2011. (Doutorado em Integração da América Latina)

***História Ambiental em perspectivas:
o urbano, o marítimo e suas
espacialidades***

Raimundo Pereira Alencar Arrais

Entrevista concedida aos membros
da Equipe Editorial da revista Espacialidades¹

* * *

Espacialidades: Gostaríamos que o senhor começasse nos falando um pouco sobre sua formação acadêmica e as temáticas que o senhor já pesquisou e que pesquisa atualmente.

Prof. Raimundo Arrais:

Sou graduado em História pela Universidade Católica de Goiás, tendo realizado mestrado em História Social do Nordeste na Universidade Federal de Pernambuco, Doutorado em História Social na Universidade de São Paulo e Estágio Pós Doutoral de um ano no CRHIA (Centre de Recherches en Histoire Internationale et Atlantique), La Rochelle, França. Desde o mestrado tenho me dedicado à história social. No mestrado estudei a participação popular num evento da República Velha de grande repercussão e violência na cidade do Recife no ano de 1911. A dissertação procurou privilegiar a cultura urbana do Recife como uma linguagem significativa para a compreensão daquele evento. A tese de doutorado estudou a mesma cidade, recuando para o século XIX no propósito de compreender a formação do seu espaço público. Desde então, minhas pesquisas têm privilegiado os temas urbanos e a cultura, fazendo uso sistemático da literatura como testemunho histórico. Há algum tempo me voltei para os estudos sobre a cidade de Natal no século XX, colocando acento nas

¹Flávia Emanuely Lima Ribeiro Marinho; Francisca Kalidiany de Abrantes Lima; Keidy Narely Costa Matias; Priscilla Freitas de Farias; Renan Vinícius Alves Ramalho; Tyego Franklim da Silva.

representações espaciais associadas às transformações das formas e dos usos da cidade.

Atualmente, tenho dois projetos de pesquisa em execução. O primeiro, próximo da conclusão, é um livro sobre a cidade de Natal nas três primeiras décadas do século XX, no qual proponho uma interpretação sobre a relação da cidade (sobretudo seus grupos dirigentes) com o mundo exterior à cidade. Neste livro procuro avançar em relação a alguns temas que desenvolvi em publicações nos últimos dez anos.

O segundo, em realização, está voltado para o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, no âmbito do Programa Arquipélago São Pedro e São Paulo-CNPQ), intitulado “De rochedo à arquipélago: uma história da emergência de São Pedro e São Paulo na pesquisa científica brasileira”, uma proposta que se situa no cruzamento entre a história da ciência, história ambiental, história das mobilidades no oceano Atlântico, e terá como produtos finais um livro e um documentário.

Espacialidades: Entrando na temática do nosso próximo dossiê, a saber, “*História Ambiental, relações socioculturais e suas espacialidades*”, gostaríamos que o senhor comentasse um pouco sobre o papel do historiador e a relevância dos estudos envolvendo a natureza e os espaços para a sociedade.

Prof. Raimundo Arrais:

Os processos históricos amplos frequentemente compreendem processos de transformação da natureza, variáveis em escala e em intensidade conforme a sociedade e a época. Considerando o assunto no tempo longo, podemos dizer que o mais alto grau dessa transformação se dá nas aglomerações urbanas, as cidades, edificadas sobre a ruptura em relação às condições e às limitações que o tempo da natureza impunha aos indivíduos.

Os historiadores estudam os indivíduos inseridos nas relações sociais, e essas relações ficam assinaladas no espaço, que é transformado, apropriado, demarcado. Essa dimensão histórica do espaço pode ser observada mesmo fora da contiguidade espacial. Assim, desde que aparece a primeira notícia sobre um espaço, mesmo que esse espaço não esteja integrado ao território do estado-nação, mesmo que não esteja incorporado às relações de produção, mesmo que ele não tenha sido visitado pelos homens – ele pode se incorporar aos relatos dos indivíduos, passando assim a fazer parte do imaginário de uma sociedade. Observar o espaço, descrevê-lo, narrá-lo, é, portanto, inscrevê-lo na história.

O que designamos como “espaço” apresenta dimensões as mais diversas. É o chão, nas grandes extensões desabitadas, o solo rural ou o solo urbano, o oceano, o ar. O estudo que o historiador realiza sobre o espaço pode incorporar as formas de produção e apropriação, mas igualmente as formas como os indivíduos

apreciam e percebem esse espaço, a partir inclusive de suas sensações corporais, o que nos remete a uma história das sensibilidades que deve estar atenta à relação dos homens com os elementos naturais, como as árvores, por exemplo, uma dimensão recentemente explorada pelo historiador Alain Corbin no livro *La douceur de l'ombre*, em que ele estuda os sentimentos que as árvores tem inspirado aos indivíduos, desde a Antiguidade.

Vale notar que o mundo natural não deve ser compreendido apenas como uma dimensão exterior ao indivíduo. Frequentemente quando os indivíduos falam dos elementos naturais (montanha, mar, deserto, floresta...) eles estão falando também de si ou da sociedade na qual estão inseridos. Essa é uma das formas sob as quais aparece a dimensão subjetiva do espaço.

Espacialidades: Em sua obra “**O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**”² o senhor disserta sobre a relação do homem e o ambiente natural no processo de desenvolvimento urbano da cidade do Recife, bem como entre grupos com projetos distintos para a fisionomia da cidade. Gostaríamos que o senhor falasse um pouco de sua compreensão a respeito desse processo no qual o ser humano se coloca em constante produção de seu próprio ambiente num sentido amplo. Queríamos, ainda, em específico, que o senhor falasse um pouco sobre as implicações da existência das áreas de manguezais no caso da cidade estudada.

Prof. Raimundo Arrais:

Os homens existem não como abstrações, entidades genéricas, mas como seres situados no tecido das relações sociais. Essa é uma antiga lição cara aos historiadores. O mesmo acontece com a ideia da relação entre homem e natureza nas sociedades de classe. Aqui, não é propriamente o homem, mas os homens, na sua diversidade de conhecimentos e meios técnicos e sobretudo nas suas divisões sociais, que fazem da natureza um objeto de apropriação, uma apropriação socialmente desigual. A apropriação social da natureza inscreve valor sobre ela, valor no sentido mercantil, mas também valor no sentido subjetivo (valores).

Nas cidades, essas divisões sociais frequentemente assumem um elevado grau de complexidade e intensidade e por vezes elas se projetam de modo flagrante sobre o espaço, algo que pode ser visto, por exemplo, nas formas de apropriação do solo urbano.

Um exemplo particular desse último tipo de valor: o estudo da relação entre os indivíduos e o “meio natural” do Recife do século XIX me convenceu da força que adquiriram as representações espaciais naquela cidade, notadamente em torno das noções de terras “secas” e de terras “úmidas”. “Seco” e “úmido” eram mais do que condições naturais, eram noções carregadas de valores morais e

² ARRAIS, Raimundo P. A. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

somente pude encontrar o significado e as nuances desses valores nas relações sociais observadas no intervalo de meio século. Assim, o mangue era a área úmida e insalubre e as moradias atoladas nos mangues estavam carregadas da ideia de coisas repugnantes e perigosas, não apenas as casas, mas os seres que as habitam. Se os manguezais que compõem a principal vegetação das áreas úmidas do Recife apresentam uma indiscutível importância sob o ponto de vista da reprodução da vida animal dos rios e do mar, desempenham também o papel decisivo de “fazedores de solo”, transformação da água em umidade e a umidade em solo edificável.

Essas representações sobre o espaço não são fixas, elas se modificam. A busca dessa dinâmica entre mudanças e permanências é uma das tarefas do historiador. Podemos ilustrar isso no objeto do livro *O pântano e o riacho*, lembrando que a partir dos anos 1930, com a obra de Josué de Castro e, em certa medida e noutra direção, com a obra de Gilberto Freyre, os mangues começaram a ser concebidos como ambiente natural e cenário de uma trama social e urbana. Esses dois autores são matrizes literárias importantes para algumas representações contemporâneas sobre o mangue recifense, nas quais o mangue figura como o solo de um drama social dilacerante mas também o solo de onde emergem certas narrativas identitárias sobre o Recife.

Espacialidades: De que forma a memória cidadina – enquanto fonte de pesquisa histórica – individual ou coletiva, sobre o espaço e as relações sociais desenvolvidas nele é capaz de conectar a História Urbana à História Ambiental?

Prof. Raimundo Arrais:

Seria uma percepção equivocada conceber o objeto da história urbana e o objeto da história ambiental rigorosamente separados. Não há como separar de modo rígido os dois campos. Primeiramente em virtude da falta de consenso sobre o significado de História urbana, sobretudo se pensarmos em algumas linhas de estudos desenvolvidas por urbanistas, historiadores da cidade e historiadores do urbano. Mas há outras razões para isso: por vezes, a cidade está absolutamente entranhada nos ambientes naturais, sofrendo inclusive as tragédias advindas de uma certa cultura que orienta a relação entre os indivíduos e a natureza, como mostram alguns estudos do historiador norte-americano Mike Davis; por vezes, os ambientes naturais estão encravados dentro da cidade, mesmo que na condição de “natureza construída”, submetida aos imperativos do planejamento, como os jardins públicos e as florestas urbanas.

Os jardins, os bulevares e sobretudo os rios continuam a interferir fortemente nos ambientes construídos das cidades, associados às necessidades vitais dos moradores da cidade (abastecimento hídrico, purificação do ar, amenização do calor, absorção das águas das chuvas torrenciais), e por vezes servindo de base para a construção das identidades urbanas. Para nos reportarmos ainda uma vez ao caso do Recife, publiquei há algum tempo um artigo (*O rio da memória*: os

rios da cidade do Recife e os intelectuais recifenses da primeira metade do século XX³) procurando demonstrar como as mudanças urbanas entre o século XIX e XX e as mudanças na dinâmica entre o rio e o mar naquele período afetaram a memória ancorada sobre o rio que corta a cidade, o rio Capibaribe. Pude perceber que para esse rio passaram a convergir as ansiedades de certos grupos sociais recifenses. Esse é um exemplo de como se articulam a vida urbana, a natureza e a memória.

Espacialidades: Recentemente o senhor tem pesquisado sobre o arquipélago de São Pedro e São Paulo. O que atrai o olhar de um historiador sobre um conjunto de pequenas ilhas encravadas no meio do oceano Atlântico, até há pouco de interesse apenas de biólogos, oceanógrafos e geólogos? Que diálogos o historiador pode estabelecer com essas outras áreas na busca pela construção de uma história ambiental?

Prof. Raimundo Arrais:

O interesse pelo Arquipélago São Pedro e São Paulo nasceu da combinação de uma oportunidade institucional (o lançamento de um edital de financiamento de pesquisa pelo Proarquipélago-CNPq e Marinha do Brasil), de um desejo de prosseguir a pesquisa sobre os aviadores que atravessavam o Atlântico, passando sobre lugares ermos como os rochedos de São Pedro e São Paulo, e ainda, de uma circunstância trágica que atraiu minha atenção: o acidente com o avião Air France em 2009, nas proximidades dos rochedos, justamente três meses depois de eu ter chegado à França, para o pós-doutoramento, tendo feito a mesma travessia sobre os rochedos, igualmente num airbus da Air France.

A pesquisa desenvolvida durante o pós-doutoramento sobre os aviadores franceses que passaram por Natal antes da Segunda Guerra mundial me despertou a atenção para o significado que os pilotos, na metade do caminho entre a África e a cidade de Natal, atribuíam aos rochedos, quando os visualizavam do alto. A partir dessa indagação, o projeto foi ampliado e tomou a forma atual.

O maior desafio desse projeto é indagar sobre o lugar da história nos espaços em que aparentemente a história não tem lugar, espaços pouco ou quase nada marcados pelos sinais da história. De fato, esses rochedos pertencem há muito ao Estado brasileiro mas até duas décadas atrás foram negligenciados. O longo caminho que levava a eles, ou seja, as 530 milhas náuticas (aproximadamente 1.000 quilômetros) a partir da costa natalense, impõe ao historiador desses rochedos o desafio de se debruçar sobre os traços humanos deixados sobre as águas oceânicas (os navios, as rotas, a viagem, os longos deslocamentos dos

³ ARRAIS, Raimundo P. A. O rio da memória: os rios da cidade do Recife e os intelectuais recifenses da primeira metade do século XX. In.: ARRUDA, Gilmar (Org). **A natureza dos rios: História, Memória e Territórios**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008, p. 73-94.

navios no Atlântico), além das demarcações que os Estados foram construindo sobre essa matéria informe e móvel que é o oceano.

A história ambiental está sendo enfatizada nessa pesquisa, uma vez que o livro e o documentário são percorridos pelos significados que foram sendo atribuídos àquele conjunto de rochas nos últimos séculos. Podemos acompanhar como eles passaram de uma condição de insignificância, em seguida foram associados à segurança oceânica e às obrigações do Estado brasileiro diante da comunidade internacional, até que, a partir de uma conjunção de forças, entre as quais a busca de se intensificar a exploração de recursos pesqueiros, os interesses geoestratégicos e o incremento da pesquisa científica brasileira sobre os oceanos, a Marinha do Brasil, com o apoio de outros órgãos governamentais, instalou no local uma estação científica.

Espacialidades: Quais as dificuldades encontradas ao trabalhar com o mar e o naval como objeto de estudo histórico? Quais e como são trabalhadas as fontes?

Prof. Raimundo Arrais:

A grande dificuldade está ligada ao trabalho do historiador com o silêncio, aceitar o desafio de incorporar o silêncio à tessitura histórica, e ao mesmo tempo sem procurar preencher esse silêncio com elaborações teóricas que dispensem a “carne da história”, como disse um historiador francês. Sobretudo porque a proposta final do projeto é produzir um material destinado ao grande público (um livro e um documentário), o que impõe, portanto, a exigência de se aliar ao cuidado na pesquisa histórica e no estabelecimento dos fatos, a leveza na narrativa.

A grande dificuldade consiste em apreender a dimensão histórica daqueles rochedos distantes e inexplorados, cercados pelo oceano Atlântico e, dessa forma, se impõe a questão: em que situações, quando e porquê aqueles rochedos estavam cercados pelo silêncio e em que medida, em que condições históricas esse silêncio vai sendo rompido. Em grande medida ignorado pelas ciências sociais, o oceano Atlântico passou a despertar fortemente a atenção a partir do momento em que se deu a conjugação de pressões mundiais associada às necessidades de recursos pesqueiros e energéticos, aos interesses estratégicos das nações, o que afetou o teor do atual Direito Marítimo Internacional.

Pelo fato de os rochedos estarem situados no ponto de passagem do Atlântico, ao longo desses cinco séculos, esses rochedos foram vistos muitas vezes, ao longo dos séculos, mas poucas vezes foram mencionados. As fontes principais para o seu estudo são os documentos oficiais emanados da Marinha do Brasil (relatórios, cartografia, livros de aviso), debates na Câmara dos Deputados e no Senado, relatórios científicos de expedições brasileiras e de outras nações, a partir do século XIX, relatos de viagem de militares, cientistas, aventureiros, viajantes em geral.

Espacialidades: Como o mar e os ambientes marítimos (as praias, as ilhas, os arquipélagos) são compreendidos a partir de uma perspectiva histórica e espacial?

Prof. Raimundo Arrais:

Há muito os historiadores têm abordado os ambientes marítimos. Uma parte desses historiadores têm se dedicado às praias, tratando de temas associados às formas de apreciação do mar, o banho de mar, a higiene, ou às transformações ocorridas na organização espacial e à modificação da paisagem nas áreas de marinas, sob o impacto do mercado turístico.

As ilhas oceânicas tem sido objeto menos da história do que da geopolítica e da antropologia, por exemplo. Entre os historiadores o que tem predominado são os temas da história naval e militar, compreendendo uma gama de estudos sobre batalhas e técnicas militares, mas há outros domínios, como aqueles voltados para o patrimônio ou a vida cotidiana dos homens no mar.

Algumas noções importantes para se refletir sobre o oceano provêm de outros domínios, com os quais o historiador marítimo forçosamente precisa dialogar, como a geografia, entre outras disciplinas. Penso, por exemplo, na noção de “construção social” do oceano, utilizada pelo geógrafo Philip Steinberg. Numa perspectiva de grande escala, os oceanos podem ser analisados a partir da noção clássica de territorialidade, para se pensar o papel dos Estados, que investem fortemente meios para conhecer cientificamente e explorar essa fronteira economicamente. Contemporaneamente, o oceano, sobretudo nas áreas próximas da costa, é um espaço esquadrihado totalmente por demarcações sob o controle dos estados, consagradas no Direito Marítimo Internacional, formando divisões como “mar territorial”, “águas interiores”, “zona contígua”.